

Cadernos 06

Terras Quentes

Maio 09



Edições

Associação de Defesa do Património Arqueológico
do Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

- 5 Editorial
Dr. Manuel Cardoso

HISTÓRIA

- 7 Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros)
Carlos Mendes
- 19 Nicolau Pereira Campos Vergueiro
— Algumas Notas Biográficas
Carlos Mendes
- 35 Os Brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros
Dr.ª Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves

HISTÓRIA DE ARTE

- 57 Relação de novos casos de Pintura Mural resultantes do inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda
Mestrands Lécio da Cruz Leal, Lília Pereira da Silva e Ricardo Naito

ARQUEOLOGIA

- 65 Estudo de escórias recolhidas nos povoados de «Terronha», «Cramanchão» e «Bovinho»
Horácio Maia e Costa, Professor Catedrático da FEUP
- 69 A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)
Prof. Dr. João Carlos de Senna Martinez e Elsa Luís
- 81 Estudo paleoetnobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros)
Mestre João Pedro TERESO
- 91 Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental. A Sondagem (2008)
Dr. Hélder Alexandre CARVALHO, Mestre José Manuel Quintã VENTURA e Dr.ª Patrícia Andreia PINHEIRO

CONSERVAÇÃO E RESTAURO

- 97 A Conservação Preventiva do Património
Dr.ª Bárbara Maia e Dr. Tiago Oliveira
- 101 Conservação e Restauro do Retábulo Maneirista *A Adoração dos Pastores* da Igreja Matriz de Vinhas, Concelho de Macedo de Cavaleiros
Dr.ª Bárbara Maia, Dr.ª Carolina Barata e Dr. Tiago Oliveira
- 133 Obras intervencionadas na Oficina de Conservação e Restauro ATQ
Dr.ª Bárbara Maia, Dr. Tiago Oliveira e Liliana Rio

DIVERSOS

- 147 Notícias ATQ 2008
Carlos Mendes

Manuel Cardoso

Durante muitos anos disse-se que Macedo não tinha história. Ora, tal afirmação derivava mais do desconhecimento do que da verdade dos factos. Estes, postos à luz pelos anos recentes de investigação que sobre a cidade e o concelho de Macedo de Cavaleiros tem sido feita como em nenhum período anterior, estão a deixar vir à luz mais do que uma história da nossa terra: um passado surpreendente, que ultrapassa a lenda e que nos faz ter orgulho no que fomos e no que temos como património material e imaterial.

Exercício cultural e expoente repositório do que tem sido a actividade cultural de investigação e de defesa do património, este número 6 dos Cadernos Terras Quentes, reflecte isso mesmo: que o nosso passado não esteve à margem do protagonismo na História de Portugal. O papel dos macedenses na crise de 1383-85 ao lado do Mestre de Avis e de D. Nuno Álvares Pereira fica aqui bem demonstrado e aclarado até como cenário da presença das forças no nosso chão, entre Macedo e Castelões. E desse nosso passado surge cada vez mais nítido o vulto de Martim Gonçalves de Macedo, o cavaleiro que, ao longo do recontar dos seus feitos nos serões seculares, acaba por ser, afinal, um dos nossos Cavaleiros da Maça sempre recordados.

Mas surgem mais vultos grandes de entre nós: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um dos injustamente esquecidos no memorial macedense.

A heráldica, uma das disciplinas que mais curiosidade suscita no público visitante, começa neste número a marcar presença com um inventário de conjunto, quase exaustivo,

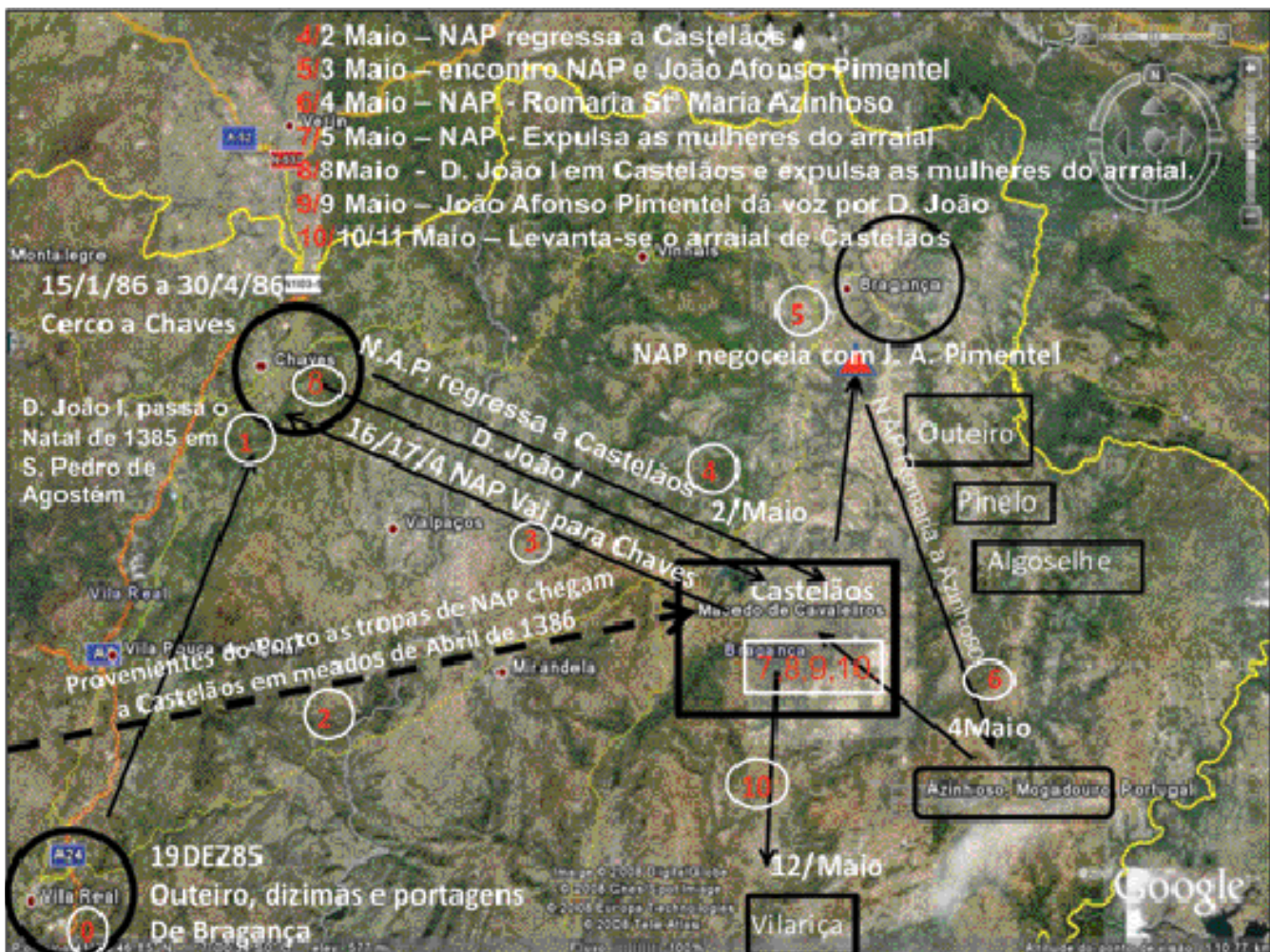
definitivamente esclarecendo e substituindo tentativas anteriores de infeliz sucesso. Começa a colmatar-se uma falha que existia até agora na atenção dada ao nosso acervo documental.

Na arqueologia continuou o trabalho nos campos em estudo, tendo surgido uma nova actividade em Talhas, um esforço em que a Associação Terras Quentes desde a primeira hora se tem esmerado mas cujos escassos recursos não estão, infelizmente, a acompanhar a elevada qualidade dos resultados. Como o são os da Terronha e da Fraga dos Corvos, sítios de primeira importância para o estudo e compreensão desses períodos antigos e pivots para uma política séria de turismo nestas vertentes.

Finalmente a arte, os importantes achados de pintura mural da igreja de Castro Roupal já conhecidos, agora a par com os novos trazidos pelo inventário a decorrer por toda a Diocese de Bragança-Miranda; o papel da Oficina de Conservação e Restauro, este ano com uma taxa de ocupação plena mas a que ainda houve tempo de acrescentar algum serviço para particulares e o notável trabalho conseguido com o retábulo da igreja matriz de Vinhas.

Em suma, este número 6 dos Cadernos Terras Quentes, mais uma vez a vir a lume com o indispensável apoio e compromisso da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, é um desmentido eloquente da ideia de que Macedo não tem história. É uma afirmação que supera esse desmentido. É que Macedo não só tem História mas também tem intelectuais, técnicos e público que a investiga, a trabalha e por ela se interessa. Bem hajam.

Trajecto da presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castelãos (Macedo de Cavaleiros)



Apostilas sobre a presença de D. João I, Nuno Álvares Pereira e Martim Gonçalves de Macedo em Castela (Macedo de Cavaleiros)

Carlos Mendes*



D. João I

Retrato de D. João I.
Litografia de Manuel J. Valentim



Nuno Álvares Pereira

Geocities.com



Martim Gonçalves de Macedo

Tray.com.br (ficção)

Episódio da Batalha Real

Martim Gonçalves de Macedo

Antes de
Aljubarrota



Depois de
Aljubarrota



* Licenciado em Arqueologia pelo FLUL, meste em História Regional e Local, doutorando em Arte e Património e Presidente da Associação «Terras Quentes».

No Livro «De Macedo a Macedo de Cavaleiros (Via Aljubarrota) a figura de Martim Gonçalves de Macedo», editado em Junho de 2006, procurou-se que a investigação fosse objectivada para produção substantiva de prova factual, para a reabilitação e nobilitação do Macedense Martim Gonçalves de Macedo e do papel, de extrema importância, que ele desempenhou nos acontecimentos decorrentes da Batalha Real e acções posteriores, mormente nas campanhas do Norte em 1386.

Sendo esse o objectivo, descorou-se todo o ambiente político e social da época que, por certo, iriam fazer compreender melhor os factos relatados no referido livro.

Assim, este artigo pretende não só traçar as linhas mestras desse ambiente como acrescentar mais algumas apostilas de investigação, entretanto exploradas e dar conta de alguns conceitos da época.

Conceitos:

Ideia de Nação.

O conceito de nação é relativamente recente, remonta ao século XVIII, na Europa, mais propriamente na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. O Romantismo, pelas suas características intrínsecas, acolheu a missão de construir as identidades nacionais das nações emergentes tanto na Europa como, mais tarde, nos processos de independências das colónias americanas.

O Romantismo, baseado na figura humana idealizada numa ancestralidade mítica, derivava de um passado equidistante que lhe fornecia os princípios desse atavismo. Dessa forma, cria um nacionalismo que se contrapõe à ideia de progresso, futuro e modernidade já que o passado e a tradição eram seus princípios basilares. A razão mais relevante para tal acolhimento é o facto de o Romantismo eleger a emoção, em detrimento do intelecto e da razão, como principal fundamento da natureza e da experiência humana. Ao propor a separação entre corpo e mente e consolidar a ideia de que as emoções são naturais e vivem no corpo, e o intelecto vem da civilização e existe na mente, elegeu a experiência afectiva como fonte de sabedoria, da autenticidade e da criatividade. Foi a literatura, fazendo uso da ficção, que estabeleceu o princípio de uma identidade nacional unitária e ontológica porque era fixa e centralizadora, e encontrou a forma adequada principalmente no modelo monológico do romance romântico, uma vez que nele o nacional configurava-se como valores organizados em torno da figura do herói pátrio, centralizador e em harmonia com o cenário, o espaço e a paisagem.

Percebendo este conceito, que não existia no final do século XIV, compreender-se-á, com mais facilidade, a existência de grandes vultos portugueses a lutarem do lado castelhano, caso por exemplo dos irmãos de Bornes, ou dos irmãos de Nuno Álvares Pereira (nos dois casos falecidos em plena batalha Real). A postura dos intervenientes era em função de intrincados interesses na maior das vezes pessoais e/ou de correlação das forças partidárias.

Exércitos não permanentes

A constituição de exércitos permanentes é um fenómeno que se inicia a partir de meados do século XV. O não levar em conta este facto quando analisamos os episódios da crise 1383-1385 vivida no país, distorce-nos completamente a realidade dos acontecimentos. Assim importa historiar o que foi a evo-

lução do país em armas desde o início da fundação. Para isso recorremo-nos de um artigo publicado na revista do Exército Nº 2477/2478, de Junho/Julho de 2008, escrito pelo Tenente-Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, do qual transcrevemos parte:

«Á época não existiam casernas, quadros ou carreiras militares bem definidas, Existiam isso sim, era campanhas sazonais mais ou menos bem preparadas defensivas ou ofensivas, locais ou nacionais.¹

Desde a fundação do nosso país que encontramos os Ingleses combatendo lado a lado com os Reis de Portugal, desde logo na tomada de Lisboa, em 1147. O primeiro bispo da cidade recuperada para os cristãos, Gilberto de Hastings, era inglês e, em 1199, o conhecido João Sem-Terra mandou uma embaixada ao nosso país para pedir a mão de uma princesa — leia-se, para formalizar uma aliança política que, afinal, não se concretizaria até 17 de Fevereiro de 1294, quando os dois reinos fortalecem, de uma maneira formal, as relações diplomáticas.

Depois de mais tentativas falhadas de alianças matrimoniais (em 1344 Eduardo III pedira a mão de uma infanta portuguesa, filha de Afonso IV, para o seu filho o famoso Príncipe Negro), em 1353 foi assinado um decisivo acordo comercial entre o Rei de Inglaterra e os mercadores portugueses. Mas o essencial da aliança política entre as duas coroas firmou-se no âmbito da Guerra dos Cem Anos. Em Tagilde, perto de Guimarães, no dia 10 de Julho de 1372, os dois emissários do rei inglês encontraram-se com D. Fernando, firmando um tratado. É tradição fundar em Tagilde a aliança luso-britânica.

Só em 1381, aquando da chamada Terceira Guerra Fernandina, as tropas inglesas comandadas pelo Conde Cambridge com 2.000 peões (metade dos quais temíveis arqueiros) vêm em efectivo socorro do rei português. Depois, quando o mestre de Avis aflito se dirigiu a Ricardo II, invocando os tratados para poder recrutar soldados em Inglaterra, esses soldados, sobretudo os arqueiros, operaram maravilhas em Aljubarrota, como é sabido. Foi neste contexto de vitória que se celebrou, em 9 de Maio de 1386², em Windsor, o tratado com o nome desta cidade: treze artigos jurando «ligação, amizade e confederação geral e perpétua» entre os dois reinos.

A estrutura da hoste régia portuguesa dos finais da Idade Média nada se relaciona com os conceitos de Exércitos permanentes e profissionais de hoje. Só na segunda metade do século XV é que despontou esta realidade. A hoste do rei medieval era o resultado da congregação de uma série de parcelas com elevado grau de autonomia e era sempre um exército provisório porque, não se podiam afastar as pessoas dos campos e sustentá-las por muitas semanas

As várias parcelas eram as seguintes e abrangiam um todo nacional, complementado, quando necessário, com forças estrangeiras:

— A Guarda do Rei (cerca de 20 homens), a nobreza (núcleo essencial do Exército régio: lanças proporcionais às contias que variavam de 1 até 30 lanças; no início do século XV constituíra-se a ordenança permanente para defesa do reino com 3 200 lanças (500 dos Capitães — Vassalos principais, 2 360 dos escudeiros de uma lança — vassalos de pequena nobreza e 340 das ordens militares);

— O recrutamento concelhio, Aquantiados: em função da fortuna pessoal, eram constrangidos a possuir um determinado equipamento militar que deveriam apresentar em revistas periódicas e com o qual deveriam comparecer em caso de convocação; Besteiros: recrutados entre os mesteirais e supostamente bem adestrados no manejo de uma arma de importância táctica, besteiros do conto — género milícia com

organização própria e chefiada pelos anadéis dos lugares e pelo anadel-mor do reino e os besteiros de cavalo — corpo de atiradores com besta a cavalo, núcleo bélico muito peculiar e a quem a monarquia reservou um lugar especial no seio da hoste régia, bem preparada e especialmente escolhida.

— *As Ordens Militares (Templo, depois Cristo, Hospital, Avis, Santiago); Mercenários (primeiros em Portugal na 1.ª Guerra Fernandina (1369-71) e que na crise de 1383/85 (mercenários ingleses) desempenharam um papel muito importante na campanha militar no Minho para submeter os castelos fiéis a D. Juan e D. Beatriz; por último tínhamos os denominados homiziados (criminosos e marginais que esperavam um perdão vantajoso).*

Embora tenhamos descrito um número elevado de parcelas, João Gouveia Monteiro afirma-nos que os efectivos da hoste régia na Idade Média teriam, no máximo, de 10 000 a 12 000.

Quanto à Administração Militar e a forma como esta abrangia todo o território nacional, era feita por delegação do Rei através de: Coudel-Mor³, Anadel-Mor⁴ (e os respectivos coudel e anadel locais), Alcaide-Mor, importante do ponto vista operacional, Fronteiros-Mor e diversos fronteiros locais. Estes últimos eram de nomeação régia e dispunham de poderes de excepção.

Sempre que se preparava uma campanha militar eram organizadas frontarias que correspondiam ao espaço genérico das comarcas do reino (p. ex. Entre Douro e Minho, Beiras, Entre-Tejo e Guadiana, etc. ou cidades como Santarém ou Lisboa).

Esta estrutura base, com algumas diferenças desde a fundação do Reino no século XII até à segunda metade do século XV, criou uma identidade nacional fortemente ligada ao seu Exército — o do Rei de Portugal, ao contrário do que se passava na generalidade da Europa com pequenos Exércitos privados ao serviço de grandes senhores (tipo feudo-vassálico). Tal estrutura criou formas e meios de mobilização organizados no todo nacional que várias vezes se provou de uma eficácia tremenda na defesa de Portugal. No Exército medieval português, o serviço militar era, não só um dever (principalmente para os nobres e clero que compensava certos privilégios), mas também um direito a exercer por quem ascendia a um estatuto de liberdade relativamente aos nobres, colocando-se na dependência do Rei (o que significava o seu eventual apoio contra os nobres), como era o caso das tropas dos concelhos. Era um verdadeiro sistema serviço militar obrigatório, sobretudo colectivo».

Interessa-nos, para melhor entendermos o Exército, destacar três importantes e antigas leis do Reino:

— Criação das *Milícias*

— D. Sancho I (1185-1211), fomentou a criação de autênticos «viveiros de gentes».

— D. Sancho II (1223-1248) passou a estabelecer nas suas cartas forais a obrigação de serem constituídas Milícias municipais;

— A «Nação em Armas» — na Regência de D. Pedro (1444), foram promulgadas as *Ordenações Afonsinas*, incluindo as ordens reais que regulamentavam a organização territorial da milícia municipal, o acontimento dos nobres e a organização dos besteiros do conto.

Alguns apontamentos sobre a génese da crise de 1383-1385

Peste bubónica (negra) 1361-64; 1371-1374; 1381-1384⁵.

«Da fome, da peste e da guerra, livrai-nos Senhor!»

Esta era a prece mais ouvida durante o século XIV, devido à crise económica que se abateu sobre a Europa e que provocou grandes fomes e doenças epidémicas, das quais se destaca a peste negra que vitimou um terço da população. Julga-se que a Peste Negra surgiu no Oriente (Crimeia, perto do mar Negro) e foi trazida (pelos ratos dos navios) para a Europa por mer-

cadores genoveses. Esta epidemia surgiu em 1347 e vai afectar a Europa até 1400. A chegada a Portugal deu-se em 1348, provavelmente pelo Sul (Tavira), e até 1400 houve mais cinco surtos. Calcula-se que terá morto 1/3 da população Europeia e provocado a despovoamento de várias aldeias e propriedades, provocando a fuga em massa para as zonas urbanas e um aumento dos salários.

Se a peste negra devastou a população europeia, incluindo a Portuguesa, D. João I herda do seu antecessor, D. Fernando, um país depauperado pelas três guerras, «Fernandinas, com Castela»

A primeira guerra Fernandina dá-se entre 1369 e 1371. Resultado desta acção, D. Fernando entrou na Galiza, onde as principais cidades se haviam declarado a seu favor, mas rapidamente ocorreu Henrique de Trastâmara e D. Fernando, sem oferecer qualquer resistência, retirou para o Porto, numa galé e daí para Coimbra.

Ao mesmo tempo o rei de Castela entrava no Minho, tomava Braga, cercava Guimarães e retirava por Trás-os-Montes, cujas povoações flagelou sem qualquer resistência organizada, do lado português.

A segunda guerra Fernandina acontece entre 1372 e 1373. D. Henrique invadiu Portugal por Almeida, Celorico, Viseu. Passou perto de Coimbra e dirigiu-se a Santarém, onde sabia estar o rei de Portugal. O exército era comandado pelo próprio D. Henrique e pelo infante D. Dinis de Castro, que saíra da corte por se recusar a beijar a mão à rainha. Lisboa é cercada tendo sido negociada a paz (1373) e Portugal voltava alinhar na política continental contra a Inglaterra, prometendo que os navios ingleses não utilizariam os nossos portos...; prometia expulsar 28 fidalgos castelhanos refugiados em Portugal...; prometia entregar reféns... Será uma paz humilhante.

Por último, a terceira guerra Fernandina, dá-se entre 1381/1382. O primeiro episódio desta guerra consistiu numa batalha naval, em frente ao cabo de Saltes, onde a esquadra portuguesa é derrotada. De referir, neste contexto, a activa participação dos mercadores de Lisboa. Em Julho de 1381 chegava ao Tejo uma expedição militar inglesa, comandada pelo conde Edmundo de Cambridge (filho do rei inglês, e casado com uma filha do assassinado Pedro O Cruel) que, agora, se considerava herdeiro da coroa de Castela. Dias depois, casase a infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o filho do conde de Cambridge e de D. Isabel. A intenção era garantir a independência portuguesa. Era uma política contrária à causa continental e ao papado de Avinhão na qual se insere o reconhecimento de D. Fernando, do papa de Roma, Urbano VI.

O partido de Castela, tinha cada vez mais adeptos em Portugal — era o partido da paz. Muita gente via no infante D. João (filho de D. Pedro e de D. Inês de Castro) um possível herdeiro do trono., este, só saíra de Portugal por causa do assassinato da mulher, D. Maria Teles (irmã de Leonor de Teles). Entre os populares, corria o boato que se tratara de uma cilada, armada pela própria Leonor de Teles, para afastar o infante, convencendo-o da infidelidade da mulher (sua irmã) tê-lo-á levado a matá-la. Eram numerosos os partidários do infante D. João de Castro, quer entre a nobreza, quer entre a camada popular.

Todas as guerras Fernandinas foram de péssima memória, tudo correu mal. Na região Transmontana, Vinhais e Bragança, são ocupadas por Castela.

Portugal, sai das guerras Fernandinas semi-destruído, desmoralizado, era uma autêntica panela de pressão social. A mão-de-obra desceu brutalmente; a produção sofreu uma grande quebra; os mercados desorganizaram-se; os salários e os preços dispararam; a Coroa reagiu como sempre, taxando preços e salários. A convivência entre as pessoas azedou. A violência e o roubo despontaram.

Nos campos o panorama era desolador: A produção estava completamente desorganizada, muitas terras abandonadas, Os circuitos de distribuição perturbados. Quem vivia sobretudo das rendas dos campos (fidalgos, arrendadores) ficaram arruinados, na maioria dos casos. A estas calamidades juntou-se uma outra não menos violenta e dramática: a Guerra dos Cem Anos que acabou por ter repercussões em quase todos os países europeus, inclusive em Portugal e Castela.

A juntar à peste e às guerras, houve terríveis crises agrárias, causadas por secas, más colheitas, que resultaram em fome; Tanto em Castela como em Portugal. Acontecem mudanças profundas no tecido social e económico do reino. A crise, nas rendas rurais, penaliza duramente a aristocracia que endurece as relações com o campesinato. Maior pendão para a concentração do poder político e maior eficiência fiscal. Emerge uma nova sensibilidade religiosa e artística. Como em todas as crises, há sectores da população que emergem em privilégios e neste caso estão os mercadores, cambistas, altos funcionários régios, os mais destacados artesãos de uma incipiente indústria. São estes que, após as medidas de fomento rural, comercial e naval, aparecem activos na crise da sucessão e que irão financiar o exército do mestre.

A morte de D. Fernando fez rebentar uma crise dinástica em cima de um clima de instabilidade social e política. Pouco antes de falecer, o rei assina um pacto de aliança com D. João I de Castela (o Tratado de Salvaterra de Magos), a quem oferecera a filha, D. Beatriz, em casamento.

Logo após o falecimento de D. Fernando, embora Leonor Teles ficasse regente, D. João de Castela intitula-se rei de Portugal. A independência de Portugal estava em sério risco de se perder. Todo este período temporal é, sem dúvida, um dos grandes testes à independência do País, o qual trouxe consigo uma mudança enorme na estrutura social do País.

Toda esta ebulição entra na compreensão do que foi a crise da sucessão 1383/1385 e da chegada ao poder do Rei, que se fez Rei, «D. João I».

Para Oliveira Marques, a eleição nas cortes de Coimbra do Mestre de Avis significou nova dinastia e nova classe dirigente. D. João I (1385-1433) rodeou-se de juristas experimentados e de burocratas, procurando também apoio entre os mercadores, tanto portugueses quanto estrangeiros. Promoveu posições importantes, na política e socialmente, gente de «boa condição», oriunda da burguesia, da pequena nobreza. Contudo, D. João I não pôde impedir o surto de uma nova e forte aristocracia detentora de terras, em parte resultado da concentração de latifúndios e honrarias nuns poucos nomes. A cabeça desta nova classe de senhores feudais foi Nuno Álvares Pereira, o herói da guerra, que o monarca fizera seu condestável. Em 1385 D. João I foi aclamado rei de Portugal, nas cortes realizadas em Coimbra,⁶ tendo a sua realza e a independência nacional ficado consagradas, nesse mesmo ano, com a vitória obtida na batalha de Aljubarrota.

A sociedade portuguesa renovou-se desde então, tendo Fernão Lopes afirmado que nessa altura se iniciou uma «Sétima Idade, na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes», 1385 não marcou o fim da Idade Média, mas assinalou a aproximação a um tempo em que Portugal, dando «novos mundos ao Mundo», foi o pioneiro de uma Europa que determinou uma nova época na História da Humanidade — a Idade Moderna.

É neste ambiente político e social descrito, entre meados e o final do século XIV, que emerge a figura de Martim Gonçalves de Macedo. A sua ascensão social não será alheia ao seu casamento com (em primeiras núpcias) Brites de Sousa, descendente, em linha directa, de D. Afonso Henriques⁷.

A primeira referência à existência de Martim Gonçalves de Macedo vem-nos do reinado de D. Fernando. Este monarca atribui-lhe uma mercê de 1.500 libras ano, mercê que perpassa à sua descendência de linha directa, seu filho Diogo, conforme consta nos livros de chancelaria de D. Fernando.

Pouco mais de um mês de D. João I ter sido designado Rei, exactamente a 27 de Maio de 1385, e emanado de Guimarães, aparece-nos um documento real, onde Martim Gonçalves de Macedo e os seus sucessores recebem em doação de 300 libras por ano, retiradas das dízimas e portagens de Bragança. D. João I, faz isto pelos serviços que recebeu, e espera vir a receber. Note-se que, à data, o senhor de Bragança era João Afonso Pimentel⁸.

Martim Gonçalves de Macedo, já nessa altura se encontrava ao lado do novo rei e teria tido actuação destacada tanto no cerco à cidade de Guimarães, como no conjunto da campanha.

Esta presença era importante para D. João. Por um lado, tratava-se de aumentar os seus seguidores⁹ e, por outro, o rei

deveria prestar muita atenção à nobreza transmontana. Na realidade, a praça-forte de Bragança estava nas mãos de João Afonso Pimentel, que só se entregou ao monarca no ano seguinte. A necessidade de conquistar a importante praça de Guimarães, entre outras, levou o monarca a empreender uma série de acções no Entre-Douro-e-Minho, com o intuito de impedir ou dificultar qualquer tentativa de invasão do território nacional a partir da Galiza, como já tinha sido feito por D. Henrique de Trastâmara, no reinado de D. Fernando.

Na realidade, este rei, tinha optado por entrar pelo Minho, em direcção a Ponte de Lima, apesar de o seu itinerário o ter levado, primeiro, para Zamora por onde, facilmente, poderia ter penetrado em terra portuguesa, através de Miranda. Mas se Trás-os-Montes foi terra de entrada de invasões, sendo via natural para a progressão de exércitos, dada a configuração geográfica, o que interessava ao rei castelhano era talar as terras do litoral, mais ricas, e onde poderia, possivelmente, trazer alguns nobres para a sua causa. A saída do exército invasor faz-se, pelas terras transmontanas. Aí, o caminho foi por Vinhais, Bragança, Outeiro, Cedavim e Miranda, com passagem por Mogadouro. Finalmente, está patente a vontade do Mestre em manter do seu lado uma pequena nobreza que se revelaria importante para as lutas que se avizinhavam.

Após revoltas populares, em Lisboa e noutras localidades, contra a aclamação de D. Beatriz como Rainha de Portugal, D. João, Mestre de Avis é escolhido como Regedor e Defensor do Reino. Estamos no ano de 1383 e será no início de 1384, que o exército castelhano invade Portugal e cerca Lisboa. Em 6 de Abril desse ano, Nuno Álvares Pereira e os seus homens de armas, venciam os castelhanos, em Atoleiros.

Novo confronto com Castela verificar-se-á em 29¹⁰ de Maio de 1385, na batalha de Trancoso, em que, mais uma vez, as tropas Portuguesas saíram vitoriosas.

Dois meses e meio após a Batalha de Trancoso, dá-se, nos campos de S. Jorge, a peleja real, já profusamente relatada por nós no livro inicialmente citado, onde a intervenção de Martim Gonçalves de Macedo foi decisiva para o seu desfecho final, a vitória portuguesa sobre Castela.

Martim Gonçalves de Macedo — De Escudeiro a Cavaleiro

Relata-nos Joseph Soares da Sylva, nas suas memórias para a história de Portugal, escritas em 1732 (nas páginas 1233 e 1234) ... «e na segunda-feira, quatorze do dito mês (Agosto 1385) e véspera da Assunção gloriosa de Nossa Senhora, se começaram a dizer missas, ainda de noite, e dar-se a comunhão a todos os que então se haviam confessado, e ao romper da manhã se tocaram as trombetas e puseram em marcha, levando como até aqui, a vanguarda, o Condestável, fazendo El Rey a retaguarda, e com esta ordem chegaram ao campo onde depois se deu a batalha, que era dali huma pequena légua, nessa dilatada campina que se estende até Alcobaça e Aljubarrota..... A frente se poz para Leiria, cuja estrada marchava o inimigo, e ordenava assim a batalha. Enquanto ele não chegava (D. Juan I de Castela), percorrendo El Rey por todo o seu exército começou a animar os soldados com razões eficazes e verdadeiras; e também **então armou Cavalleiros alguns fidalgos**¹¹, dos quais nos referem as Histórias os seguintes: João Vasques de Almada, Ruy Vasques de Castelo-Branco, Afonso Pires da Charneca, irmão do doutor Martim Afonso, Lopo Dias de Azevedo, Gonçalo Annes de Castelo de Vide, Antão Vasques de Almada (que outros dizem de Lisboa), Pedro Lourenço de Távora, Martim Gonçalves de Macedo, Lopo Soares de Moura ou Mourão, Pedro Annes Lobato, João Lobato, Lopo Affonso d'Água, Pedro Afonso, João Fernandes Vieira, Diogo Lopes Lobo, Estevão Fernandes Lobo, Rodrigo Affonso Lobo.

Neste exercício gastou ElRey a manhã até às dez horas, quando se descobriram os Castelhanos.

Terá sido então, na manhã do dia 14 de Agosto de 1385, imediatamente antes da peleja real, que El Rey D. João I, «arma Cavaleiro», o seu escudeiro, Martim Gonçalves de Macedo.

Luís Vaz de Camões¹², mais tarde, na sua obra «Os Lusíadas» vem no seu canto VI, relatar de forma magistral esta contenda. Inicia assim o canto VI;

*Deu sinal a trombeta castelhana,
Horrendo, fero, ingente e temeroso;
Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.
Ouviu o Douro e a terra transtagana;
Correu ao mar o Tejo duvidoso...*

*Eu só, com meus vassallos e com esta
(E dizendo isto arranca meia espada),
Defenderei da força dura e infesta
A terra nunca de outrem sojugada!
Em virtude do Rei, da Pátria mesta,
Da lealdade já por vós negada,
Vencerei não só estes adversários.
Mas quantos a meu Rei forem contrários!»*

*Vedes-me aqui, Rei vosso e companheiro,
Que entre as lanças e setas e os arneses
Dos inimigos corro e vou primeiro;
Pelejai, verdadeiros Portugueses!»!
Isto disse o magnânimo guerreiro,
E, sopesando a lança quatro vezes,
Com força tira, e deste único tiro
Muitos lançaram o último suspiro*

A participação de Martim Gonçalves de Macedo e o seu gesto heróico que num momento decisivo da batalha salvou a vida ao Rei D. João I, invertendo assim o sentido da vitória, para o lado Português, já foi bastamente relatado por nós, contudo interessa relembrar algum argumentativo. Fontes que atestam a presença e o feito na Batalha

A versão mais antiga em que podemos encontrar menção a Martim Gonçalves de Macedo é o manuscrito 11 038 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Transcrevemos a passagem:

«... e elle [D. João I] recebeu o gollpe e travou por ella a tyrou tão rijo que lha levou das mãos e fezeo ajoelhar dambos joelhos e foy lloguo levantando muito asynha per ho nobre martym gonçallvez de maçeedo homem fidalgo que bem servia ell Rey em estes trabalhos e quoaando allvaro gonçallvez (Sandoval) alçou a facha para lhe dar, ell Rey esperou o golpe e tornoulha a tomar per aquella gysa e quoaando lhe quisera outra vez dar jazia jaa morto pelos que eram presentes que o mays apresa fazer não poderão porque cada hum tynha asaz que ver em sy».¹³

Transcrito do livro « De Macedo a Macedo de Cavaleiros extraí-se um segundo documento encontrado no arquivo da Casa de Tarouca, datável da primeira metade do século XVI, notando ali o que se classifica como uma novidade em relação a outros relatos. Transcrevemos:

«Veo há elle per aquecimento allvoro gonçallvez de Sandoval bem mancebo e de bom corpo ardidado cavaleiro casado aquella anno he como elRey allçou a facha decendo pera lhe adar he elle Recebeo o gollpe he travou por ella e tyrou tam Rijo que lha levou das maaos he fello ageolher dambolos geolhos he foy loguo alevantado pello muyto esforçado allvoro pereira seu marychall he martim gonçallvez de macedo homem fidalgo que bem servya a ellRey em estos traabalhos e camdo allvoro gonçallvez allcou a facha pera dar a ellRey esperou o gollpe he tornou lha a tomar por aquella guisa outra veez lha tornou a tomar hee camdo lha quisera outraa vez dar ja jazia morto hem terra pollos que erôn presentes que o mays a presa fazer non poderon por que cada hum tynha assaz de ver em sy»¹⁴.

Em definitiva atestação dos factos, relata-nos, com data de 1744, D. António Caetano de Sousa, no seu tomo IV do « Agiologio Lusitano» a páginas 530 e 531, o seguinte:

.....Romperão os Castelhanos a vanguarda Portuguesa e levarão a Bandeira Castelhana ao centro, onde estava o Condestável D. Nuno Álvares Pereira e se travou huma dura peleja; porque carregando Mem Rodrigues d Vasconcellos e Antão Vaz de Almada e apoz delles El Rey, que cheyo de ardor militar, com a lança armada passando por todos os seus, hia dizendo palavras que os animava a pelejarem pela reputação e pela Patria, e ainda mais com o exemplo se movião, vendo pelejar o seu Rey como qualquer soldado, sendo como rayo a que a resistência he prejudicial; entrou na batalha tão destemido e valoroso que chegando ao mayor perigo, largou a lança e começou a cortar com a facha de armas como se fora hum Cavaleiro particular que pelo seu braço pertendia ganhar honra no mayor perigo. Pertendeu opor-se-lhe Alvaro Gonçalves Sandoval, Cavaleiro valente e robusto, e querendo ELRey ferir o Castelhana, recebeu o golpe no escudo; e pegando com grande ousadia e destreza na facha de armas del-Rey, lha arrebatou da mão com tal violência que o fez ajoelhar em terra.

Neste tão evidente perigo, a não ser tão grande o coração delRey ficaria oprimido da ousadia deste valente mancebo; mas com animo pio e com valor sem igual, levantando o pensamento ao Ceo, invocou os merecimentos de S. Bernardo, de quem se jactava filho e venerava como Patrono. Quando, [caso maravilhoso!] vio sobre a tenda delRey de Castella, em pouca distancia, hum Bago Abacial arvorado, e pendente do Bago hum Paludamento Militar, ou cota de armas, como tingida em sangue, animoso e esforçado se levantou logo do chão, ajudado de Martim Gonçalves de Macedo, sempre afortunado nas ocasiões de o servir, e quando quis castigar o atrevimento, tendo já cobrado a facha, e descarregando o golpe sobre o Sandoval, foy a tempo, que pelos seus era morto. Continuou nos inimigos tal estrago, que já lhe não faziam opposição; e proseguindo a batalha, que o Ceo já declarava a seu favor, começaram a fraquear os inimigos: os nossos os carregão com tal esforço, que largando o campo em desordem, já destroçados se puzerão em percipitada fugida, sendo Deos servido, que ficassem vencidos nas armas, os que julgavam vencedores pelo poder, e confiança. Conseguida esta tão insigne victoria, depois de cumpridas com as cerimónias militares, de então usadas, de permanecer no campo três dias, passou ao Real Mosteiro de Alcobaça».

Se a participação de Martim Gonçalves de Macedo neste episódio nunca nos mereceu qualquer dúvida, testemunham de forma irrecusável, também, o seu desempenho e lealdade, as doações recebidas das mãos de D. João I, logo após a Batalha Real.

Assim, feito logo após a batalha de Aljubarrota, a 27 de Agosto de 1385, em Santarém é feita a doação a Martim Gonçalves e a todos os seus sucessores, dos bens móveis e imóveis que Martim Afonso de Seixas tinha na zona de Miranda, e noutros locais do Reino, onde fossem encontrados. D. João I fez isto porque o referido Martim Afonso de Seixas apoiava o lado do rei de Castela, e nesse serviço tinha morrido. Doa ainda o rei a Martim Gonçalves de Macedo as aldeias de Pinelo e de Algoselhe, terras vizinhas, que tinham sido dadas pelo rei de Castela ao parcial de D. Beatriz.

Uma outra doação que se dá conta, acontece a 19 de Dezembro de 1385, este documento é importante não só pela doação em si, como também nos indica que Martim Gonçalves de Macedo se encontra com o Rei nas campanhas do Norte, já que o mesmo é emanado de Vila Real e no dia em que as tropas partem para o cerco, à praça de Chaves.

Assim, D. João I, doa a Martim Gonçalves de Macedo a Aldeia de Outeiro de Miranda e as dízimas e portagens de Bragança.

Como dissemos no Livro de Macedo a Macedo de Cavaleiros, julgamos que o rei concede essa mercê «pelo serviço que espera receber». Estamos em vésperas da conquista de Trás-os-Montes, e Martim Gonçalves de Macedo é um nobre da re-

gião, conhecedor dos caminhos e das defesas da terra, e possivelmente capaz de congregar alguns apoios locais. Esta hipótese é tanto mais verosímil quanto o rei, estando as hostes a cercar Bragança, veio assentar arraial em Castelãos, terra de Macedo de Cavaleiros.

Outeiro de Miranda é posição de defesa privilegiada, a meio caminho entre Bragança, onde dominava, ainda, João Afonso Pimental, e Vimioso, em cujas terras se situavam as anteriormente dadas povoações de Pinelo e Argozelo.

Castela no ano de 1400 invade novamente Portugal, tomando a praça de Miranda, entre outras. É no final desse mesmo ano, mais propriamente com data de 27 de Dezembro, emanada de Guimarães que D. João I faz nova doação a Martim Gonçalves de Macedo. É este o teor do documento, dado em Guimarães a 27 de Dezembro 1400:

«Carta porque o dito senhor fez doaçam emquaamto fosse sua mercee a martim gonçallvez de macedo seu vassallo e alcaide do seu castello douteiro de mjranda de todallas dizi-mas dos panos que veem de castella ao dicto lugar douteiro de mjranda E de todollos outros dirreitos que o dicto senhor no dicto lugar há».

Como já asseveramos a posição de Martim Gonçalves de Macedo é de privilégio e de muita proximidade, assim comprovam todas estas mercês recebidas, que não se vê outra maneira de interpretá-las senão com o objectivo de recompensar um homem que se manteve sempre fiel e que prestou elevados serviços ao seu Rei.

E tanto assim é, que apesar de em 23 de Agosto de 1385, D. João ter feito doação a D. Nuno Álvares Pereira «seu condestabre todalas rendas e direitos que elle avya em Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Vila Real, Aatouguia e Bragança com todos os seus termos»⁴⁵ (se bem que a praça ainda estivesse nesta data com voz por Castela). O Rei não se coíbe de doar a Martim Gonçalves de Macedo em 19 Dezembro de 1385, (4 meses depois) todas as dízimas e portagens de Bragança.

Após Aljubarrota

Havia que conquistar o Reino, assim o diz Fernão Lopes no capítulo LX, da sua crónica, a página 159 e seguintes, que tem por título: *Quoais Luguares ElRei ouve loguo dos que tinham voz por Castela...*

Na região Transmontana Bragamça, Vinhaes, Chaves, Momnforte de Rio Livre, Momtallegre, o Mogadoiro, Miramella, Alfamdega, Lamas dOrelham, Villa Reall de Panoys. Cinquenta e quatro lugares em todo o reino que tinham dado voz por Castela (E posto que os rricos e poderosos, assi alcaides de castellos, come outros fidalgos tevessem voz por ElRei de Castella, os poboos porem todos em seus co-rações eram contra elle e comtra a Rainha.).

Pelos dados deixados por Fernão Lopes podemos refazer o que foi a trajetória do exército real e de Nuno Álvares Pereira naquilo que podemos chamar «Campanha do Norte (Leiria/Coimbra/Guimarães/Porto/Chaves/Bragança/Almeida).

Estando em Santarém, depois que teve postos em segurança os luguares da Estremadura que damte tinhaõ voz por Castela, dadas as cidades de Lisboa, Torres Vedras e Obidos — Ordenou de partir daquela Vila por comprir sua Romaria que prometera ante que entrasse a Batalha. — Tinha prometido ir a pé a Samta Maria dOliveira, que he na vila de Guimarães.

Chegando a Leiria perdeu aos portugueses que contra ele tiverão voz e apoderou-se do Castelo que era desamparado dos castelãos.

Partiu de Leiria e chegou a Coimbra onde foi recebido honrradamente e dali foi para o Porto onde lhe foy feita tanta honra em sua chegada quanta se bem pode fazer, continuando o caminho cheegou a Guimarães, recebido por clérigos e frades e toda a gente, feita a sua oração e oferta deu muitas esmolos e tornou-se ao Porto.

No Porto sobe de novas certas, como Nuno Álvares, seu Comdestabre fizera per Castela — matara o Mestre de Samtiaguo na batalha que cô ele houvera. Mamdoulhe o Comde pedir por merçe que lhe perdoase, porque asy entrara sem sua licença.

16 de Janeiro 1386, assenta arraial em Chaves, donde pede auxilio do Condestável. . a sua duração foi longa, terminará em 30 de Abril 1386

El Rey mandou chamar o Comdestabre....Ho Comdestabre como vio o recado mandou loguo chamar suas gemtes e partio dAmtre Tejo e Odiana e foise ao Porto day o Comde partiu para Chaves e tomou caminho de Braguança; e em huma aldeã que chamão Castellaõs leixou suas gemtes e bandeira sob Governança e capitania de Martim Gonçalves do Carvalhal, seu tio, e elle foy afforado a Chaves não mais cô oitenta lanças.

Nesse dia 30 de Abril, El Rey foy a vila e emtrou no castelo e ouvio missa e armou três cavaleiros da Ordem do Espiritual e fez Eguas Coelho seu mestre-sala, e deu a vila ao Condestadrede. Diziaõ alguns que esto lhe dava Ell Rey por gualardão da batalha de Valverde que pouquo avia que vem-cera.

O Conde poos recado no lugar, deixado por alcaide Vasco Machado, hum bom escudeiro, e partiose daly pêra suas gemtes que leixara em terra de Bragança (Castelãos). Portanto o Condestável devia ter retornado a Castelãos no dia 3 de Maio de 1386.

Ho comde naquela comarqua (Bragança/Castelãos) mandou seu recado a Joam Afonso Pimemtell, que tinha Barguamça por ell rey de Castela, que falassem ambos a salva fe. (João Afonso Pimentel, casado com Joana Teles, irmã de Ldeonor e Tia de Beatriz). E pasamdo o Comde per qçerquaa da vila veo lhe falar, João Afonso a hum lugar que ambos divisaram. Não se entenderam apesar das promessas do conde se lhe entregasse a praça.

O Conde partiu daly e foy em romaria a Santa Maria do Azinhoso que lhe havia devoção.

O capítulo LXIX relata-nos um facto pouco falado pela nossa historiografia mas por certo a merecer grande atenção:

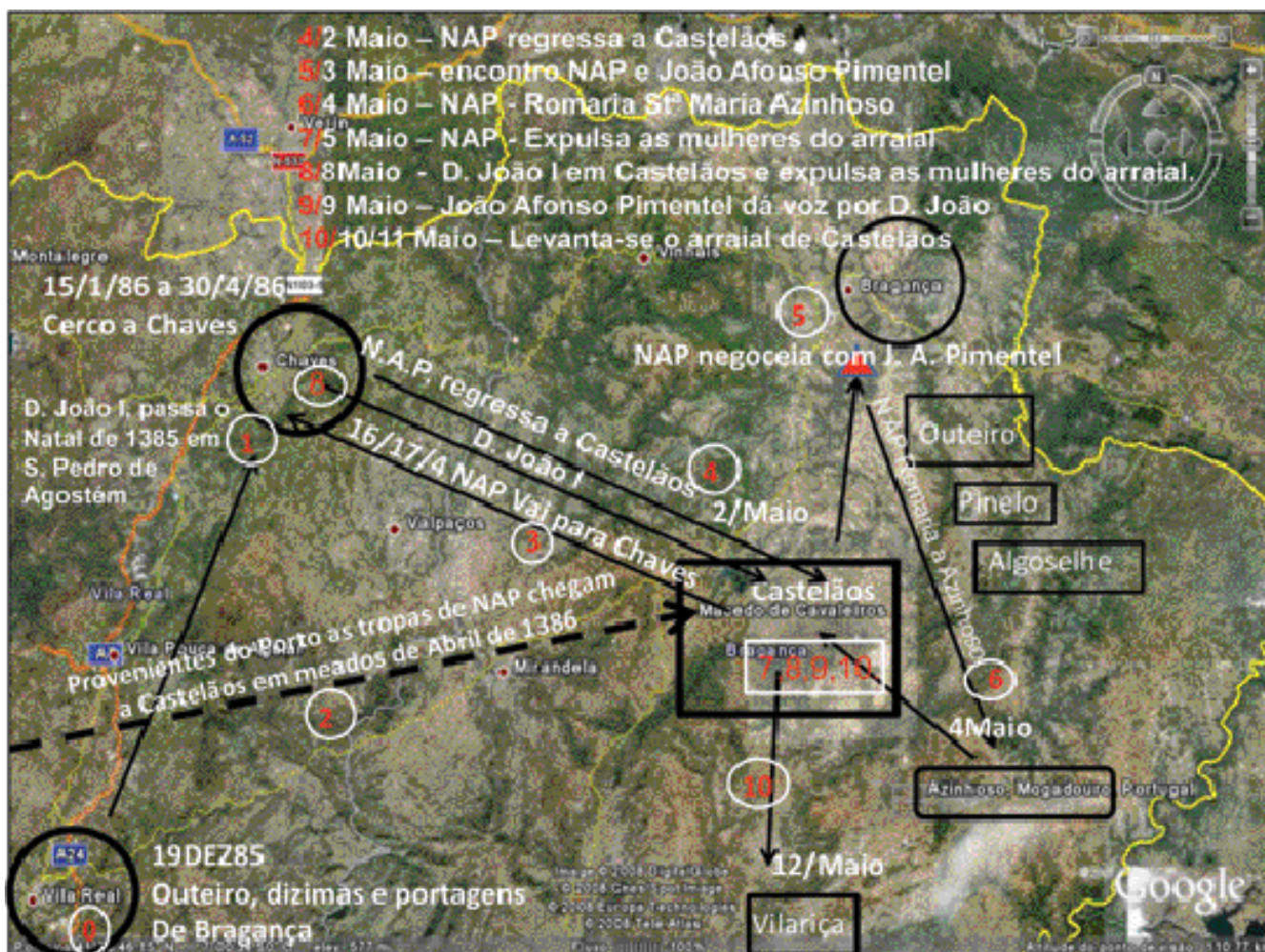
COMO HO COMDE LÂCOU FFORA DE SUA OSTE TODALAS MOLHERES QUE OS SEUS TRAZIAM

E estando assim em terras de Bragança (Castelãos) mandou poer em obra huma cousa que muito havia que tinha em vomtade de fazer, vemdo que o contrairo era perigoso pêra homeis que em guerra avião de continuar, a qual foy esta: que porquoanto os de sua campanha tragião todos manças, também os [que erão] casados como os que não ho heraõ, Ordenou que nenhu deshy em diamte não trouxese mamçeba nem mulher comsygo, e se alguma fose mais achada no arraial que fose loguo açoutado pubricamente por elle. (Fernão Lopes)

E estando assim em terras de Bragança (Castelãos, Macedo de Cavaleiros) ordenou aos seus homens uma coisa que há muito tinha vontade de fazer, vendo que o contrário era perigoso para os homens que em guerra haviam de continuar e que foi o seguinte: Porque os seus homens traziam todos manças (meninas), tanto os casados como os solteiros. Ordenou que nenhum dos seus homens dali em diante trouxesse mança ou mulher consigo, e se alguém fosse apanhado com companhia feminina no arraial seria logo açoitado publicamente por ele (Nuno Álvares Pereira).

Deste mandato desprougue muito a todolos que as trazião que não <<no>> ouve hy tal que ho sofrer cô paçiemçia, mas cada hum falamdo sobre esto ao Comde mostrava tantas e tais razões porque lhe era neçessario trazela, que bem semelhava aos que presentes herão nenhuma ser deitada fora da companhia. Ho Comde como hera comprido de mamssa e bem-aventurada razão cortezmente respndia a todos com muitas e boas palavras; Mas porque a fim de todas, hera não querer que hy mais andassem não os podia apaçifficar.

Esta ordem desagradou muito a todos os seus homens que tinham companhia feminina que ouviram em silencio e a so-



frer com paciência, mas cada um foi falar ao Conde que mostrava tantas e tais razões porque lhe era necessário fazê-lo, que bem confrontava os presentes, mas que não as queriam que abandonassem o arraial. O Conde homem de cumprir palavra e pela bem-aventurada razão, respondia a todos com muitas e boas palavras. Mas a finalidade era que as mulheres abandonassem o arraial, não os podia pacificar.

E huns dizião que antes saberyão perder sua merçe.

Uns diziam que tinham perdido a sua (Nuno Álvares Pereira) merçe.

Outros se desnaturavão d'elle (Comde) e que nunca mais o serviam

Outros desligavam-se dele (Nuno Álvares Pereira) e que nunca mais o serviriam.

Outros davão com as armas em terra, dizemdo palavras e mostramdo geitos que seria longo de contar e escrever.

Outros atiraram com as armas ao chão, dizendo palavra e mostrando jeitos que seriam longos de contar e escrever

Em tanto que o Comde dizia depois per vezes que ante quizerá esperar hua batalha, posto que de muita gente ffose, que esperar de respõder e tantas razões poderão não leixou elle de o poer em obra, emtemdendoo por serviço de Deus e proll dos que eraõ em sua companhia. Emtão se partirão todas, que não ficou nenhuma, e eles foram convidados daly em diante de as mais trazer, nem foy que se dele partisse por tal azo.

Tanto assim foi que Nuno Álvares Pereira dizia por vezes que antes queria participar numa batalha — visto que muita gente contestara e tantas razões, não deixaram ele de apresentar, para justificar a medida tomada, por serviço a Deus e em prol das suas tropas. Mas partiram todas e os homens foram convidados para que dali em diante de não as trazer mais.

E como El Rey chegou de Chaves (a Castelãos), o Comde lhe dise aquilo que feito tinha e que o demovera ao fazer e que fose sua merçe de poer em tal defesa em seu arraial, ca

doutra guisa não poderia elle bem mamter aquela ordenança se em sua oste não foise asy guoardada. Emtão ell Rey por defesa que nenhuma sua campanha não trouvesse mulher comsyguo sob aquela pena que o Comde posera; e tãobem lhe fez o Comde que posese defesa sobre ho arreneguar e jogou dos dados. Arrenegar

E como D. João I chegou de Chaves (a Castelãos, ao arraial) o Conde disse-lhe o que tinha ordenado e o que o demovera a fazer, pedindo-lhe a sua (Del Rey) merçe em sua defesa, e do seu arraial, pois doutra maneira não poderia manter a ordem, se nas suas tropas (do D. João I) não fosse também seguida esta ordenação. Então o Rei D. João para defesa do Conde, ordenou às suas tropas também para não trazerem consigo mulheres, sob a pena que o Conde pusera. Dando assim total cobertura à determinação do Nuno Álvares Pereira.

E porem dizia ell Rey depois muitas vezes que todolos boõs costumes que em Portugal avia que o Comdestabre os posera todos; nem nos não lhe apropriamos cousa que de louvar seja que em ell mais perfeitamente não ouvese.

O Capitulo LXX, dá-nos conta da chegada das tropas de D. João I e de D. Nuno ao Vale da Vilarica a 11/12 de Maio de 1386, onde fazem alarde.

COMO HEL REY FEZ ALARDO NA VALARICA E DAS GENTES QUE ACHOU

Foise o Comde caminho da Torre de Memcorvo, e veio se a Ribeira da Valarica que hee termo daquele luugar, e aly chegou el rey com sua oste. E ordenarão loguo de fazer alardo de totalas gentes que hay herão; e fazião alargo a vomguoarda sobre ssy, e isso mesmo as alas e reguarda. E este foy o mais fermoso alardo que ataa ly em Portugal fora visto. 4.500 Lanças mais cavaleiros e escudeiros e entre muitos o Prior da Ordem do hospital.»

NOTAS

¹ João Gouveia Monteiro, Comunicação II colóquio histórico, apresentado no centro regional das beiras da Universidade Católica Portuguesa, em 20 de Abril de 1999.

² O Tratado é assinado em Windsor/Inglaterra, mas D. João I, não está presente, encontra-se nesse momento, em Castelões, Macedo de Cavaleiros, a juntar tropas para tomar a praça de Bragança. Estão presentes à assinatura do tratado, pelo lado Português, como diz Fernão Lopes: três homrrados bispos e o Duque Dlorca, tio Del Rey D. João I e por Inglaterra El Rey Richarte Ronhale.

^{3,4} Coudel: Capitão de cavalaria, administrador de coudelaria.

Anadel: Comandante de uma companhia de besteiros ou de espingardeiros.

⁵ «As úlceras apareciam sobre as axilas e nas virilhas e a morte sobrevinha ao terceiro dia. Por vezes, os doentes morriam sufocados pelo próprio sangue. O pavor era tal que, logo que apareciam feridas no corpo a um doente, todos o abandonavam, até os parentes: o pai deixava o filho agonizar no seu catre e o filho deixava o pai. Isto não nos deve espantar se pensarmos que a peste era altamente contagiosa; quando numa casa aparecia a primeira vítima, tudo era contaminado e morriam as pessoas e os animais que vivessem debaixo do mesmo tecto. Assim faleciam por falta de cuidados muitos que, de outra forma, poderiam sobreviver; outros, quando atingidos, eram logo considerados condenados, levados para a vala e sepultados antes de terem dado o último suspiro.»

Relato da época, citado por Baluze, *Vie des papes D'Avignon*, século XIV.

⁶ As cortes de Coimbra reuniram-se em Abril de 1385. Apresentaram-se quatro candidatos ao trono de Portugal: D. Beatriz; Os Infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro, e o Mestre de Avis filho (bastardo) de D. Pedro e de uma senhora galega Teresa Lourenço. Foi a pressão dos representantes dos concelhos, dirigidos pelo jurista João das Regras (enteado de Álvaro Pais, homem que transmitiu ao mestre o seguinte conselho: «Senhor, Fazei por esta guisa: Dai o que vosso não é, e prometei o que não tendes, e perdoais a quem vos não errou, e ser-vos-á em grande ajuda para tal negócio no qual sois posto»), era o orador oficial, mas claramente pelo Mestre, faz prodígios de retórica. Só não consegue convencer os apoiantes do Infante D. João. (as cortes já iam quase com um mês de duração e não se saía do impasse). Iria ser este impasse que faz intervir Nuno Álvares Pereira. Irrompe nas cortes, acompanhado de 300 escudeiros bem armados. Passado pouco tempo o Mestre de Avis era eleito 10.º Rei de Portugal « per unida concordança de todollos grandes e do comum povo» (como nos relata Fernão Lopes). D. João I uma das primeiras medidas que tomou, foi escolher para Condestável do Reino, Nuno Álvares Pereira.

⁷ Brites de Sousa era filha de Martim Afonso de Sousa, 2.º Senhor de Mortágua (que esteve em Aljubarrota, facto que não deve estar alheia também a presença de Martim Gonçalves de Macedo). Era Neta de Vasco Martins de Sousa Chichorro, 1º Senhor de Mortágua, bisneta de Martim Afonso Alchichorro II e trineta de D. Afonso III, rei de Portugal. Este, por sua vez, filho de D. Afonso II, rei de Portugal, neto de D. Sancho I, rei de Portugal e bisneto de D. Afonso Henriques, o da fundação do reino de Portugal. Fontes N.F.P. Vol X pgs 323 a 369 (Sousas) e N.F.P. Vol VII pág. 10 (Macedos).

⁸ João Afonso Pimentel, que foi alcaide de Penarroiás e senhor de Bragança, casou-se com uma irmã bastarda de D. Leonor Telles. É parcial da Rainha, tendo sido um dos nobres que a acompanhou a Alenquer, em 1384. Na continuação, torna-se apoiante de D. Beatriz, contestando a eleição do Mestre de Avis nas Cortes de Coimbra. Bragança era terra estrategicamente importante para a defesa do reino, controlando a entrada de forças hostis pela via transmontana. A cidade muda de alcaide duas vezes, ainda no reinado de D. Fernando: no período de 1367-68 e entre 1372 e 1380. Aliás, não é caso único em Trás-os-Montes, onde, por exemplo, Vinhais vê estas mudanças ocorrerem em 1367-68, entre 1369 e 1371 (duas vezes) e entre 1381 e 1383, ou Miranda, entre 1367-68, 1369-71 e entre 1372 e 1380. Todas terras de fronteira, de que dependeria, em boa parte, a segurança do Reino.

⁹ As mudanças de partido foram comuns durante a «Crise», nos vários escalões da aristocracia portuguesa, e mesmo D. Nuno Álvares Pereira terá ameaçado passar-se «para o outro lado», caso não obtivesse determinadas benesses. José Mattoso analisou a posição da nobreza portuguesa, neste período, num importantíssimo artigo

Refere este historiador, entre outros pontos, que o posicionamento dos nobres portugueses esteve menos condicionada por laços de vassalagem do que por alianças matrimoniais ou relações pessoais. Realça, por exemplo, que escudeiros do conde de Barcelos, irmão de Leonor Telles e de Gonçalo Vasquez de Azevedo, também apoiante da Rainha, abandonaram os seus senhores para irem servir o Mestre de Avis. Mas realça ainda José Mattoso, que mesmo entre a chamada grande nobreza não funcionou sempre a solidariedade familiar, citando o caso de muitos nobres, entre eles, Pimentel e Sousas, que encontramos num e noutro lado. Chama ainda a atenção para o facto de a ideia de que os filhos, segundos e bastardos seguiram D. João, e os primogénitos a rainha D. Beatriz, poder ser uma hipótese muito provável, embora necessitando de uma verificação sistemática. Para evitar generalizações abusivas, acrescentamos nós. José Mattoso ressalta este facto, o que designámos por «generalizações abusivas», quando escreve:

«Também aqui, no entanto, o factor não funciona mecanicamente. Como acontece em relação com a alta nobreza e os escalões inferiores, onde vimos surgirem membros da segunda que se juntaram à primeira por razões de aliança ou solidariedade de interesses. Também se podem encontrar bastardos e filhos segundos entre os partidários da rainha, por razões de dependência embora mais modesto do que em outros tempos, encontravam-se claramente divididos entre as várias facções em luta. Martim Afonso de Sousa acaba por se afastar do grupo que apoia D. Leonor e D. Beatriz, e Fernão Lopes apenas aponta, ao lado da filha de D. Fernando o Fernão Gonçalves de Sousa».

Podemos colocar a hipótese, mas apenas como hipótese, entenda-se, que a aliança matrimonial de Martim Gonçalves com uma senhora de Sousa o tenha feito pender para o lado do Mestre. E não podemos colocar de lado a questão da quase permanente luta entre famílias nobres do mesmo grau, e as eventuais tentativas de pequenos nobres fugirem à tutela dos seus senhores.

Mover-se-ia Martim Gonçalves por estes interesses. Confessamos que esta é uma interrogação a que os documentos consultados não nos dão resposta. O domínio da Terra de Bragança por parte de João Afonso Pimentel, terra onde se inseria Macedo de Cavaleiros, pode ter condicionado a posição de Martim Gonçalves.

¹⁰ No livro das Lembranças, de Santa Cruz de Coimbra, publicado por António Cruz em 1968. Já Lopes Correia, na sua obra *Trancoso* (Notas para uma monografia), chamou a atenção para a data desta batalha. Eis o seu teor: «Era de mjl iiii^{as} Xxij annos no mes de Mayo apar de Trancoso Martim Vaaz da Cunha e Gonçalo Vaaz Coutinho e Joham Fernandez Pacheco pellejarom com Joham Roiz de Castanheda e foram vencidos os castellaños». O outro elemento é de muito maior valor, foi revelado por Cármen Batlle no estudo «La fecha de la batalla de Trancoso (29-5-1385), inserto em 1966 no «Anuario de Estudios Medievales», da Universidade de Barcelona. Como se sabe, Pedro Soares de Toledo, alcaide-mor de Toledo, foi um dos capitães mortos na peleja. Cármen Batlle vem dizer-nos que o seu túmulo e uma lápide anexa com inscrição (ambos provenientes de um convento toledano) se encontram no Museu Marés de Barcelona, e que na lápide há os seguintes dizeres: «Aqui yaze Pero Suares alcaide mayor de Toledo que Dios perdone e de Donan Ynes de Ayala e fino em servuicio del rey don Juan en la batalla de Trancoso marts xxiiiii dias del mês de Mayo año de Nuestro Salvador Jesucristo de mil e ccc e lxxx e cinco años». Nada aparentemente mais preciso: a batalha deu-se a uma terça-feira, 29 de Maio de 1385. A notícia, que o Prof. Emilio Sáez, de Barcelona, confirmava, de alguma forma, as minhas conclusões. Mas havia de haver uma arreli. Quando me pus a verificar os dizeres da inscrição, deparei com esta realidade: o dia 29 de Maio caiu a uma segunda-feira, não a uma terça; terça-feira foram 30, e não 29. A inscrição contém, pois, um lapso, e de balde se procurará saber se o que está errado é o dia da semana ou o dia do mês. É de pensar, contudo, que o combate se feriu em 29 ou 30 de Maio. (Texto extraído do livro *Acerca da Batalha de Trancoso*, de Salvador Dias Arnaut, editado pela Câmara Municipal de Trancoso em 1986.)

¹¹ Ser armado cavaleiro era aderir a um código secular de honra de uma aristocracia marcialmente orientada. A cavalaria floresceu no seu contexto europeu ocidental entre meados do século XIII e o século XVI. A evolução da sociedade feudal na Idade Média gerou condições especialmente favoráveis ao desenvolvimento dos ideais do cristianismo e beliciedade, era uma elite montada. Na cerimónia de «armar cavaleiro» era atribuída a adopção das armas, insígnias e brasão, como distintivos de nobreza que enfatizavam os atributos seculares da aristocracia militar dominante. Nos séculos XIII e XIV «armar cavaleiro» era uma prerrogativa de um príncipe reinante — que declarava a frase: «Sê um Cavaleiro». Deste modo surgiu um código humanizante de comportamento «Cavaleiro versus Cavalheiro», envolvendo reverência pela religião pelas damas da nobreza e imbuídos de uma etiqueta de combate em relação a outros cavaleiros. Tal elaboração, leva à transformação, no século XVI do Cavaleiro/Cavalheiro, para o gentil-homem (gentilhomo em França) ou (gentleman em Inglaterra) Dicionário da Idade Média, pp. 81 e 82

Fernão Lopes Lobo, João Fernandes d'Arca, Martim Gonçalves do Carvalho, tio do Condestável, Nuno Fernandes de Moraes, Vasco Leitão, Martim Gonçalves de Faria, Afonso (ou Álvaro) Garcia de Faria, Alvaro Annes de Carvalho, Vasco Lobeira, Lourenço Mendes de Carvalho, Estevão Vasco de Goes, Estevão Vasco Filipe, Egas Coelho, Vasco Martins de Gá, ou d'Água, Estevão Fernandes Chamorro, Nuno Viegas o moço, Martim de Ulhoa, Rui da Cunha, Commendador da Ordem de Santiago, Martim Gomes Commendador de Aljustrel, Vasco Gonçalves Teixeira, Ruy Gonçalves Lobo, Vasco Lourenço Martinho, Jayme Lourenço Cabeça, Estevão Lourenço Gaio, Alvaro do Rego, João Rodrigues do Rego, Gonçalo Pires Malafaya, Alvaro Gonçalves de Faria, Gil Martins Doutel, Rodrigo Afonso de Aragão, Martim Chamisa, Pedro Afonso d'Âncora, João Gonçalves (ou Fernandes) Vieira, Ruy Gonçalves Lobo, Fernando Alvares de Almeida, Martim Gonçalves de Macedo, Alvaro Gil Correia, Vasco Lourenço de Parada, Diogo Gil de Figueiredo, e outros.

¹² *Luís Vaz de Camões era filho de Simão Vaz de Camões e de Ana de Sá de Macedo, que alguns autores crêem vir em linha directa de descendência de Martim Gonçalves de Macedo.*

^{13 e 14} Barbosa, Pedro e Mendes, Carlos, De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2006, pp 37 e 38.

¹⁴ Barbosa, Pedro e Mendes, Carlos, De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2006, pp 37e 38.

¹⁵ Alves, Francisco Manuel (*Abade de Baçal*), Memórias Arqueológicas —Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, Câmara Municipal de Bragança, 2000, pág. 304, citando documento da chancelaria de D. João I fl, 114, Místicos, livro 4, fl 57 v.

¹⁶ Distâncias que serviram de calculo à exequibilidade das datas: partindo do cálculo de velocidade média da marcha em cavalgada, entre 11 e 12 km/h

Chaves — Castelãos — 51km, em linha recta — +/- 5 horas

Castelãos Bragança — 32km em linha recta — +/- 3 horas

Bragança — Azinhoso — 47km em linha recta +/- 4,5 horas

Azinhoso — Castelãos — 29 km em linha recta — +/- 3 horas

A velocidade média da marcha em cavalgadas é entre 11 e 12 km/h. Todavia, nos concursos de marcha, esta velocidade tem chegado, em média, entre 15 e 16km/h. Este excesso de velocidade dificulta a avaliação da qualidade do diagrama, da dissociação, sendo a forma mais comum de mascarar andamentos excessivamente diagonalizados. Em velocidade normal, entre 11 a 12 km/h, o sincronismo perfeito, ou quase perfeito no deslocamento de bípodes diagonais seria facilmente evidenciado nos cavalos «velocistas». Lúcio Sérgio de Andrade — Zootecnista, escritor, árbitro de equídeos marchadores www.equicenter-publicacoes.com.br

Bibliografia

ALMEIDA, M. LOPES DE E BASTO, A DE MAGALHÃES, Crónica de D. João I, segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontando com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica, Volume I Biblioteca Histórica, série régia, Livraria Civilização, 1990, Barcelos, introdução pág. XVII

ALMEIDA, M. LOPES DE E BASTO, A DE MAGALHÃES, Crónica de D. João I, segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontando com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma crónica, Volume II Biblioteca Histórica, série régia, Livraria Civilização, 1990, Barcelos. pp. 134, 159, 161, 162, 163, 168, 175, 176, 198

ALVES, FRANCISCO MANUEL (ABADE DE BAÇAL), Memórias Arqueológicas —Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, Câmara Municipal de Bragança, 2000

ALVES, FRANCISCO MANUEL (ABADE DE BAÇAL), Memórias Arqueológicas —Históricas do Distrito de Bragança, Tomo VI, Câmara Municipal de Bragança, 2000

ALVES, FRANCISCO MANUEL (ABADE DE BAÇAL), Memórias Arqueológicas —Históricas do Distrito de Bragança, Tomo VII, Câmara Municipal de Bragança, 2000

AMARAL, AUGUSTO FERREIRA, «Martim Gonçalves de Macedo salvou D. João na Batalha de Aljubarrota?» In *Armas e Troféus*, VI série, tomo IV, n.º 1, 2 e 3, Lisboa, 1992

AMARAL, AUGUSTO FERREIRA DO, A Varonia Ferreira do Amaral, Edição do Autor, Lisboa, 1974

BAËNA, SANCHES DE, VISCONDE, Arquivo Heráldico —genealógico, parte 2, artigo «Macedo», Lisboa, 1872

BALUZE, Vie des papes D1Avignon, século XIV, s.e., s.d, s.l.

BARBOSA, PEDRO E MENDES, CARLOS, De Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2006

BORREGO, NUNO GONÇALO PEREIRA, Cartas de Brasão de Armas, Colectânea, Edição Guarda-mor, Edições de Publicações Multimédia, Lda., Lisboa, 2003

CORREIA, VIRGÍLIO, Mosteiro da Batalha, número specimem, Litografia Nacional, Porto 1928

CORREIA, VIRGÍLIO, Coleção Monumentos de Portugal n.º 1 Mosteiro da Batalha. Litografia Nacional, Porto 1929

CORREIA, MANUEL DE MELLO (DIR.), Anuário da Nobreza de Portugal, Instituto Português de Heráldica, 1ª Edição Lisboa, 1985

CORREIA, LOPES, Trancoso, notas para uma monografia, Câmara Municipal de Trancoso, 1968

FERNANDES, NUNO DA SILVA, James Murphy e o Mosteiro da Batalha, Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, IPPC, Lisboa, 1989

FROISSART, JEAN DE, Crónica, Duas passagens relativas a Aljubarrota, notas de Mário Jorge Barroca, ed. Fundação da Batalha de Aljubarrota, São Jorge, Batalha, 2008

FROISSART, JEAN DE, Croniques, Livros III e IV, Paris, 2004.

GARCIA, J. M., Breve História dos Descobrimentos e Expansão de Portugal, Lisboa, Presença, 1999, pp. 15-20.

GAYO, FELGUEIRAS, Nobiliário de Famílias de Portugal, Volume VII, 3ª edição, Edições de Carvalhos de Basto, Braga, 1992

GOMES, SAUL ANTÓNIO, Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol I, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2002/

Gomes, Saul António, Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol II, (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2003

GOMES, SAUL ANTÓNIO, Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII), Vol III (1388-1450), IPPAR, Lisboa, 2004

HOUAISS, ANTÓNIO, Dicionário da Língua Portuguesa, Circulo dos Leitores, 2003, Lisboa

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO, Aljubarrota, 1385 a batalha real, Lisboa Tribuna da História, imp 2003

LEMOES, DAMIÃO ANTÓNIO, História Geral de Portugal, e suas conquistas, Tomo V Typografia Rollandiana, Lisboa, 1786, pág 344

LOPES, FERNÃO, Crónica de D. João I Vol I s.l., Civilização, imp 1994

LOPES, FERNÃO, Crónica de D. João I Vol II s.l., Civilização, imp 1994

LOPES, FERNÃO, História de uma Revolução primeira parte « crónica de El Rei D João I de Boa memória — 2ª ed. Publicações Europa —América, Lisboa 1990.

MARQUES, A. H. OLIVEIRA, Breve História de Portugal, Lisboa, Presença, 1998, pp. 113-119.

MATTOSO, JOSÉ, «A Nobreza e a Revolução de 1383» em Fragmentos de uma Composição Medieval, Lisboa, 1987

MENDES, CARLOS ALBERTO SANTOS, Macedo de Cavaleiros, Cultura Património e Turismo — contributos para um programa integrado, Ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros, 2005

MONTEIRO, JOÃO GOUVEIA, Comunicação II colóquio histórico, apresentado no centro regional das beiras da Universidade Católica Portuguesa, em 20 de Abril de 1999.

- MORAIS, CRISTÓVÃO ALÃO DE, *Pedatura Lusitana* (Nobiliário de famílias de Portugal) Volume I, Livraria Fernando Machado, Porto 1943
- MORENO, HUMBERTO BAQUERO, *Os Itinerários de El-Rei D. João I*, s.e. Lisboa, 1988
- NICOLLE, DAVID, *French Armies of the Hundred Years War*, Oxford, 2000
- PIRES, NUNO CORREIA BARRENTO DE LEMOS, *Exércitos não permanentes*, Revista do Exército, nº 2477 Junho/Julho, 2008, s.l.
- REIS, ANTÓNIO DO CARMO, *Nova História de Portugal*, Lisboa, ed. Notícias, pp. 56-57.
- SANTOS, FREI MANUEL DOS, *Monarquia Lusitana*, Parte VIII, Oficina da Música, Lisboa, 1727
- SANTOS, JOSÉ TRAVASSOS, In, *Cadernos da Vila Heróica*, Arquivos Históricos, Artísticos e Literários da Batalha, Coleção autores, Coleção História e Arte, ed. Magno, Leiria, 2001
- SYLVA, JOSEPH SOARES, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo delrey D. João I*, Tomo terceiro, Lisboa Occidental, Impressor da Academia Real, Lisboa, 1732, pp. 1231 a 1234.
- SOUSA, D. ANTÓNIO CAETANO, *Agiologio Lusitano*, Tomo IV, Regia Officina Sylvana e da Academia Real, 1744, Lisboa, páginas 530 e 531
- TAVARES, MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO, *A Nobreza no Reinado de D. Fernando e a sua Actuação em 1383-1385*, em Revista de História Económica e Social, nº 12, Julho — Dezembro de 1983

- TOSCANO, FRANCISCO SOARES, *Paralelos de Principes e Varoens Illustres*, Officina Ferreiriana, Lisboa Accidental, 1733, pp 203 a 205
- VITERBO, FR. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE, *Elucidário das palavras, termos e frases*, Volume segundo B-Z, Livraria Civilização, 1993, Porto — Lisboa

Edições Electrónicas

www.geneall.net
www.equicenterpublicacoes.com.br,
www.iluminura.blog.sapo.pt
www.pensarpm.blogs.sapo.pt
www.benaguia.spaces.live.com
www.gloriaaidademedias.blogspot.com
www.pedraformosa.blogspot.com

Fotografias

- Retrato de D. João I. Litografia a partir de obra de Manuel J. Valentim. in, www.pedraformosa.blogspot.com
- Martim Gonçalves de Macedo (ficção) Tray.com.br
- Selo, Edição dos CTT, 1926, comemorativo da Batalha de Aljubarrota, composição de Roque Gameiro
- www.geocities.com (foto Nuno Álvares Pereira)



Nicolau Pereira Campos Vergueiro — Algumas Notas Biográficas

(De Vale da Porca à Regência do Brasil)

Carlos Mendes*



Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

Algumas Notas Biográficas

Introdução

Trás-os-Montes, região do Nordeste Português, incluída no grupo das mais carenciadas da Europa, tem dado, a si e ao mundo, figuras notáveis as quais a história, paulatinamente se tem vindo a esquecer. Este trabalho é sobretudo uma compilação de dados e, pretende tirar uma figura notável da poeira dos tempos onde tem permanecido esquecida pelos seus conterrâneos. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nascido em Vale da Porca, freguesia do Município de Macedo de Cavaleiros, bem no coração transmontano, merece ser lembrado e perpetuado, mais que não seja pelos seus, pois soube honrar «o ser Transmontano», característica e realidade que só está ao alcance desta estirpe.

Então quem foi;

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Nasceu a 20 de Dezembro de 1778, em Vale da Porca, Concelho de Macedo de Cavaleiros, à época, Concelho de Chacim. Filho de Luís Bernardo Pereira Vergueiro, também nascido em Vale da Porca, e de D. Clara Maria Borges de Campos, nascida em Gebelim, casados em 27 de Abril de 1768, na Igreja de S. Martinho de Gebelim, Concelho de Alfândega da Fé.

Os primeiros 15 anos (1779 a 1793) de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, são vividos em Vale da Porca, necessariamente dentro das «restrições» sociais e culturais da época, mesmo fazendo parte de família abastada.

Em Setembro de 1793 vai frequentar o Real Colégio das Artes em Coimbra, onde completará os estudos pré-universitários em 1795.

Notas sobre o Real Colégio das Artes

O Colégio das Artes ou Colégio Real das Artes e Humanidades de Coimbra é fundado em 1548. Emerge com «A Reforma da Universidade no século XVI e a sua transferência para Coimbra». As razões para a sua criação tiveram a ver com o facto de que os portugueses candidatos à universidade não tinham onde fazer a preparação para os estudos superiores e as instituições que havia não lhes ministravam um ensino com a qualidade exigida para um candidato à universidade. A alternativa a essas instituições nacionais estava em Colégios franceses, o de Sta Bárbara em Paris e o de Guiné em Bordéus.

Resulta claro que só os oriundos de famílias abastadas e/ou os que conseguiam bolsas régias, podiam usufruir do estatuto de preparar a entrada na universidade num desses colégios, cuja qualidade de ensino era reconhecida em todos os países. O colégio criado por D. João III, foi dotado de um grupo de professores de grande qualidade nas áreas do ensino ministrado, destacando-se a gramática, o latim, o português, o grego, a história, a geografia e a matemática elementares, matérias básicas do ensino secundário de então. Após estes estudos seguiam-se os de retórica e humanidades, seguidos dos estudos filosóficos. O mais interessante deste colégio era o facto de que os alunos após os estudos filosóficos podiam seguir para o sacerdócio sendo-lhes ministrados, como é lógico, estudos de moral e dogma. Inicialmente funcionou próximo de Sta Cruz e depois na «alta» de Coimbra. O seu funcionamento era autónomo em relação à universidade. O seu aparecimento foi muito importante para a afirmação de Portugal na Europa pois colocava-nos lado a lado com os países mais desenvolvidos, no que ao ensino de humanidades dizia respeito. Os princípios que regiam o seu funcionamento eram baseados no humanismo cristão pelo que não espanta que em 1555 a sua direcção fosse entregue. Foram muitos os transmontanos, que estudaram neste colégio, segundo Hirondino Fernandes, revista Brigantia, Vol. 10

* Licenciado em Arqueologia pelo FLUL, meste em História Regional e Local, doutorando em Arte e Património e Presidente da Associação «Terras Quentes».

Após terminar os estudos no Real Colégio das Artes é admitido a 5 de Outubro de 1796, Nicolau Pereira Campos Vergueiro matricula-se na Universidade de Coimbra em Leis, terminando o Bacharelato em 11 de Julho de 1801.

Notas sobre a Universidade de Coimbra

A história da Universidade de Coimbra remonta ao século seguinte da própria fundação da nação portuguesa, dado que a Universidade foi criada no século XIII, em 1290. Antes, porém, em 1288, foi elaborada uma Súplica ao Papa Nicolau IV (de que só se conhece o traslado) datada de 17 de Novembro de 1288 e assinada pelos abades dos Mosteiros de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Lisboa e pelos superiores de 24 igrejas e conventos do Reino. Este documento solicitava a fundação de um «Estudo Geral» e aquelas instituições religiosas assumiam a garantia do seu financiamento. Não se sabe se a Súplica chegou à Santa Sé.

1290: A criação da Universidade A 1 de Março de 1290, foi assinado em Leiria, por D. Dinis, o documento «Scientiae thesaurus mirabilis», que institui a própria Universidade e pede ao Papa a confirmação. A bula «De statu regni Portugaliae» do papa Nicolau IV, datada de 9 de Agosto de 1290, reconheceu o Estudo Geral, com as faculdades de Artes, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina. Teologia foi reservada aos conventos dominicanos e franciscanos (só por volta de 1380 é que passou a fazer parte do ensino universitário português). A Universidade foi instalada em Coimbra, no Paço Real da Alcáçova, em 1308. Em 1338 voltou para Lisboa, onde permaneceu até 1354, ano em que regressou para Coimbra. Ficou nesta cidade até 1377 e voltou de novo para Lisboa neste ano. Até 1537 permaneceu em Lisboa, data em que foi transferida definitivamente para Coimbra, por ordem de D. João III.

Transferência definitiva, A 27 de Dezembro de 1559 (reinado de D. Sebastião), Baltazar de Faria fez a entrega dos Quartos Estatutos, nos quais se determinou que o reitor fosse eleito pelo Claustro, disposição essa nem sempre cumprida pelo poder régio. Nesse mesmo ano, a 1 de Novembro, tinha sido solenemente aberta a Universidade de Évora, entregue aos Jesuítas. Em 1591, de Madrid, vieram os Sextos Estatutos (os quintos foram deixados de lado, nunca tendo entrado em vigor) e foram apresentados em Claustro no ano seguinte. Determinava-se que a Universidade indicasse três nomes para o cargo reitoral, escolhendo o rei, um deles. (História da Universidade de Coimbra em www.uc.pt).

Terminados os estudos em Coimbra em 1801, possivelmente, regressa a Vale da Porca a fim de preparar a sua viagem para o Brasil, onde já se encontravam alguns familiares. Chega ao Brasil em 1803, fixando-se em S. Paulo. Não era rico, mas tivera educação esmerada, com o diploma de Doutor em Leis, que conseguira em Coimbra, possuía o suficiente para estabelecer uma banca de advogado na Colónia. Assim, em 1803, Vergueiro chegava a São Paulo, onde passaria a dividir os serviços jurídicos com os irmãos Arouche, Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e Manuel Joaquim Ornellas. Os cinco eram os únicos advogados da vila (São Paulo), que então contava com cerca de 20 mil habitantes, incluindo 6 mil escravos. Nesta pequena povoação, com suas casas de taipa, pintadas de branco e com dois pavimentos, sacadas de grades, ruas asseadas, onde o uso de vacina banira as epidemias de varíola — flagelo dos centros urbanos coloniais —, Vergueiro foi tomando contacto com os hábitos da sociedade paulista. A alimentação era farta: pela manhã, o café com pão e manteiga; ao entardecer, o chá. No almoço, muita verdura, carne de porco ou vaca, batata-doce, cará, mandioca, frango assado. As festas e jantares de cerimónia eram frequentes e neles serviam-se, por vezes cinquenta pratos diversos, regados com bom vinho. Após os doces e o café, os convidados tocavam, dançavam, cantavam, ou jogavam cartas.

Foi num desses «chás paulistanos» já em 1804, que Vergueiro conheceu Maria Angélica de Vasconcelos, cuja aparência e cultura muito o impressionaram. Passados alguns meses, estavam casados. Para instalar-se com a esposa, Vergueiro gastou 700 mil réis, comprando um amplo chalé na rua Direita, número 14. Em São Paulo, a não ser em 1813, que morou na rua do Ouvidor número 9, nos demais anos teve sempre a sua residência na rua Direita. Foi proprietário nesta rua de duas moradias, uma vivenda, comprada em 1806 por 700 mil réis ao Sargento-mor António Silveira Peixoto e outra de casas térreas, de dois lances, adquirida em 1842 ao Capitão António Bernardo Bueno da Veiga, por dois contos de réis. D. Maria Angélica de Vasconcellos era filha do capitão José de Andrade e Vasconcellos e de D. Anna Eufrosina de Cerqueira Câmara. Do casamento resultou o nascimento de oito filhos, Carolina Campos Vergueiro, Angélica Joaquina Vergueiro, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, José Pereira de Campos Vergueiro, Antónia Eufrosina Vergueiro, Francisca Vergueira, Nicolau José de Campos Vergueiro e Anna Vergueiro.

Em 1806 recebe uma sesmaria (terra abandonada) em Piracicaba, dedicou-se a cultivá-la. É nomeado nesse ano para o cargo de promotor dos resíduos.

Em 1807 recebeu junto com seu sogro, José de Andrade Vasconcellos, nova sesmaria na região do rio Piracicaba onde instalou o Engenho do Limoeiro.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, espírito arguto e idealizador, não se mostrava indiferente ao futuro que se desenhava para a povoação de Piracicaba. Via-a aumentar e enriquecer, tomando parte no concerto grandioso de progresso que accionava a Província. Sonha para ela dias melhores, livre dos ferros que a prendam exorbitantemente a Porto Feliz e a Itu.

Homem arejado viajava amiúde para a sede da Província, onde o ligavam negócios das suas propriedades agrícolas. O seu círculo de relações no mundo político e administrativo de São Paulo era vasto. Conhecia os homens da época e com eles privava. Não perdia oportunidade em focalizar a terra que escolhera para morar, a terra onde lhe nasceriam os filhos, a terra que amava e pugnava por ela. Por que, então, Piracicaba não poderia espriar-se como outros núcleos, deixando o casulo de freguesia para alcançar os foros de vila? Que falta fazia uma câmara autónoma, que encarasse de frente os problemas locais, sem mendicância junto das vilas referidas!



Casa-Grande da fazenda Ibicaba.



Sala de jantar da casa de Nicolau Campos Vergueiro. Sede da fazenda Ibicaba, pioneira na utilização da força de trabalho dos imigrantes.

No ano de 1811 é nomeado Juiz Ordinário em São Paulo e Juiz de Sesmarias, cargo que exercerá até 1818.

Em 1813 é nomeado membro do Governo Provisório da Província de São Paulo e Vereador da Câmara de São Paulo.

Em 1814, comprou outro terreno, o Monjolinho, situado nos Campos de Araraquara (hoje São Carlos), onde introduziu a criação de gado.

1815, deixa de advogar em S. Paulo ao lado de Manuel Euphrasio de Azevedo.

Em 1816, graças ao financiamento do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, instalou a empresa agrícola Vergueiro & Sousa, cultivando principalmente o café. Foi juiz das sesmarias até esta data. Data em que se retirou para Piracicaba a fim de dirigir os engenhos que ali fundou em sociedade com o brigadeiro Luís Antônio de Sousa. O homem certo para se associar, o Brigadeiro Luiz Antonio de Sousa, vinha sendo o pioneiro do desenvolvimento da economia paulista. Com efeito, ele introduziu na Província os rudimentos de um sistema de crédito bancário. A agricultura e a pecuária davam-lhe prazer e foram-se tornando as suas actividades predilectas. Desenvolveu um projecto de constituir uma grande empresa agrária.

A firma Vergueiro & Sousa começou com as duas fazendas e o financiamento proporcionado pelo banqueiro. Vergueiro era o administrador e mudou-se para Piracicaba, onde a nova e florescente sociedade iria adquirir mais terras: o Engenho de Monte Alegre, a Fazenda do Taquaral e a grande Sesmaria do Morro Azul. Esta associação teve vida curta; pois em 1819 morria o Brigadeiro Luiz Antônio de Sousa e Vergueiro fica à testa do negócio.

Fundada em 1817 pelo Senador Nicolau Pereira de Campos, a Fazenda Ibicaba foi sede da primeira e uma das mais importantes colónias do Brasil. Importante figura do Brasil Imperial, foi o personagem maior da fundação e do desenvolvimento de Limeira. Aqui instalou o Engenho do Ibicaba em 1817, onde fixou residência a partir de 1825. Por sua iniciativa se deve a abertura da primeira estrada do Morro Azul a Campinas (1823/1826), a criação da Freguesia e Distrito (1830), a Sociedade do Bem Comum de Limeira e a oficialização da doação patrimonial de terras do Capitão Cunha Bastos (1832), a vinda dos imigrantes europeus a partir de 1840 e a elevação a Vila (1824). O Senador Vergueiro foi o responsável pela vinda dos primeiros imigrantes da Europa, muito antes da abolição da escravatura. A sua empresa «Vergueiro e Companhia»¹ recrutava os imigrantes, financiava a viagem e o imigrante tinha que pagar a sua dívida trabalhando para ele, pelo menos, quatro anos. A cada família cabia um número determinado de pés de café que pudesse cultivar e colher, além de roças para o plantio do seu sustento. O produto da venda do café era repartido entre colono e fazendeiro, devendo prevalecer o mesmo princípio para sobras de mantimentos que o colono viesse a vender. Esses contratos ficaram conhecidos como «Sistema de Parceria». Cerca de mil pessoas entre portugueses, suíços e alemães. Todos viviam na Fazenda de Ibicaba que era quase independente, havendo circulação interna de moeda própria. Durante uma década, o modelo de colonização obteve sucesso e serviu de exemplo para todo país.



Em 1820 Vergueiro é nomeado Inspector de Estradas (Piracicaba). É nesse ano e por causa da Revolução do Porto, que se iniciou na política. Os liberais portugueses haviam conseguido a convocação de uma Assembleia Constituinte. O Rei Dom João VI fora obrigado a jurar uma Constituição que ainda seria elaborada e a retirar-se do Brasil, onde se encontrava. Como quase todos aqueles que estudaram em Coimbra nos fins do século XVIII e princípios do XIX, Vergueiro não acreditava na origem divina dos reis e não considerava o regime absolutista, o mais conveniente. Nas discussões domésticas, não ia tão longe como sua esposa, Maria Angélica, republicana fervorosa, mas era uma liberal convicta. No entanto, até 1821, suas concepções de governo serviam apenas para animar os debates no círculo de amigos. A vida deste varão ilustre é uma das mais importantes entre todas que têm avultado no Império do Brasil. Este nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o Império português, e se foi engrandecendo todos os anos à medida que as idéias liberais iam triunfando.

Em 1821, rebenta a revolução em São Paulo. Vergueiro é inopinadamente (pois não estava presente a esse acto, Vergueiro foi lembrado) eleito representante da agricultura, em 23 de Junho, membro do governo provisório, como representante da lavoura. Apesar da pouca afeição que votava aos cargos públicos, aceitou aquele, dizendo: «*Não sei como me sairei: mas, embora fique mal com todos, hei-de ficar a bem com a minha consciência.*» Seguem-se logo as eleições para as Cortes constituintes de Lisboa. Foi nomeado espontaneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifácio de Andrada, vice-presidente do governo provisório, que na mesa eleitoral disse-lhe mostrando a sua cédula: «*Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao governo.*»

No ano seguinte, 1822, é eleito Deputado Geral por S. Paulo.

Eleito deputado às cortes de Lisboa² e, de volta ao Brasil, é eleito para a Constituinte de 1823. Como os irmãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e José Bonifácio de Andrada, foi preso após a dissolução da Assembleia. Posto em liberdade, aceitou a nova carta constitucional como facto consumado, «em razão das circunstâncias». Eleito para a câmara de deputados, integrou-a até 1828, quando foi nomeado para o senado, como representante de Minas Gerais.

A noite da agonia

Ao contrário dos demais parlamentares brasileiros, Vergueiro não se preocupou em regressar imediatamente ao Brasil. Primeiro viajou para o Norte de Portugal, (Vale da Porca) onde se reencontrou com o resto da família.

Só chegou ao Rio de Janeiro no dia 27 de Julho de 1823³. A 12 de Novembro desse mesmo ano, dissolvida a Assembleia Constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, seguiu-se a prisão dos deputados tidos como perigosos Nicolau Campos Vergueiro é preso com outros e conduzido à fortaleza de Santa Cruz, onde se achavam já os Srs. José Bonifácio de Andrada, Antonio Carlos, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, Francisco Acayaba de Montezuma o vigário Belchior entre outros. (A Noite da Agonia — de 11 para 12 de novembro de 1823 — ocorreu durante a sessão prolongada da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, cujos participantes debatiam sobre a manutenção de poderes do imperador. D. Pedro I enviou aos parlamentares durante essa madrugada, através do brigadeiro José Manuel de Moraes, o decreto que dissolveu a Assembleia e que prometia em breve a elaboração de um novo projeto de constituição. Tal acto causou uma grande comoção entre os constituintes que passaram então a manifestar seus protestos contrários a medida unilateral em plenário).

Solto, Nicolau Campos Vergueiro regressou talvez com mais ardor ao pacífico remanso onde a sorte ainda não tinha permitido que corresse calmos os seus dias.

Principais aspectos da primeira Carta constitucional do Brasil:

- estabelecimento de uma monarquia hereditária;
- instituição de quatro poderes: poder Executivo, exercido pelo imperador e seus ministros; poder Legislativo, exercido por deputados eleitos por quatro anos e senadores nomeados em caráter vitalício; poder Judiciário, formado por juízes e tribunais, tendo como órgão máximo o Supremo Tribunal de Justiça e o poder Moderador, de atribuição exclusiva do imperador sendo assessorado por um Conselho de Estado. Pelo poder Moderador, o imperador poderia interferir nos demais poderes. Na prática, o poder político do imperador era absoluto.

- O país foi dividido em províncias, dirigidas por governadores nomeados pelo imperador;

- O voto era censitário, tendo o eleitor ou candidato de comprovar uma determinada renda mínima; o voto seria a descoberto (não secreto);

- Eleições indirectas;

- Oficialização da religião católica e subordinação da Igreja ao controle do Estado. Assim, a Constituição outorgada em 1824, impedia a participação política da maioria da população e concentrava os poderes nas mãos do imperador, através do exercício do poder Moderador.

O excessivo autoritarismo do imperador, explicitado com a dissolução da Assembleia Constituinte e com a outorga da Constituição centralizadora de 1824, provocou protestos em várias províncias brasileiras, especialmente em Pernambuco, palco da primeira manifestação do Primeiro Reinado. Trata-se da Confederação do Equador.

A dissolução da Constituinte e a posterior outorga imperial de uma Constituição ao País colocaram os liberais moderados, como Vergueiro, numa situação difícil: ou rejeitavam o documento, passando a propugnar pela república — tal qual fizeram os revolucionários da Confederação do Equador, ou aceitavam a Carta, absorvendo o facto de não ter sido elaborada pelos deputados regularmente eleitos. Aceitei a Constituição: fiz mais, persuadi que se aceitasse e se jurasse, mas foi em razão da circunstância, e não por impulso ou por entusiasmo —, contaria Vergueiro mais tarde. Com isso, pode conservar seus direitos políticos e mais uma vez, ser eleito para a Câmara dos Deputados, onde participou em várias comissões e assiduamente se inscreveu na lista de oradores. (Wikipédia)

Neste ano de 1825, mudou-se de Piracicaba para a sua Fazenda Ibicaba

Velho engenho de Piracicaba

Eleito deputado nas subseqüentes eleições, e proposto senador pelas províncias de S. Paulo e Minas Gerais, tomou assento no ano de 1826 na câmara electiva e nela continuou neste cargo até 1828, distinguindo com assiduidade nos importantes debates que ali foram encetados

Nicolau Campos Vergueiro, funda a cidade de Limeira

Limeira é o berço da imigração europeia de cunho particular no Brasil. Através do esforço pioneiro empreendido pelo então proprietário do Engenho do Ibicaba. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro mandou vir oitenta famílias portuguesas trabalhar em suas terras. Esta foi a primeira experiência positiva ao desenvolver o sistema de parceria. Os imigrantes iriam substituir a mão-de-obra escrava, ainda em uso nesta época. No ano de 1846, alemães chegaram para trabalhar em Ibicaba. Senador Vergueiro foi uma figura importante na substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre. A Fazenda Ibicaba foi durante um período a maior produtora de café do Brasil. Hoje é um importante conjunto histórico formado pela sua sede, sanzala, terreiros, aquedutos e outras dependências, fazendo parte do conjunto de fazendas históricas da cidade.

Colonização (fundadores): Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro J.J. Sampaio Bento Manoel de Barros (Barão de Campinas) Antonio José da Silva Gordo, José Ferraz de Campos (Barão de Cascalho), Manoel Ferraz de Campos, Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos

Fundação: Podemos observar, pelo censo de 1822, ocorrido em Vila Nova da Constituição (Piracicaba), que a região do Morro Azul e Tatuíby (Limeira), tinha uma população de 951 pessoas livres e 546 escravos. Identificamos nesse recenseamento, sesmeiros, proprietários de grandes engenhos, sítiantes, posseiros etc... Os caminhos que interligavam essas propriedades e davam acesso à Capital da Província eram precários, facto este, que levou o Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Senador Vergueiro), a encabeçar um grupo de fazendeiros como: Bento Manoel de Barros (Barão de Campinas), José Ferraz de Campos (Barão de Cascalho), Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e outros, a litigar junto ao Governador da Província, a construção de uma estrada, do Morro Azul a Campinas (São Carlos), a qual facilitaria o escoamento da produção dos engenhos, que tinham grande quantidade de açúcar exportável. Atendido o pedido, a estrada foi inaugurada em 1826. Nesse mesmo ano iniciou-se a formação de um núcleo habitacional, às margens dessa, constituindo-se o Povoado de Nossa Senhora das Dores do Tatuíby. A estrada facilitou o crescimento do comércio e alavancou sobremaneira as atividades agrícolas na região. Esse povoado, cresceu nas terras do Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos, que doou 112,5 alqueires de terra, para o desenvolvimento do mesmo, através de documento assinado no Engenho do Ibicaba, propriedade do Senador Vergueiro, que foi seu maior líder e benfeitor. Foi nessa fazenda que em meados do século passado foi instituída a primeira colônia de imigrantes de cunho particular do Brasil, empreendimento que foi responsável, pela preparação do Estado de São Paulo e do Brasil, para a substituição do braço escravo pelo livre. Por esse motivo Limeira é conhecida como o «Berço da Imigração Europeia de Cunho Particular». 18/04/ 1863 = Elevação à cidade. O Aniversário de Limeira é comemorado em 15 de Setembro. (www.limeira.br)



Cidade de Limeira S.P., hoje

Nicolau Campos Vergueiro, anti-esclavagista

Por todo esse tempo continuou administrando os empreendimentos agrícolas que possuía. Vergueiro foi dos poucos liberais que aplicaram suas convicções políticas no plano económico. Acreditava na livre iniciativa, não só quanto às relações entre os grandes empresários e o Estado, mas também no âmbito do comércio exterior. As iniciativas deveriam ser sempre livres para todos os homens, incluindo aqueles que nada tinham para vender, excepto o seu trabalho e sua inteligência. Apesar de fazendeiro, e necessitar de braços na lavoura, Vergueiro era contra a escravidão. Já quando regente, a que mais à frente nos referiremos, fizera libertar todos os escravos empregados no serviço público, e dera ordens para impedir a entrada de novos escravos no Brasil. Às

pressões contrárias, respondia estar apenas cumprindo um acordo assinado com a Inglaterra, em 1826. Ainda em 1831, apoiou um projecto do Marquês de Barbacena, que declarava livre todos os escravos introduzidos no País após aquela data. A lei foi aprovada, mas jamais foi cumprida. Como empresário agrícola compreendia que a abolição pura e simples da escravatura poderia desorganizar o trabalho nas fazendas. Por isso, preconizava a substituição gradual dos escravos por agricultores livres. Em 1835, propôs ao Congresso, a organização de uma sociedade de imigração para trazer trabalhadores rurais às fazendas brasileiras. Seu plano não foi aceite, e em 1840 resolveu — às suas custas — fazer vir oitenta imigrantes portugueses. Com a revolta de 1842, a iniciativa fracassou.

No ano de 1828 é nomeado membro do conselho do governo de S. Paulo. Tendo apenas assistido à primeira sessão preparatória. Foi atacado de uma violenta febre cerebral que colocou em risco a sua existência, tornando-se mais evidente o seu mérito, pois enfermo como estava, é escolhido senador, sob proposta da província de Minas Gerais, cargo que ocupará quase até à sua morte em 1859. Manter-se-á como membro do conselho do governo de S. Paulo até 1833. Era tamanha a reputação de Nicolau Campos Vergueiro que, estando doente, havia jornais ocupados em publicar diariamente seus boletins médicos. Foi no leito que recebeu de Dom Pedro I a sua nomeação para senador de Minas Gerais.

Os liberais saíram às ruas, a revolução estava eminente. Dom Pedro tentou, em última solução; compor novo Ministério. Para isso precisava de um homem em quem pudesse confiar, mas que tivesse prestígio suficiente junto ao povo, evitando, assim, que o pensamento republicano continuasse a se propagar. Mandou chamar o político mais popular do Império, pois só ele poderia salvar-lhe o trono e impedir a rebelião. Mandou chamar Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Os emissários imperiais vasculharam todo o Rio de Janeiro. Procuraram-no no Parlamento, em casa, na residência dos amigos, nas propriedades rurais próximas. Vergueiro não foi encontrado, e o povo e a tropa amotinada não queriam esperar por novas soluções. Dom Pedro I abdicou. Vergueiro escondera-se propositadamente. Era o único senador que fazia parte de uma conspiração dos deputados liberais, cujo objectivo era retirar o poder pessoal do monarca. Omitindo-se no momento crítico, conseguira forçar a queda do imperador. Ao saber da decisão de Dom Pedro I, comentou: — Se o Sr. Dom Pedro I abandonou a Coroa, viva o Sr. Dom Pedro II. Viva o Sr. Dom Pedro II, Imperador Constitucional e menoridade.

Em 1830, sofrendo ainda os efeitos da moléstia que o prostrara, Nicolau Campos Vergueiro é chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou convidando para as diferentes pastas aqueles seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumiam o poder⁴.

Na revolução de 1831, Nicolau Campos Vergueiro fica no Rio de Janeiro, durante as férias parlamentares, foi um dos signatários de uma representação enviada ao governo por 24 deputados, sobre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionária apareceu no dia 6 de abril a demissão do Ministério seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada empreendia a bem da tranquilidade pública, reuniram-se os revoltosos no Campo da Aclamação, e ali pediram em massa a reintegração do ministério demitido.

Apesar de aceitar a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. Vergueiro seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a efervescência do povo ao qual começavam a reunir-se alguns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do Imperador, tendo sido demitido o novo gabinete com a excepção do Sr. Marquês de Inhambupe.

Houve então uma reunião em Assembleia-geral dos deputados e senadores existentes na corte, que concordaram na nomeação de uma regência provisória para a qual foi eleito o Sr. Vergueiro com mais dois membros.

Nessa posição suprema o já experimentado servidor do estado não desmentiu os precedentes honrosos de seu belo carácter, mantendo a ordem e semeando a paz numa quadra tão melindrosa.

A crise de autoridade entre o Imperador e o Congresso atingia o seu clímax. Dom Pedro era acusado de praticar o despotismo e favorecer os portugueses junto ao Governo. Assim em 13 de Abril de 1831 é expedida uma proclamação da Regência Trina Provisória que anuncia a saída do ex-imperador D. Pedro I do solo brasileiro. Festejos nas ruas pela «queda do tirano».

A Sucessão

D. Pedro II, nascido a 2 de dezembro de 1825 e batizado com o nome de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo, é aclamado imperador. O novo imperador terá direito ao trono quando fizer dezoito anos. Enquanto menor, o País deverá ser governado por regências.

Dada a abdicação de D. Pedro I, e para que o Governo Imperial não ficasse acéfalo devido à menoridade do príncipe (D. Pedro II), então com cinco anos e quatro meses de idade, e de acordo com o Capítulo V da Constituição Política do Império, é eleita a «Regência Trina Provisória», composta pelos Senadores José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva para a governação do Império até a eleição da «Regência Trina Permanente». Com a abertura da Assembleia Geral Legislativa pela qual foi, então, eleita a regência composta pelos Deputados José da Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), João Bráulio Muniz, e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (barão da Barra Grande). Nesse mesmo dia é exarado um decreto, com a rubrica dos membros da Regência Trina Provisória, dando «amnistia aos cidadãos condenados ou mesmo pronunciados por crimes políticos e aos réus militares condenados por crimes de deserção».

Os moderados assumiram o poder com o intuito de refrear as agitações políticas. Inicialmente, o governo de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva reintegraram o chamado «ministério dos brasileiros». A Câmara dos Deputados tiveram seus poderes ampliados, tendo o direito de interferir nas acções do governo regencial. Actuando por breves dois meses, a Regência Trina Provisória deu condições para que um novo governo fosse escolhido.

Então com 53 anos, Nicolau Campos Vergueiro não fez nenhum esforço para se manter no poder. Não fugia às suas obrigações e foi um dirigente activo. Mas o cargo absorvia-o por completo, e ele desejava dedicar-se também a outras actividades. Após setenta dias de governo, a Regência Provisória era substituída por uma outra, permanente, composta de Bráulio Muniz, Costa Carvalho e Lima e Silva. Dali por diante, Vergueiro afastou-se aos poucos dos postos executivos, embora em 1832 ainda tivesse ocupado o cargo de ministro do Império.

Período regencial do Brasil

O período regencial no Brasil estendeu-se desde a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 até o juramento de D. Pedro II perante a Assembleia do Império, em 23 de julho de 1840. No período da abdicação de D. Pedro I, seu sucessor, D. Pedro II, ainda possuía a idade de 5 anos, estando desta forma não habilitado a assumir o trono. Desta forma, os parlamentares deste período trataram de dar rumo a um novo governo no Brasil. Pode-se dizer que o período regencial é marcado pelas primeiras experiências republicanas no Brasil: os membros do poder Executivo eram eleitos. Simultaneamente, neste período ocorreram várias rebeliões populares orientadas aos ideais democráticos de descentralização do poder. Estas rebe-

liões foram a Cabanagem (1834-1840), a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1841) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Apesar destes avanços de carácter liberal na política da Regência, as forças conservadoras acabaram por triunfar ao final do período regencial, caracterizando assim a constante dos ideários políticos que vigoraram no Segundo Reinado. O período regencial é dividido em várias regências: Regência Trina Provisória (1831), Regência Trina Permanente (1831-1835) e Regência Una (1835-1840).

Nicolau Campos Vergueiro um dos elementos da Regência Trina Provisória (1831)

Tratou-se da primeira regência, cabendo a esta, a organização do novo governo. Medidas importantes tomadas durante este regência foram; a amnistia aos «agitadores» submetidos a processos políticos, a reintegração do ministério anteriormente demitido por D. Pedro I e o estabelecimento das leis que regulavam o poder dos regentes. A primeira medida tratou-se de uma manobra cujo objectivo orientava-se na tentativa de contenção das agitações políticas. Já as leis que regulamentavam o poder regencial, estabelecidas antes da consolidação da Regência Permanente, não concediam aos regentes as mesmas atribuições de poder do

Imperador: era vetado aos regentes o usufruto do poder Moderador, portanto aqueles não poderiam fechar a Câmara em nenhuma circunstância. Uma característica marcante desta Regência foi o acirramento de divergências entre os políticos de facção Liberal: isto acarretou na separação dos liberais em facções dos «exaltados» e dos «moderados». Por outro lado, os partidários de D. Pedro organizaram-se sob o nome de «restauradores» (também conhecidos pelos «Caramurus»), constituindo assim as forças conservadoras no jogo político do período.

Ainda assim, Nicolau Campos Vergueiro assume as pastas; do Império até 23 de Maio de 1833 e a da Fazenda até 14 de Dezembro de 1832 que acumula. Na sua administração a despesa e receita pública passaram a ser divididas em despesa geral e despesa provincial, e em receita geral e receita provincial. A pasta da Justiça exerce-a até 22 de Maio de 1833, apesar do mau estado de sua saúde.

Nicolau Campos Vergueiro foi Senador durante dez legislaturas consecutivas.

Pela sua importância publica-se integralmente o chamado «relatório Nicolau Pereira Campos Vergueiro», apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em sessão ordinária no ano de 1833. Documento que, indubitavelmente, faz parte da história da Nação Brasileira.

AGUSTOS, E DISTINGUIDOS SENHORES RE-
PRESENTANTES DA NAÇÃO.



Cumprindo com o mais agradável dos meus deveres, venho ao seio da Representação Nacional dar conta da Administração, que corre pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio. Não estou, Senhores, preocupado da idea de que colharei debaixo das vossas vistas hum quadro bem acabado, e completo dos negocios, que pertencem áquella Repartição: seria para isso necessario o concurso de esclarecimentos, que até agora não tem chegado á minha mão; e quando mesmo os houvesse, talvez me falhassem os talentos para bem desempenhar tão ardua tarefa: o que porém posso prometter, e me desvelarei por cumprir, he que serei exacto na exposição dos objectos, de que tratar. Fallarei principalmente da Administração em si, descrevendo depois aos seus diferentes ramos.

SECRETARIA D'ESTADO.

A organização desta Repartição he de-
futuosa, compondo-se de humas só classe de

(3)

compense; parecendo portanto mais conveniente abolil-os.

Estabeleço tambem a citada Lei que fosse Vice-Presidente o Conselheiro mais votado. Esta disposição implica dois graves inconvenientes: o primeiro he fazer recahir muitas vezes a Administração da Provincia em pessoa menos idonea; pois a sabedoria para bem aconselhar nem sempre está unida á energia para obrar: o segundo he chamar á Administração pessoa que talvez não goze de toda a confiança do Governo; condição esta tão essencial, e necessaria, que a mesma Lei fez os proprios Presidentes discricionariamente amovíveis. He pois manifesto que a substituição do Presidente não se deve abandonar á humas tal eventualidade; mas competir ao Governo, embora em casos urgentes, e imprevistos, e quando elle não tenha ainda providenciado, se siga provisoriamente a regra estabelecida na Lei, ou a Vice-Presidencia se transfira para o Conselheiro da Provincia mais votado, na hypothese da abolição dos Conselhos Presidenciaes.

Outro objecto, Senhores, digno da vossa particular attenção, he a necessidade de dar á acção administrativa maior vigor, do que ella actualmente possui; a fim de pos-

(2)

Officiaes, alguns delles impossibilitados por molestias, em que o serviço intellectual tem a mesma retribuição, que o de simples amanuense. A necessidade pois de duas classes he por si evidente; mas se esta reforma não insta, nem será praticavel na presença dos numerosos, e importantes objectos, que occupão a vossa attenção, convem ao menos que authoriseis o Governo para nomear mais dois Officiaes, que possuão dignamente ser contados na primeira daquellas classes, quando de tal reforma se tratar.

PRESIDENCIAS PROVINCIAES.

A Administração das Provincias está incumbida, pela Lei de 20 de Outubro de 1823, a Presidentes com seus Conselhos. Tal instituição, provisoria no que respeita aos Conselhos, he anterior á Constituição, devesse acabar, quando esta começou. Enquanto as Provincias não tinham Conselhos Geraes, supprão os Presidentes a sua falta; e podia a utilidade, que delles resultava, compensar o estorvo, que causão á celeridade da Administração, e o enfraquecimento da responsabilidade, sempre difficilissima de realisar-se em corpos collectivos: hoje porem restão os defeitos sem utilidade, que os

(4)

der efficazmente operar em qualquer ponto sujeito á sua jurisdicção. A grande extensão da maior parte das Provincias de Imperio naturalmente enfraquece essa acção nos lugares remotos das Capitães dellas; e os graves inconvenientes, que d'aqui resultão, só podem ser evitados pelo estabelecimento de Agentes secundarios, entre os Presidentes das Provincias, e as Municipalidades, os quaes fação executar as ordens da Administração, e a informem nas materias, que lhe dizem respeito. Talvez a sedicção do Rio Negro, e as commoções do Mato Grosso tivessem sido prevenidas com o estabelecimento destas Authoridades; os povos do S. João das duas Barras estariam melhor policiados; mais facilmente se fustigaria a navegação do Tocantins, e por toda a parte a Administração seria mais activa.

Concluirei, Senhores, o que tenho que dizer sobre a Administração Provincial, ponderando que os ordenados dos Presidentes são muito diminutos para elles se manterem com a dignidade propria da primeira Authoridade das Provincias, e não se achão em relação com os de outros Empregados, que todavia tem a sua parte mais segura. A necessidade do augmento daquelles ordenados he ainda mais sentida nas actuaes

(5)

circunstancias, em que estes Lugares são menos ambicionados em razão das agitações politicas; de maneira que o Governo se vê muitas vezes embaraçado, instando os Presidentes pelas suas demissões, e não havendo; entre as pessoas mais habilitadas para taes Empregos, quem queira substituil-os.

MUNICIPALIDADES.

Resta tratar da Administração Municipal, incumbida pela Constituição ás Camaras das Cidades, e Villas. A organização, Senhores, he imperfeita. Ham Corpo colectivo, numeroso, e periodicamente reunido com interrupções consideraveis, não pode conciliar a vantagem da gravidade nas deliberações, com a energia, e prontidão necessaria na execução.

A Lei pretendeo remediar este defeito por meio dos Fiscaes; porem, sendo estes meros executores de ordens, nem se lhes tributa o respeito devido ás Authoridades, nem elles podem dar ás suas funções o desenvolvimento exigido por circunstancias occurrentes. As Camaras tem por outra parte tambem procurado removel-o, authorisando algumas dellas os seus Presidentes, no intervallo das Sessões, para os negocios do

(6)

expediente; mas esta providencia pouco remedêa. Vós conheceis, Senhores, os inconvenientes desta defeituosa organização na falta de hum Executor com attribuições proprias: assim não cansarei a vossa paciencia com a sua demonstração em detalhe; e convencidos, como certamente estaes, de que o bom desempenho da Administração geral depende essencialmente da boa organização das Administrações parciaes, o vosso patriotismo não deixará de dar a devida attenção a negocio de tanto peso.

Entrando agora nos objectos da Administração, julgo dever começar pela

INSTRUCCÃO PUBLICA.

As duas Escolas de Direito de S. Paulo, e Olinda, derão prontos no anno passado os primeiros alumnos, que nellas começáão os seus estudos. Muitos dentre elles gozão de reputação, e alguns já tem estrada no serviço.

Ainda não estão providos todos os lugares do Magisterio, faltando em cada Escola hum Lente, e os cinco Substitutos. Esta falta, aggravada pelo impedimento de alguns Lentes, haes occupados no Corpo Legislativo, outros enfermos, obriga o Go-

(7)

verno, na carencia absoluta de candidatos, a accumular o serviço de duas, e tres Cadeiras em hum só Lente, duplicando-lhe, e triplicando-lhe o ordenado; medida, que a urgencia das circumstancias reclamava para se não suspender a marcha daquelles Estabelecimentos, mas de que forçosamente havia de resentir-se a regularidade, e bom desempenho das respectivas obrigações. Felizmente a necessidade de tais accumulações cessou, apresentando-se como candidatos Bachareis Formados, de reconhecido merecimento litterario, e bons costumes, os quaes o Governo nomeou para regerem interinamente as Cadeiras vagas, com huma gratificação igual ao ordenado de Substitutos, visto não poder com elles preencher-se pelos motivos, que logo expenderei. Esta medida extraordinaria, que substitui á primeira, e que tem de melhorar o bom serviço do ensino, e a economia da Fazenda Publica, não agradou a alguns Lentes da Escola de S. Paulo, que em Congregação recusáram a cumprir-a, contra o voto do Vice-Director, considerando-a como provimento de Cadeiras, e por isso illegal; e o Governo pôz em rebitero as suas Ordens para a execução della, e submette este negocio ao vosso conhecimento:

(8)

Cumpra dar aqui a razão, por que não podem ser preenchidas as Cadeiras vagas. Os Estatutos exigem para a opposição ás Cadeiras o gráo de Doutor, que só pode ser conferido por exames, com a concorrência de sete Lentes, e approvação unanime. Ora, a concorrência de sete Lentes he actualmente difficillima, senão impossivel; porque havendo só oito em cada Escola, e alguns delles impedidos fóra do Lugar, nunca, ou raras vezes tem estado reunidos no numero exigido: e a unanimidade na approvação parece excessiva, habilitando cada Lente a vedar a entrada no Magisterio a quem não for do seu agrado. A' vista destes embaraços o Governo entende que os Estatutos devem ser alterados com urgencia, suspendendo-se a sua execução na parte relativa ao primeiro, enquanto não forem preenchidos todos os Lugares do ensino, pois sem essa suspensão o seu provimento não se pode effectuar; e revogando-se o que respeita á unanimidade.

Tendo tratado dos embaraços, que se offerecem ao provimento das Cadeiras, cabo agora lembrar a necessidade, que ha, da criação de huma de Direito Administrativo, não só para complemento daquelle Curso de estudos, como para habilitação dos aspirantes aos

(9)

Empregos Publicos, em muitos dos quaes são indispensaveis aquelles conhecimentos: e como as Cadeiras são actualmente nove, repartidas por cinco annos, pode esta ter lugar com pequena alteração na distribuição das materias, e sem se esgarçar o tempo marcado para a Formatura.

Pelo que respeita á disciplina destes Estabelecimentos, devo, Senhores, offerecer á vossa consideração que tanto o Director da Escola de S. Paulo, como o Vice-Director da de Olinda, se queixão da pouca consideração, em que são tidos por alguns dos Lentes em prejuizo do serviço Academico. Este inconveniente precede de não estar bem definida nos Estatutos a sua autoridade, nem declarados os meios, por que possam fazer-se obedecer. Em todos os Estabelecimentos, onde os Chefes se não achão investidos do poder disciplinar, difficilmente se mantem a ordem. A revisão pois dos Estatutos neste sentido he tambem indispensavel.

Concluirei finalmente ponderando que a inalterabilidade de algumas formalidades torna-se ás vezes duramente prejudicial. Alumnos ha, que não tem sido admittidos á matricula, porque ventos contrarios, ou outros inconvenientes tornáram impossivel a sua apresentação antes de 15 de Março; outros,

(10)

que fôrão inhibidos de fazer exame, porque retardado o pagamento da propina da ultima matricula. Estes, e outros inconvenientes, que deixo de enumerar, tanto por não parecer fastidioso, como por serem por si mesmos manifestos, augmentão ainda mais a necessidade daquella revisão, e reclámão as vossas providencias.

A Lei que organisa as Escolas de Medicina, ainda não pôde ter plena execução, pelo estorpo, com que convem proceder na escolha de Lentes para materias, que tanto interessão á humanidade. Na Escola da Bahia estão providas duas Cadeiras, e na desta Cidade das, e fôrão jubillados dois Lentes da Escola antiga.

A Academia das Bellas Artes he bom Estabelecimento, que não pôde apresentar grande prosperidade em hum paiz, onde seillo em tamanho estranho as que são mais necessarias á vida: contudo ella he frequentada por vinte e quatro alumnos matriculados, e muitos amadores, entre os quaes alguns se notão com grande aproveitamento. He de esperar que com o nosso progressivo desenvolvimento nos outros ramos, e com a natural disposição dos Brasileiros para as Artes de gosto, venha este Estabelecimento a prosperar. O Governo aproveita esta occasião

(11)

para recomendar a vossa consideração a approvação dos Artigos dos Estatutos que exceedem á esfera das suas attribuições.

O Governo resolveu fazer huma alteração útil na Aula do Commercio, para o que se achava authorisado pelo Alvará da sua criação. O Curso desta Aula consistia de tres annos, e havia para leccionar hum só Lente, e hum Substituto; de maneira que a mocidade, que desejava frequentar estes estudos, ou a que, frequentando-os, por qualquer motivo perdia o anno, via-se obrigada a esperar dois annos. O Governo julgou conveniente aceitar o generoso offerecimento do Substituto para reger huma Cadeira, continuando na obrigação de Substituto a respeito das outras, e percebendo por aquelle acrescimo de trabalho huma gratificação de trezentos mil réis.

Dos Estados menores existem nesta Cidade doze Cadeiras avulsas, que convem reunir em Collegio em hum só edificio, para que possam ser melhor dirigidas, e facilitadas. Cumpre ao Corpo Legislativo crear este Collegio com hum Director, e os mais Empregados necessarios; e authorisar o Governo para as despesas com a construção do edificio, ou appropriação de algum existente.

2 li

(12)

O Seminario de S. Joaquim foi reformado por novos Estatutos, e entregue á Camara Municipal para pollos em execução, logoque se concluzir a liquidação das Contas do seu patrimonio, e que ha pouco teve lugar. A reedificação do Seminario de Jussurunga, na Ilha Grande, continúa em bom andamento, e o Governo proximoamente contribuirá com a quantia de hum cento e dozentos mil réis para as suas obras.

As Cadeiras de Primeiras Letras nesta Provincia não estão ainda todas providas, por falta de concurrentes. Para Cantagallo fez o Governo huma nomeação interina, recabindo em pessoa idonea, que não podia transportar-se a esta Cidade para o exame. Similhanes nomeações foram tambem authorisadas, a instancia da Presidente da Provincia, para os lugares longinquos do Pará; devendo porém cessar huma, e outras, logo que as mesmas Cadeiras possam ser providas com as formalidades legais. Quanto ao numero das que ha nesta Cidade, e dos alumnos, que as frequentão, temos, alem de huma publica em cada Freguesia para meninos, doze particulares; contando todas dois mil e setenta e tres discipulos. Para meninas ainda não ha Cadeira alguma publica estabelecida: creario-se quatro, que serão

(13)

submettidas á vossa approvação. Ha porém quarenta particulares, frequentadas por novecentas e setenta e huma alumnas.

Terminarei, Senhores, este objecto por algumas observações, que me parecem dignas da vossa consideração. O methodo do Ensino Mutuo não tem apresentado aqui as vantagens obtidas em outros paizes: por esta razão o Governo está disposto a não multiplicar as Escolas, onde se ensine por esse methodo, enquanto as existentes se não aperfeiçoarem.

A segunda observação he relativa aos edificios para estas Escolas. A Lei manda applicar para ellas os edificios publicos, que houver. Ora a falta de taes edificios he geral, mesmo nesta Cidade: resta portanto o recurso de tomal-os por aluguel: porem difficilmente se encontrão com as proporções necessarias. O remedio pois será construil-os, consignando-se para esse fim as sommas precisas. Os Professores do Ensino Individual reclamão o mesmo beneficio, e o supprimeimento dos utensilios; mas como a Lei só trata daquelles, necessario he fixar huma regra para todos.

Finalmente, Senhores, os ordenados de algumas Cadeiras de Primeiras Letras são diminutos: convem que os menores se elevem

(14)

pelo menos a trezentos mil réis, sem o que não podemos esperar que se solicitem pessoas idoneas para o magisterio; ou antes que se conceda ao Professor huma gratificação por alumno, que frequentar a maior parte do anno, e que o contribua a empregar maior zelo, e proporcione-lhe melhor a recompensa do trabalho.

Sobre a Bibliotheca Publica já hum das meus antecessores ponderou em seu Relatorio que ella he sumamente pobre em livros de Bellas Letras, Sciencias Physicas, e Direito Social, e Politico. O seu estado actual he o mesmo, não se havendo consignado na Lei do Orçamento quantia alguma para se ir supprindo das Obras, que lhe faltão. O Governo tem toda a confiança que tomareis, Senhores, este objecto na vossa consideração.

Os ordenados dos Empregados são muito diminutos, e de nenhuma sorte correspondentes ao seu trabalho, que se não limita ás horas da manhã, mas se estende tambem ás da tarde. A sorte destes homens he digna da vossa attenção.

O Museu contém preciosas collecções de productos zoologicos, botanicos, e mineralogicos, tanto exóticos, como do paiz; huma collecção de medalhas, e moedas, al-

(15)

gumas dellas de metaes preciosos; varios monumentos das antiguidades Egypticas; vestimentas, e utensilios de diversos Povos incultos, especialmente dos indigenas; hum Laboratorio de Chimica; instrumentos de Physica, e Mechanica, alem de alguns productos mais notaveis da arte aperfeiçoada pela sciencia dos tempos modernos, ou daquelles, em que a natureza se tem apartado das suas leis mais ordinarias.

A ordem que exigem objectos tão distinctos, e numerosos, sendo mui dispendiosas as Obras, que tratão de taes conhecimentos, e com particularidade as de Historia Natural; não tendo o Museu hum Bibliotheca propria; não possuindo as observações, que todos os dias se augmentão, e servem de base aos systemas mais razoaveis, que se vão estabelecendo; sendo finalmente impossivel que hum só pessoa abranja em toda a sua extensão o campo immenso da sciencia: essa ordem, digo, não se pode achar completamente desempenhada; todavia as divisões primarias, e a maior parte das genericas, estão feitas; e aos olhos de pessoas entendedoras tem o Museu passado por soffivelmente arranjado.

Este tão útil, como bem começado Estabelecimento, reclama, Senhores, da vos-

(16)

sa sabedoria, e patriotismo algumas providencias, entre as quaes merece o primeiro lugar a Proposta ja submettida pelo Governo à vossa consideração, para se estabelecer alli hum Collegio de Sciencias Physicas.

A creação de hum Bibliotheca propria daquello Estabelecimento, e á que se reúnão os factos, e observações, que vão todos os dias esclarecendo os pontos duvidosos das Sciencias respectivas, os espaçando os seus limites, e são consignadas nos Annos mais acreditados, he a segunda daquellas providencias. Poder-se-hia dar principio a esta Bibliotheca com as Obras, que existem na Bibliotheca Publica, as quaes, collocadas no Museu em vista dos objectos, á que se referem, sendo pela maior parte descriptivas, não só dobrarão de valor, como tambem augmentarão o dos productos daquello Estabelecimento, e mesmo poderão convidar a hum mais proficua reflexão a curiosidade, que hoje apenas vagueia sobre as formas externas mais agradaveis daquelles objectos.

He evidente, Senhores, que os arranjos para estes novos Estabelecimentos demandão despesas; porem algumas dellas são indispensaveis mesmo no estado actual. Aquelle edificio, construido para habitação particular, carece de grande alteração nos seus

(17)

repartimentos, para se accommodar ao uso que agora tem; e a conclusão do que lhe fica contiguo, cuja obra ha annos está parada, não he menos necessaria, para se collocarem na devida ordem numerosas productos, que por falta de espaço estão amontoados, e talvez vão a perder-se.

SANDE PUBLICA.

O flagello da Cholera-Morbus, que tem vagado pela Europa, e Norte da America, merece a attenção do Governo, que tem dado todas as providencias para vedar, se possivel for, a sua entrada em nosso territorio, e procurado instruir os Povos, de que, no caso de invasão, devem praticar; publicando pela imprensa, e distribuido pelas Municipalidades a Memoria a este respeito escripta pela Sociedade de Medicina desta Corte, que com leuavel patriotismo muito se tem dado aos interesses Nacionais.

O Governo foi instruido de ter apparecido no Chile hum epidemia tão menos perniciosa, que aquella; e na falta de informações sobre a natureza, e tratamento da enfermidade, limitou-se a recomendar a execução das medidas Policiaes de cautella, para obstar á sua communicação.

(18)

A vacella continúa a propagar-se nesta, e nas outras Provincias do Imperio, para as quaes se tem feito remessas de pus a rego dos respectivos Presidentes. He para sentir que em algumas a ignorancia, e preocupações populares tenha retardado a propagação do tão util preservativo; mas o Governo espera vencer com a persuasão, e com o exemplo, tão infundada repugnancia.

Os pastos dos terrenos baixos em torno da bahia desta Cidade, e que se estendem até aos Campos dos Góttencars, são causa de febras mortiferas, que por vezes se tem apresentado, e neste anno com grande força em Irajá, Pilar, e circunvizinhanças. He de instantanea necessidade o extingui-las, e para esse fim tem o Governo mandado tirar os alvalamentos por Engenheiros habéis, que envia para Campos, e Macaé; e se continuará este trabalho, até convier, esperando, Senhores, que a habilitar com meios proporcionados ao tamanho da empresa.

A proposta, Senhores, que o anno passado foi submettida à vossa consideração para o estabelecimento de Juntas de Sane Publica principalmente nas Cidades maritimas do Imperio, parece de grande utilidade, e digna por isso de ser recommendada á vossa attenção.

(19)

CARIDADE PUBLICA.

Os Estabelecimentos de Caridade achão-se no mesmo estado, em que foram descriptos no ultimo Relatório, sem ter occorrido novidade, que mereça ser levada ao vosso conhecimento.

A inundaçào proximaamente acontecida na Villa de Campos mereceu do Governo toda a attenção. Apenas chegou a noticia daquelle desastre, derão-se providencias para se abastecer a Villa dos generos mais necessarios á subsistencia, e effectuar-se com promptidão o esgoto das agoas; e promoveo-se huma subscripção em benefício das pessoas indigentes. O resultado desta subscripção, agenciada em poucos dias, e dentro só do recinto desta Cidade, offerece hum novo testemunho do caracter benéfico dos Brasileiros.

CORREIOS.

As embarcações, que fazem o serviço de Correios Maritimos estão a cargo da Repartição da Marinha; cumpre porem observar que a falta de embarcações proprias, para substituirem prontamente as que se inhabilitão, tem occasionado algumas irregularidades. Estão repartidos os Correios Mariti-

3 II

(20)

mos em tres secções, huma desta Córte para o Sul, outra para Pernambuco, e a terceira de Pernambuco ao Pará. Nesta o serviço não pode ser presto em razão das inconvenientes contidas da navegação, que só poderião ser evitadas por barcos de vapor; o que sem duvida he digno de attenção, para activar as relações de Provincias tão remotas com a Capital do Imperio; o vale mais, do que a despesa accessoria com esta substituição.

Os Correios de terra vão-se multiplicando progressivamente com o estabelecimento de novas Agências, como o augmento da população, e das relações commerciaes o exige.

AGRICULTURA.

A agricultura, sendo o manancial mais sólido, e perenne de riqueza, tambem he, e continuará a ser em nosso paiz o mais abundante. Censura-se com excessos o estranheamento profissão entre nós; porque, sobrando terrenos férteis aos nossos agricultores, não se occupão em obter a maior somma possível de fructos em hum terreno dado, mas em obtê-la com o menor trabalho possível. Estão em aproveitar as forças naturaes, com o menor emprego das artificiaes. He neces-

(21)

sario que toque menos terra a cada lavrador, para que elle se esforce a empregar os recursos da arte: ha contudo melhoramentos, que ja caberão com utilidade em alguns lugares; mas difficilmente se obterá a sua introdução por meios directos: a instrucção será o maior agente deste beneficio. Huma Escola de Agricultura com os estudos auxiliares apressaria este desenvolvimento de sua natureza vagaroso.

A Escola, de que trato, e que convem ser acompanhada de exercicios praticos, pode commodamente estabelecer-se no Jardim Botânico da Lagoa, reunindo-se-lhe os terrenos actualmente arrendados. Este Estabelecimento, pelo zelo discreto, e incansavel do seu Director, acha-se no estado de aperfeiçoamento compativel com os meios applicados; e muito proveitoso vai sendo á agricultura pela distribuição de plantas exóticas nelle franqueadas a quem as procura. A introdução da cultura do chá, devida a este Estabelecimento, compensará profusamente todas as despezas com elle feitas. He verdade que a producção deste novo ramo de cultura, que principia nas Provincias de S. Paulo, e Minas Geraes, apenas apparece no mercado, por estar ainda no seu começo; mas ella he achada acreditada, e convida o Brasil a arran-

(22)

car á Asia este monopólio sobre o do anicão, e do café.

O Jardim Botânico, depois de acrescentado com a Escola de Agricultura pratica, subirá a maior gráo de utilidade, quando, alem de distribuir as plantas exóticas, se der ao melhoramento das indigenas. Se a uva, a pera, a maçã, e outras fructas bem pouco saborosas no estado primitivo, fazem hoje as delicias da Europa; quanto não temos nós a esperar das muitas especies, e variedades produzidas espontaneamente em nossas montes, e campos, e que ainda no estado selvagem competem com aquellas? Quando porem, Senhores, não julgais por ora conveniente o que acabo de lembrar, necessario he fornecer maior numero de braços, e assignar maior somma para o destino actual do mesmo Jardim.

A certeza do dominio he no estado actual a providencia mais fortemente reclamada pelo bem da agricultura, e muito principalmente no que respecta á acquisição primaria, sobre que vos chamar a vossa attenção. Huma prodigalidade sem regra distribua sementes de legoas ao primeiro que as pedia. Tiverão as condições para a validade das concessões: medir, cultivar, e fazer confirmar dentro de certo prazo com desegação de mais

(23)

tempo. Poucas foram as sesmarias, em que estas condições se cumpriram: a falta de medições fez accumular humas sobre outras; a falta de cultura fez espalhar a população a grandes distancias; a falta de confirmação tem movido duvidas sobre o direito. Estes abusos se multiplicarão tanto, que ha necessidade de toleral-os; mas para se decidirem as questões que occorrem, convem definir até que grão se deve levar a tolerancia.

Não se tem abusado menos da occupação arbitraria de terras devolutas. Cada hum torna para si as que quer; mas se concorrem dois, ou mais occupantes, algumas vezes custa a vida a hum delles. Este abuso tem crescido mais desde a suspensão das datas de sesmarias em 1823, e he de grande urgencia dar-lhe remedio, fixando o direito dos actuaes occupantes, e volando para o futuro hum tal modo de acquisição, ou sujeitando-o a regras determinadas. He pois de urgente necessidade regular a acquisição das terras devolutas, ou seja por venda, ou por aforamento, em hasta publica; não convindo que se volte ás concessões graciosas, que mais servião para accumular terrenos em poder de quem prohibia a sua cultura, do que para distribui-los por quem os cultivasse. Desta sorte as terras devolutas adquirirão tambem valor,

(24)

quando actualmente nenhum tem no mercado.

A Colonisação estrangeira por conta do Governo não só he pouco propria para o roteamento das novas rotas, que pede outros habilitos, como excessivamente dispendiosa: seria pouco de humra utilidade incalculavel estabelecer Colonias de Navegantes em lugares ermos, que mais convinha abrir. Estas Colonias, compostas-se de indigentes, e de rios condemnados a trabalho, em degedo, alem de augmentarem as produções agricolas, concorrerão a franquear a communicação entre povoações remotas, facilitarão, e tornarão mais proveitosas as necessidades de caridade, e supprirão com a maior vantagem a falta de Casas de Correção. Escusado he lembrar que o seu regimen deve ser hum pouco austero, e livre de formulas, que embarcam a administração. Logo que taa Colonias comecem a ganhar vigor, não faltarão capitalistas, que vão nellas estabelecer-se, accrescentando o seu desenvolvimento. A influencia, Senhores, que estes Estabelecimentos devem ter no progresso da agricultura, e da moral publica, reclama imperiosamente a vossa attenção; e se elles tem sido proficuos em alguns paizes da Europa, em terrenos estérteis heridos por compra, como não prosperarão entre nós com o recurso de terrenos

(25)

fertilissimos? A preciosa mata, que separa os Povos da Província do Espírito Santo, da de Minas Geraes, pode vantajosamente servir aos primeiros ensaios.

OBRA PUBLICA.

Entre as Obras Publicas, as que interessão mais directa, e poderosamente á riqueza Nacional, são as estradas, e canais: ellas abrem novos mercados, e enriquecem os existentes com utilidade dos productores, e consumidores, por quem se reparte a despesa poupada nos transportes. O Governo lhas tem dado toda a attenção, aliadaque os resultados não pouão por ora corresponder aos seus desejos.

A Lei das Empresas ainda não teve applicação. Alguns emprehendedores se tem apresentado, mas não tem sido possível conformarem-se ás regras acella estabelecidas; talvez em razão das difficuldades, que o estado do nosso pais offerece em calcular-se com approximação a despesa da obra, e a sua futura renda. He tambem muito ponderosa a difficuldade de estabelecer humra fiscalisação acreditada, que dê confiança aos accionistas no bom emprego dos capitais. Quando na Inglaterra, onde este methodo tem uso mais extenso, se põe em pratica

(26)

humra empresa, Comissões de accionistas residentes no lugar da obra examinão o plano, formão os calculos, dirigem os trabalhos, e fiscalisão as despesas: entre nós poucos accionistas podem ser encontrados no lugar da obra, e nem todos serão idoneos para estrarem n'aquelle examens; donde resulta que a Companhia só pode ter recurso á boa fé dos seus agentes assalariados. Não admira pois que tenham apparecido poucos empresarios, e que estes exijão condições mais onerosas, do que as concedidas na Lei. Hum se apresentou para franquear a navegação do Rio Doce: sua proposição era pouco definida em quanto ás obrigações, á que se sujeitava, e muito extensa na retribuição. O Governo a não aceitou, esperando que seja convenientemente reformada, e que se fação os exames, que devem preceder, e para os quaes está nomeada humra Commissão de Engenheiros. Humra Companhia de Negociantes Ingleses pediu licença para fazer navegar barcos de vapor no Rio Amazonas, e seus confluentes, ficando debaixo da protecção do Governo; negocio este, que será submettido á vossa consideração. Outra Companhia pediu o exclusivo por dez annos igualmente para barcos de vapor no Rio das Velhas, confluyente do de S. Francisco; mas foi-lhe ne-

(27)

gado, por exceder ás attribuições do Governo, se bem que nenhuma perda podia causar o monopólio limitado do que não existe, e grandemente proveitoso seria a hum parte de Minas Geraes.

O espirito de associação ha poucos annos começou entre nós, e a sua direcção mais se encaminhou para objectos politicos, como pedição os tempos, do que para interesses materiaes; mas he de esperar que estes tenham em breve a sua epoca. A Provincia de S. Pedro já tem tomado esta direcção: nella se tem formado associações para profundar a entrada do porto do Rio Grande, para a abertura da barra do Rio de S. Gonçalo, para navegar a lagoa em barco de vapor, e para outros objectos uteis; havendo hum Sociedade patriótica para animar o progresso industrial por meio da instrução derramada por huma Folha periodica, a que he vedado tratar de Politica.

Nesta Provincia continua-se a obra do Canal da Parana, e em pouco tempo ficará completo na parte navegavel com as agoas do mar. A sua continuação até ao Rio Guandú, como se projecta, he obra de grande despeza; e com quanto seja de notoria utilidade, se não houver empresario, que a tome sobre si, as sommas a ella ap

4 li

(28)

plicadas serão empregadas com maior proveito na abertura das differentes estradas, que atravessão a Serra, muito mais difficil em seu transitto. Melhoradas ellas, concorrão os meios para se voltar ao Canal; contudo huma Proposição foi apresentada para se fazer parte dellas por empreitada, e essa Proposição será submettida á vossa consideração.

A Villa de Parati tem decido muito do seu commercio, por se haver tornado cada vez menos transitavel a sua entrada da Serra, que horrores a todos os viajantes. Ha mais de vinte annos se dispõe o melhoramento della, e apenas ha poucos mezes se conclairão os exames necessarios, Planta, e Orçamento, que monta a quarenta e dois contos de réis. Na falta de empresario o Governo mandou dar começo á obra, applicando o rendimento da Barreira, que pouco avulta no estado decadente do seu commercio; e hum conto de réis mensal, de consignação para as Obras Publicas. Parece conveniente a criação de emprezario, para que esta somma, quando poder ser paga pelo rendimento da respectiva Barreira, vá utilisar a outra estrada, ou se remetta, pedindo-o assim as circumstancias. De mesmo modo se tem praticado

(29)

com outras estradas, que tem renda propria.

Os Moradores da Mangaratiba, conhecendo os seus interesses, abrirão por subscripções espontaneas hum estrada para a Villa do Príncipe. O Governo coadjuvou o seu zelo com hum conto de réis para o seu aperfeiçoamento, e elles novamente lançarão mão de subscripções para fazerem avanços por conta do rendimento da Barreira, que allí deve ser estabelecida.

A obra da estrada, que conduz á Valença, e deve servir para grande parte de Minas Geraes, continúa com actividade. Esta estrada, em razão da grande extensão das suas ramificações, e da opporrtunidade, que offerece para carros pelas quebradas da Serra, merece particular attenção. O Governo tem applicado para ella, alem da renda propria, algumas quantias pela consignação para Obras Publicas.

Outra estrada se está abrindo para S. Anna do Pirahí á custa de subscripções voluntarias com hum pequeno soccorro do Governo. Sua utilidade he provada pelo voto dos subscriptores.

Mandou-se explorar a Serra de Cantagallo, e levantar a Planta para se melhorar a estrada, que só e não haver outra obriga a passar por ella. Esta estrada, melhorada,

(30)

e continuada, como deve ser, até á Pomba, não só fará porcor grande parte da mata, que se estende para o Espirito Santo, trará muitos viveres á Capital, e servirá á exportação do café de Cantagallo, como facilitará a viagem aos enfermos, que desta Capital vão procurar á Nova Friburgo hum outro clima.

Outra estrada interessantissima se projecta da Villa de Magé ao Mar de Hespanha. Ella vai ser explorada, para se pôr em execução.

A obra da estrada de Itaguahy parou, ha annos, no meio da Serra: ella será continuada pela renda da Barreira, e o Governo não deixará de dar-lhe a attenção, que merece.

Das Obras Publicas da Cidade tem merecido maior attenção a do Chafariz da Carioca, como a commodidade dos habitantes o exige. O encanamento das suas agoas ainda depende do grande serviço no lugar da Palmeira, e activamente se cuida na obra do Chafariz, com reservatorio, e torceiras, para se aproveitar toda a agua o que equivale a augmental-a. Tinha-se, começado outro Chafariz no largo de Santa Rita: esta obra, parada de mais tempo, parece ao Governo não dever restabelece-la sem completar a da Carioca.

(31)

A agoa de Maracanã, muito abundante, depende de longo encanamento para chegar ao Campo com a pureza, que tras das suas fontes. A estreiteza dos meios não permite dar grande andamento a esta obra, para não prejudicar as outras; continua-se com tudo este encanamento com a consignação de quatrocentos mil réis por mez.

Foi necessario demolir o salão das Sessões do Senado, por ameaçar ruina; e construir outro no mesmo Paço. O todo do edificio ficou acanhado para os misteres do seu destino; mas por enquanto pode servir. Trarei por esta occasião, Senhores, á vossa lembrança a necessidade de hum novo edificio, onde as duas Camaras tenham as suas Sessões: Vós a conheceis, e não deixareis de dar-lhe a attenção, que merece.

Os canaes de esgoto dos pantanos, em que já fallei, são obras muito necessarias, em que só estão empregados preparatoriamente Engenheiros. He tambem muito conveniente concluir a muralha do Passeio Publico do lado do mar, para que este não destrua o que se tem feito. Não fallarei de outras obras, que convem, porque as relatadas ja exceedem os meios applicaveis a ellas.

Taes são, Senhores, os objectos que me

(32)

parecerão mais dignos da vossa attenção: á vossa sabedoria compete medital-os, e resolver sobre elles, desculpando os defeitos da expozição, e attribuindo-os á falta de talentos, e ao meu estado de saude, e não á falta de zelo pelo bom serviço da Nação.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

RIO DE JANEIRO, NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1833.

Neste ano de 1833 para além das pastas de Ministro do Império, Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda, no 3.º Gabinete de Menoridade, Vice-presidente da Província de S. Paulo e Director da Faculdade de Direito de São Paulo. Sendo posteriormente nomeado Conselheiro de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II.



Foto de Nicolau Campos Vergueiro existente na Faculdade de Direito de São Paulo

No ano seguinte, 1834, participou com algum entusiasmo da campanha liberal que culminou na aprovação do Acto Adicional de 1834, que permitia maior autonomia administrativa e política às províncias, reformando a Constituição de 1824.

Entre 1835 e 1847 é Deputado à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo. Durante esse mesmo período é Presidente da Assembleia Provincial Legislativa de S. Paulo.

1835, viria a ser um ano fatídico para Nicolau Campos Vergueiro, sofre uma gravíssima doença de coração, cujos estragos nunca mais pode sanar.

Em 1837, inicia-se a reacção conservadora com a substituição de Feijó por Araújo Lima. Paulatinamente, foram anuladas as vitórias liberais, culminando com a lei de Interpretação do Acto Adicional. No Senado, Vergueiro lutou com todas as forças para impedir sua aprovação, mas sua palavra foi insuficiente para abalar aquele reduto de conservadores.

Em 13 de Março de 1837, é nomeado director do curso jurídico da Faculdade de Direito São Paulo, cargo que exerceu até Fevereiro de 1842, tendo pedido, por motivo de doença, dele ser dispensado.

É ano de eleições para a câmara de deputados da provincia de S. Paulo, para o biénio 1838-1839, Nicolau Campos Vergueiro é eleito com 239 votos

Nesse ano de 1840, discutindo-se a grave questão da maioridade votou a favor dela como necessidade irrecusável. Elegese nova câmara de deputados da provincia de São Paulo, para o biénio 1840-1841, Nicolau Campos Vergueiro é eleito com 295 votos.

Em 1841 por ocasião da coroação de D. Pedro II, é agraciado por este com a grã-cruz da Imperial Ordem Cruzeiro.

É ano de eleições para a câmara de deputados da provincia de S. Paulo, para o biénio 1842-1843, Nicolau Campos Vergueiro é eleito com 396 votos. Todavia, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do país. Abafada a revolução de São Paulo, era mister responsabilizar por ela alguém e, contra toda a expectativa recaiu a escolha no cidadão pacífico Nicolau Campos Vergueiro, que jamais pretendia derramar sangue e fogo nos princípios políticos que abraçara e sustentara na tribuna.

A Revolução Liberal de 1842

Nicolau Campos Vergueiro aderiu à revolução liberal de 1842, em Sorocaba, sendo preso com Feijó e outros líderes. Publicou, a seguir, uma veemente defesa de sua conduta política

O último movimento armado promovido pelos liberais foi a revolução de 1842, que eclodiu em São Paulo e Minas Gerais. Revoltavam-se contra o que denominavam tirania do poder central, buscando recuperar a autonomia relativa de que dispunham. Mas, o Governo, representado em São Paulo por Costa Carvalho, antigo amigo e sócio de Vergueiro, estava firme. As tropas comandadas pelo Barão de Caxias desbarataram os rebeldes e impuseram a paz às províncias. Vergueiro, um dos inspiradores do movimento, foi preso e só seria amnistiado dois anos depois. Terminava a geração dos liberais da Independência. José Bonifácio morreu em 1838, em 1843 desaparecia Feijó, e nos dois anos seguintes faleciam Martim Francisco e Antônio Carlos. Álvares Machado morreu em 1846. Restavam apenas Paula Sousa e Nicolau Campos Vergueiro, que permaneceu no Senado até sua morte em 1859, mas sem nenhuma convicção, a vida política parecia ter perdido atractivos.

Em 1845 funda a Vergueiro & Cia., empresa dedicada à produção de café. O novo negócio permite-lhe desenvolver seu projeto de migração organizada. Nicolau Campos Vergueiro é nomeado Gentil-homem da Casa Imperial

Em 1847, ocupa provisoriamente a pasta da Justiça, fê-lo por mais tempo do que esperava, desse esforço adveio-lhe novo acesso de febre cerebral que quase o deixou sem vida. Aqui se pode considerar terminada a aura política de Nicolau Campos Vergueiro, pois, se ainda, como senador, eleva a voz trêmula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonização do país, a cujo estudo e desenvolvimento há longos anos se dedica, colhendo lisonjeiros frutos dessa pertinácia na prosperidade da colônia. Com oitenta anos de idade, Nicolau Campos Vergueiro aparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probo e honesto, do estadista íntegro, e do representante fiel de um partido que se ufana de o ter por decano.

Em 1849 é nomeado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Durante a década de 50 Nicolau Campos Vergueiro, dedica-se aos trabalhos das suas fazendas, não deixando contudo de freqüentar assiduamente as sessões do senado, até ao seu falecimento.

Vem a falecer na cidade do Rio de Janeiro, a 18 de Setembro de 1859, com quase 81 anos de idade (n.20/12/1778 a f.18/9/1859) os seus restos mortais descansam no Cemitério São João Batista, naquela cidade, ao lado de grandes vultos da vida social, política e cultural Brasileira e Portuguesa, como, Carmen Miranda, Marcello Caetano, Afonso Pena, Baden Powell, Carlos Drummond de Andrade, Dorival Caymmi, Santos Dumont, Tom Jobim, Vinicius de Moraes e tantos outros.



Foto de Sandro Fortunato
Cemitério São João Batista
Botafogo - Rio de Janeiro
Dezembro de 2003

<http://flog.digizap.com.br/Academico/Grande>

¹ Em 1825, Vergueiro ajustou com José da Costa Carvalho (deputado, futuro regente do Império, Marquês de Monte Alegre), que se casara com a viúva do Brigadeiro, a dissolução da firma. Na partilha, couberam a Vergueiro as terras do Morro Azul.

² Depois de uma escala no Rio de Janeiro, onde os deputados paulistas avistaram-se com o príncipe regente, iniciaram a travessia do Atlântico, que levou 84 dias. Chegaram a Lisboa, no dia 5 de Fevereiro de 1822, tão fatigados pelo desconforto da viagem, na qual até as provisões haviam escasseado, que o Padre Diogo António Feijó, de saúde frágil, teve que repousar por vários dias. A bancada das províncias brasileiras deveria somar 76 deputados, mas na realidade só haviam sido eleitos 72, muitos dos quais não seguiram para Lisboa. Aqui chegados depara-se com a notícia dos decretos que mandavam regressar o príncipe regente, e aboliam os tribunais do Rio de Janeiro. Constando então a impressão desagradável que esses actos do poder haviam causado no Brasil, nomearam as Cortes para sindicar do seu alcance a uma comissão mista de doze membros, em cujo número entrou o Sr. Vergueiro. Como membro dessa comissão política dos negócios do Brasil, provou o Sr. Vergueiro o quanto lhe fervia na alma o afecto generoso que consagrava ao Brasil. Apreciador e juiz imparcial dos fatos, escreveu sobre eles um voto em separado, que se denominou justamente a proclamação mais enérgica da independência do Brasil. Os brasileiros não eram ingênuos. O próprio Vergueiro, ao jurar as bases da Constituição, havia declarado que só o fazia porque «na obrigatoriedade do juramento estava implícito o direito dos povos de recusá-la», se assim lhe parecesse melhor. Sabiam que debates acalorados e controvérsias difíceis os esperavam em Lisboa. Entretanto, não previram a hostilidade com que foram recebidos. As intervenções de Vergueiro eram recebidas com indignação e troça. Por ter nascido português, chamavam-no de traidor. Não compreendiam que ele procurava salvar a união dos dois países, cada dia mais frágil e difícil. Ignorando seus apelos, as Cortes resolveram enviar tropas para a Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, a fim de obrigar o cumprimento das decisões que vinham sendo tomadas, que, por não corresponderem aos interesses das províncias brasileiras, eram sistematicamente desobedecidas. Diante disso, Vergueiro fez um apelo: — Se a massa geral do Brasil é constitucional, se a tropa não era para sujeitar o Brasil, como se diz, mas reprimir os partidos, que na verdade são coisa nenhuma, parece que deviam ser atendidas as representações feitas pelo legítimo órgão dessa massa geral (as Juntas de Governo) que não a pede, antes é contra a sua remessa. Nada adiantou. A 15 de Setembro, os deputados reuniram-se para votar a Constituição, que António Carlos considerou vergonhosa para o Brasil. Vergueiro, Feijó, António Carlos, entre outros, recusaram-se a assinar o documento. Muitos deputados, desiludidos, abandonaram as Cortes. — O Brasil está pronto a unir-se a Portugal, mas não segundo a marcha que leva o Congresso. As palavras de Vergueiro receberam estrondosas vaia; seus discursos, censurados, apareciam truncados nos jornais de Lisboa. Mas, no Brasil, Dom Pedro proclamara a Independência. Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na Assembleia Constituinte que funcionava, e ali defendeu, como o fizera nas Cortes lisboenses, a causa do país novo, que devia medrar sob o auspício da liberdade constitucional, que a opinião menos prosecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo. Para garantir a independência e manter a unidade territorial D. Pedro I teve que enfrentar a resistência de algumas províncias, governadas por portugueses e que se mantiveram leais às Cortes portuguesas. As províncias foram a Bahia, Pará, Piauí e Maranhão. Outra província que se opôs foi a Cisplatina. A guerra da Cisplatina, que se iniciou em 1823, só terminou em 1828 com a proclamação de sua independência (é o actual Uruguai). As guerras de independência contrariam a visão tradicional de que a independência brasileira foi pacífica. Em virtude da ausência de um exército nacional organizado, as guerras de independência contaram com o apoio das milícias civis.

³ Logo após a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de Setembro de 1822, ocorreu um conflito entre radicais e conservadores na Assembleia Constituinte. A Independência do Brasil não se tinha consolidado com a aclamação e coroação do Imperador, mas sim com sua Constituição. A Assembleia Constituinte iniciou os seus trabalhos em 3 de Maio de 1823, quando o imperador Dom Pedro I discursou sobre o que esperava dos legisladores. Uma parte dos constituintes tinha orientação liberal-democrata: queriam uma monarquia que respeitasse os direitos individuais, delimitando os poderes do Imperador. D. Pedro I queria ter poder sobre o Legislativo através do voto, iniciando uma desavença entre ambos os pontos de vista. D. Pedro I mandou o Exército invadir o plenário em 12 de novembro de 1823, prendendo e exilando diversos deputados, este episódio, já relatado e que ficou conhecido como «A Noite da Agonia». Feito isto, reuniu dez cidadãos de sua inteira confiança, pertencentes ao Partido Português, entre eles João Gomes da Silveira Mendonça, os quais, após algumas discussões à porta fechada, redigiram a Primeira Constituição do Brasil no dia 25 de março de 1824. D. Pedro I iria repetir o processo de outorga semelhante quando dois anos depois, já como D. Pedro IV de Portugal, participou da elaboração da constituição portuguesa de 1826. Se houve disputas pelo poder, Vergueiro sempre se manteve afastado delas. Não conspirou contra o Governo, nem tinha ambições pessoais. Ninguém entendeu as razões da sua prisão, que parecia mais uma precipitação ou engano do Governo. E logo inventaram um diálogo irónico: «Por que Vergueiro foi preso? Porque estava solto. Mas se agora vão soltá-lo! É porque estava preso».

⁴ Há 150 anos, entrava em vigor, promulgado a 16 de dezembro de 1830, pelo Imperador D. Pedro I, o primeiro Código Penal Brasileiro — o Código Criminal do Império — filiado, segundo o ensinamento de NELSON HUNGRIA, à corrente de idéias do iluminismo.

Segundo os estudiosos da ciência penal, o Código Imperial de 1830, que teve vigência até 1890, honrou a cultura jurídica nacional, a ponto de impressionar vividamente vários penalistas estrangeiros, citando-se o exemplo de HAUS e MITTERMAYER, que aprenderem o idioma português para poderem estudar o mencionado Código em seu texto original.

Como se sabe, o referido diploma foi o primeiro Código autónomo da América Latina e dele se irradiaram consideráveis ramagens de influência para a elaboração da legislação de outros países.

HUNGRIA («Comentários ao Código Penal», ed. Forense, vol. I, Tomo I, pág. 48) assinala que, conforme notava LADISLAU THOT, o nosso Código influenciara «quase toda a legislação penal latino-americana, através dos Códigos espanhóis de 1848, 1850 e 1870, que, em muitos pontos, se inspiraram no padrão brasileiro e, por sua vez, serviram de modelo, em torna-viagem, aos Códigos dos países de língua espanhola da América».

Na verdade, embora a Carta Constitucional de 1824, em seu artigo 179, XVIII, consignasse que «organizar-se-á quanto antes um Código Civil e Criminal, fundado nas sólidas bases da Justiça e Equidade», vigoravam antes deste as Ordenações Filipinas, com seu «liber terribilis» em matéria de natureza criminal. O critério de urgência, determinado pela nossa Constituição de 1824, portanto, cedeu à prudência com que deveria elaborar-se Código de tamanha importância para a vida nacional, já que diria respeito aos aspectos mais caros da vida humana — dentre eles a própria liberdade.

Relata HUNGRIA, a seguir, que, aprovada, desde logo, a primeira parte das conclusões do parecer, providenciou a Câmara, junto ao Senado, para a formação de uma Comissão Mista, à qual incumbiria o exame do projeto Vasconcelos. Dita Comissão, formada por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, J. A. da Silva Maia, M. C. de Almeida e Albuquerque, José da Costa Carvalho e J. C. de Deus e Silva, terminaria o parecer sugerindo a nomeação de uma Comissão ad hoc composta de três membros, «a que se reuniriam os autores das emendas e para a qual poderiam ser convocados os autores das memórias.»

Os Brasões no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Dr.^a Catarina Isabel Carabineiro Gonçalves

AGRADECIMENTOS

Quero começar por agradecer ao Dr. Manuel Cardoso toda a ajuda e apoio prestado na realização deste trabalho, pois é graças ao seu empenho e interesse pelo tema que a publicação deste livro é possível.

Não posso, também, esquecer os populares das localidades às quais me deslocuei para fazer o estudo no terreno, assim como, aos proprietários dos solares, pela boa recepção e pelas informações prestadas, nomeadamente à Senhora Dona Maria Isabel Charula, dos Cortiços, à Senhora Dona Anita, de Travanca, e à família do Senhor Doutor Juiz Metello de Nápoles, de Vale da Porca.

Aos bombeiros, o meu obrigado pela prestativa colaboração.

INTRODUÇÃO

Todo o património histórico-cultural conta a história do local onde este se encontra, e é a pensar na perpetuação dessa história que todos devemos empenhar-nos na preservação desse mesmo património.

Este estudo surgiu, precisamente, da junção entre o meu gosto pessoal pela temática dos brasões, procurando descobrir a sua simbologia, com a necessidade de não deixar o nosso património histórico cair no esquecimento.

Pretendo, portanto, dar a conhecer uma pequena parte do património que existiu e ainda existe no concelho de Macedo de Cavaleiros, e que contribuiu para fazer a história do mesmo.

A heráldica, ciência que, como auxiliar da História, estuda os brasões, desempenha um papel fundamental no conhecimento histórico de um local.

Os brasões começaram a ser utilizados em Portugal por volta do século XII, sendo nessa altura encarados como um símbolo de grandeza, de poder e de riqueza. Estes eram utilizados, apenas, por determinada classe social — a nobreza ou clero — representando-a.

O brasão de uma família, por exemplo, dá-nos muitas informações acerca da mesma, tal como, os nomes de família a quem pertence, através da identificação das armas; o grau de nobreza, identificada pela posição do elmo; o título de nobreza que o indivíduo possui, que se existir será representado pelo respectivo coronel, entre outras características simbólicas.

No entanto, esta simbologia é desconhecida para grande parte da população portuguesa, à excepção de historiadores, de alguns descendentes destes nobres brasonados ou de pessoas que se interessem por este assunto e o estudem por iniciativa própria.

Com este trabalho pretendo dar a conhecer um pouco da simbologia que os brasões encerram, através do estudo feito aos brasões existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Para as pessoas, em geral, um brasão apenas tem valor devido ao factor histórico e pelo facto de estes pertencerem a pessoas, potencialmente, abastadas.

No entanto, o valor de um brasão vai muito para além da importância histórica e cultural, pois este possui, também, valor artístico, uma vez que se trata, a maior parte das vezes, de uma escultura, a três dimensões, no caso do timbre, do coronel e do elmo, e a duas dimensões, no caso do escudo, tratando-se de um alto-relevo. Os brasões são, assim, uma obra de arte que surge do esculpir de uma pedra, geralmente o granito.

A heráldica pode ser distinguida segundo quatro espécies diferentes, de acordo com o meio a que se destina e o fim que lhe é imposto: *heráldica de família* ou *armas de família*, sendo esta considerada a verdadeira heráldica, adaptada à distinção de linhagens; *heráldica eclesiástica*, referente aos membros do clero; *heráldica de domínio* ou *armas de domínio*, que diz respeito às armas estaduais (referentes a um estado / nação), às armas municipais (de concelhos, cidades, vilas e freguesias) e às armas paroquiais (da paróquia); e *heráldica de corporação* ou *armas corporativas*, pertencente a diversos tipos de associações, corporações e colectividades.

Neste livro faço referência aos quatro tipos de heráldica dando, naturalmente, maior importância à heráldica de família.

Das sessenta e sete localidades pertencentes ao concelho em estudo encontramos brasões (das quatro espécies de heráldica) em vinte e três, num total de cinquenta e quatro.

Ao longo de todo o período em que desenvolvi este trabalho apercebi-me que, embora os brasões ainda tenham uma certa importância histórica e cultural, no nosso país, a tendência é que ela diminua cada vez mais, isto porque, não existe informação suficiente para que estes se mantenham «vivos».

Com este trabalho pretendo dar o meu contributo na luta pela preservação dos monumentos que fazem parte da nossa história e que acompanharam o desenvolvimento da nossa terra até aos dias de hoje.

HERÁLDICA DE DOMÍNIO

MACEDO DE CAVALEIROS



Brasão Municipal (referente ao título de vila) e fachada principal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

«**Armas** — De prata, com um ramo de castanheiro com três ouriços de ouro e folhado e truncado de verde. Orla de negro carregada de nove rosetas de espora de prata, abertas do campo da orla. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres: *Macedo de Cavaleiros*, a negro.»

In Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo X, p. 711



Brasão Municipal (referente ao título de cidade)

A localidade de Macedo de Cavaleiros passou a cidade em 1999, pelo que houve a necessidade de alterar o seu brasão municipal, sendo essa alteração feita apenas na coroa mural das torres, que faz a distinção entre vila e cidade. Desta forma, o brasão de Macedo de Cavaleiros passou de quatro torres para cinco.



Brasão da Freguesia de Macedo de Cavaleiros e Junta de Freguesia

ARMAS NACIONAIS

CASTRO ROUPAL



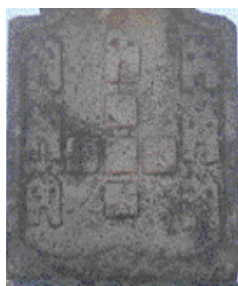
Armas nacionais, em ferro, gravadas nas grades da varanda de uma casa de habitação.

CHACIM



Armas nacionais inscritas no pelourinho de Chacim

PINHOVELO



Armas nacionais gravadas no pelourinho de Pinhovelo

VALE DE PRADOS



Armas nacionais esculpidas no pelourinho de Vale de Prados

HERÁLDICA DE FAMÍLIA

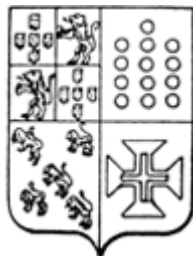
ALA



Brasão da família Sousa Barroso

Este brasão encontra-se pintado no tecto de uma das salas da casa da família Colmieiro, a quem pertence, actualmente, por herança. É igual ao de Travanca do Solar Sousa Barroso, pertencente à mesma família, e idêntico ao de Vale da Porca.

O escudo, dito de tipo francês, esquartelado, representa no 1.º quartel as armas dos Sousa, do Prado, no 2.º quartel estão as armas da família Sarmento, as armas da família Barroso estão representadas no 3.º quartel e, por fim, no 4.º encontram-se as armas dos Teixeira, armas estas que podem ser visualizadas no desenho de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos, abaixo representado.



P. 777, desenho n.º 121

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

Apresenta como timbre o leão, timbre este representante tanto da família barroso como da família Sousa, do Prado.

Brasão da família
do Morgado OliveiraBrasão da família
Machado Falcão

Os dois escudos apresentados não se encontram numa casa brasonada, no entanto, esta pertencia às famílias a que os brasões dizem respeito, motivo pelo qual os herdeiros e actuais moradores decidiram colocar na entrada os painéis de azulejo, com as armas da família.

O escudo francês, esquartelado, referente à família do Morgado Oliveira, é idêntico aos brasões de Macedo de Cavaleiros e Vale Benfeito, pertencentes à mesma família, representando, no 1.º quartel, as armas dos Oliveira, no 2.º as da família Borges, nos 3.º e 4.º quartéis, Costa.

O escudo da família Machado Falcão, também esquartelado, figura as armas dos Machado, no 1.º quartel, as da família Falcão, no 2.º quartel, no 3.º quartel estão as armas dos Sá e no 4.º as armas dos Moraes.

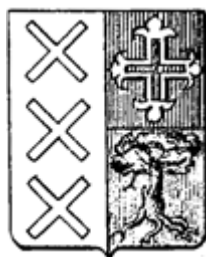
O elmo aberto (viseira levantada), devendo ser colocado ou tarado a três quartos, olhando a direita, significa que o indivíduo a quem as armas pertenciam era fidalgo, pelo menos com quatro gerações.

Possui dois machados cruzados como timbre, sendo este o timbre da família Machado.

AMENDOEIRA

Os desenhos dos escudos abaixo apresentados, de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, volume VI, página 743, são respeitantes a dois brasões outrora existentes na Amendoeira.

Este escudo, feito em argamassa, encontrava-se na parede da varanda da casa dos Moraes Pinto. Terá sido levado para a Torre D. Chama após as partilhas da habitação, nos meados do século XX.



Casa onde se encontrava o brasão

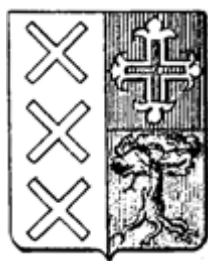


A casa foi habitada pelo padre Manuel Caetano de Morais Pinto, cujo brasão eclesiástico, presente na igreja da Amendoeira, está descrito em «heráldica eclesiástica».

Na padieira da porta da varanda existe uma inscrição que pode ser visualizada na foto abaixo apresentada.



Porta onde está gravada uma inscrição



Este escudo, feito também em argamassa, estava no frontispício da casa que fora do Visconde de Ervedosa. Segundo pessoas da aldeia, os seus posteriores proprietários (por compra), destruíram o brasão por não ser representante dos mesmos.

O escudo dividido em pala apresenta as armas dos Sepúlveda na esquerda, a da direita dividida em facha, representa os Correia, na parte superior e os Sá, na inferior.



Casa à qual pertencia o escudo acima apresentado

ARCAS

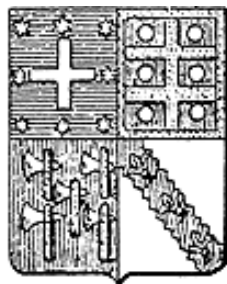


Brasão da família Almeida Pessanha

O presente brasão, de granito, está no frontispício do palacete do Visconde das Arcas, palacete este que, continuando a pertencer à mesma família, se encontra convertido numa casa de turismo de habitação.

Escudo esquartelado, tendo no 1.º quartel as armas da família Vilhegas (?), no 2.º quartel estão as armas dos Almeida, no 3.º quartel as da família Machado e, no 4.º as armas dos Pessanha. Veja-se o desenho de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos, abaixo ilustrado.

Como timbre estão representados dois braços sustentando uma caldeira, tratando-se do timbre dos Vilhegas.



P. 743, desenho n.º 14



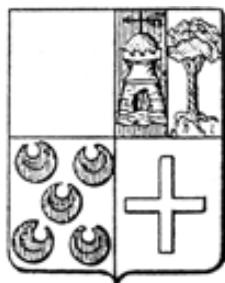
Brasão da família Pessanha

Encontra-se numa outra casa pertencente, também, à família Pessanha.

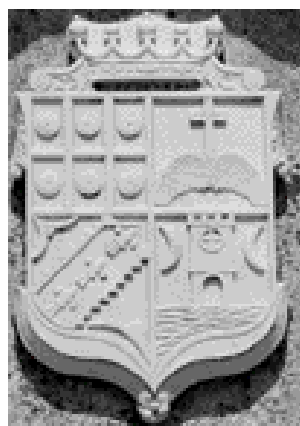
O escudo de forma circular, esquadrelado, representa as armas dos Pessanha, no 1.º quartel, as armas dos Morais, no 2.º quartel, no 3.º quartel pensasse estarem as armas da família Pinto e, por fim, no 4.º quartel estão as armas dos Teixeira Pereira. O desenho abaixo representa o escudo de forma rectangular por uma questão de conveniência gráfica.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é uma torre, a mesma do escudo, que representa a família Morais.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 743, desenho n.º 15



Brasão do Visconde das Arcas

Brasão, de mármore, da primeira década do século xx, que se encontra no jazigo do Visconde das Arcas, no cemitério de Arcas.

O escudo, esquadrelado, tem a forma de boleado de bico. No 1.º quartel estão representadas as armas dos Almeida, no 3.º quartel encontram-se as armas dos Pessanha.

Possui um Coronel referente ao título de Visconde.

BORNES



Brasão da família Freire de Andrade

Este escudo está na fachada de uma antiga capela, agora convertida em casa de habitação.

O escudo de fantasia não segue as leis heráldicas, sendo constituído por letras entrelaçadas, na parte inferior, que dizem Ave-Maria; uma fita franjada nas extremidades, na parte superior esquerda; uma cruz, no centro e cabeças de animais, na parte superior direita.

Observe-se a figura abaixo onde os diversos constituintes deste escudo são melhor perceptíveis.



ALVES (1987: p. 774), fig. 62 (Abade de Baçal)



Brasão da família Sarmiento

O solar, do século XVII, onde este brasão, de granito, se encontra está num estado de degradação muito avançado, estando ele próprio bastante degradado, pelo que o campo do escudo é já indecifrável.

No escudo esquartelado apenas são perceptíveis as armas do 1.º quartel, onde se encontra representada a família Sarmiento.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

CASTELÃOS



Brasão da família de António Caetano Pereira de Sousa

Esta pedra de armas está no frontispício do palacete do Visconde da Paradinha de Outeiro, António José de Miranda.

O escudo encontra-se dividido em pala, com as armas dos Pereira, à esquerda, e dividido em facha, na direita, com as armas dos Correia (?), na parte superior e as dos Carmona, na parte inferior.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é uma cruz, ladeada de duas asas estendidas, timbre dos Pereira.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 755, desenho n.º 46

CHACIM



Brasão da Família Pessanha

O presente brasão está no frontispício de um palacete de Chacim que, actualmente, é um solar de turismo de habitação.



Cadeiras que contêm figurações heráldicas.

A cadeira 1 possui os escudos do brasão da família Pessanha, presente no solar de turismo de habitação existente na aldeia e que é o mesmo que está nas Arcas (v.).

O escudo, francês, exterior, não segue as leis heráldicas, contendo no seu interior mais dois escudos que contêm as armas de família. No escudo interior da direita estão representadas as armas dos Pessanha e dos Morais (?).

O escudo interior da esquerda está encimado por um coronel referente ao título de Conde, o escudo da direita possui um coronel de Visconde.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é um leão.



Brasão da família Figueiredo Sarmento (v. Vilar do Monte)

Brasão outrora existente em Chacim, no frontispício de uma casa pertencente à família do Dr. António Henrique de Figueiredo Sarmento.

Encontra-se, actualmente, na aldeia de Vilar do Monte, sendo, portanto, a sua análise feita mais à frente.

CORTIÇOS



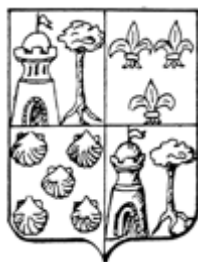
Palacete da Família Pessanha

O brasão, de granito, acima apresentado encontra-se no solar dos Pessanha, tratando-se de um dos três solares que existem na aldeia de Cortiços, sendo este o único que não está habitado.

O escudo francês, esquartelado, ostenta as armas da família Morais, nos 1.º e 4.º quartéis, no 2.º quartel estão as armas dos Leite e no 3.º encontram-se as armas dos Velho.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é a mesma torre que representa a família Morais no campo do escudo.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 757, desenho n.º 56



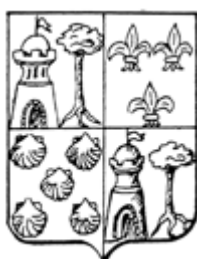
Brasão da família Sarmento

O solar onde se encontra esta pedra de armas pertence, actualmente, por compra, à família Sá Miranda.

O escudo partido, à esquerda, apresenta as armas dos Sarmento (treze besantes). À direita, o campo é cortado, possuindo as armas dos Castro, em cima, e as armas dos Morais, em baixo.

O elmo encontra-se cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

Como timbre apresenta um leão empunhando uma espada.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 757, desenho n.º 55



Figuração heráldica existente sobre a porta da capela
pertencente ao solar.



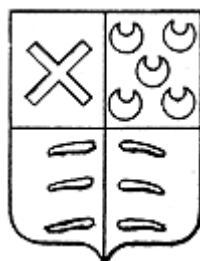
Brasão da família Lemos Costa

Este brasão, de granito, está no solar dos Charula, família à qual pertence por compra.

O escudo de fantasia ostenta as armas da família Lemos, no 2.º quartel e as armas dos Costa, nos 3.º e 4.º quartéis, divididos em pala. No desenho de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos, abaixo apresentado verifica-se um erro pictórico, no 1.º quartel.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é uma águia, com as asas estendidas.



P. 755, desenho n.º 54



Brasão existente no tecto do solar dos Charula

Esta pintura encontra-se numa das salas do solar anterior, isto é, pertencente à família Charula.

O escudo francês ostenta as armas dos Pinto, no 1.º quartel, as da família Machado, no 2.º quartel, e as da família Alcoforado, no 4.º quartel.

O elmo encontra-se cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.



Brasão da família Alcoforado

Esta pedra de armas está na parte superior de uma pequena capela (alminhas) situada entre os Cortiços e a Cernadela. Dividido em pala, o escudo apresenta as armas dos Alcoforado, à direita.



Brasão da família Velho

Está numa campa, na igreja, junto ao altar.
Todo o campo do escudo é preenchido por uma torre.
Do elmo, percebe-se que está olhando a direita do escudo.



Brasões gravados em sepulturas

Brasões que estão em duas campas, no cemitério de Cortiços.
O seu estado de degradação é bastante elevado, pelo que não é possível fazer a sua análise pictórica e simbólica.

GRIJÓ



Brasão com as armas da família Almeida

Este brasão, de granito, está na campa de uma sepultura, na capela da casa da família Sá Miranda.
O escudo português ostenta as armas da família Almeida.

LAMALONGA



Brasão da família Miranda

O presente brasão encontra-se no interior de uma habitação, em Lamalonga.
O escudo francês, partido, apresenta à esquerda as armas dos Miranda e à direita as armas dos Geraldês.
O elmo fechado encontra-se colocado numa posição errada, uma vez que este deveria estar colocado de perfil.

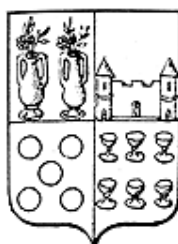


Capela da família Figueiredo

Está no frontispício de uma capela, em Limãos, que pertencia à família Figueiredo Sarmento. Posteriormente, o Sr. Cônego Figueiredo doou a capela à igreja, a quem pertence actualmente.

Escudo português, esquartelado.

Elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 761, desenho n.º 68

MACEDO DE CAVALEIROS



Brasão da família Costa Macedo

O solar onde este brasão se encontra foi mandado construir, no século XVIII, por D.^a Ana de Sá Sarmento e seu marido, Dr. José da Costa Macedo.

D. João V concedeu a D.^a Ana a carta de armas, cujo escudo era em lisonja (escudo feminino), no entanto, na fachada do solar foi colocado um brasão com escudo masculino. Veja-se o escudo original na figura abaixo ilustrada.

O solar é conhecido, actualmente, como Casa Falcão, devido ao facto de ter sido comprado pela família Sousa Falcão, no início do século XX, que acabou por o vender à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, nos anos 90, mas, outrora fora denominada de Casa Alpoim, Casa da Viscondessa e Casa das Fidalgas.

O escudo, boleado de bico com chefe de linhas côncavas, esquartelado, ostenta as armas da família Costa, no 1.º quartel, as da família Macedo, no 2.º quartel, as dos Sarmento, no 3.º quartel e as armas da família Sá, no 4.º quartel.

Possui o elmo estilizado, cerrado, olhando a direita do escudo.

O timbre é um leão.



Brasão original da família Costa Macedo, com o escudo em Lisonja. Fig. retirada de uma carta de armas.



Brasão da família do Morgado Oliveira

O solar ao qual esta pedra de armas pertence continua na família, após várias gerações, sendo uma parte habitado pelos Sousa Cardoso e a outra parte, recentemente restaurada para turismo de habitação, aos Miranda Pereira.

É idêntico ao brasão de Vale Benfeito, pertencente a parentes da mesma família, bem como ao da capela de Jesus, Maria e José, na Matriz de Macedo de Cavaleiros.

O escudo, boleado de bico com chefe de linhas côncavas, esquartelado, representa, no 1.º quartel, as armas da família Oliveira, no 2.º quartel, as armas dos Borges, no 4.º quartel estão as armas dos Costa.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

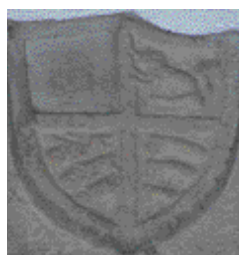
O timbre é um leão, arma dos Borges.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos.
P. 761, desenho n.º 71. Está incorrecto no 3.º quartel.



Pulseira de Escrava, usada pelas mulheres da família do Morgado Oliveira



Capela com o brasão da família do Morgado Oliveira

Este escudo está no fecho do arco de uma capela da igreja matriz de Macedo de Cavaleiros, à qual foi oferecido pela família do Morgado Oliveira.

No 1.º quartel estavam representadas as armas dos Oliveira, no 2.º quartel estão as armas da família Borges, nos 3.º e 4.º quartéis estão as armas dos Costa, divididas em pala.



Este brasão, de granito, está colocado sobre o portão da Estalagem do Caçador, edifício dos antigos Paços do concelho.

O edifício não possuía qualquer brasão, sendo este lá colocado aquando das obras dos antigos Paços, após a compra do mesmo pela família Pinto Azevedo.

Desconhece-se a origem do brasão, sabendo-se apenas que veio do Douro Litoral.

Possui um escudo boleado de bico, esquartelado.

O elmo está cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

Como timbre possui uma donzela, amparando nas mãos um escudo das armas.

MORAIS



Casa e Capela da família Abreu

Esta pedra de armas encontra-se na fachada principal da capela de Sto. António e pensa-se pertencer à família Abreu.

O escudo boleado de bico com chefe de linhas côncavas, esquartelado, apresenta, no 1.º quartel, uma estrela, no meio, e um ramo em cada canto, no 2.º quartel estão cinco estrelas em sautor, no 3.º estão as armas que se pensa serem da família Menezes e, no 4.º estão as armas dos Morais.

O elmo está cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é dois bastões, em aspa florelistados.

PODENCE



Brasão da família Pereira

Está no chão da igreja de Podence, junto ao confessionário. É idêntico ao brasão que está no frontispício do palacete do Visconde da Paradinha, em Castelãos.

O escudo partido, contém as armas dos Pereira, na metade esquerda e as da família Correia, à direita.

O elmo encontra-se cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é uma cruz, ladeada de duas asas estendidas.

TRAVANCA



Brasão da família Pimentel de Araújo

Esta pedra de armas está no solar pertencente, por herança, ao Dr. António Mário Lemos de Mendonça. Pensa-se que terá vindo de Frechas, no século XIX.

Tanto o brasão, de granito, como o solar foram restaurados, recentemente.

O escudo francês, esquartelado, ostenta as armas da família Pimentel, no 1.º quartel, as da família Araújo, no 2.º quartel, as armas dos Sarmento, no 3.º quartel e, possivelmente, as da família Teixeira, no 4.º quartel. No desenho de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos, abaixo apresentado verifica-se um erro pictórico, no 1.º quartel.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é uma águia, de perfil.



P. 777, desenho n.º 119

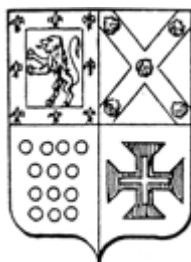


Brasão dos Moura Carvalhais

O presente brasão encontra-se no mesmo solar que o brasão anterior, na fachada lateral, por cima da porta da capela.

O brasão anterior representa as armas da família da esposa, este representa as da família do marido.

O escudo francês, partido, apresenta, na primeira metade, as armas dos Morais encontra-se esta, também, partida (Amoreira à esquerda e a torre à direita). Na segunda metade encontram-se as armas dos Moura.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 777, desenho n.º 120



Brasão da família Sousa Teixeira Barroso

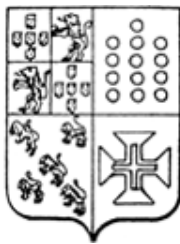
Esta pedra de armas veio de Mascarenhas, em 1903, como demonstra a inscrição subjacente, encontrando-se, actualmente, no solar da família Sousa Barroso, em Travanca.

É igual ao que se encontra, pintado, no tecto de uma das salas da casa da família Colmeiro, em Ala, e idêntico ao de Vale da Porca.

O escudo francês, esquartelado, ostenta, no 1.º quartel, as armas da família Sousa do Prado, no 2.º quartel estão as armas dos Sarmento, no 3.º estão as armas da família Barroso e, no 4.º quartel encontram-se as armas dos Teixeira.

O elmo está cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é um leopardo.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 777, desenho n.º 121

VALE BENFEITO



Brasão da família Borges da Costa (Morgado Oliveira)

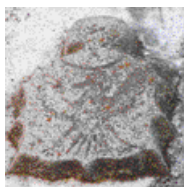
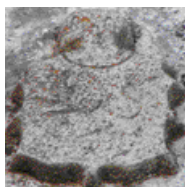
Este brasão está no solar de família, a quem pertence por herança. Estaria inicialmente sobre um portão que ainda existe ao lado da actual igreja paroquial e que, no século XVII, seria a casa do morgadio.

É idêntico ao brasão presente num dos solares de Macedo de Cavaleiros, pertencente, também, à família do Morgado Oliveira.

O escudo francês, esquartelado, afigura, no 1.º quartel, as armas dos Costa, no 2.º quartel estão as armas dos Borges, no 3.º as da família Oliveira e, no 4.º quartel, estão representadas três cabeças de cobra (?).

O elmo está cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, o que significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é um leão, arma dos Borges.



Casa do Capitão Morais Sarmento

Estes «escudos» encontram-se na casa que a família do Capitão Morais Sarmento habitava, em Vale Benfeito, tratando-se mais de pedras decorativas do que propriamente de uma pedra de armas (brasão).

Em vez de alto-relevo as armas estão representadas em baixo-relevo.

Os elmos estão tarados de perfil, olhando a direita do escudo.

VALE DA PORCA



Brasão da família Sousa Pegado Barroso

Esta pedra de armas está no único solar existente em Vale da Porca, pertencente à família Pegado de Sousa Barroso. É idêntico aos brasões de Ala e Travanca, pertencentes à mesma família.

O escudo ovado, esquartelado, ostenta as armas da família Sousa do Prado, no 1.º quartel, as armas dos Barroso, no 2.º quartel, as armas da família Teixeira, no 3.º quartel e, no 4.º quartel, as da família Sarmento. Na figura abaixo apresentada estão as armas da família Pegado.

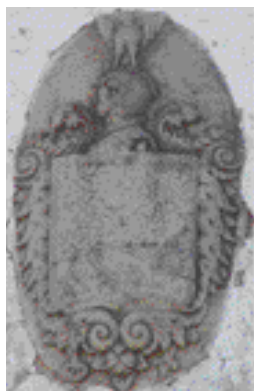
O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.

O timbre é um leão.



Brasão (armas) da família Pegado.
Fotografia tirada a um cortinado existente no presente solar.

VALE DE PRADOS



Brasão da família Castro Pereira

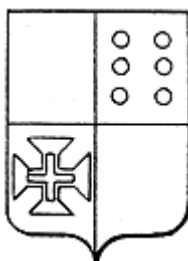
O solar onde este brasão se encontra, assim como toda a quinta, foram vendidos, pertencendo, actualmente, à família Mendonça.

O brasão possui um escudo francês, no entanto o seu campo encontra-se bastante gasto, pelo que as armas estão indecifráveis.

Sabe-se, porém, segundo o que está descrito na obra do Abade de Baçal, que estão nele representadas as armas dos Castro Bastardos e as armas dos Pereira. Segundo o desenho de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos, abaixo apresentado as armas dos Castro estão representadas no 2.º quartel e, no 3.º quartel, estão as armas da família Teixeira.

O elmo parece estar aberto (viseira levantada), olhando a direita do escudo, o que significa que o indivíduo a quem as armas pertenciam era fidalgo, pelo menos com quatro gerações.

O timbre é uma ave, possivelmente uma águia.





Este brasão está na casa da família Pinto Azevedo, sobre o portão que dá para o jardim.

A casa primitiva não possuía qualquer brasão. Quando a família dos actuais proprietários a comprou, modificou-a, fazendo acrescentos, entre os quais o local onde o brasão se encontra.

Segundo informações de pessoas da aldeia, o brasão foi trazido de uma quinta de Ribeira de Pena.

Escudo boleado de bico, com o campo vazio (sem armas).

VILAR DO MONTE

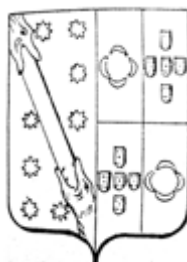


Brasão da família Sousa Freire

Esta pedra de armas esta no pórtico que dá entrada para uma propriedade pertencente à família Carvalho Neto.

Possui um escudo de fantasia, partido, que apresenta, na primeira metade, lado esquerdo, as armas dos Freire e, na segunda metade, lado direito, as armas dos Sousa, de Arronches.

O timbre é uma cabeça de serpe.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 783, desenho n.º 142

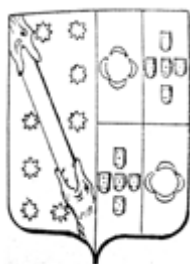


Brasão da família Figueiredo Sarmento

Este brasão foi levado, de Chacim, para o jardim particular da casa da família Carvalho Neto, nos meados do século xx.

O escudo está dividido em facha, estando a parte superior, por sua vez, dividida em três palas, possuindo na da esquerda as armas dos Sarmento, na do meio a dos Amorins e, na terceira uma flôr de liz representando, possivelmente, os Esteves. Na parte inferior estão as armas dos Moraes, à esquerda, e a dos Ferreira, como se pode ver no desenho abaixo apresentado, de Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos.

O elmo cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, olhando a direita do escudo, significa que a pessoa a quem as armas pertenciam era nobilitado ou nobre até três gerações.



P. 755, desenho n.º 50

VILARINHO DE AGROCHÃO

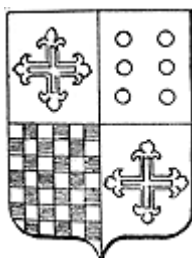


Brasão da família Castro Pereira

Esta pedra de armas está num palacete mandado construir por um capitão-mor, conhecido como o Solar dos Pintos, encontrando-se praticamente em ruínas.

O escudo esquartelado apresenta as armas da família Castro, no 2.º quartel, e as da família Sá, no 3.º quartel.

O elmo está cerrado (viseira fechada), tarado de perfil, voltado à esquerda, o que significa tratar-se das armas de bastardos. O timbre é um unicórnio.



Domingos Vinhas, das Memórias do Abade de Baçal, ALVES (1928), Tomo VI — Os Fidalgos. P. 785, desenho n.º 151

HERÁLDICA ECLESIAÍSTICA

AMENDOEIRA



Brasão com as armas do Abade Manuel Caetano de Morais Pinto

O escudo de fantasia que apresenta as armas do abade Manuel Caetano de Morais Pinto (uma Cruz) está na igreja da Amendoeira, no altar-mor. É de madeira (talha dourada).

Possui um chapéu de bispo, com seis nós de cada lado. O chapéu de abade possui apenas três nós de cada lado.

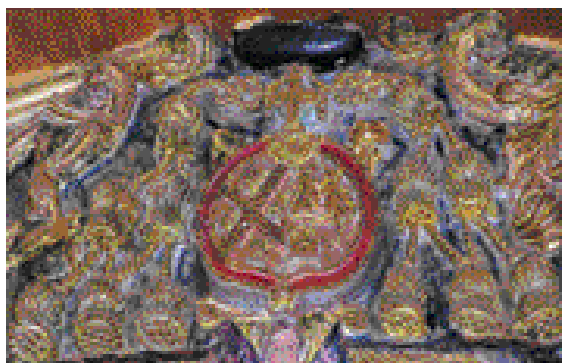
CHACIM



Brasão com as armas dos Almeida

Este escudo, ovado, que representa as armas da família Almeida está no altar-mor da igreja de Chacim. Está encimado por um chapéu de bispo, com seis nós de cada lado.

SESULFE



Brasão do Bispo D. Freire Aleixo de Miranda Henriques

Este escudo, de fantasia, que representa as armas do Bispo D. Freire Aleixo de Miranda Henriques encontra-se no altar-mor da igreja de Sesulfe.

Está encimado por um chapéu de bispo, com seis nós de cada lado.

HERÁLDICA DE CORPORAÇÃO

MACEDO DE CAVALEIROS



Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros

«Emblema composto de Fénix a sobressair da chama, tendo ao centro do corpo um escudo com os cavaleiros da massa encimado pelos castelos. Por debaixo do escudo sobressaem dois machados.»

In manual de Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros, p. 7, 2001



Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros



Clube de Caça e Pesca de Macedo de Cavaleiros



Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros
(foto tirada a uma tapeçaria)

Bibliografia

- ALVES, FRANCISCO MANUEL — Os Fidalgos. Tomo VI, Tipografia Empresa Guedes: Porto, 1928.
- ALVES, FRANCISCO MANUEL — Arqueologia, Etnologia e Arte. Tomo X, Tipografia Académica: Bragança, 1987.
- FARIA, ANTÓNIO MACHADO — Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica. Edições Zairol: Lisboa, 4.^a Edição, 2000.
- FRANÇA, GRAÇA MARIA; MACHADO, HERLÂNDER ALVES — Dicionário de História de Portugal Ilustrado. Vol. I, Formar — Edições para ensino e cultura, LDA., 1982.
- MATTOS, ARMANDO — Manual de Heráldica Portuguesa. Livraria Fernando Machado: Porto, s/data.
- SERRÃO, JOEL — Focus Enciclopédia Internacional. Vol. III, Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1966.
- SERRÃO, JOEL — Dicionário de História de Portugal. Vol. II, Iniciativas Editoriais. 1971.
- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MACEDO DE CAVALEIROS — Estatutos. Minerva Transmontana, Tipografia, Lda: Vila Real, 2001.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Vol. V, Editorial Enciclopédia Limitada: Lisboa e Rio de Janeiro, s/ data.

Relação de novos casos de Pintura Mural resultantes do inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda

Lécio da Cruz Leal, Lília da Silva e Ricardo Naito¹

Introdução e estado da questão da pintura mural nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Vila Flor.

Antes de 2004, isto é, antes do *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda*², decorrer nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Vila Flor, conheciam-se apenas dois núcleos³ nestes e ambos divulgados pelas *Brigadas de Pintura Mural* (IPCR). Até ao momento, para além dos dois citados, dado por terminado o Inventário nos referidos concelhos, foram registados nove (9) núcleos inéditos e com enorme interesse em serem estudados, conser-



Fig. 1 — São João Batista a relembrar o caminho para a salvação

¹ Investigadores da Associação «Terras Quentes».

² Por protocolo celebrado a 9 de Dezembro de 2006 entre a Associação «Terras Quentes», a Diocese de Bragança-Miranda, a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Universidade Católica do Porto e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

³ Na ermida de São Geraldo, em Valpereiro, e na ermida de Nossa Senhora de Jerusalém, em Sendim da Serra, todos em Alfândega da Fé.



Fig. 2 — Painel atrás do retábulo

vados, divulgados e dinamizados, isto porque se encontram preservados e porque as suas dimensões são muito significativas.

Os artigos aqui compilados, produto do Inventário, deverão ser já conhecidos, no essencial, por alguns leitores, pois já foram publicados anteriormente no semanário *Mensageiro de Bragança*, em 2007 e 2008, mas decidimos publicá-los de novo por duas razões fundamentais, a primeira e a mais importante é tornar acessível estas notícias a outros leitores e a segunda prende-se com a actualização da informação anteriormente veiculada.

Dos nove (9) núcleos inventariados apenas se noticiaram três deles, por razões de ordem prática e não outras, falamos nos casos de Castro Roupal⁴, Sendim da Ribeira⁵ e Candoso⁶, merecendo os restantes igual nota e um estudo profundo assim que alguma entidade decida intervir, consiga meios para intervir ou o *Projecto Rota de Pintura Mural da Terra Quentes e Douro Superior* seja aprovado.

Concluídos os trabalhos de campo do Inventário nestes três concelhos, apresentamos agora e muito sinteticamente as novas ocorrências na área da pintura mural em cada um deles.

Para o concelho de Macedo de Cavaleiros houve mais duas entradas nesta área, referimo-nos a um pequeno painel descoberto em 2008, durante as obras de beneficiação da igreja de Nossa Senhora de Balsamão. Representa uma *Aparição de São João Baptista a um eremita*, relembrando-o do caminho da Salvação, afastando-o da tentação da carne, no caso materializada numa mulher com seios descobertos [fig. 1].

A outra situação reporta a Setembro de 2005 e diz respeito a um painel oculto da capela de Nossa Senhora do Rosário [fig. 2], em Vilar do Monte. Sobre este pouco ou nada há a referir para além da sua existência, dado que o espaço entre este e o retábulo que o oculta é muito reduzido, impedindo a leitura do mesmo.

Em Vila Flor, para além dos casos de Candoso e Vila Flor, na fase terminal dos trabalhos de campo do inventário, registámos (Outubro de 2008) um novo núcleo de pintura mural na ermida de Nossa Senhora da Rosa, em Sampaio. Ora, este núcleo não só é equiparável ao de Candoso nas dimensões como também na qualidade plástica, para além disso é mais rico em cores. O tema reproduzido neste é o *Calvário*, com *Nossa Senhora e São João Evangelista* (este último por confirmar) abaixo do nível da cruz e do crucificado e uma vez mais o tema representado nada tem que ver com a dedicação actual do templo [fig. 3].



Fig. 3 — Calvário

Por último, o concelho de Alfândega da Fé destaca-se em relação aos outros pelo número de ocorrências neste campo, pois regista quatro casos inéditos, três deles com potencial turístico caso integrem alguma rota criada para o efeito, falamos de Valverde, Legoinha e Sendim da Ribeira.

Na igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Valverde, apesar de a pintura estar coberta e protegida por sucessivas camadas de cal, é possível distinguir por alguns destacamentos traços e cores e concluir que o desenho é firme, fino e pormenorizado e que a paleta de cores utilizada é ampla e rica, características que por si só pouco ou nada valem, mas que à luz da pintura significam uma obra cuidada e dispendiosa, ainda para mais se ocupar, como julgamos que ocupa, toda a área da parede testeira ou grande parte desta [fig. 4]. O suporte demonstra-se em boas condições de conservação (com poucas fissuras e destacamentos) e, em princípio, as patologias que apresenta não têm expressão para interferirem com a leitura da obra quando restaurada e conservada. Como o painel não foi rebocado, mas sim caiado, a pintura não chegou sequer a ser truncada.



Fig. 4 — Pormenor de um dos painéis, castiçal

O núcleo de Legoinha é a prova de que a qualidade artística chega a lugares recônditos e de pobre aparência. Trata-se de uma construção de dimensões muito modestas, se excluirmos a nave acrescentada posteriormente, abandonada e localizada num lugar também abandonado, sobranceiro e distante da aldeia mais próxima (Vilar Chão), com data marcada para ser demolida e reconstruída, mas com a descoberta esse projecto foi cancelado. Em Novembro de 2007, a equipa de Inventário encontrou a ermida despida de tudo, pois tinha sido desafecta ao culto. A cobertura da nave tinha ruído [fig. 5], mantendo-se a da capela-mor, mas com graves infiltrações e risco de derrocada.



Fig. 5 — Interior da nave

Também a parede testeira corre esse risco por perda de ligante da alvenaria em xisto causado por infiltrações, exactamente a parede que escondia sob a cal os painéis [fig. 6].

⁴ Parede testeira da capela-mor da igreja de São Miguel.

⁵ Parede testeira da capela do Divino Senhor dos Milagres.

⁶ Parede testeira da capela de Nossa Senhora da Assunção.



Fig. 6 — Parede testeira



Fig. 8 — Epifania

Até ao momento foram contabilizados oito (8) painéis com boa leitura e de elevada execução técnica, produto do século XVI. Desses oito (8) painéis conhecem-se cinco (5) temas, todos os outros ainda estão ocultos. O painel dois, porque ocupa a posição dois, lendo-se da esquerda para a direita, retrata o martírio de setas sofrido por *São Sebastião* [fig. 7], o quatro a *Epifania* [fig. 8], o cinco *São Domingos* [fig. 9], o seis *Santo António* [fig. 10] e o sete *Santa Catarina de Alexandria* e *Santa Luzia entre a Santa Face* [fig. 11].

De Novembro de 2007 até a nossa última inspecção (Setembro de 2008) a cal que cobria os painéis tem vindo a ser removida por curiosos com acesso facilitado pela ausência de telhado e portas na nave. A distância que separa este lugar da aldeia mais próxima é mais um aspecto negativo, pois permite que acções de vandalismo possam ser concretizadas sem que alguém possa intervir ou identificar os responsáveis. Por tudo isto e sobretudo para este caso, é necessário intervir com máxima urgência.



Fig. 7 — São Sebastião



Fig. 9 — São Domingos



Fig. 10 — Santo António



Fig. 11 — Santa Catarina de Alexandria e Santa Luzia entre a Santa Face

Outra das descobertas no concelho em causa foi a pintura em *trompe l'oeil* da igreja da Misericórdia, simulando nas paredes laterais da capela-mor revestimento azulejar com padrão paralelepípedo a três cores (preto, cinzento e branco) e porta com cortinados vermelhos noutra, em total simetria com o vão real [fig. 12]. Este trabalho é seguramente coetâneo ou posterior ao retábulo-mor barroco, na variante joanina, do terceiro quartel do século XVIII.



Fig. 12 — Trompe l'oeil

Os casos que se fez menção e que até ao momento ainda não foram apresentados são aqueles que os artigos compilados abaixo tratam.

ANO MYLL E V E TRYMTA E TRES — Núcleo Inédito de Pintura Mural na Igreja de São Miguel, em Castro Roupal, Macedo de Cavaleiros.

(Publicado a 15 de Março de 2007 in *Semanário Mensageiro de Bragança*,
n.º 3110, Ano LXVIII)

Lécio da Cruz Leal

A criação deste espaço de comunicação ou de exposição do *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda* tem por objectivo a sensibilização dos leitores para as problemáticas ligadas ao património religioso da Diocese e do Distrito de Bragança e que diariamente são diagnosticadas pela equipa de inventário que prossegue os trabalhos. Pretende ser também um lugar de apresentação dos resultados mais relevantes do ponto de vista histórico-artístico ou patrimonial do *Inventário da Diocese de Bragança-Miranda*. Por último, é um espaço que pelas suas características e objectivos expostos, como se compreenderá, não pode ter uma periodicidade definida.

A igreja de S. Miguel, no lugar de Castro Roupal, freguesia de Vinhas, concelho de Macedo de Cavaleiros, localiza-se a sul do aglomerado habitacional e à margem deste, numa encosta pronunciada.

A igreja em foco é composta por seis volumes assimétricos e escalonados, dois principais, a que correspondem a nave e capela-mor, e quatro secundários ou satélites.

Esta igreja é o resultado de várias campanhas de construção, porém a maior transformação ocorreu na segunda metade do século XVIII, altura em que se trocou a torre-*frontispício antiga* pela fachada actual, com o tradicional campanário de duplo vão com elementos (mínimos) de inspiração barroca, e se terá ampliado a nave que continuaria a ser única.

De todas estas transformações ocorridas poupou-se a cabeça-mor de planta semicircular e que remonta à primeira metade do século XVI. Caso verdadeiramente feliz, pois a estrutura conservava, embora hoje algo danificada, pintura mural *afresco* datável da primeira metade do século XVI. Este acto fortuito ou de respeito de conservação pelas obras de valorização e embelezamento anteriores, promovidas séculos antes pelos nossos antepassados, proporcionou-nos uma enorme e agradável surpresa e deverá ser tido em consideração por nós. Apesar de toda a informação disponível, nos mais diversos meios de comunicação, sobre os cuidados a ter com o património, apesar da escolaridade e instrução crescente da nossa sociedade, continuamos a não valorizar convenientemente e a menosprezar as intervenções artísticas dos nossos antepassados, destruindo-as ou negligenciando-as.

No centro desta problemática estão algumas Comissões Fabriqueiras de igrejas que, na «ânsia» de renovar o aspecto ou o «ar» da igreja das suas localidades, acabam muitas vezes por verem desfeito o que de mais valioso estas tinham, delegando as obras a quem não tinha nem conhecimentos, nem prática, nem sensibilidade para o fazer.

No distrito de Bragança, bem como a nível nacional, são raros os exemplos de igrejas com cabeceira semicircular e com vestígios de pintura mural, sendo mais conhecido a nível regional o caso da igreja da igreja do Convento de São Francisco, em Bragança. É também para solucionar estas dificuldades na obtenção de dados reais e concretos que o *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda* deve prosseguir, já para não falarmos num projecto idêntico à escala nacional, tal como algumas dioceses pioneiras neste momento o fazem, referimo-nos concretamente às de Beja, Évora, Lamego, Porto. Deste modo, a existência de uma igreja com cabeceira de planta semicircular, com origem nos finais dos séculos XV e inícios do XVI [fig. 13], deverá mobilizar as atenções de todos os organismos responsáveis pela conservação do património, públicos e privados, no sentido de proteger o seu futuro, independentemente do resto da sua estrutura ter sido alterada ou não.



Fig.13 — Cabeceira

Este núcleo inédito de pintura mural *afresco* ficou anotado em Agosto de 2004, na etapa de reconhecimento aos trabalhos de *Inventário Histórico-Artístico do Concelho de Macedo de Cavaleiros*, promovidos pela Associação «Terras Quentes», pelo Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pela edilidade de Macedo de Cavaleiros.

O núcleo *afresco* está oculto em toda a sua área por um retábulo em talha dourada e policromada barroco, muito alterado durante o século XX em campanha de consolidação de estruturas por técnicos de restauro não especializados. Esta mesma campanha acelerou em certas áreas da pintura a sua degradação com a queda dos estratos que lhe servem de suporte, ficando à vista a alvenaria em xisto da parede.

Relativamente ao estilo e à modelação dos figurinos percebe-se o apego ao estilo gótico nas linhas que definem os rostos dos anjos e dos santos, na aplicação nimbos nos últimos e do desenho das letras do que se suspeitou ser a datação. Com base nestes e noutros aspectos, a proposta inicial de datação desta pintura fixava-a na década de 30 do século XVI.

Em Dezembro de 2007 solicitámos a colaboração de Joaquim Inácio Caetano, reputado técnico de conservação e restauro e estudioso na área de pintura mural, na elaboração de um projecto a submeter ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (vulgo QREN) que visasse a conservação e a animação dos mais importantes núcleos pictóricos murais nos concelhos do distrito de Bragança e que constituem a Terra Quente (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) e o Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo), inéditos e não inéditos. Na primeira deslocação ao núcleo e após a limpeza de algumas áreas seleccionadas verificámos que a pintura estava datada de 1533 ou como está escrito: *ANO MYLL E V E TRYMTA E TRES* [fig. 14].



Fig.14 — MYLL E V E

Determinámos que a pintura mural tem dois níveis, um nível inferior, que é totalmente decorativo, preenchido por motivos vegetalistas, e um nível superior com cinco corpos em três eixos verticais. O corpo de maior dimensão está situado precisamente no campo central da cabeceira, enquanto os outros corpos ocupam uma posição lateral.

No campo central e segundo a nossa interpretação dos atributos distinguidos (um saco de moedas e uma alabarda) figurará S. Mateus. Nos campos laterais distinguem-se grupos de anjos e santos [fig. 15]. Ao constataremos que a figura central é S. Mateus e ao confrontarmos este dado com as memórias paroquiais, apercebemo-nos que, possivelmente, durante o século XVII ou na primeira metade do XVIII terá havido uma alteração na dedicação à igreja, já que em 1758 o orago era Nossa Senhora da Assunção. Contudo, por qualquer razão, hoje a igreja tem novo orago, trata-se de S. Miguel Arcanjo, denominado localmente por *Anjo da Guarda*.



Fig.15 — Santos Apóstolos

O pouco que se conhece do núcleo de pintura mural da igreja de S. Miguel, em Castro Roupal, permite concluir que se trata de um núcleo de acentuado valor histórico e artístico, próprio de um lugar com um passado rico e próspero e que em meados do século XVIII ainda se mantinha como *cabeça de Abbadia*, onde se incluíam Vinhas, Bagueixe, Gralhós, Limãos

e Banrezes. Este núcleo pictórico é também encarecido pela datação recuada e pelas suas características estruturais raras, facto do núcleo de pintura mural estar inserido numa estrutura arquitectónica que remontará aos últimos anos do século xv, inícios do século xvi, tratando-se de uma das construções em semicírculo mais tardias da região, ignorando o movimento de transição estilística que se operava décadas antes. Por estas e outras razões, existe a necessidade de conservar e restaurar este núcleo de pintura mural, impedindo a sua rápida degradação ou a sua perda, associando-o posteriormente a outros núcleos concelhios já conhecidos. Entretanto, dever-se-á pensar na forma menos lesiva de intervir e de afectar o espaço religioso e de culto onde se insere, respeitando-o integralmente.

1593 — Núcleo Inédito de Pintura Mural na Capela do Divino Senhor dos Milagres, Sendim da Ribeira, Alfândega da Fé.

(Publicado a 15 de Novembro de 2007
in *Semanário Mensageiro de Bragança*, n.º 3145, Ano LXVIII)

Lécio da Cruz Leal e Ricardo Naito

No mesmo dia que a Câmara Municipal de Alfândega da Fé assinou o protocolo de cooperação para o *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança*, a 24 de Março de 2007, e como fecho dessa acção protocolar, fez-se coincidir a inauguração da exposição de arte sacra *Matérias da Fé*. Para a escolha das peças que integraram a exposição houve a necessidade de se proceder ao reconhecimento superficial dos bens sacros móveis das 20 freguesias que compõem este município. Foi nesse momento que verificámos a existência de vestígios de pintura mural, oculta por um retábulo do início do século xix, na parede testeira da Capela do Divino Senhor dos Milagres, em Sendim da Ribeira, não se conhecendo as temáticas tratadas e as suas reais dimensões.

A análise mais aprofundada só foi possível durante o decorso normal do Inventário em Sendim da Ribeira, ocorrido de 23 a 25 do passado mês de Outubro. Os vestígios pictóricos inicialmente observados durante a triagem de peças para a exposição *Matérias da Fé* e que julgámos confinados a um painel central, oculto pelo camarim do retábulo, revelaram-se muito mais extensos, sendo inventariados mais seis painéis dentro de uma área pictórica superior a 10 m².

Porém, a temática mariana dos painéis inventariados não fazia sentido com a dedicação da capela ao Divino Senhor dos Milagres. Houve a necessidade de se consultarem fontes documentais para apurar a originalidade desta dedicação. No *Dicionário Geográfico* (1758), verificou-se que a ermida tinha

sido dedicada a Nossa Senhora do Rosário, o que já correspondia à realidade observada.

Durante o processo de inventário verificou-se a existência de um programa temático subordinado a uma narrativa, ao nível das representações da parede testeira. Devido à exiguidade do espaço e da cobertura parcial da cal nas pinturas, tornou-se difícil observar o conjunto na totalidade, contudo, os elementos necessários para identificar a maioria das cenas representadas ficariam visíveis. Assim, do lado direito, é representada uma *Anunciação* [fig. 16] e, por baixo, ainda com algumas ressalvas na atribuição, a *Visitação* [fig. 17], com a particularidade de ter pintado o número 93. Do outro lado, a *Natividade* [fig. 18] e, na parte inferior, o episódio da *Apresentação do Menino no Templo* [fig. 19].



Fig. 17 — Visitação



Fig. 18 — Natividade

A pintura do painel central é delimitada por duas colunas compósitas com a representação de Nossa Senhora do Rosário, com mandorla e rosário como atributos.



Fig. 16 — Anunciação



Fig. 19 — Apresentação do Menino Jesus no Templo

Outro programa pictórico teria continuidade nas restantes paredes da Capela. Esta hipótese assenta nas duas representações que ainda subsistem na parede do lado direito. A primeira pintura está incompleta, subtraída em cerca de metade do suporte devido à armação do retábulo, impedindo a identificação categórica da cena (*Baptismo de Cristo?*) [fig. 20] e, ao lado, no segundo painel, a representação de *São Tiago Maior* como peregrino sobre fundo arquitectónico [fig. 21].



Fig. 20 — Baptismo de Cristo

Pensamos que a data de 1593, a partir do número pintado no painel da *Visitação* (?), coaduna-se com a leitura estilística e a própria temática mariana dos frescos, com a *Senhora do Rosário* no painel central como orago da capela, encontra sustentabilidade no suporte documental.



Fig. 21 — São Tiago Maior como peregrino

Este reencontro com o passado suscitou na população enorme entusiasmo e não é para menos. Estas obras, realmente raras e belas, são um factor de união, de reforço de identidade e de devoção para os que aí vivem. E é ainda uma «mais-valia» cultural e turística, pois atrai curiosos e amantes desta arte.

Núcleo Inédito de Pintura Mural Maneirista na Capela de Nossa Senhora da Assunção, antiga capela de Nossa Senhora do Rosário, Candoso, Vila Flor.

(Publicado a 13 de Junho de 2008
 in *Semanário Mensageiro de Bragança*, n.º 3174, Ano LXVIII)

Lécio da Cruz Leal

Desde Fevereiro que decorre no concelho de Vila Flor o *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda*, tendo sido inventariados os monumentos religiosos das freguesias de Candoso, Carvalho de Egas, Nabo, Samões, Seixo de Manhoses, Vila Flor, Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas e, em fase inicial, os da freguesia de Vale de Torno. Até ao momento, foram registadas cerca de 700 peças com valor histórico e artístico, para um total estimado de cerca de 2.000. Têm sido várias as áreas de inventário contempladas neste processo, a par dos exemplos de Macedo de Cavaleiros e Alfândega-da-Fé, onde o inventário foi já dado como concluído ou, no segundo exemplo, se aproxima da conclusão. Falamos concretamente nas áreas de artes gráficas, documentação, escultura, retabulística, ourivesaria, pintura, instrumentos de música, têxtil, mobiliário, tendo-se analisado obras notáveis em cada um destes diferentes domínios.

Serve esta curta exposição estatística de resultados de pretexto para a divulgação de mais um núcleo inédito de pintura mural, desta feita na capela de Nossa Senhora da Assunção, na freguesia de Candoso. Há a registar no género e no concelho em causa mais três registos, o painel das Almas do Purgatório na igreja de São Bartolomeu de Vila Flor, oferecido por Manuel Alves em meados do século XVIII, e três fragmentos, um na mesma igreja, outro na igreja de São Brás, em Samões, e, por último, na capela de São Sebastião, em Vilas Boas.

O núcleo de pintura mural, em Candoso, permanece intacto, ainda que a coberto do retábulo em talha dourada e policromada de finais do século XVII, em estilo barroco, e ocupa toda a superfície da parede testeira, numa área aproximada aos 8 m². Mas a área pintada da capela não se limitava à parede testeira, ocupava também as paredes laterais ou pelo menos parte das mesmas, percebendo-se claramente uma coluna ainda livre do recente reboco. Os principais painéis seguem os padrões estéticos de finais do século XVI/ inícios do XVII.

Uma vez mais, verificámos a alteração de orago neste templo, como nos casos da igreja de São Miguel (Castro Roupal), na capela do Divino Senhor dos Milagres (Sendim da Ribeira) e na ermida de Santo Amaro (Legoinha). Neste caso, houve a substituição de *Nossa Senhora do Rosário* por *Nossa Senhora da Assunção*, anterior a 7 de Abril de 1758, data em que o pároco António de Gouveia, de Candoso, respondeu ao questionário para as memórias paroquiais.

A pintura é composta por três painéis. Os dois laterais representam santas mártires, *Santa Apolónia* [fig. 22] e *Santa Luzia* [fig. 23] e estão parcialmente legendados. Já o painel central terá representado *Nossa Senhora do Rosário*, a considerar pela legenda: *DE NS DO ROSAÍRO* [fig. 24]. Porém apenas se consegue distinguir o enquadramento retabular da composição e mais duas figuras interiores, um orante, do sexo masculino, e outra figura usando elmo com paquife, armadura

e lança [fig. 25]. Sem que haja a visualização completa dos painéis, sobretudo o central, não é possível avançar com outra explicação que não a de tratar-se de um *ex-voto* ou, por outras palavras, o cumprimento do acordo para a graça concedida, ficando o(s) agraciado(s) representado(s).



Fig. 22 — Santa Apolónia.



Fig. 23 — Santa Luzia



Fig. 24 — DE NS DO ROZAIRO.

Conclusão

Os painéis de pintura mural afresco que aqui se apresentam, todos eles inéditos⁷, são resultantes do *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda*, promovido pela Associação «Terras Quentes» a par de outras entidades ligadas à Igreja Católica (Diocese Bragança-Miranda), ao Poder Local (Câmaras Municipais) ao Ensino Superior (Faculdade de Letras de Lisboa e Católica do Porto) e à Segurança (Polícia Judiciária), nos concelhos onde o trabalho de campo



Fig. 25 — Figura com armadura e elmo com paquife

já foi dado por terminado, são eles: Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Vila Flor.

Nestes concelhos e na área de pintura mural (afresco), o número de casos conhecidos antes do início do Inventário eram nulos para Macedo de Cavaleiros e Vila Flor e em Alfândega da Fé apenas se conheciam dois, de reduzida dimensão. Neste momento contabilizam-se três em Macedo de Cavaleiros, três em Vila Flor e quatro novos casos em Alfândega da Fé. Como casos de interesse excepcional temos o núcleo de Castro Roupal, para Macedo de Cavaleiros, datado de 1533; Sampaio e Cadoso, para Vila Flor, o primeiro, da segunda metade do século XVI, o segundo, do primeiro quartel do século XVII; Legoinha, Valverde e Sendim da Ribeira (1593), para Alfândega da Fé, datáveis também do século XVI.

Os novos casos que aqui se apresentam podem significar muito mais do que números, ainda que para muitas pessoas não signifiquem mais do que isso. Para as ciências humanas, para o poder local, para as pessoas que aí habitam ou tiveram origem nestes lugares não tem, seguramente, o mesmo significado. Para o turismo e para a economia locais estes casos poderão fazer crescer outros números, tudo depende se se aceitar o património como uma fonte de rendimento directa e/ou indirecta que como qualquer outra indústria necessita de investimentos.

A importância deste tipo de arte é extrema. As informações oficiais de organismos como a DGEMN (Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais), o IPPAR (Instituto Português Património Arquitectónico), o IPCR (Instituto Português de Conservação e Restauro) e, mais recentemente, da Associação «Terras Quentes», através do *Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda*, desde de 1970 a 2007, dão-nos conta de cerca de três dezenas de existências deste tipo de arte em todo o distrito de Bragança, o que a torna, hoje em dia, extremamente rara e essa raridade tem um valor e preço. E se à raridade se aliar a qualidade o investimento torna-se ainda mais seguro e todos os casos considerados de excepção de que falámos têm-na.

⁷ Excepto o painel da igreja de Nossa Senhora de Balsamão, em Chacim, Macedo de Cavaleiros, que é descoberto com as obras de beneficiação, tal como já tinha sido referido.

Estudo de escórias recolhidas nos povoados de «Terronha», «Cramanchão» e «Bovinho»

Horácio Maia e Costa
Professor Catedrático da FEUP

1 Introdução:

As escórias que vão ser analisadas terão sido colhidas em escavações realizadas por arqueólogos que integram as equipas a trabalhar na zona de Macedo de Cavaleiros, da responsabilidade da Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Esta Associação é responsável pela publicação de uma Revista que intitula como Cadernos de «Terras Quentes» que dá conta dos trabalhos arqueológicos que vão sendo realizados e das interpretações científicas a eles associados.

As informações que procurei recolher sobre as amostras que me foram enviadas são muito escassas. No entanto, é garantido tratar-se de produtos que se reportam ao período romano. Assim, no que se refere às escavações de Bovinho é afirmado que «Trata-se de um povoado romano...» onde foi encontrado o «...Poço de Mouros que não é mais do que um local de mineração...». «O fragmento de escória ...foi recuperado à superfície na zona do povoado, em contexto seguro, romano, e associado somente a materiais cerâmicos da época. Pensamos que para além de mineração haveria também actividade metalúrgica». E depois: «Convém adiantar que temos registo de ocupação anterior, isto é, da idade do ferro, com uma linha de muralha já detectada».

Relativamente a Pinhovelo e Cramanchão a informação recolhida diz: «São sítios onde aparentemente não existem locais de mineração, mas sim actividade metalúrgica. O contexto de recolha das amostras também é seguro, estaremos nos séculos III/IV d. C. (período romano). Até ao momento ainda se não recuperou nenhum instrumento associado à metalurgia.»

No Caderno 2 da Revista acima referida, foi publicado um trabalho intitulado Forno de Tipologia Romana (pag. 109 e seguintes), da autoria do Dr. Carlos Mendes. Neste trabalho é apresentado um «forno de cozedura de cerâmica de tipologia romana» descoberto em 1998 no lugar dos Barreiros, sobranceiro à ribeira de Salselas.

No entanto, não foi ainda achado nenhum escorial que aponte inequivocamente para a existência de actividade metalúrgica organizada e nomeadamente os equipamentos (fornos, forjas, etc.) que a ela poderiam estar associados. Por isso, as observações e análises que foram feitas e vão ser relatadas carecem de suporte no terreno, nomeadamente da localização de fornos onde teriam sido tratados minérios de explorações locais ou longínquas, com vista à obtenção de metais.

2 Identificação das amostras

— As amostras enviadas e devidamente identificadas foram numeradas para mais fácil análise. Assim:

- Amostra 1— Povoado de Cramanchão —UE 17-Sector C;
- Amostra 2— Povoado de Bovinho Campanha 01/03—UE 01-Sector A;
- Amostra 3— Povoado de Cramanchão — UE 30 — Sector C;

Amostra 4— Terronha de Pinhovelo — Sector B — Campanha 1/2005;

Amostra 5 — Terronha de Pinhovelo — Campanha 2/2005;

Amostra 6— Terronha de Pinhovelo — Sector A — Campanha 1/2004.

3 Análises efectuadas

As escórias recebidas foram observadas macroscopicamente a fim de se proceder à colheita de fragmentos a serem tratados e analisados microscopicamente. Tratando-se de produtos cavernosos, muito duros e frágeis, tornou-se necessário proceder à montagem de fragmentos em resinas antes de se realizar o desbaste e o polimento necessários à observação microscópica em luz reflectida e electrónica de varrimento (MEV). Durante a observação microscópica foram identificadas as fases presentes e recolhidas fotomicrografias que serão apresentadas em seguida.

Para suportar e garantir a composição das fases identificadas em microscopia óptica foram feitas observações e realizadas microanálises em Microscopia Electrónica de Varrimento (MEV) no CEMUP (Centro de Materiais da Universidade do Porto). As fotomicrografias e os gráficos das análises químicas pontuais serão inseridos e identificados no capítulo seguinte.

4 Resultados

4.1 — Amostra 1 — Povoado de Cramanchão

Trata-se de uma escória muito rica em óxido de ferro. Observa-se a ocorrência de cavidades (poros), afectando a forma esférica, resultantes da retenção de gás que se encontram envoltos por inúmeras dendrites de óxido de ferro (wustite — Fe_xO), precipitadas durante o arrefecimento lento de um magma fundido, solução de sílica e de óxido de ferro (fig. 1). Preenchendo o espaço entre as dendrites de wustite observa-se um constituinte de cor cinzenta afectando a forma de bastonetes, quando cristalizado, e preto, amorfa, quando vítreo, que seguramente é fayalite ($2\text{FeO} \cdot \text{SiO}_2$). O facto de a fayalite se encontrar em grande parte cristalizada significa que o arrefecimento, até à solidificação, foi feito muito lentamente. Como se não encontram outros constituintes para além da wustite e da fayalite é de admitir que não foram usados fundentes (óxido de cálcio) que permitiriam fluidificar a escória e o agrupamento e cristalização da wustite. A presença de fayalite permite também concluir que a temperatura atingida, que levou a uma fusão pastosa, deverá ter sido da ordem dos 1300°C . Esta temperatura teria sido suficiente para a redução da wustite a ferro metálico se a atmosfera reinante no «forno» fosse suficientemente redutora. Porém, a fusão com solução do óxido de ferro na sílica, antes que a redução a ferro metálico tivesse tido lugar, exigiria teores em

CO muito mais elevados o que provavelmente não era conseguido à temperatura de cerca de 1300°C a que a operação terá decorrido.

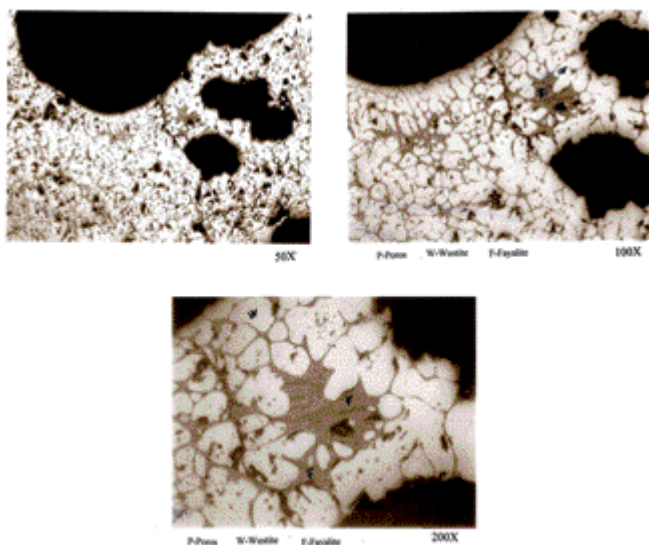


Fig.1 — Amostra 1 — Fotomicrografias. Luz reflectida. Os constituintes presentes são a Wustite (dendrites) e Fayalite em parte cristalizada (bastonetes). As cavidades afectam a forma esférica e são bordeadas por wustite.

4.2— Amostra 2— Povoado de Bovinho

A escória revela a presença de poros de gás envolvidos por uma fase vítrea contínua da qual foram precipitadas dendrites de óxido de ferro com reduzido desenvolvimento (Fig.2). Os factos apontados denotam que o arrefecimento do magma pastoso foi feito rapidamente não permitindo que o óxido de ferro se diferenciase e pudesse atingir dendrites de maior dimensão. Por isso, se observem apenas aglomerados de cristalitos (óxido de ferro (?)) dispersos no seio de uma escória vítrea de cor cinzenta. A matriz homogénea e de cor cinzenta deverá constituir uma solução de sílica e de óxido de ferro.

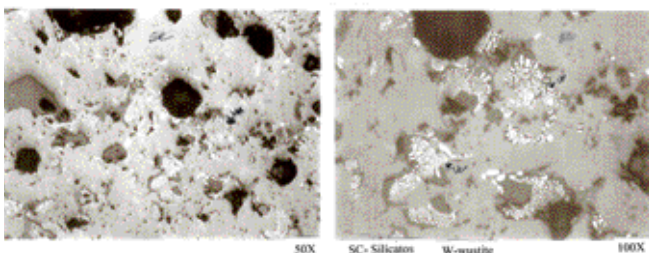


Fig 2— Amostra 2— Fotomicrografias; luz reflectida. Observam-se aglomerados de cristalitos de óxido de ferro que não puderam reunir-se devido à viscosidade da matriz siliciosa; notar que a matriz envolvendo os conjuntos de cristalitos apresenta uma cor mais escura devido à perda de óxido de ferro.

4.3— Amostra 3— Povoado de Caramanchão

Semelhante à Amostra1, mostra os mesmos constituintes numa cristalização mais avançada: dendrites de wustite de grande dimensão (próximas de cristais) e outras numa fase primária, mostrando eixos principais e secundários pouco desenvolvidos, e fayalite com cristais muito desenvolvidos preenchendo quase integralmente o espaço entre as dendrites de wustite.

4.4— Amostra 4 — Terronha de Pinhovelo

A análise metalográfica em luz reflectida mostra uma estrutura muito próxima da observada nas amostras 1 e 3, em-

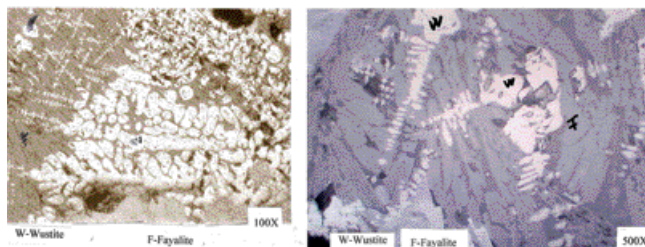


Fig.3 — Amostra 3 — Fotomicrografias: luz reflectida. Observam-se dendrites de Wustite e cristais de Fayalite num processo de arrefecimento lento a partir de uma solução pastosa de silicato e óxido de ferro.

bora apresentando uma diferença substancial. Aqui observa-se a presença de ferro metálico sob a forma de glóbulo (Fig.4 e 5). De notar que o glóbulo metálico se liga directamente ao óxido de ferro, do qual resulta, e que assim se pode identificar como wustite. Pode admitir-se, como muito provável que, neste caso, tenha havido a presença e o contacto de fragmentos de carbono do combustível utilizado no aquecimento que determinaram que o processo de redução atingisse o seu termo. A presença de carbono no estado sólido não é observável. Por isso, é de admitir que terá sido integralmente consumido antes de o arrefecimento ter sido iniciado. Talvez por isso, apenas ocorra um pequeno número de nódulos e estes sejam de pequena dimensão. Curioso o facto de, após tantos anos, os glóbulos não terem sido corroídos por oxidação. Realmente eles ter-se-ão mantido totalmente isolados do exterior, imersos na matriz silicatada.

Para comprovar a natureza e a composição dos glóbulos de ferro, da wustite e da escória foram realizadas observações em microscopia electrónica de varrimento e feitas análises químicas pontuais. Através das fotomicrografias, que reflectem a diferença de densidade dos diversos constituintes, são evidenciadas as fases acima referidas: ferro metálico, wustite e silicato de ferro (fayalite). Através da escala torna-se possível determinar o muito pequeno diâmetro do glóbulo de ferro. A microanálise realizada directamente sobre o glóbulo metálico mostra tratar-se quase exclusivamente de Fe. Com efeito, o ferro tem teores muitíssimo baixos em carbono, dissolvido, como não podia deixar de ser por razões de ordem termodinâmica. No caso da wustite foi determinado que, para além do ferro, existe oxigénio e, como é natural dado o tipo de análise, teores muito baixos de silício. Por sua vez a análise da escória silicatada (fayalite) mostra valores significativos de Si, O₂, Al e de Fe, para além de elementos menores (K, Ca e P) sempre presentes nos alumino-silicatos das gangas dos minérios.

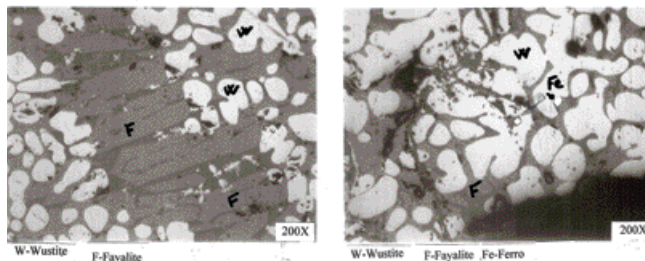


Fig.4 — Amostra 4 — Fotomicrografias: luz reflectida. Observa-se Wustite, Fayalite e glóbulos de Ferro metálico (interface com a Wustite)

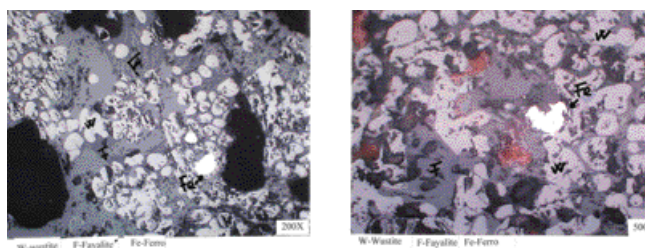


Fig.5—Amostra 4— Fotomicrografias, em luz reflectida, que mostram com maior evidência, devido à maior ampliação, glóbulos de ferro.

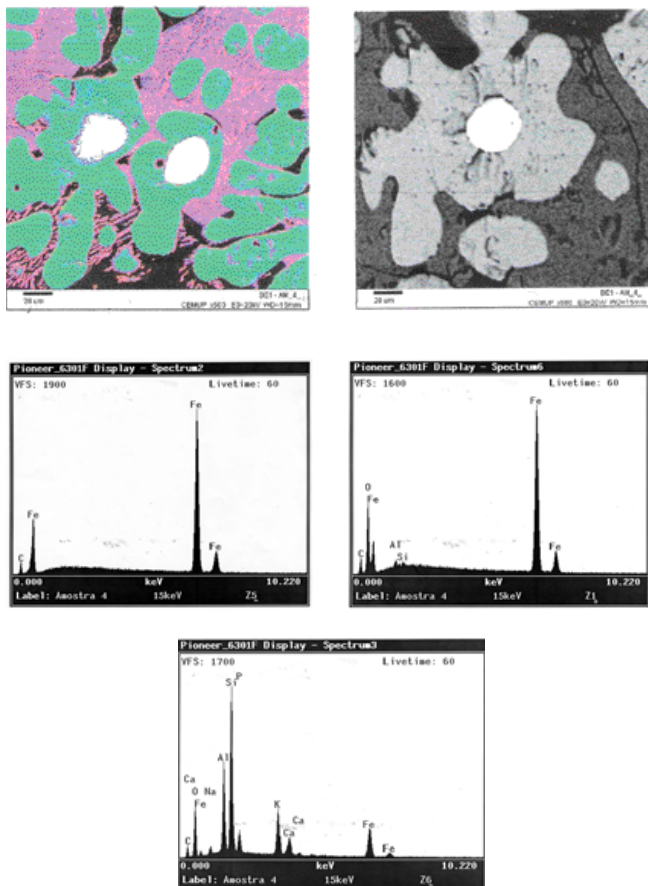


Fig.6-Imagens MEV (microscopia electrónica de varrimento) que mostram glóbulos de ferro na continuidade de grãos de wustite e a matriz de fayalite. Notar a bordadura «irregular» do glóbulo, com excrescências, denunciando o crescimento descontinuado, devido a dificuldades de difusão dos átomos de ferro.

Gráficos da micro-análise dos constituintes:

- 1 — Glóbulo de ferro metálico;
- 2 — Wustite;
- 3 — Fayalite

4.5 — Amostra 5 — Terronha de Pinhovelo Campanha 2/2005

— Embora se apresente como uma escória, devido à observação de uma fase contínua vítrea, amorfa, verifica-se que ocorrem inclusos fragmentos de grande dimensão, não dissolvidos, e muito pequenas dendrites, de óxido de ferro (wustite(?)). A não dissolução deve-se à dimensão (pequena superfície específica) e à falta de tempo para uma «digestão» total. De notar a forma de bordos arredondados do grão maior, denunciando um ataque parcial do óxido de ferro pela escória. Terá ocorrido um aquecimento a temperatura insuficiente durante um tempo limitado e insuficiente para a «digestão completa» dos grãos de óxido de ferro. Porém, o óxido de ferro

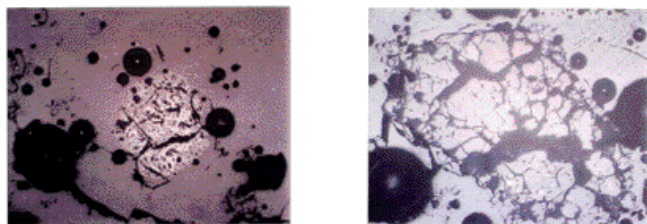


Fig.7 — Amostra 5 — Fotomicrografias em luz reflectida. Dois aspectos da estrutura escorificada: à esquerda matriz contínua com inclusão de um «grande fragmento» e de muito pequenas dendrites de óxido de ferro; à direita mosaico de fragmentos de sílica: a «fragmentação» pode resultar das tensões que se verificam no aquecimento e arrefecimento devido às variações de volume resultantes das transformações alotrópicas do quartzo. É de admitir que o quartzo não chegou a fundir. Amp 100X

dissolvido sobressaturou a escória siliciosa e veio depois, durante o arrefecimento, a precipitar sob a forma de muito finas dendrites de Fe_3O_4 , de difícil observação em microscopia óptica (Fig 7-esquerda) mas, bem observáveis em microscopia electrónica (Fig.8 e Fig.9).

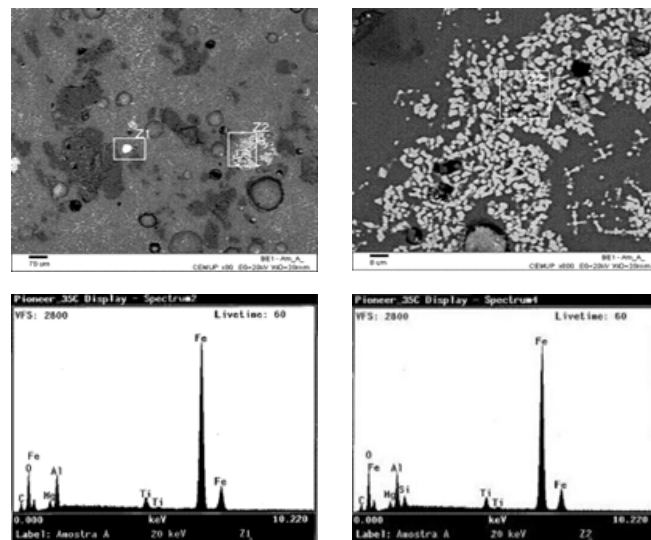


Fig.8-Amostra 5— Fotomicrografias MEV e microanálises das zonas identificadas Z1 e Z2. Constituintes de óxido de ferro inseridos numa matriz silicatada. Presença de elementos menores sem significado.

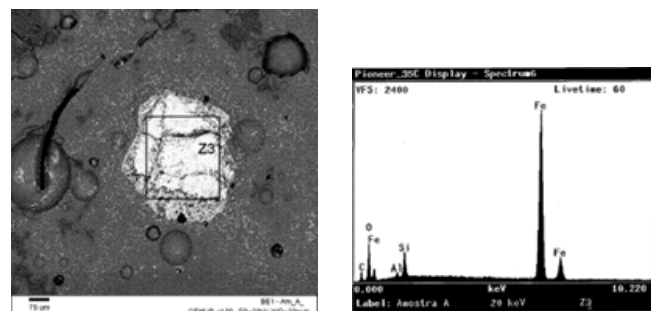


Fig.9 — Amostra 5 — Fragmento de óxido de ferro muito corroído, durante o aquecimento, envolvido por precipitados também de óxido de ferro formados durante o arrefecimento. Composição química correspondente a um óxido de ferro e presença de elementos menores sem significado.

4.6 — Amostra 6— Terronha de Pinhovelo —Sector A— Campanha 1/2004

— A observação em microscopia ópticas de luz reflectida (Fig.10) mostra um conglomerado de partículas de grande dimensão formando um mosaico de composição homogênea. A temperatura atingida terá sido insuficiente para a fusão generalizada e a fragmentação pode ser o resultado das transformações alotrópicas sofridas pela sílica durante o aquecimento. A microanálise efectuada (Fig.11) determinou tratar-se efectivamente de sílica quase pura e por isso, isenta de outros elementos significativos.

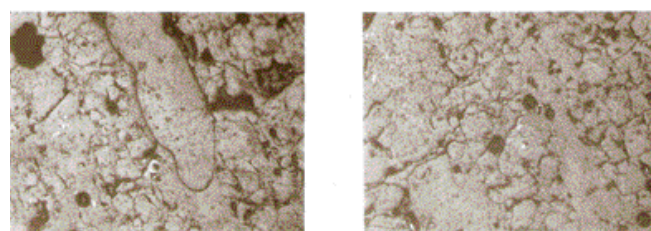


Fig.10— Amostra 6— Fotomicrografias em luz reflectida. Observam-se fragmentos de elevadas dimensões (esquerda), de bordos arredondados devido à fusão parcial que os terá corroído parcialmente. Amp 100X

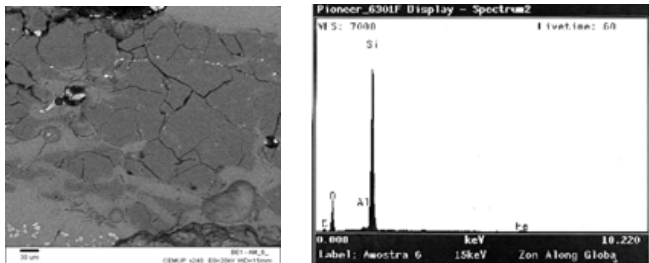


Fig. 11 — Amostra 6 — Fotomicrografia (esquerda) em microscopia electrónica de varrimento que mostra um material de baixa densidade. Microanálise do material (direita): trata-se quase exclusivamente de SiO_2 ; ausência de ferro e outros componentes.

5 — Conclusões

Das observações e análises efectuadas não é possível concluir da existência de uma indústria metalúrgica organizada. No entanto, pode admitir-se terem sido feitas tentativas para obter ferro, recorrendo a minérios ricos. A falta de conhecimentos termodinâmicos e de experiência podem ter provocado o insucesso. Com efeito, nesta época já eram conhecidos processos (forjas (?)) que promoviam a redução de óxidos de

ferro a ferro metálico no estado sólido, que exigiam temperaturas da ordem dos 800°C mantidas durante um tempo muito longo e um «ambiente» redutor estabelecido no contacto entre fragmentos de óxido e de carvão. Os produtos obtidos (lupas) eram em seguida submetidos a um processo de forjamento a quente para o caldeamento dos glóbulos de ferro e expulsão da escória. Os lingotes obtidos, constituíam o ferro pudlado com que foram construídas obras de arte que ainda hoje cumprem as suas funções.

6 — Agradecimentos

— Quero agradecer o apoio que me foi concedido pelo Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais (DEMM) da Faculdade de Engenharia na realização da montagem das amostras e na obtenção das fotomicrografias em microscopia óptica de luz reflectida.

Ao Doutor Carlos de Sá, Director do Centro de Materiais da Universidade do Porto (CEMUP), pela observação, colheita de imagens e microanálises em microscopia electrónica de varrimento, quero agradecer penhorado o apoio e a apresentação dos resultados obtidos em MEV que facilitaram a interpretação a que procedi.

Porto, Abril de 2006

A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008)

João Carlos de Senna-Martinez¹ e Elsa Luís²,
com colaboração de João Nunes³ e Raquel Henriques⁴

Localização e Ambiente

A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso constituído por xistos anfibolíticos situado na vertente noroeste da Serra de Bornes na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Macedo de Cavaleiros.

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatos, Vale Benfeito e Vimioso), célebres pelos depósitos de alabardas aí encontrados (Bártholo, 1959).

Na base de dados do IPA, sob o CNS 6650, consta como um «...povoado fortificado de grandes dimensões, situado no topo de um grande monte, sobre a aldeia de Vilar do Monte, nos contrafortes ocidentais da serra de Bornes...».

O cabeço é limitado a Noroeste por uma vertente bastante abrupta de rocha onde se abrem dois abrigos. As coordenadas do referencial altimétrico que implantámos num ponto dos afloramentos do topo desta vertente são: Longitude 99 122,194 e Latitude 203 403,721 GAUSS, para uma altitude de 870,856 m, na folha 78 da CMP 1/25000 (figs. 1 e 2).

A Nor-Noroeste desenvolve-se uma plataforma em declive suave que constitui a área que designámos como Sector A onde implantámos um referencial ortogonal com o eixo dos y orientado segundo o norte magnético cobrindo uma área de 15m por 20m correspondente à parte norte do topo do cabeço.

O cabeço é limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha.

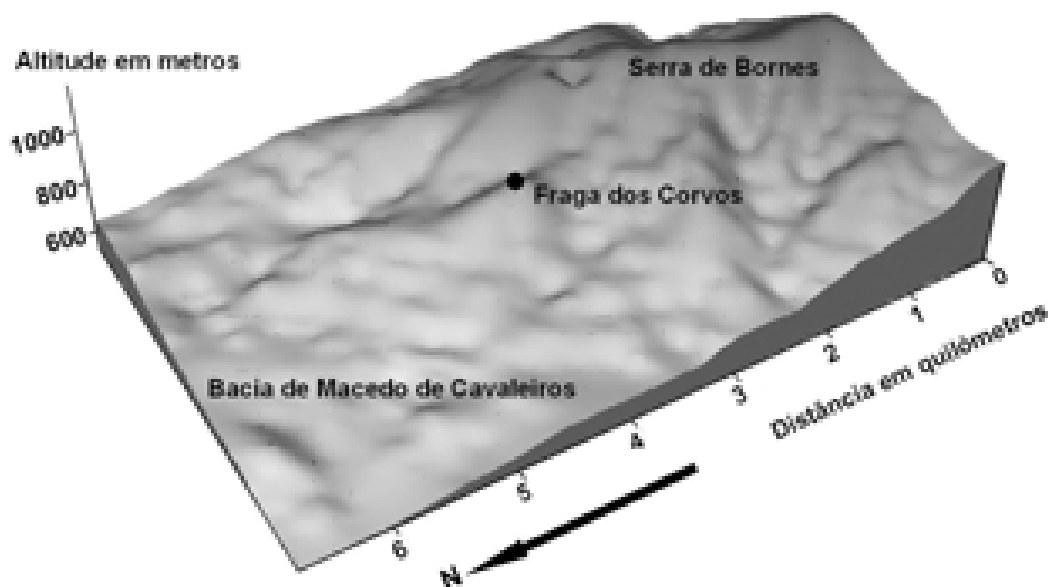


Fig. 1 — Bloco diagrama de parte da Bacia de Macedo de Cavaleiros com a localização da Fraga dos Corvos.

¹ Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto «Alexandre Herculano» de Estudos Regionais e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Cidade Universitária, Campo Grande, 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt

² Licenciada em Arqueologia e História pela F.L.U.L., Mestranda em Arqueologia, F.L.U.L. elsavluis@gmail.com

³ Licenciados em História, Variante de Arqueologia pela F.L.U.L., Mestrandos em Arqueologia, F.L.U.L.

⁴ A equipa é formada pelos investigadores: Prof.^a Doutora Fátima Araújo, Mestre Pedro Valério e Dr.^a Elin Figueiredo que integram o Projecto Metabronze (POCI/HAR/58678/2004) financiado pela FCT e por nós coordenado.

Antecedentes da intervenção de 2008

O sítio da 1.^a Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi descoberto em 2003 em resultado de trabalhos de desmatização que o puseram em perigo e que justificaram uma primeira intervenção (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2004).

O Sector A — Ao fim da quinta campanha (2007) o Sector A deste arqueosítio era caracterizável como um povoado de cabanas sub-circulares ou elipsoidais. As primeiras (Cabanas 1, 2, 3, 7, 8 e 9) apresentam cerca de três metros de diâmetro, sendo delimitadas por 13 a 14 buracos de poste perimetrais e um central, de maior diâmetro; as de tipo elipsoidal (Cabanas



Fig. 2 — Localização da Fraga dos Corvos na Folha 78 da CMP 1/25000.

4 e 5) são maiores, a Cabana 4, com eixos de 4 m por 3,2 m, é delimitada por 20 buracos de poste perimetrais, apresentando também um central, equivalente aos das demais cabanas, a Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos de 4,6 m por 4,3 m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, apenas foi totalmente definida na campanha de 2006.

No extremo sul da Cabana 4 situava-se uma estrutura negativa de planta ovalada (a unidade estratigráfica 57 — UE 57) com eixos de 88cm por 77cm, cheia por areias obscuras e com restos de cinzas (UE 58), sendo delimitada por uma oval de pequenas pedras (Senna-Martinez, Ventura & Carvalho, 2005).

Em torno a esta estrutura foram recolhidos três «nódulos» metálicos [FCORV-A -193, -676 e -660], posteriormente identificados no Laboratório de Arqueometalurgia do ITN⁴ como tratando-se de bronzes binários de cobre e estanho, bem como um fragmento de cadinho com aderências incluindo vestígios de bronze [FCORV-A-691], 71 fragmentos de elementos vitrificados sem traços de cobre ou estanho, 2 fragmentos de moldes em xisto e um fragmento de lâmina de bronze (cf. Senna-Martinez, et al. 2007).

Este conjunto de dados permitia assim interpretar a estrutura composta pelas UEs.57/58 como uma «caixa-de-areia» e a extremidade sul da Cabana 4 como uma «área de fundição».

As próprias dimensões da Cabana 4 permitiam perspectivar para esta uma funcionalidade diferente das restantes três até então escavadas.

A caixa de areia, correspondendo ao quadrado V1, foi a última parte do piso da Cabana 4 a ser desmontada. A mesma foi consolidada pelo interior com paraloide e depois gaze após o que foi efectuado o respectivo molde interno em poliuretano expandido.

Seguidamente foi a mesma estrutura desbastada exteriormente até ficar com uma espessura entre 3 e 5cm, processo em que surgiu o fragmento de lâmina de bronze atrás referido, após o que foi a mesma consolidada por fora com paraloide e envolvida por uma moldura de madeira sendo o espaço entre esta e o lado externo da estrutura preenchido com poliuretano expandido. Procedeu-se por fim à selagem da sua parte superior, com poliuretano expandido e uma tampa de tabopan, após o que se procedeu ao levantamento do conjunto que se encontra já exposto na Sala-Museu de Arqueologia após restauro na Oficina de Restauro da Associação Terras Quentes.

Já em 2006, adossada aproximadamente a meio do lado

oeste da Cabana 4, identificámos um espaço sub-quadrangular que enquadrava no seu lado norte uma estrutura negativa de planta irregular [UE.221] preenchida por terras argilosas avermelhadas, com abundantes termoclastos (lareira) incluindo três fragmentos de moldes, um dos quais constituía uma tampa de molde rectangular quase completa. Desta área provêm igualmente alguns elementos pétreos vitrificados.

A Cabana 4 juntamente com este «alpendre» a que chamámos «Cabana 6» configura assim um espaço dedicado a actividades de fundição de bronze, em pequena escala, com uma fornalha/lareira exterior (sob alpendre), onde os cadinhos poderiam ser aquecidos, e uma caixa de areia no interior da Cabana 4 onde os moldes poderiam ser preenchidos com metal em fusão. Naturalmente, o espaço entre «fornalha» e «caixa de areia» encontrava-se «pingado» de restos diversos, incluindo os nódulos de metal e elementos vitrificados não-metálicos.

A Cabana 5 configurava-se também, no final da campanha 4(2006), como outra área possível de evidenciar algumas actividades ligadas à metalurgia. Nomeadamente, pela concentração no seu lado oeste de elementos vitrificados e um fragmento de arame metálico.

A sul da Cabana 5 e em sobreposição estratigráfica parcial com ela e com a Cabana 3, um conjunto de cinco outros buracos de poste [UEs.230, 234,236,238 e 232] configuravam uma nova cabana (Cabana 7).

Deste modo, uma das prioridades de estudo para a Campanha 5(2007) era, sem dúvida, resolver a sequência de faseamento da área da Sondagem 2 (Cabanas 1, 5, 3 e 7) alargando a área aberta a sul de modo a escavar o restante das Cabanas 3 e 7, bem como averiguar a existência ou não de evidência estrutural que, juntamente com os restos de actividade metalúrgica já detectados, esclarecesse o que existiria a oeste da Cabana 5. Para este efeito, a área escavada foi ampliada a oeste da Cabana 5 para os quadrados L14, K11/14 e J11/14 e a sul para os quadrados Q8 e L/M/N/O/P/Q/7, num total de 58m².

Esta intervenção viria a permitir identificar elementos de mais duas «cabanas» sub-circulares: a Cabana 8 e a Cabana 9.

A primeira, a Cabana 8, formada por 8 buracos de poste perimetrais [UEs. 250, 252, 268, 270, 272, 274, 276 e 304] e um buraco de poste central [UE 292], corta as Unidades [278] e [280], sendo, portanto, posterior à grande Cabana 5 (que corta a UE [151=280]). A Cabana 9, delimitada por 6 buracos de poste [UEs 248, 281, 283, 285, 288, 290], corta a unidade [280], sendo possivelmente contemporânea da Cabana 5. O desmonte desta área revelou ainda um conjunto de materiais dos quais se destacam dois bordos de vasilha-forno, tendo um deles sido analisado pela equipa do ITN, revelando vestígios de cobre e estanho, ou seja, evidenciando a produção de bronzes no local; e ainda uma placa de xisto polida com uma perfuração a que foi atribuído um significado ideotécnico.

Nesta campanha é igualmente de destacar a identificação da UE. 318, situada no topo da [152] nos quadrados O/P/9/8. Esta unidade é constituída por terras rubefactas com vários fragmentos de «barro de lareira», interpretados como um «local de fogo».

Este novo conjunto de dados permitiu também compreender, de uma forma mais sólida, a sequência estratigráfica da Sondagem 2. Assim, o nível mais antigo de todos será a UE. [157] que foi cortada pelos alicerces da Cabana 1, fazendo desta igualmente o espaço doméstico mais antigo. Imediatamente acima, um extenso empedrado, UE. [152=287], parece cobrir toda a área habitada, possivelmente para alisamento do terreno e defesa contra o declive, ainda que não excluamos a possibilidade de ter existido qualquer tipo de estrutura pétrea com outras funcionalidades. Este empedrado é coberto pela UE. [151=280] que constitui a base para um conjunto de cabanas, aparentemente contemporâneas: 5 e 9. Acima temos o último nível de ocupação ainda preservado no qual se detectaram as seguintes cabanas 3 e 8. Por último, a cabana 7 parece constituir a cabana mais recente de todas, cujo nível de base já não existirá, tendo apenas ficado o restante dos seus buracos de poste.

Na campanha de 2008 procurámos, através do alargamento a sul e a oeste da área aberta, continuar a investigar as novas estruturas identificadas e sua extensão.

3. A Campanha 6 (2008)

3.1. O Sector A

A campanha de 2008 tinha como objectivo principal o alargamento da Sondagem 2 de forma a compreender a continuidade estratigráfica para as zonas oeste e sul procurando uma leitura sincrónica dos momentos de utilização das Cabanas respectivas.

A área intervencionada foi assim ampliada a oeste para os quadrados HI/11 a 14 (8m²) e a sula para os quadrados KLM/9 a 7 e NOPQ/7 (13m²). A área total da Sondagem 2 passou, assim, para 73m².

3.1.1. As duas primeiras fases identificadas.

Imediatamente sob a UE.0, na interface para a UE.109=278, começaram a desenhar-se, em ambas as extensões, arcos de novos buracos de poste, configurando o restante da Cabana 7 bem como outras duas cabanas (10 e 12 — Fig. 3).

Cabana 7 — Esta cabana fica assim definida a Norte, Este e Oeste por 12 buracos de poste [UEs. 230, 234, 236, 238, 254, 256, 258, 260, 262, 264, 294, 335], configurando um espaço aproximadamente circular de 3m x 3m, com 3 interiores [UEs. 298, 300, 375] e um central [UE.296]. A respectiva detecção

foi possibilitada pelas respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 231, 235, 237, 239, 255, 257, 259, 261, 263, 265, 295, 297, 299, 301, 336 e 376] — terras soltas entre o castanho acinzentado muito escuro (Munsell 10YR2/2) e o castanho amarelado escuro (10YR4/4).

A detecção da maioria dos buracos de poste a partir da interface superior da UE.109, tal como o já verificado para a Cabana 3, torna difícil fasear estas duas estruturas. Contudo, o facto de que a cota de profundidade média dos buracos de poste da Cabana 7 (867,51m) ser cerca de 20cm superior à dos da Cabana 3 (867,32m) faz pensar que a Cabana 7 possa ser posterior, caso em que nada restaria do respectivo piso, hipótese já levantada a partir dos dados disponíveis em 2007.

Cabana 10 — A abertura da extensão oeste (quadrados HI/11-14) revelou outro arco de 7 buracos de poste [UEs. 321, 323, 325, 327, 339, 341, 345] que se deve prolongar a oeste para a área ainda não aberta, uma vez que um buraco de poste [UE.416] localizado junto ao corte limite parece constituir o respectivo central. Definem-os as respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 322, 324, 326, 328, 340, 342, 346 e 417] — terras soltas entre o castanho escuro (10YR3/3) e o castanho amarelado escuro (10YR3/4).

A cotas médias do fundo dos respectivos buracos de poste aproximam-se dos da Cabana 3 confirmando a respectiva pertença a uma mesma fase.

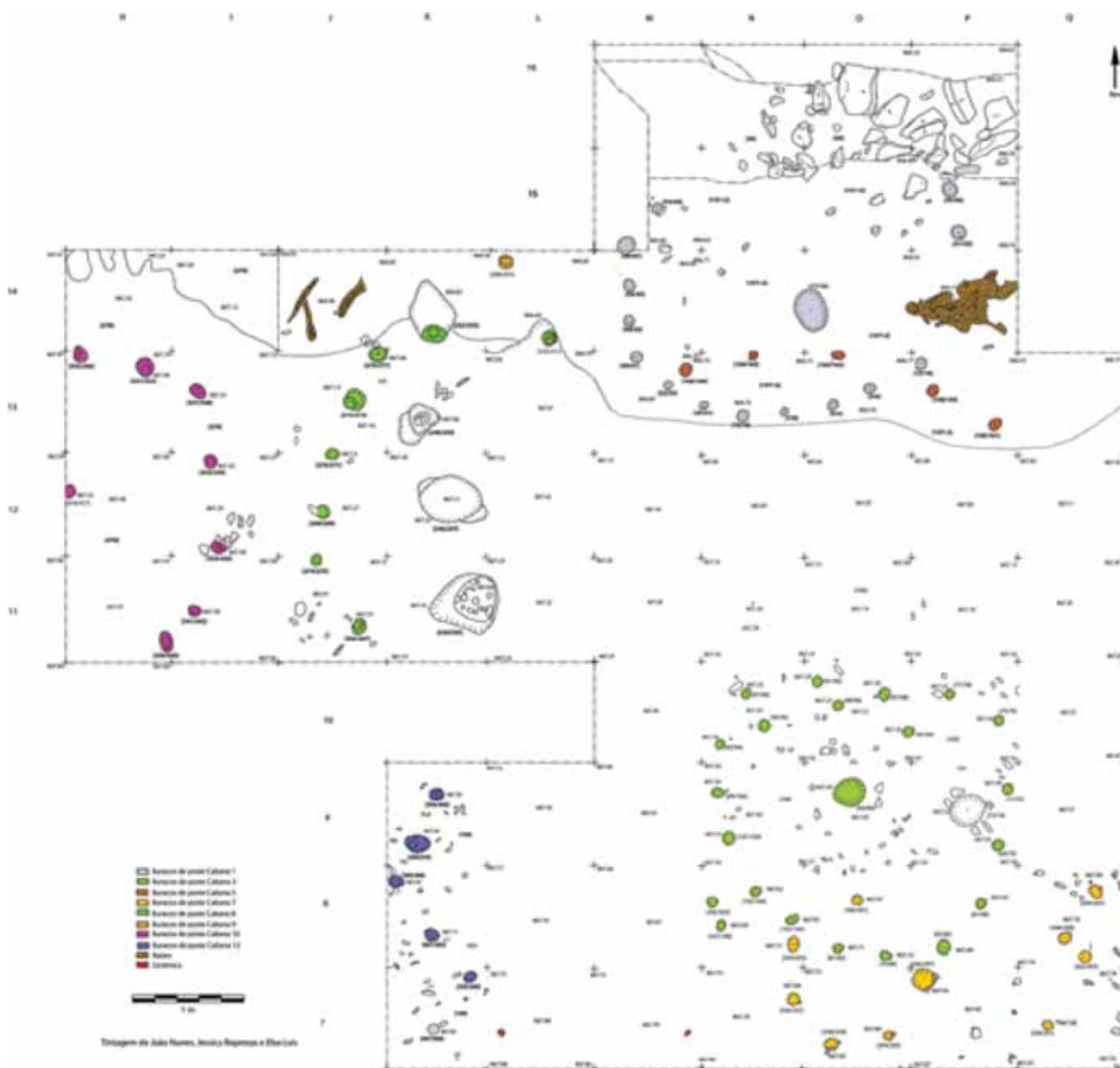


Fig. 3 — Plante de interface superior da UE.109=278. Com as estruturas negativas das Fases 3 e 4 detectadas.

Cabana 12 — A abertura dos quadrados KLM/7 a 9 permitiu detectar o lado oeste da Cabana 12 (5 buracos de poste — UEs. 359, 361, 365, 369 e 399) a partir da interface superior da UE.109. Os 6 buracos de poste perimetrais restantes [UEs. 347, 349, 351, 353, 355 e 357] e o central [UE.363] apenas foram detectados durante o desmonte da UE.109 já próximo da interface com a UE.151 (Fig. 4).

Também aqui são a respectiva estrutura e enchimento [UEs. 348, 350, 352, 354, 356, 358, 360, 362, 364, 366, 370 e 400] — terras soltas entre o castanho escuro (10YR3/3) e o castanho amarelado escuro (10YR4/4) — que permitem a sua fácil identificação.

A identificação destas estruturas permite-nos propor uma última fase detectada (Fase 4) representada, até agora, apenas pela Cabana 7, à qual, não restando nada do respectivo piso,



Fig. 4 — A Cabana 12 após a detecção da totalidade dos respectivos buracos de poste e com estes ainda não escavados.

não podemos atribuir materiais. A fase anterior (Fase 3 — Fig.3) será então constituída pelas Cabanas 3, 8, 10 e 12 com os restos dos solos respectivos incluídos na UE.109=278.

A desmontagem da UE.109=278 revelou abundante material, sobretudo constituído por olaria fragmentada, de que destacamos, de H12 (no interior do solo da Cabana 10), um pendente inacabado em talcoxisto [FOCRV-A 2156] (Fig. 5).

3.1.2. A fase intermédia

Uma vez desenhadas as plantas de interface superior da UE.109=278, os buracos de poste das Cabanas 7, 10 e 12 foram preenchidos com poliuretano expandido de modo a possibilitar a obtenção do respectivo molde e prosseguir com o desmonte daquela UE.

Atingida a interface superior da UE.151=280 (tal como a UE.109=278 já identificada em anteriores campanhas) pudemos localizar 3 novos buracos de poste atribuíveis à Cabana 9 [UEs. 387, 405 e 430] além de 3 novas cabanas — Cabanas 11, 13 e 14 (Fig. 6).

Cabana 9 — Esta cabana fica assim parcialmente delimitada por um arco de 8 buracos de poste [UEs. 248, 281, 283, 285, 288, 290, 387, 430] que é cortado pelo limite norte da área escavada. Pode ainda pertencer-lhe outro buraco de poste interior [UE.405].

Tal como os detectados na anterior campanha, os novos buracos de poste revelam-se pelas respectivas estruturas e enchimentos [UEs. 249, 282, 284, 286, 289, 291, 388, 406 e 431] — terras soltas variando entre o castanho escuro (10YR3/3) e o castanho acinzentado muito escuro (10YR3/2).

Cabana 11 — Desta cabana apenas conhecemos o respectivo limite sul identificado a partir de um arco de 5 buracos de poste [UEs. 319, 329, 331, 333 e 371] que encostam ao limite



Fig. 5 — Pendente inacabado FOCRV-A 2156.

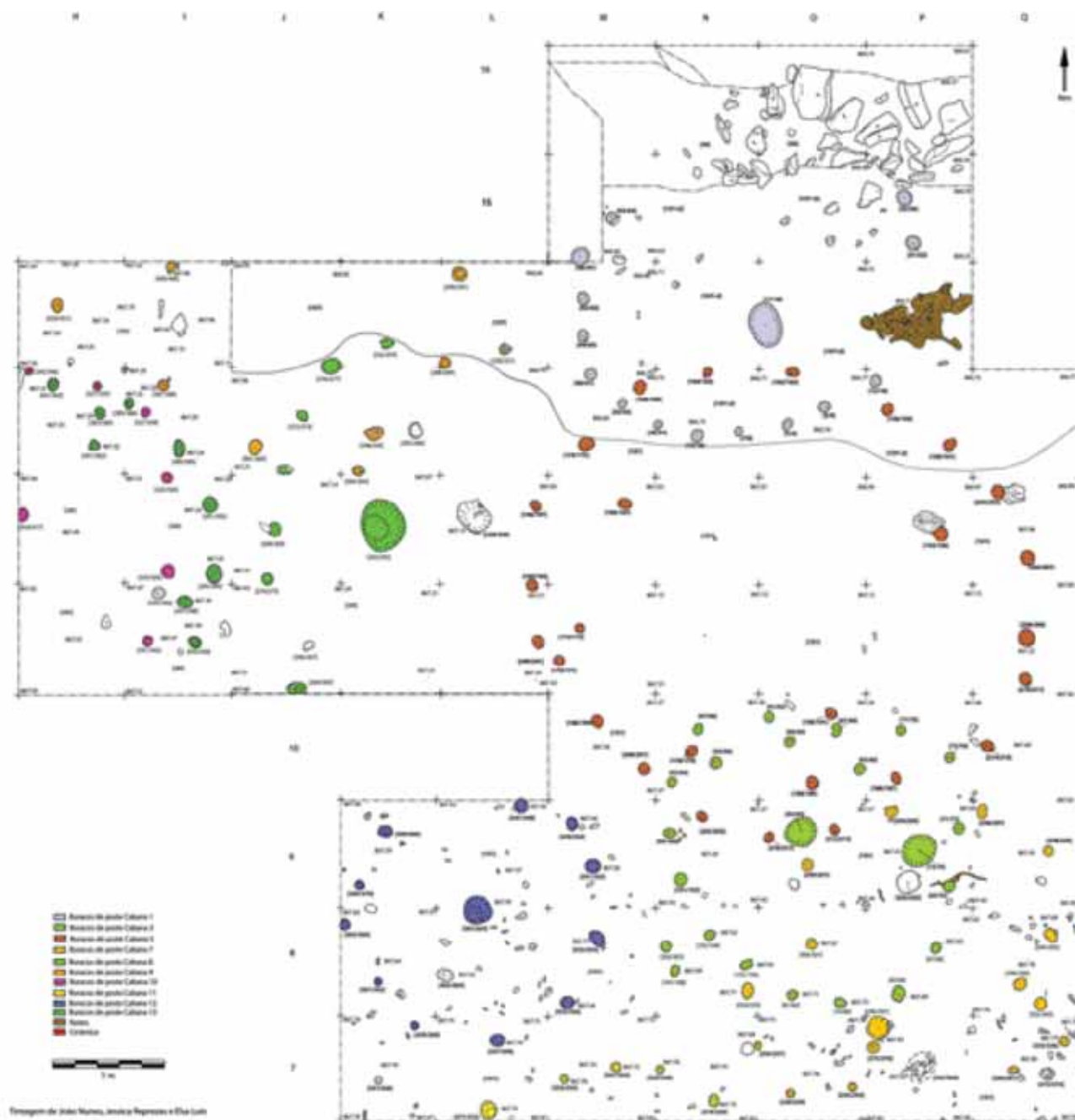


Fig. 6 — Planta de interface superior da UE.151=280, com os buracos de poste detectados a partir dela. São visíveis as cabanas das Fases 4, 3 e 2.

sul da área aberta. Também aqui são os respectivos enchimentos — [UEs. 320, 330, 332, 334 e 372] terras soltas variando entre o castanho escuro (10YR3/3) e o castanho amarelado escuro (10YR4/4) — e formas que permitem identificar estas estruturas negativas.

Cabana 13 — Esta cabana, parcialmente delimitada através de um arco de 9 buracos de poste perimetrais [UEs. 381, 383, 385, 389, 391, 393, 397, 401, 433] situa-se a sul da Cabana 9 e esconde-se sob os limites oeste e sul da área escavada.

Os enchimentos — [UEs. 382, 384, 386, 390, 392, 394, 398, 402, 434] terras castanho escuras (10YR3/3 e 10YR3/4) — e formas dos buracos de poste respectivos permitiram uma detecção fácil destas estruturas negativas.

Cabana 14 — Já durante a desmontagem da UE.151 detectámos um pequeno arco de 4 buracos de poste cortando o ângulo NE da periferia da Cabana 12 [UEs. 418, 420, 422, 424]. Revelados a partir da respectiva forma e enchimentos — [UEs. 419, 421, 423 e 425] terras soltas castanho escuras (10YR3/4) — não foi possível detectar-lhes qualquer continuidade podendo, aparentemente, pensar-se que terá sido destruída pela Cabana 5 (Fig. 7).

A fase intermédia nesta sondagem (Fase 2 — Fig.6) engloba deste modo as Cabanas 5, 9, 11, 13 e 14, com os respectivos solos integrados na UE.151=280 e construídas a partir do empedrado da UE.152.

Após o preenchimento dos novos buracos de poste com poliuretano expandido, a desmontagem da UE.151=280 revelou, a sul da Cabana 5, duas pequenas áreas com superfícies em que as argilas que a constituem se apresentam rubificadas por acção de fogo — a UE.318, já identificada na campanha anterior, e a UE.409, quadrado Q7, identificada este ano. De P7 vem um cosoio sub-esférico em olaria [FCORV-A 2090] (Fig. 8).

Além do recolhido na UE.151=280, a decapagem superficial da UE.152=287 permitiu igualmente a recolha de abundante material de que ressaltam: olaria fragmentada, nomeadamente a base e parte do colo e bordo de um pote de colo estrangulado e base plana [FCORV-A 2287 e 2331] em associação em H14 (Fig. 9); de M9 um fragmento de molde para machados de tipo «Bujões/Barcelos» (Harbinson, 1968) e cinzeis [FCORV-A 2220], muito semelhante a um exemplar completo do Museu de Ourense (Fig.10); de L7 e Q7 dois fragmentos de «ídolos» em talcoxisto [FCORV-A 2196 e 2029] e um outro em H14 [FORV-A 2309] (Figs. 11 e 12); .

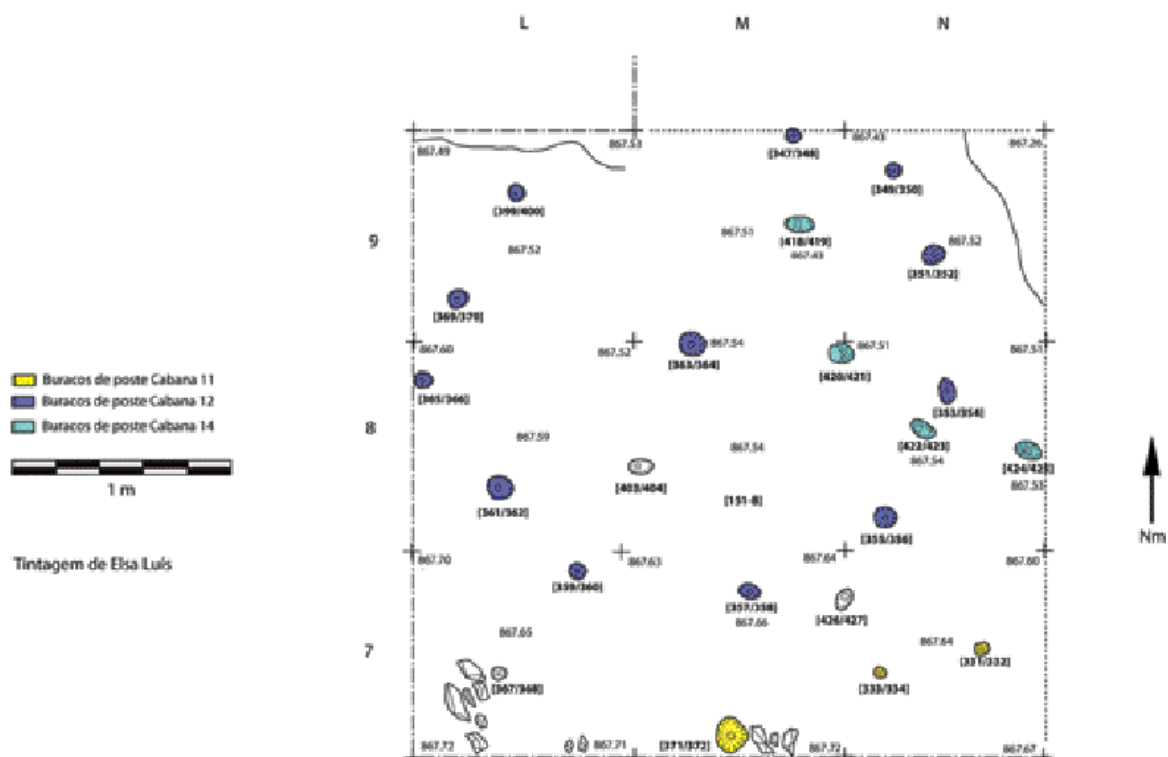


Fig. 7 — Planta parcial de desmontagem da UE.151 ao nível da detecção dos 4 buracos de poste da Cabana 14.



Fig. 8 — Cossoiro



Fig. 9 — A base completa «in situ» do pote de colo estrangulado e base plana [FCORV-A 2287 e 2331].



Fig. 10 — O fragmento de molde para machados de tipo «Bujões/Barcelos» e cinzeis [FCORV-A 2220] sobreposto ao molde completo e idêntico do Museu de Ourense.

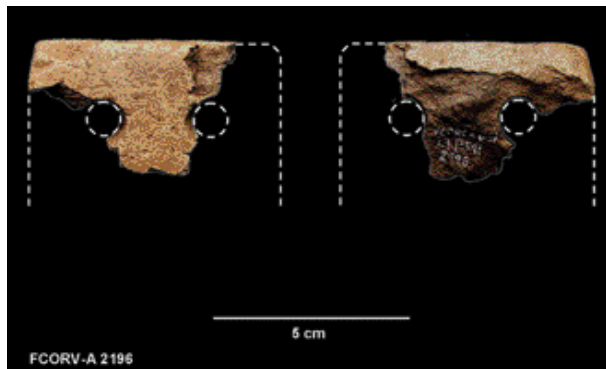


Fig. 11 — O fragmento de «ídolo» FCORV-A 2196.



Fig. 12 — O fragmento de «ídolo» FCORV-A 2309.

A primeira fase (Fase 1) identificada neste espaço corresponderá à Cabana 1 cujo solo [UE.157] ainda não foi desmontado (Fig. 13).

3.1.3. Os materiais recolhidos e o respectivo enquadramento cronocultural.

O ambiente cultural documentado nas escavação das Fases 2 e 3, únicas com materiais associados até à data, caracteriza-se por produções cerâmicas que, para além das formas correntes, apresentam recipientes com decorações de «tradição Campaniforme», impressas a pente, juntamente com taças de «tipo Cogeces ou Protocogotas» que por vezes combinam decorações pontilhadas geométricas e impressas a punção ocasionalmente com preenchimento a pasta branca.

A indústria lítica talhada, recuperada predominantemente em ambiente das Cabanas 4 e 5, incide sobretudo em quartzo e xisto anfibólico e engloba elementos de foice denticulados, pontas de projectil, furadores e raspadores.

A fauna, representada pelos restos osteológicos recuperados nas Cabanas 5 e 9 em ambiente da Fase 2, engloba *Bos taurus*, *Ovis/Capra*, *Cervus elaphus* e *Sus sp.* (porco ou javali, mais provavelmente o segundo). Com claro predomínio das espécies domésticas sobre as selvagens, mesmo atribuindo a totalidade dos restos de *Sus* ao javali.

Quadro I

Restos de Fauna identificados⁵

Cabana 5		Cabana 9	
Género / Espécie	N.º	Género /Espécie	N.º
<i>Ovis / Capra</i>	3	<i>Ovis / Capra</i>	2
<i>Bos Taurus</i>	4	<i>Bos Taurus</i>	1
<i>Sus sp.</i>	2	<i>Sus sp.</i>	1
		<i>Cervus Elaphus</i>	1

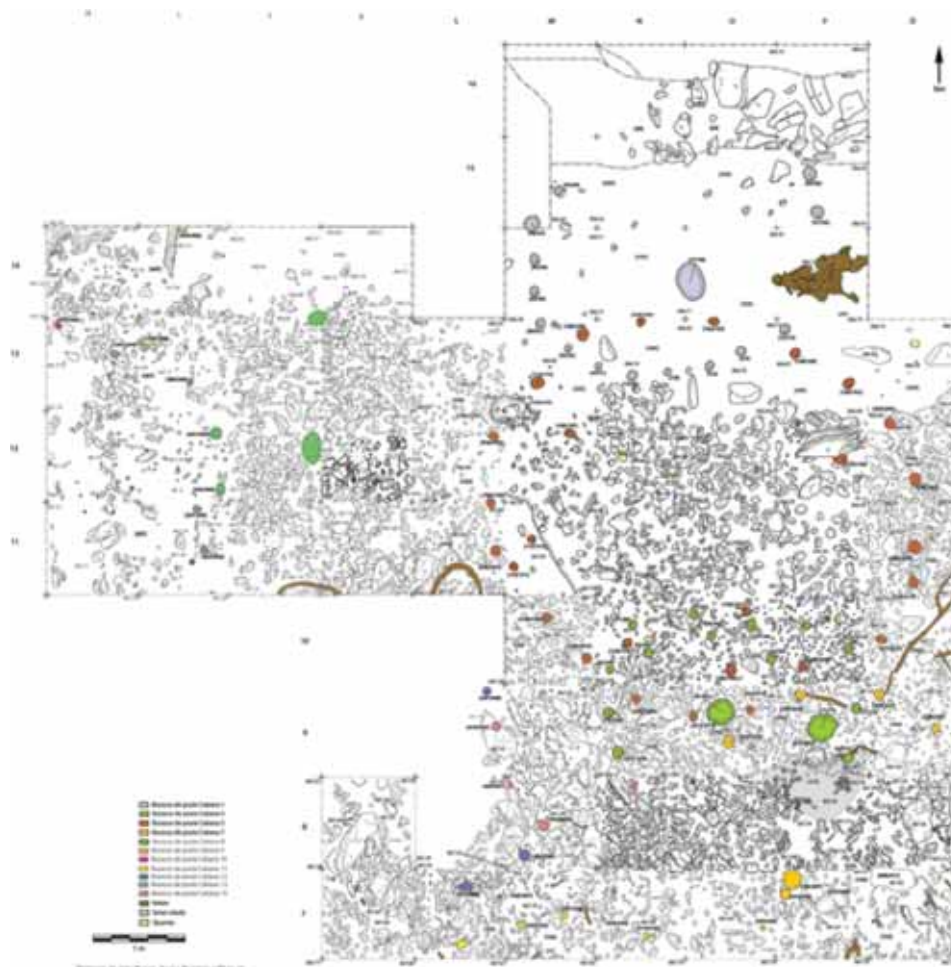


Fig. 13 — Planta final ao nível da interface superior da UE.152=287 da área escavada.

⁵ Agradecemos aos colegas Dr. Manuel Cardoso e Prof. Doutor João Luís Cardoso a determinação destes restos de fauna. Encontra-se em preparação a publicação respectiva.

A associação de olaria decorada de tradição campaniforme, até à data identificada em praticamente todas as cabanas escavadas, juntamente com formas e decorações típicas do «Mundo Cogeces» constitui um argumento poderoso para enquadrar este povoado num momento relativamente antigo da Primeira Idade do Bronze.

À evidência contextual disponível, que nos permite considerar a Cabana 4 e o Alpendre anexo — uma vez confirmados, para os restantes elementos metálicos descobertos, os resultados analíticos obtidos para o primeiro pinga de fundição recuperado em 2004 — como uma área de fundição de bronze («melting»), somam-se agora as evidências recuperadas nas Cabanas 9, 8 e 5 que nos fazem suspeitar de que além da fundição talvez possa encarar-se que também a redução de minérios de cobre e estanho («smelting») possa aí ter tido lugar.

Foi ainda possível, no decurso de 2008, desenvolver um primeiro estudo de proveniência para o cobre utilizado neste arqueosítio (Geirinhas, et al. no prelo) que nos permite afirmar a existência de duas fontes com assinaturas isotópicas diferenciadas, uma das quais poderá corresponder a mineralizações estudadas na área da Foz do Azibo a um dia de marcha da Fraga dos Corvos.

Assim, a ser correcta a nossa proposta de cronologia, estaremos em presença de um dos mais antigos povoados com evidência de produção de bronzes conhecidos no território português e, eventualmente, peninsular.

O que este local nos documenta, pela própria modéstia dos dados disponíveis, é uma produção que pode interpretar-se como de «tipo doméstico» e em pequena escala (Senna-Martinez, et al. 2007).

Esperamos, desta forma, que a continuidade de estudo deste arqueosítio nos permita enquadrar o mundo dos depósitos da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental já não só como achados avulsos de conjuntos metálicos mas também como parte de um todo social caracterizado multidimensionalmente.

3.2. Os Sectores M e C (João Nunes e Raquel Henriques).

3.2.1. O Sector M.

Durante a realização da campanha 6 (2008) foi intervencionado um novo sector, denominado Sector M, localizado a Sul do cabeço da Fraga dos Corvos. Confirmada que estava na campanha anterior a passagem da linha de muralha no lado

Norte da elevação, esperava-se agora aferir a mesma situação no lado oposto, local onde se calcula que a estrutura antrópica se encontre em melhor estado de conservação.

Tratando-se de uma primeira aproximação a uma nova área e dada a escassez de meios humanos disponíveis para a intervenção neste sector, intendemos prioritário proceder à limpeza e registo do corte junto ao caminho que faz acesso ao topo do cabeço (fig. 14), caminho este que atravessa obliquamente o traçado da muralha e que terá destruído na sua extensão os vestígios da mesma que aí se encontrariam. Esperávamos que tal limpeza e registo possibilitassem uma avaliação das estratigrafias preservadas e, eventualmente, começar a perspectivar crono-culturalmente a construção das estruturas (defensivas?) que delimitam a sul uma plataforma com uma área ainda significativa e, aparentemente, preservada.

Após a limpeza superficial do corte e área envolvente, constatou-se uma realidade muito mal definida composta sobretudo por pedras de grande dimensão dispostas de forma caótica, resultado directo da destruição provocada pela abertura mecânica do caminho e pela reflorestação do local na década de 50. Depois de limpo e definido o corte tornou-se possível observar um cenário bastante complexo com várias realidades distintas (Figs. 15, 16 e 17):



Fig. 14 — Aspecto do corte oeste do extremo sul da Fraga dos Corvos antes da respectiva limpeza.



Fig. 15 — O corte oeste do estradão no extremo sul do cabeço da Fraga dos Corvos após limpeza.

U.E. 0 — Camada superficial (manta morta), com 5 a 15cm de profundidade, formada por terra de cor escura, solta, com muitas raízes, carvões, pedras maioritariamente de pequena mas também de média dimensão.

U.E. 1 — Camada de terra castanho escuro amarelada (10YR 4/4), granulada, com grande concentração de pequenas pedras em xisto, e raízes. Preenche o espaço entre o empedrado [6] e a camada superficial [0].

U.E. 2 — Bolsa com terra muito escura (10YR 2/1 — preto) no lado Sul, dentro da [1].

U.E. 3 — Camada de terra castanho escuro amarelada (10YR 4/4) e solta cobrindo parte da face do corte. Parece ter sido criada através de um processo de escorrência, sendo diferente das unidades [1] e [4].

U.E. 4 — Terras castanhas (10YR 4/3), mais compactas, com concentração de pedras de pequenas dimensões, formando a matriz das camadas [7] e [8], que deverão corresponder à estrutura da muralha.

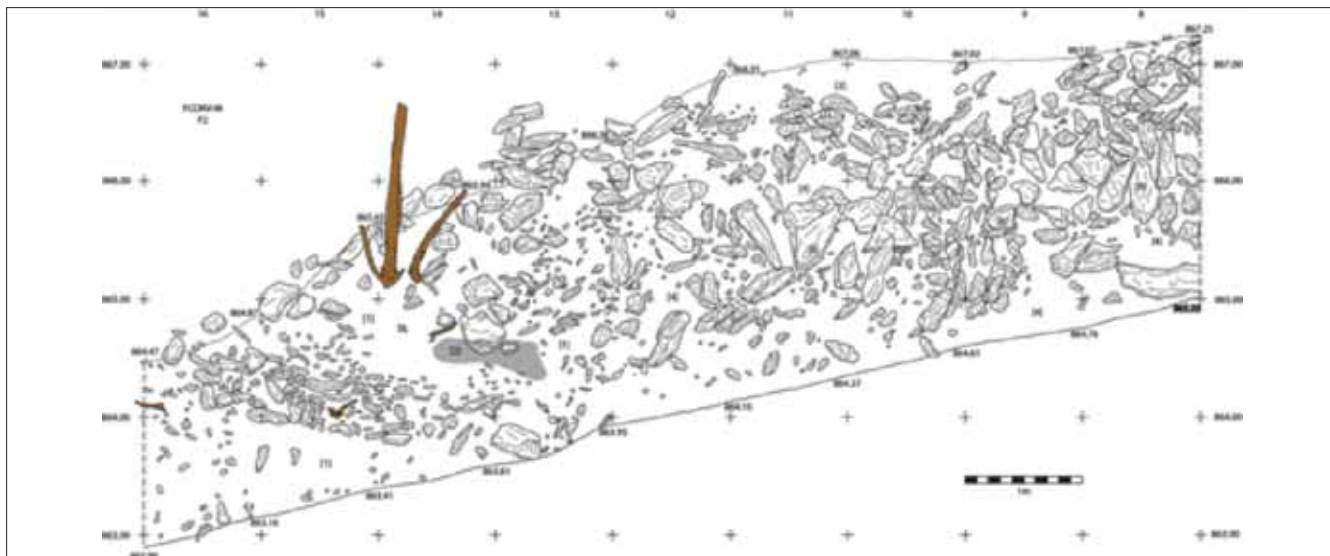


Fig. 16 — Metade sul do corte oeste do estradão no extremo sul do cabeço da Fraga dos Corvos após limpeza.

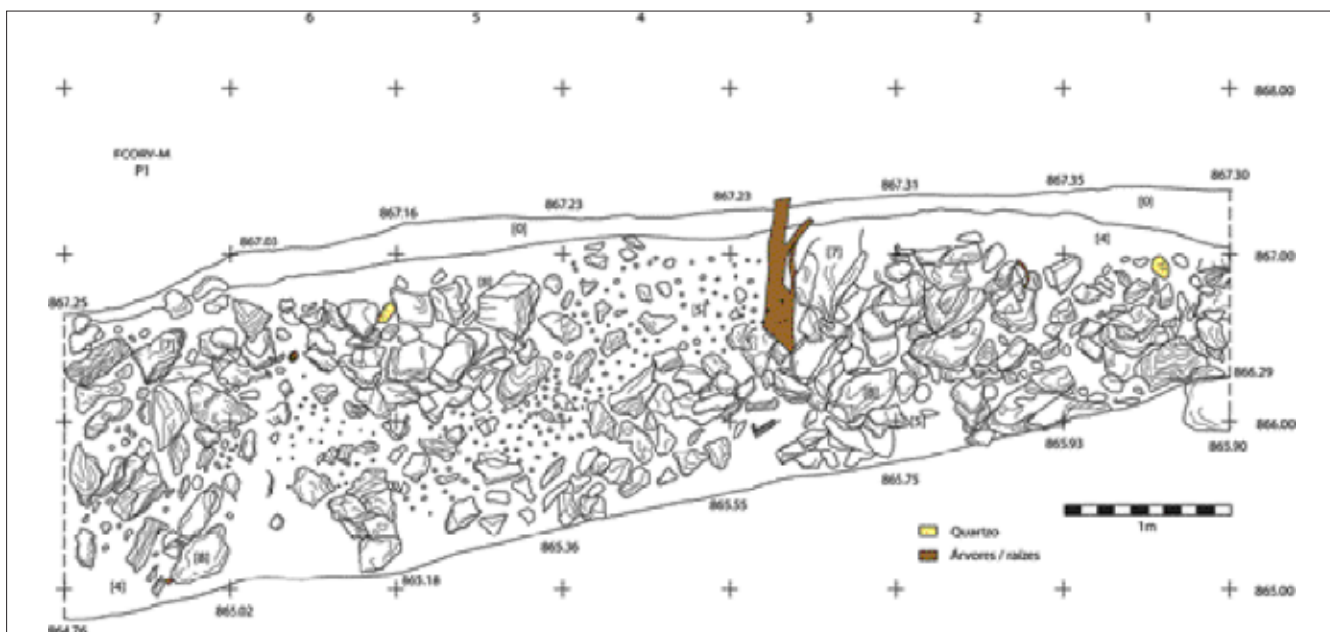


Fig. 17 — Metade norte do corte oeste do estradão no extremo sul do cabeço da Fraga dos Corvos após limpeza.



Fig. 18 — Fragmento de bordo de taça com decoração incisa.

U.E. 5 — Camada de terra acinzentada/rosada (10YR 5/3 — *castanho*), compacta, com raízes, carvões e pedras de pequenas dimensões em grandes quantidades, provavelmente devido à sua localização, com interferências provocadas pelas raízes da árvore que aí se localiza.

U.E. 6 — Empedrado no lado Sul, composto por pedras de pequena e média dimensão, concentradas e bem aparelhadas entre si.

U.E. 7 — Empedrado composto por pedras de média e grande dimensão, dispostas, aparentemente, num registo horizontal.

U.E. 8 — Empedrado composto por pedras de média e grande dimensão, dispostas de forma caótica.

Contrariamente ao que seria de esperar durante uma intervenção de limpeza de um perfil na sua maioria ocupado por

estruturas pétreas foi descoberta uma quantidade significativa de materiais arqueológicos durante a mesma: olaria fragmentada, cerâmica de revestimento, restos ósseos de fauna, indústria lítica e artefactos metálicos. Entre esses materiais destaca-se o elevado volume de fragmentos cerâmicos, incluindo alguns decorados, nomeadamente de «*tipo cogeces*» (Fig. 18). Importa ainda referir uma pequena enxó em anfibolite (Fig. 19) e, sobretudo, dois fragmentos de uma fíbula (em bronze?) correspondendo à totalidade da mola e ao fusilhão (Fig. 20) todos provenientes dos níveis inferiores do corte.



Fig. 19 — Enxó em anfibolite polida.



Fig. 20 — Mola e fusilhão de fíbula em bronze (?).

Os trabalhos realizados durante esta campanha não nos permitem, para já, determinar com segurança total se a estrutura pétrea [UE.8] observada, corresponde na realidade a parte da muralha que se supõe cercar a elevação, ou se tratará de uma mera plataforma destinada a alterar artificialmente a topografia do terreno nesta encosta Sul, tanto mais que a secção efectuada com a abertura do estradão se apresenta tan-

gencial à possível muralha dificultando a leitura estratigráfica.

Por outro lado, a enorme quantidade de materiais recolhidos não se coaduna com o que é esperado encontrar no interior de uma «muralha». Contudo, a forte alteração do perfil e sua parcial cobertura com escorrências ao longo da face exposta, colocam algumas questões de proveniência para alguns dos materiais.

Face aos resultados obtidos, parece-nos que a elucidação destas e de outras questões só será possível com uma intervenção em área no topo da plataforma sul que compreenda um perfil perpendicular às estruturas pétreas detectadas.

3.2.2. O Sector C.

Durante a campanha de 2007 foram identificados, em trabalhos de prospecção, alguns vestígios de estruturas pétreas circulares na plataforma Este da Fraga dos Corvos (área denominada Sector C), numa área coberta por castanheiros. Dado o potencial interesse de tal descoberta decidimos proceder a um melhor reconhecimento das respectivas estruturas durante a presente campanha, com corte e limpeza da vegetação não arbórea de forma a permitir expor com maior clareza as referidas estruturas (Fig. 21).



Fig. 21 — Vista parcial da área limpa no Sector C da Farga dos Corvos. É perceptível uma das estruturas redondas expostas.

Foram identificadas um total de quatro estruturas, não se afastando, no entanto, a hipótese de poderem existir outras mais na área envolvente do coberto de castanheiros. Trata-se de construções pétreas circulares, formadas por blocos de xisto de média dimensão, não afeiçoados, conservando, em alguns pontos, ainda cerca de 0,5m de altura visíveis. Entre as referidas quatro estruturas, e numa área de cerca de 3mx1,5m, encontrou-se uma zona de empedrado.

De momento ainda não é possível ter a certeza se se tratará de um caminho empedrado de ligação entre as várias estruturas (um passadiço), ou apenas restos de derrubes acumulados. É possível que os troncos e raízes dos vários castanheiros presentes na área tenham contribuído para a parcial destruição destas ou de outras estruturas deste tipo.

Durante as acções de limpeza foram recolhidos muitos fragmentos cerâmicos, maioritariamente lisos e de formas pouco caracterizantes, dificultando uma atribuição cronológica para estas construções.

É tentadora a comparação destas estruturas com as vulgarizadas «casas castrejas» de planta circular conhecidas em outras regiões. No entanto, e apesar de essa ser uma forte hipótese, até se efectuar uma intervenção mais intensiva neste sector, ainda não nos é possível ter qualquer certeza sobre essa realidade.

O Sector C configura-se, deste modo, como outra área a merecer intervenção futura no âmbito do estudo deste arqueosítio.

Bibliografia

- AAVV, (1995) — *A Idade do Bronze em Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus
- ABARQUERO MORAS, F.J. (2005) *Cogotas I. La difusión de un tipo cerámico durante la Edad del Bronce*, «Arqueología de Castilla y León», 4, Junta de Castilla y León
- AMAGRO-GORBEA, M. (2004) — «Inscripciones y grafitos tartesios de la necrópolis orientalizante de Medellín», in: *Palaeohispanica*, 4, pp. 13-44
- BÁRTHOLO, M.L. (1959.) «Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança», in: Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Vol. I, pp. 431-39
- BOTELHO, I. J. (1997) — «Dos cacos e dos vasos. O «Castelo Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III^o — II^o mil. a.C.», in: *II Congreso de Arqueología Peninsular*, II. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 401-416
- CARVALHO, A.F. (2004) — «O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)», in: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), pp. 185-219
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) — *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*, Oxford, Tempvs Reparatum, «BAR International Series», 652
- FIGUEIREDO, E.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; SILVA, R.J.C.; ARAÚJO, M.F.; VENTURA, J.M.Q. and CARVALHO, H. (2007) — «Late Bronze Age Metal Artefacts from an Orientalising Burial (?) At «Fraga dos Corvos» (Macedo de Cavaleiros — NE Portugal): A First Archaeometallurgical Approach». In: *Proceedings of the 2nd International Conference «Archaeometallurgy in Europe»*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.
- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; MONTERO RUÍZ, I. & ROVIRA LLORENS, S. (1995) — «Los primeros objetos de bronce en el Occidente de Europa», in: *Trabajos de Prehistoria*, 52(1), pp. 57-69
- GEIRINHAS, F.; GASPAR, M.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C (no prelo) - Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance. *V Symposium Internacional «Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo»*, León (España), 19-21 June 2008
- HARBINSON, P. (1968) — «Três tipos de machados de bronze do norte de Portugal e suas prováveis origens», in: *Rev. Guimarães*, LXXVIII, pp.49-54
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2002) — «Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX», in: *Arqueologia 2000: Balanço de um século de Arqueologia em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.103-124
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2007) — «Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na Fachada Atlântica Peninsular». In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, Oeiras, Câmara Municipal, p.119-134
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) — «A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros», in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) — «A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do «Mundo Carrapatos» da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental», in: *Cadernos «Terras Quentes»*, 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81
- SENNA-MARTINEZ, J.C. et alii. (2006) — A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp.61-85
- SENNA-MARTINEZ, J. C. et alii. (2007) — «Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal)». In: *Proceedings of the 2nd International Conference «Archaeometallurgy in Europe»*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007



Estudo paleoetnobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros)

Palaeoethnobotanic approach to the Roman structures from Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros)

João Pedro Tereso^{1 2}

Resumo

Durante as intervenções arqueológicas que decorreram no povoado proto-histórico e romano da Terronha de Pinhovelo foram efectuadas recolhas de sedimentos com vista à realização de um estudo paleoetnobotânico. Apresentam-se aqui os resultados referentes às análises efectuadas sobre diversas estruturas romanas que permitiram obter dados importantes para a compreensão da jazida assim como das comunidades que aí habitaram nos séculos IV-V d.C.

Entre os frutos e sementes são mais abundantes as espécies cultivadas, em especial os cereais. *Triticum aestivum/durum*, *T. compactum*, *T. spelta/dicocum* e *Hordeum vulgare* são os morfotipos mais comuns, seguidos de raros *T. monococcum*, *Panicum miliaceum* e *Setaria italica*. A única leguminosa identificada no estudo carpológico foi *Vicia faba var. minor* que, embora seja abundante, está associada quase exclusivamente a uma área de combustão.

No que respeita ao material lenhoso utilizado e preservado sob a forma de carvão, os tipos xilotómicos presentes num maior número de amostras são *Pinus pinaster*, *Quercus pyrenaica*, *Q. faginea*, *Q. suber*, *Arbutus unedo* e *Fraxinus angustifolia*. As formações arbustivas encontram-se representadas por *Cistus* sp., *Leguminosae* e *Erica* spp.

Palavras-chave: Terronha de Pinhovelo; Baixo-império; paleoetnobotânica.

Abstract

Several samples were taken during the archaeological excavations of the Proto-historic and Roman settlement of Terronha de Pinhovelo in order to obtain relevant palaeobotanic data. In this paper we present some results, namely about the Roman structures of Sector B, which will allow a further understanding of the settlement and its community's daily life in the IVth/Vth century A.D.

The cereals are the most frequent group of plants represented in the fruit and seed assemblages. *Triticum aestivum/durum*, *T. compactum*, *T. spelta/dicocum* and *Hordeum vulgare* are the dominant crops, followed by some rare *T. monococcum*, *Panicum miliaceum* and *Setaria italica*. *Vicia faba var. minor* was the only pulse identified, almost exclusive from one fire structure.

In the charcoal analysis, the main xylomorphic types recovered were *Pinus pinaster*, *Quercus pyrenaica*, *Q. faginea*, *Q. suber*, *Arbutus unedo* and *Fraxinus angustifolia*. The scrubs are represented by *Cistus* sp., *Leguminosae* and *Erica* spp.

Key-words: Terronha de Pinhovelo; Late Empire; Palaeoethnobotany.

1. INTRODUÇÃO

A Associação Terras Quentes promoveu, entre 2004 e 2006, três campanhas de escavação na jazida arqueológica Terronha de Pinhovelo (Amendoeira, Macedo de Cavaleiros), tendo os trabalhos decorrido sob a coordenação do signatário e de Helena Barranhão, Lúcia Miguel e Carlos Mendes. Neste âmbito foram efectuadas recolhas sistemáticas de macro-restos vegetais de forma a aprofundar os conhecimentos acerca dos contextos escavados, obter dados referentes à economia agrícola e estratégias de obtenção de combustível das comunidades que habitaram o local, e adquirir informações relevantes acerca da paisagem envolvente da povoação.

A Terronha de Pinhovelo é a designação de uma elevação ocupada por comunidades humanas da Idade do Ferro e Pe-

ríodo Romano. Embora as bases artefactuais sejam ainda escassas, alguns materiais cerâmicos sugerem uma continuidade de ocupação entre a Proto-história e a fase baixo-imperial da presença romana.

A povoação em estudo encontrava-se inserida na *Civitas Zoelorum*, do *Conventus Asturum*. Os *Zoelae*, etnia que habitava a região, surge mencionada em diversas fontes clássicas que permitem concluir a sua integração plena na nova ordem política, social e económica (marcadamente mercantil) romana. A exportação de linho para a Península Itálica, mencionada por Plínio-o-Velho (Guerra, 1995), assim como os pactos firmados (Barranhão, Tereso, 2005) apontam nesse sentido. Ainda assim, tendo em conta o posicionamento da região numa área rural, periférica face às principais rotas comerciais do império e longe dos estímulos urbanos, é provável que a economia destas comunidades fosse eminentemente agro-pastoril e que a sua produção se destinasse principalmente a garantir a sua auto-suficiência, perpetuando estratégias anteriores (Tereso, 2007 e 2008).

¹ CIBIO — Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos/Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

² Laboratório de Paleoeologia e Arqueobotânica do IGESPAR, I.P.

Desta forma, a integração de amostragens arqueobotânicas no projecto de escavação da jazida revestia-se de particular importância para a compreensão da mesma e das comunidades que a habitaram.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo arqueobotânico realizado incluiu unicamente macro-restos vegetais do Sector B da Terronha de Pinhovelo e embora tenham sido aí detectadas cinco fases de ocupação, todas romanas, este estudo incide somente em depósitos da Fase IV, ainda que alguns destes correspondam a níveis de utilização continuada de estruturas da fase anterior (Fase III).

Na Fase III foi construído um grande compartimento (*Ambiente II*) na zona central do sector. Este apresenta uma estrutura de combustão constituída por pequenas lajes de xisto cobertas por uma camada de argila cozida. Mais a Norte foi construído um compartimento (*Ambiente V*) e, no seu interior, uma possível estrutura de armazenagem com o fundo revestido a *opus signinum* (*Ambiente IV*).

Foi no interior do compartimento (*Ambiente II*) construído na fase anterior, e parcialmente sobre a referida estrutura de combustão, que foi edificado, já em plena Fase IV, um novo compartimento, o *Ambiente I*. Neste novo compartimento foram construídas três estruturas de combustão: um lajeado rectangular com um murete associado, uma área entre dois alinhamentos de blocos de xisto, e um empedrado irregular, ladeado por um dos muretes da estrutura anterior.

A Norte, os *Ambientes II, IV e V* continuaram em utilização nesta Fase IV, enquanto que a Este foi construída uma estrutura de pedras fincadas e aberta uma estrutura negativa onde se detectaram evidências de combustão (ver Figura 2). Esta Fase IV, além de se tratar de um momento de ampla renovação dos espaços domésticos foi a última grande fase de utilização habitacional do local, tendo sido integrada nos séculos IV/V D.C. através do estudo dos fragmentos de *Terra Sigillata Hispânica Tardia* (Silva, 2007).

A estratégia de amostragem seguida nas duas campanhas de trabalho foi baseada em princípios definidos na bibliografia (Martínez, et al., 2003; Badal et al., 2003; Buxo, 1997) ainda que adaptados às condições técnicas disponíveis. Realizaram-se recolhas integrais dos sedimentos das estruturas de combustão espacialmente bem definidas, ao que se aliou a amostragem pontual em estratos com significativa presença de macro-fosseis vegetais. Foram efectuadas também amostragens por estimativa em alguns contextos na fase final dos trabalhos. Paralelamente recolheram-se manualmente os carvões e sementes visíveis nos trabalhos arqueológicos. Todos os sedimentos, com excepção daqueles recolhidos para flutuação, foram crivados a seco.

Na planta da Figura 1 e na Figura 2 é possível perceber a localização dos principais depósitos (Unidades Estratigráficas – U.E.) amostrados:

– *Ambiente I*: [65] e [66] (recolhidas integralmente) representam duas estruturas de combustão. As amostras da U.E. [20] correspondem aos níveis de definição de [65]; e as amostras de [3] correspondem aos níveis de definição de [66]. A U.E. [63] localizava-se junto ao empedrado de uma terceira estrutura de combustão.

– *Ambiente II*: [22] e [71] (este último recolhido integralmente) associam-se a uma estrutura de combustão; [21] e [70] são depósitos dispersos no interior do compartimento e totalmente inseridos neste, tendo sido alvo de amostragens pontuais.

– *Ambiente IV*: [82] é um derrube no interior desta estrutura de armazenagem, relacionado com o seu momento de abandono, logo, analisado como pertencente à Fase IV. Foi recolhida uma única amostra de modo a caracterizar este contexto.

– Depósito [11]: enchimento de estrutura negativa no canto Sudeste da área de escavação. Foram recolhidas amostras pontuais.

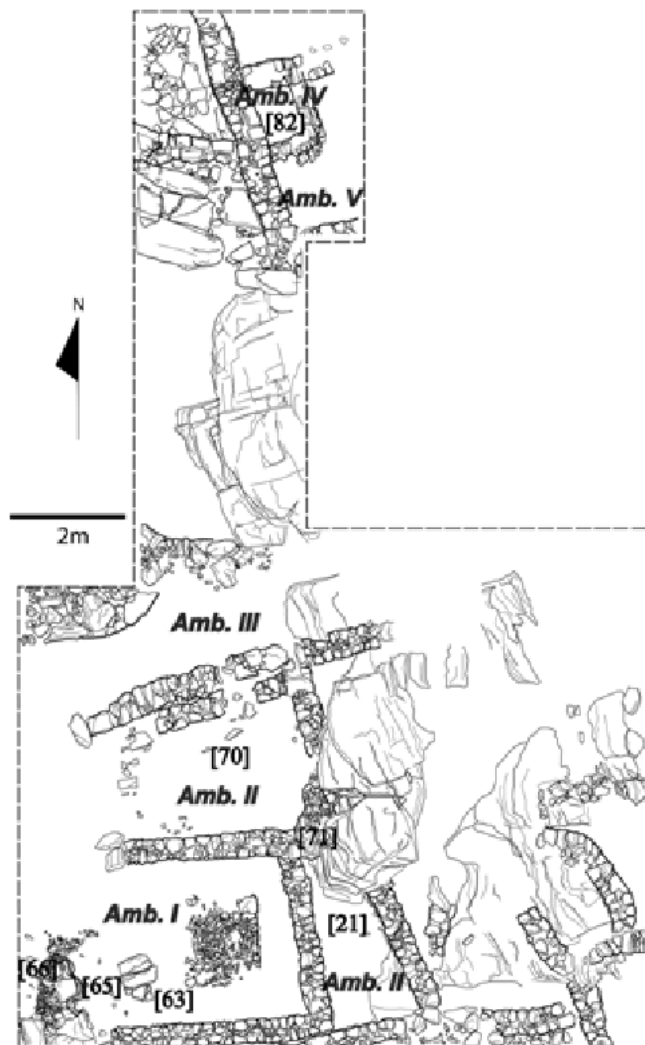




Figura 3 — Ambiente IV com depósito [82]

Após a recolha de amostras no campo foi efectuada uma sub-amostragem em laboratório de forma a tornar exequível o tratamento do grande volume de sedimentos recolhidos. Pretendeu-se que a sub-amostragem garantisse uma caracterização fiável dos contextos em questão.

Os sedimentos foram fluviados nas instalações da Associação Terras Quentes em Macedo de Cavaleiros. Foi utilizado um sistema de «flutuação manual simples» (Buxo, 1997), recorrendo-se a uma coluna de crivos com malhas de 2mm, 1mm, 0,5 mm e 0,25 mm. A triagem e observação dos carvões, sementes e frutos foram realizadas no Laboratório de Paleocologia e Arqueobotânica (LPA) do IPA (actual IGESPAR), com a supervisão da Prof. Dra. Paula Queiroz.

Os fragmentos de carvão de dimensões superiores a 2mm foram sectionados manualmente segundo as três secções de diagnóstico: transversal, radial e tangencial. A observação foi realizada com recurso ao microscópio óptico de luz reflectida. A identificação taxonómica foi realizada com recurso aos atlas anatómicos de F. Schweingruber (1990a; 1990b) e Vernet et al. (2001) tendo-se recorrido ainda a estudos específicos para a identificação de fragmentos de género *Quercus* (Van Leeuwen, in prep.) e *Erica* (Queiroz, Van der Burgh, 1989) e à colecção de referência de cortes histológicos em montagem no LPA.

O diagnóstico das sementes e frutos foi realizado à lupa binocular, por comparação com elementos actuais, com recurso à carpoteia em montagem no LPA e a atlas da especialidade (Berggren, 1981; Renfrew, 1973).

No caso específico dos cereais foi seguido o guia de S. Jacomet (2006), complementado com outros estudos (Renfrew, 1973; Buxo, 1997; Murphy, 1989; Van der Veen, 1987). No que respeita à nomenclatura utilizou-se como referência a proposta de Zohary e Hopf (2000), porém, de forma a tornar prática a nomeação dos tipos morfológicos em texto foram utilizadas abreviaturas:

— *Hordeum vulgare* — *Hordeum vulgare* L. subsp. *vulgare*.

— *Triticum aestivum*, corresponde ao *T. aestivum*/*durum* de Buxo (1997) e inclui *Triticum aestivum* subsp. *vulgare* (Vill) Mackey, *Triticum turgidum* conv. *durum* (Desf.) Mackey e *Triticum turgidum* conv. *turgidum* (L.) Mackey.

— *Triticum compactum* — *Triticum aestivum* subsp. *compactum* (Host) Mackey.

— *Triticum dicoccum* — *Triticum turgidum* L. subsp. *dicoccum* (Schrank) Thell.

— *Triticum monococcum* — *Triticum monococcum* L. subsp. *monococcum*.

— *Triticum spelta* — *Triticum aestivum* subsp. *spelta* (L.) Thell.

3. RESULTADOS

3.1. Dados da Antracologia

A listagem de tipos xilotómicos identificados no estudo antracológico, assim como a sua distribuição nas Unidades Estratigráficas é visível no Quadro 1. Estes tipos morfológicos são o resultado da recolha e utilização enquanto combustível em estruturas domésticas de determinadas espécies vegetais que se encontrariam em torno da povoação. Como tal, o conjunto de morfotipos identificado traduz a presença de determinadas unidades de vegetação. Contudo, as limitações inerentes aos contextos estudados não permitem calcular o peso relativo dessas unidades de vegetação no território em torno da povoação romana.

Espécie	Ambiente I					Ambiente II				A. IV		Total
	[3]	[20]	[63]	[65]	[66]	[21]	[22]	[70]	[71]	[82]	[11]	
<i>Alnus glutinosa</i> Amieiro		1										1
<i>Arbutus unedo</i> Medronheiro	3	8		15	2	16		1	24	3		72
cf. <i>Arbutus unedo</i>	1			1								2
<i>Cistus</i> sp. Esteva/Sanganho		3		14	2	2			6		2	29
cf. <i>Cistus</i> sp.			3	4	1	13	2	7	8	6	2	46
<i>Corylus avelana</i> Avelã	1											1
<i>Cytisus/Genista/Ulex</i> Giesta/Tojo			1			4				2	1	8
<i>Erica arborea</i> Urze-branca		2						1				3
<i>Erica australis</i> Urze-vermelha											2	2
<i>Erica australis/ arborea</i>				1		2				2		5
<i>Erica scoparia</i> Urze-das-vassouras										1		1
<i>Erica umbellata</i> Queiro				1	1	2						4
<i>Erica scoparia/ umbellata</i>						3					1	4
<i>Erica</i> sp.					1			1				1
cf. <i>Erica</i> sp.	1	1				8		1				11
<i>Fraxinus angustifolia</i> Freixo	1	3		2		1	1	11	1		1	21
cf. <i>Fraxinus angustifolia</i>	1				2							4
cf. <i>Juglans regia</i> Nogueira											1	1
<i>Pinus pinaster</i> Pinheiro-bravo	9	13		12	18	31	3	37	13	2	2	140
<i>Pinus</i> sp.	3			1		3		7	2	1		17
<i>Quercus coccifera</i> Carrasco											2	2
<i>Quercus ilex</i> Azinheira		3					1			2	8	14
<i>Quercus faginea</i> Carvalho-cerquinho	1	2		2	1	15	2	9		2	6	40
<i>Quercus pyrenaica</i> Carvalho-negra	7	11		29	5	14	2	1	17	1	7	94
<i>Quercus perenifolia</i>	7	10	2	3	12	7	2	14	1	6	10	74
<i>Quercus suber</i> Sobreiro	2	5	1		1	8		24	3	3	7	54
<i>Quercus</i> subgenus <i>Quercus</i>	1	16	1	28	7	20	4	6	3	1	7	94
<i>Quercus</i> sp.	20	24	7	43	10	18	12	14	3	4	10	165
<i>Sorbus</i> sp. Tramazeira			1									1
<i>Ulmus minor</i> Ulmeiro	2								2			4
Casca						2				1	2	5
Angiospermica	3	2				5	3	1		2	1	17
Indeterminado	8	5	1	10	17	17	1	7	16	10	11	103
Total	70	110	17	166	80	191	33	142	99	50	84	1042

Quadro 1 — Número de fragmentos de carvão e tipos xilotómicos identificados nas U.E.

Deste modo, as unidades de vegetação e respectivas espécies identificadas nas amostras aqui apresentadas são as seguintes:

Bosques/galerias ripícolas — *Fraxinus angustifolia*, *Alnus glutinosa*, *Corylus avelana*, *Ulmus minor*, *Erica arborea*, *Juglans regia* (de identificação duvidosa) e *Sorbus* sp.

Bosques de caducifólias — *Quercus pyrenaica*, *Q. faginea* e *Quercus* subgenus *Quercus*, *Pinus pinaster*.

Bosques de perenifólias — *Quercus suber*, *Q. ilex* e *Arbutus unedo*.

Pinhal — *Pinus pinaster*.

Formações arbustivas — *Cistus* sp., *Erica arborea*, *Erica australis*, *Erica umbellata*, *Erica scoparia*, *Cytisus*/*Genista*/*Ulex*, *Quercus ilex*.

A identificação do tipo morfológico *Quercus coccifera* traduz a dificuldade do diagnóstico do lenho de espécies do género *Quercus*. De facto, a sua identificação não demonstra a presença (pouco provável) desta espécie na paisagem envolvente. Não sendo linear a correspondência entre tipos morfológicos e espécies concretas, e tendo em conta a semelhança entre o lenho das duas espécies, é provável que os fragmentos do tipo *Quercus coccifera* correspondam sim a *Quercus suber*.

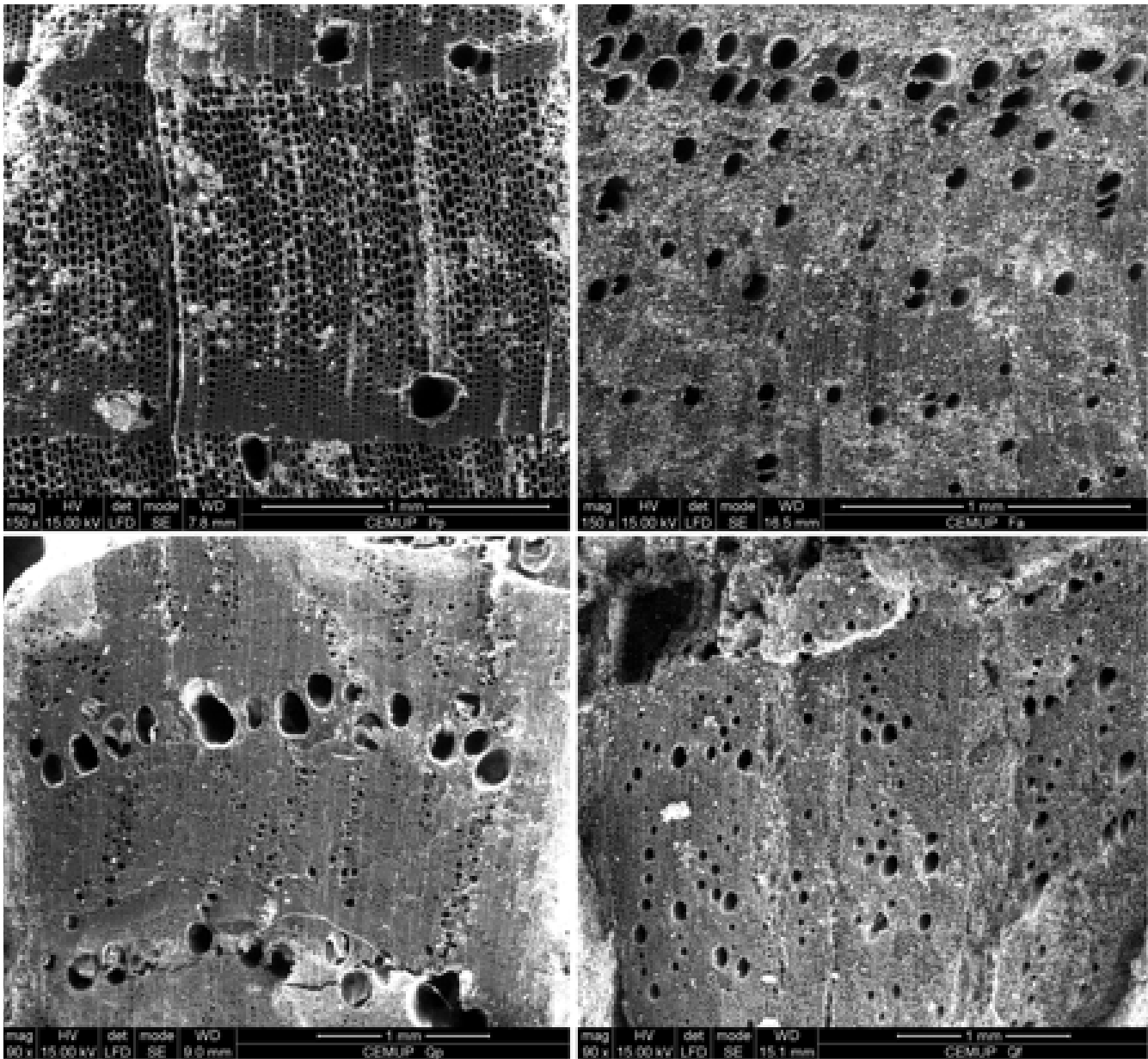


Figura 4 — Imagens SEM1 de cortes transversais de *Pinus pinaster*, *Fraxinus angustifolia* (em cima), *Quercus pyrenaica* e *Quercus faginea* (em baixo).

No que respeita à distribuição dos morfotipos pelas estruturas de combustão é perceptível que não existem grandes diferenças entre as realidades estudadas, caracterizadas pela presença predominante de carvões de madeira de *Quercus* spp., pinheiro-bravo, medronheiro e esteva e pela ocorrência minoritária ou pontual de outros tipos xilotómicos.

A possível estrutura de armazenagem — depósito [82] — e os depósitos recolhidos no interior do *Ambiente II* — [21] e [71] — apresentam muitas semelhanças face às restantes estruturas, apesar de contarem, adicionalmente, com a presença de carvões de Leguminosae arbustivas.

3.2. Dados da Carpologia

A quase totalidade dos frutos e sementes estudadas pertence a espécies domésticas. Entre estas, os cereais são o grupo mais representado, tendo sido recolhidas cariopses e espiguetas de várias espécies de trigo e cevada. Tendo em conta os valores percentuais da quantidade de sedimento das sub-amostras face às amostras totais, foi efectuado um cálculo para perceber a potencial quantidade de cariopses existente

em cada amostra (Quadro 3). Este cálculo é de particular interesse para os contextos recolhidos integralmente.

CEREAIS

Entre as cariopses de trigo recolhidas, não se verificou uma diferença significativa na quantidade de trigos de semente vestida e os de semente nua, ainda que se verifique um ligeiro domínio dos segundos.

	Ambiente I				Ambiente II				A.V		TOTAL
	[3]	[66]	[20]	[65]	[21]	[70]	[22]	[71]	[82]	[11]	
T. monococcum	1						2				3
T. dicoccum	28	25	17	31	8	8		2			119
T. cf. dicoccum	1	2		6				1			10
T. dicoccum/aestivum	1	6		4					1		12
T. dicoccum/spelta	1	4			1						6
T. spelta	1	4	2	4		3		1			15
T. cf. spelta				1							1
T. aestivum	24	20	10	24	1	7	1	1			88
T. cf. aestivum	1	3	1	1		1					7
T. aestivum/compactum				2							2
T. compactum	14	10	6	16	8	6		1			61
T. cf. compactum		1		1							2
Triticum sp.	57	55	14	21	2	15		4	2		170
H. vulgare	14	8	19	44	22	26	3	4	2		142
Hordeum sp.		1			1						2
Indeterminado		1		2							3
TOTAL	142	141	69	157	43	66	6	14	5	0	643

Quadro 2 — Cariopses identificadas nas sub-amostras

¹ As imagens SEM (microscopia electrónica de varrimento), do tipo Field-emission, foram realizadas no Centro de Materiais da Universidade do Porto (CEMUP), com recurso a um equipamento FEL, Quarta 400F.

	Ambiente I				Ambiente II				A.IV	TOTAL
	[3]	[66]	[20]	[65]	[21]	[70]	[22]	[71]	[82]	
<i>T. monococcum</i>		11						8		19
<i>T. dicoccum</i>	185	276	46	218	22	30		5		783
<i>T. cf. dicoccum</i>	7	22		42				2		73
<i>T. dicoccum/aestivum</i>	7	66		28					3	104
<i>T. dicoccum/spelta</i>	7	44			3					54
<i>T. spelta</i>	7	44	5	28		11		2		98
<i>T. cf. spelta</i>				7						7
<i>T. aestivum</i>	159	221	27	169	3	26	4	2		612
<i>T. cf. aestivum</i>	7	33	3	7		4				53
<i>T. aestivum/compactum</i>				14						14
<i>T. compactum</i>	93	110	16	113	22	23		2		379
<i>T. cf. compactum</i>		11		7						18
<i>Triticum sp.</i>	378	608	38	148	5	56		10	7	1250
<i>H. vulgare</i>	93	88	52	310	60	98	12	10	7	729
<i>Hordeum sp.</i>		11			3					14
Indeterminado		11		14						25
TOTAL	941	1558	188	1106	117	248	24	35	17	4233

Quadro 3 — Quantidade potencial de cariopses nas amostras (somente as UE [65], [66] e [71] foram recolhidos integralmente, pelo que os números potenciais destas são os únicos que poderão aproximar-se das quantidades totais aí existentes)

No que respeita às cariopses de trigo nu salienta-se o morfotipo *Triticum aestivum*/durum apesar de se contar com uma presença muito significativa de *Triticum compactum*. Entre os trigos de grão vestido, registaram-se em maior quantidade as cariopses de *Triticum dicoccum*, seguidas de *Triticum spelta*. *Triticum monococcum* é residual.

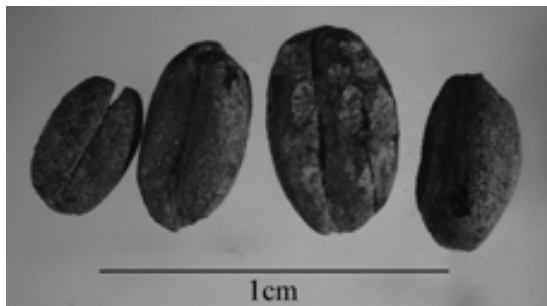


Figura 5 — Cariopses de *Triticum aestivum*/durum

No entanto, estes dados revestem-se de características particulares devido às conhecidas dificuldades verificadas na distinção entre os grãos de *T. dicoccum* e *T. spelta*. S. Jacomet (2006) sugere mesmo não ser possível distinguir as duas espécies quando os grãos de *T. spelta* são carbonizados ainda na espiguetta. Este facto é bastante relevante tendo em conta que a quantidade de fragmentos de espiguetas recolhidos, assim como a detecção de grãos ainda no interior das respectivas espiguetas sugere que muitas cariopses terão sido submetidas ao fogo antes da descorticação.

A leitura dos dados referentes aos fragmentos de espiguetas fornece uma perspectiva distinta da das cariopses (Quadro 4). De facto, os fragmentos de glumas e bases de espiguetas classificados como *T. spelta* são visivelmente mais abundantes que os de *T. dicoccum*, em especial nos contextos mais circunscritos: as áreas de combustão [65] e [66] e os depósitos [20] e [3] que lhes estão associados.

		Ambiente I				Ambiente II				TOTAL
		[3]	[66]	[20]	[65]	[21]	[70]	[71]		
<i>T. monococcum</i>	Espiguetta	2		1						3
<i>T. dicoccum</i>	Bases de gluma	2	2		1	2	1			8
	Espiguetta				2					2
<i>T. spelta</i>	Bases de gluma	12	18	8	13	4	4	1		60
	Espiguetta	1	6	4	3					14

Quadro 4 — Espiguetas identificadas nas sub-amostras

Considera-se, assim, muito provável que os dados das cariopses tenham conduzido a uma sobrevalorização da presença de *T. dicoccum*, quando, na verdade, *T. spelta* seria o trigo vestido mais abundante nas amostras estudadas da Terronha de Pinhovelo. Refira-se que foi descrita uma situação semelhante no estudo carpológico da jazida de Cortaillod/Sur les Rochet-

tes-est, na Suíça, onde foi estudada uma maior quantidade de macro-restos, tendo o autor chegado às mesmas conclusões (Akeret, 2005).

No que respeita à cevada (*Hordeum vulgare*), só foram detectadas cariopses da variante de grão vestido. A sua presença, embora não seja tão significativa quanto a do trigo, não pode ser considerada minoritária. Na verdade, entendendo cada morfotipo em separado, a cevada é mais abundante que a maioria dos trigos, só sendo suplantada por *T. dicoccum*. A cevada surge como espécie de cereal dominante nos depósitos que ocupam a maior parte da área do Ambiente II ([21] e [70]), apresentando maiores índices de concentração (semente por Kg de sedimento) do que nas estruturas de combustão do Ambiente I.



Figura 6 — Cariopse de *Hordeum vulgare*

Nas estruturas arqueológicas da Terronha de Pinhovelo também foram recolhidas algumas cariopses de milho. Dez grãos foram classificados como *Panicum miliaceum* (milho-miúdo) e um como *Setaria italica* (milho-painço). Contudo, as cariopses destas espécies são minoritárias em todos os contextos nos quais foram recolhidas. De facto, nas áreas de combustão dos Ambientes I e II o milho corresponde unicamente a 4% das cariopses recolhidas. Na totalidade das amostras efectuadas nos níveis romanos desta jazida, o milho completa somente 2% do total de cereais encontrados.



Figura 7 — Cariopse de *Panicum miliaceum*

	Ambiente I				Ambiente II				A.IV
	[3]	[66]	[20]	[65]	[21]	[70]	[22]	[71]	[82]
<i>Vicia faba var. minor</i>	1		8	47	2	1			
<i>Setaria italica</i>		1							
<i>Panicum miliaceum</i>		1		1	1	2	1	2	2

Quadro 5 — Favas e milhos identificados nas sub-amostras

LEGUMINOSAS

A única leguminosa da qual foram detectadas sementes nas estruturas romanas da Terronha de Pinhovelo foi a fava (*Vicia faba var. minor*). Salienta-se aqui a área de combustão traduzida no depósito [65], que forneceu 47 das 60 sementes recolhidas (o quadro 5 omite a U.E. [95] que forneceu uma semente), às quais se adicionam 8 provenientes do depósito [20]

que lhe está directamente associado. Deste modo, 91,7% do total de favas pertence a uma única estrutura de combustão, e correspondem a um total potencial de 331 favas, sendo assim mais abundante que qualquer morfotipo de cereal isoladamente.

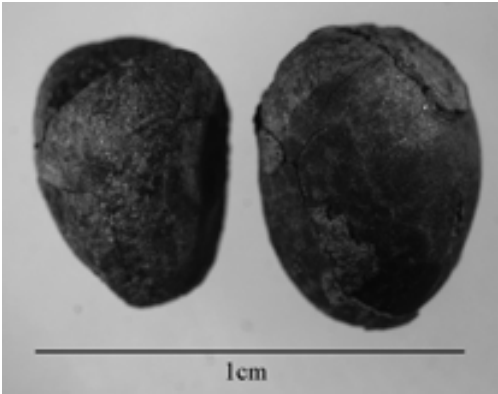


Figura 8 — Semente de *Vicia faba* var *minor*

ESPÉCIES SILVESTRES

São escassos os indícios de espécies silvestres recolhidos nas estruturas estudadas. É visível no quadro 6 que os morfotipos identificados surgem em pequenas quantidades nas amostras, e as amostras não apresentam grande riqueza específica. A U.E. [70] foi o contexto que mais espécies silvestres forneceu, seguido de [3].

	Ambiente I				Ambiente II				A. IV	
	[3]	[66]	[20]	[65]	[21]	[70]	[22]	[71]	[82]	[11]
<i>Anthemis cotula</i>	1									
cf. <i>Aquilegia</i> sp.	1									
<i>Brassica</i> sp.	1									
cf. <i>Cerastium</i> sp.					1					
<i>Cistus</i> sp.						1				
<i>Erica scoparia</i> - folhas						3				
<i>Erica</i> sp. folhas						2				
<i>Euphorbia helioscopia</i> tipo									1	
Gramínea - indeterminado						3				
cf. <i>Lolium</i>	1	4	1		1	1			1	
cf. <i>Lolium</i> - frag		4	2							
<i>Polygonum aviculare</i>		1		2		1				
<i>Polygonum bifacetado</i>			1							
<i>Portulaca oleraceae</i>	8	3	6	4		1				
<i>Quercus</i> sp. - frag					5		1	1		
<i>Rumex crispus</i> tipo										
<i>Sambucus</i> cf. <i>ebulus</i>									1	
Fruto indeterminado					1					
Indeterminado	1				1	1			1	
Indeterminado - frag.	1				1	5	4			3

Quadro 6 — Sementes e frutos silvestres identificados nas sub-amostras

Os tipos morfológicos mais comuns e representados num maior número de U.E. são *Portulaca oleraceae* (Beldroega) e cf. *Lolium* (Azévem-perene ou Erva-febra). Embora as beldroegas sejam mais frequentes em contextos ruderais e hortícolas, *Polygonum aviculare* (Sempre-noiva) e *Lolium* sp. poderão resultar de contaminações durante a colheita cerealífera, visto ocorrerem frequentemente como infestantes desses contextos.

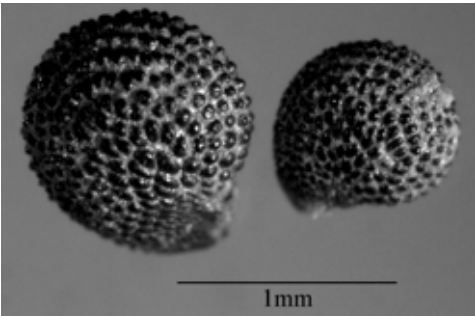


Figura 9 — Semente de *Portulaca oleraceae* (beldroega)

A presença de uma semente de *Brassica* sp., poderá sugerir o seu cultivo. Contudo, não se exclui a possibilidade de pertencer a uma espécie silvestre deste género.

Por fim, deve-se fazer uma referência à presença de glândes de bolota. Os contextos onde foram recolhidos ([21], [22] e [71]) encontram-se associados à estrutura de combustão do Ambiente II. Em [22] foram recolhidos, manualmente, 34 fragmentos de glande de bolota.

DISTRIBUIÇÃO PELOS DIFERENTES CONTEXTOS

Tornou-se evidente pela leitura dos dados acima apresentados que as cariopses de cereais existem em quantidades significativas nos compartimentos Ambiente I e II, estando notoriamente associados a diferentes estruturas de combustão.

No Ambiente I, foram amostradas duas estruturas de combustão. Na U.E. [65] a espécie mais abundante é a *Vicia faba* var. *minor*. Entre os cereais, a cevada é a espécie mais abundante, seguida de *T. spelta/dicoccum*. Os trigos nus, *T.aestivum/durum* e *T. compactum* são também frequentes. *Panicum miliaceum* é residual.

Na U.E. [66], não se encontra qualquer unidade de fava (contam-se residuais fragmentos de pequenas dimensões, sem hilo) e a cevada é o cereal menos frequente. *T. spelta/dicoccum* e *T. aestivum/durum* são particularmente abundantes, embora também *T. compactum* seja frequente. *T. monococcum*, ao contrário da estrutura anterior, surge neste contexto, ainda que em pequenas quantidades. O mesmo acontece com *Panicum miliaceum*, *Setaria italica* (a única cariopse desta espécie surge aqui) e cf. *Lolium* sp. Nesta estrutura salienta-se, porém, a grande quantidade de cariopses de trigo em mau estado de conservação e que, por isso, não se logrou uma identificação além do género.

No Ambiente II, foi escavada uma estrutura de combustão e dois depósitos da última fase de ocupação. A estrutura [71], dado o seu pequeno volume sedimentar, apresenta poucas cariopses, sendo mais abundantes a cevada e *Triticum* sp. Apresenta ainda milho-miúdo e um fragmento de glande de bolota. Contudo as bolotas são mais abundantes no depósito [22], associado a esta mesma estrutura.

Nos depósitos que preenchem este compartimento (Ambiente II) as bolotas também estão presentes. A cevada é claramente o cereal mais abundante, embora também se identifiquem os diferentes morfotipos de trigo. De resto são os contextos com maior diversidade de espécies silvestres.

Nos restantes contextos amostrados a quantidade de vestígios carpológicos não é muito significativa. Na U.E. [11] não foram identificados ao nível da espécie qualquer fruto ou semente, enquanto que na U.E. [82] foram detectadas escassas cariopses de cereais, contando-se ainda poucas sementes de silvestres.

4. DISCUSSÃO

4.1. As estruturas arqueológicas

As estruturas de diferentes tipologias aqui estudadas detinham certamente distintas funcionalidades, como áreas de combustão, estruturas de armazenagem ou compartimentos. O seu conteúdo ao nível dos macro-restos vegetais poderá ser útil para precisar essa mesma funcionalidade.

- a) A possível estrutura de armazenagem, o Ambiente IV, forneceu escassos materiais de origem vegetal. Foram recolhidas amostras da U.E. [82], o primeiro depósito encontrado no interior da estrutura e aquele que mais a preenchia, que continha poucas cariopses de cereais, entre as quais duas de *Panicum miliaceum* e alguns carvões que parecem evidenciar um incêndio. Porém o facto de se tratar de um nível de derrube ou de selagem

intencional (que poderá inclusive ter sido levada a cabo com sedimentos de outra origem) não permite com segurança afirmar que os materiais carbonizados eram mesmo provenientes da estrutura

O facto de este *Ambiente IV* se encontrar escavado no piso de um compartimento, apresentando o fundo revestido a *opus signinum* e as paredes de xisto revestidas a argila demonstra um grande esforço para a conservação do seu conteúdo.

- b) A estrutura negativa cheia pelo depósito [11] deverá tratar-se de uma área de combustão. Foi alvo de amostras tratadas por flutuação que forneceram inúmeros macro-restos vegetais, em especial carvões. De facto, foram escassas as sementes detectadas neste depósito, sendo as únicas cariopses de cereal provenientes de recolhas manuais.

Não é possível uma melhor interpretação deste contexto que não foi ainda totalmente delimitado em escavação e que se prolonga para lá da área de intervenção.

- c) No *Ambiente I* foram definidas três áreas de combustão estruturadas, embora com particularidades assinaláveis. Somente duas apresentavam sedimento directamente associado à sua utilização.

As principais diferenças entre estas duas estruturas, tal como detectadas no estudo paleobotânico, prendem-se com a sua composição carpológica (*vide supra*). A U.E. [66] apresenta maior quantidade de cariopses de cereal, salientando-se os morfotipos de trigo, não contando com unidades de fava. Por outro lado, [65] apresenta grandes quantidades de favas, surgindo também a cevada em quantidades bastante mais relevantes.

Parece claro que a função destas áreas de combustão, pelo menos no que respeita à sua última utilização, centrava-se no processamento de alimentos. Várias actividades poder-se-ão ter realizado nas estruturas de combustão do *Ambiente I*, das quais salientamos (Tereso, 2008b e no prelo):

— Descorticação dos cereais vestidos. A descorticação realizar-se-ia por maceração em almofariz e, de modo a facilitar esta actividade, as espiguetas com grão poderiam ser sujeitas a fogo (originando assim algumas perdas de grão e a carbonização das espiguetas) ou mergulhadas em água. Neste último caso, a secagem de espiguetas e grãos, antes de serem peneirados ou padejados, poderia ser feita ao sol ou, quando as condições climáticas ou a urgência da necessidade não o permitissem, com recurso ao fogo (Peña-Chocarro, 1999).

— Secagem ou torrefacção. É uma actividade que poderá ser comum a grãos de cereal e às favas. Apesar de considerarmos que a secagem deveria facilitar a farinação da fava para a obtenção de *lomentum*, a torrefacção dos grãos de cereal era uma actividade opcional (Peña-Chocarro, 1999) para o fabrico de farinha e ainda para consumo directo. Poderia estar relacionada também com práticas de armazenagem.

Contudo, estas explicações esbarram com o facto de cerca de metade dos grãos de trigo encontrados em cada estrutura pertencerem a *T. aestivum/durum* e *T. compactum*, isto é, trigos de grão nu, para os quais os gestos descritos não fariam sentido. Por outro lado, apesar de as sementes de fava e as cariopses de trigo poderem ser utilizadas conjuntamente, é improvável o seu processamento conjunto tanto na fase da secagem como da farinação.

Deste modo, nenhuma actividade parece explicar com clareza a realidade detectada nas duas áreas de combustão estudadas no Ambiente I, nomeadamente a coexistência de espécies com diferentes características. Ainda assim, é provável que as actividades que decorreram no Ambiente I se encontrem relacionadas com o processamento dos referidos alimentos vegetais — não foram detectados vestígios faunísticos — numa fase prévia à da sua confecção para alimentação humana. De facto, embora não se exclua a possibilidade de as referidas estruturas terem sido utilizadas para a confecção de

alimentos, a presença frequente de fragmentos de espiguetas parece apontar noutro sentido. Pressupõe-se que, na fase de confecção para alimentação, os grãos estejam já limpos e, embora seja possível algum erro na descorticação, dificilmente se encontrariam tantas espiguetas no momento de preparação do alimento.

Por fim, deve-se colocar também a possibilidade de não estarmos perante a consequência da última utilização das referidas estruturas, mas sim o resultado — leia-se detritos — de diferentes gestos, realizados em diferentes momentos, num curto espaço de tempo imediatamente anterior ao abandono do sítio. Neste caso, qualquer das actividades acima descritas poderá ter-se verificado.

- d) No *Ambiente II*, o depósito [71], localizado sobre uma estrutura de combustão, forneceu menos cariopses que as estruturas do *Ambiente I*, mesmo tendo em conta o menor volume deste depósito. Como tal, é provável que esta tenha detido, pelo menos na sua última utilização, uma funcionalidade distinta das estruturas anteriormente descritas. Tal é também sugerido pela detecção de bolotas do depósito [22], associado à mesma estrutura. Contudo, a quantidade de macro-restos é pouco significativa e a listagem de espécies é demasiado heterogénea para permitir considerações mais aprofundadas.

No que respeita aos fragmentos de bolotas (*Quercus* sp.), foram recolhidos somente fragmentos de glandes e nenhum de cúpulas. O facto de as duas partes do fruto apresentarem um comportamento semelhante face à combustão, poderá ser utilizado, à semelhança do que acontece em outros estudos, como uma demonstração da utilização das bolotas para consumo humano pois o seu uso como forragem não implicaria a remoção intencional das cúpulas (Ramil-Rego, et al., 1996). A presença das bolotas entre os carporestos da Terronha de Pinhovelo, pela sua relativa escassez, não pode ser utilizada como uma evidência clara de práticas silvícolas sendo natural que resulte apenas de práticas de recollecção.

Todo o *Ambiente II*, em especial os depósitos [70] e [21] que traduzem a sua última utilização, forneceu quantidades muito significativas de cariopses de cereal. Por outro lado, apresenta uma maior diversidade de espécies silvestres

Os dois compartimentos — *Ambientes I e II* — são indissociáveis visto que, para além de se ladearem, ambos são abertos para Oeste, isto é, não apresentam qualquer parede nesse lado. Deste modo, aparentam, em planta, ser parte de uma mesma realidade que, no estado actual dos trabalhos arqueológicos, não é possível interpretar de forma muito precisa, mas que poder-se-á relacionar com o processamento de matérias vegetais, tendo em conta o seu conteúdo paleobotânico.

4.2. Economia agrícola

Paradoxalmente, ainda que as práticas de monocultura se tenham generalizado e assumido um importante papel para impulsionar a economia agrícola, vários estudos apontam que uma das principais inovações da agricultura romana foi a diversificação de cultivos (Buxo, 2005; Prevosti e Guitart, 2005). Contudo, nas amostras da Terronha de Pinhovelo até agora estudadas as únicas culturas das quais restaram vestígios carpológicos foram os cereais e as favas (*Vicia faba* var. *minor*). Entre os cereais destacam-se *Triticum aestivum*, *T. spelta*, *T. compactum*, *T. dicoccum* e *Hordeum vulgare*. Em menor quantidade detectaram-se *T. monococcum*, *Panicum miliaceum* e *Setaria italica*.

Há que salientar que, sendo evidente a presença e importância do trigo, faltam dois elementos da tríade mediterrânica característica do mundo romano e identificada noutras regiões peninsulares (Prevosti e Guitart, 2005): a vinha e a oliveira. Apesar da especificidade dos contextos da Terronha de Pinhovelo aqui estudados poderem ter um papel importante

nestes dados, é evidente nos estudos carpológicos do NW peninsular que estes dois elementos não são particularmente abundantes nesta área geográfica (Ramil-Rego et al., 1996), o que poderá testemunhar diferenças culturais significativas.

O cultivo de diferentes espécies em conjunto nos mesmos terrenos poderia ser uma prática comum, tal como aparece atestada mais recentemente. Por outro lado, práticas de alternância seriam certamente uma opção estratégica para assegurar a qualidade dos solos.

De facto, os diversos trigos vestidos podem ser plantados e até colhidos em conjunto pois os processos que se seguem à segada são semelhantes para todos (Peña-Chocarro, 1999). Seguindo esta linha de raciocínio, poderemos pressupor que as variedades vestidas e nuas de trigo seriam cultivadas em separado. Acrescente-se ainda que, segundo Marinval (1992), também as duas espécies de milho poderiam ser cultivadas juntas.

Por outro lado, o registo das diferentes espécies de cereais e mesmo da fava sugere a existência de uma alternância de cultivos. Buxo e colaboradores (1995) colocam a possibilidade de ter existido em épocas proto-históricas, na Catalunha, um sistema de cultivo trienal, à base de trigo, cevada e leguminosas, que permitia manter a fertilidade dos solos. A verificar-se uma situação semelhante em época romana na região da Terronha de Pinhovelo, a leguminosa que participaria nesta rotatividade — pelo menos em alguns terrenos — deveria ser a fava (Tereso, 2007b).

A recolha de cariopses de milho, apesar de minoritárias no conjunto carpológico, é um aspecto importante para a compreensão das estratégias agrícolas das populações que habitaram esta povoação durante o século IV. De facto, a importância da presença dos milhos reside no facto de, enquanto cereais de Primavera, o seu cultivo permitir compensar as más colheitas de Inverno (de trigo). Esta complementaridade entre cultivos é essencial para as comunidades camponesas e pressupõe a existência de uma grande variabilidade de cultivos (Fernandez-Posse e Sánchez-Palencia, 1998).

Por fim, devem ser feitas algumas observações acerca da presença de sementes de *Portulaca oleracea*. Tratando-se a horta de um espaço muito importante no território Adjacente (vide modelo de Mateus, 1990 e 2004), não se deve excluir a possibilidade de ter existido uma gestão hortícola da beldroega, espécie ruderal da qual existem variedades cultivadas. Note-se porém que a beldroega consiste numa planta nitrófila que cresce espontânea e abundantemente nos espaços ruderalizados, pelo que, o seu consumo pela comunidade não implica um cultivo directo, podendo corresponder apenas ao resultado de práticas de recollecção. As mesmas considerações poderão ser feitas acerca das espécies de *Polygonum* encontradas (Tereso, 2007 e 2007b).

De resto, o registo antracológico forneceu evidências da existência na paisagem de outras espécies que poderão ter sido alvo de uma exploração para fins alimentares, nomeadamente *Arbutus unedo*, *Corylus avellana*, *Sorbus* sp. e possivelmente *Juglans regia* (esta última provavelmente cultivada no território explorado pela comunidade). Contudo, os vestígios detectados (a madeira carbonizada) não permitem certificar a recolha dos seus frutos. Seria ingénuo pensar que não existia uma exploração desses recursos em época romana, pois alguns dos frutos em questão apresentam elevado valor proteico e calórico. É, no entanto, impossível saber se essa exploração implicou uma gestão efectiva das comunidades vegetais existentes na paisagem ou se se realizaram meras práticas de recollecção (Tereso, 2007; 2007b).

Na região do Noroeste Peninsular usualmente aponta-se a existência de um domínio, entre as espécies de cereais, de *Triticum aestivum* e *T. compactum* entre os cereais hexaploides e de *Triticum dicoccum* entre os tetraploides (Ramil-Rego et al., 1996; Rodriguez Lopez, et al., 1993). Na Terronha de Pinhovelo, as cariopses destes tipos morfológicos também são as mais frequentes, porém, no caso de *T. dicoccum*, existem maiores cautelas na interpretação dos dados biométricos e morfológicos que sustentam a sua distinção face a *T. spelta*. Este último encontra-se pouco documentado na região, ape-

sar de poder encontrar-se erroneamente sub-representado face a *T. dicoccum*.

Os milhos e a cevada são tidos como cultivos secundários na região. Embora tal se confirme, na Terronha de Pinhovelo, para o milho-míudo, a cevada parece ter tido um papel importante. Não obstante, estando os trabalhos de escavação ainda pouco desenvolvidos, não se exclui a possibilidade de a especificidade dos contextos estudados poder condicionar esta leitura geral.

O cultivo de favas também está documentado para a região, sendo mesmo a leguminosa mais representativa (Ramil-Rego et al., 1996) pelo que a sua presença na Terronha de Pinhovelo encontra-se cultural e cronologicamente enquadrada (Tereso, 2007; 2007b).

De igual modo é conhecido o papel das bolotas na alimentação humana das comunidades proto-históricas NW peninsular como fonte alimentar complementar de práticas agro-pastoris. A sua presença aqui, bem como em outras jazidas romanas, deve ser considerada normal, após a desmistificação do eventual atraso tecnológico e cultural que anteriormente se atribuía ao seu uso para fins alimentares. A identificação das bolotas entre os carporrestos da Terronha de Pinhovelo, pela sua relativa escassez, não pode ser utilizada como uma evidência clara de práticas silvícolas sendo natural que resulte apenas de práticas de recollecção.

4.3. A paisagem

A mais imediata inferência paleoecológica fornecida pelo estudo dos macro-restos vegetais é a presença na envoltória do sítio arqueológico dos taxa identificados. Se, a sua maioria é originária de esforços quotidianos, pressupõe-se que não provém de pontos muito distantes do povoado. Embora seja inevitável que a exploração territorial dos habitantes da Terronha de Pinhovelo terá sido notavelmente ampla, acreditamos que, devido às características geomorfológicas da zona envolvente deste povoado (Tereso, 2007), os territórios Próximo e Periférico como definidos por J. Mateus (1990, 2004), isto é, as zonas de maior antropização e de mais intensiva e imediata utilização, não excederiam muito os 30 minutos de marcha a partir dos limites do povoado.

Os carvões estudados testemunham a presença de bosques ou galerias ripícolas compostas por *Alnus glutinosa*, *Corylus avellana*, *Ulmus minor* e *Fraxinus angustifolia*. Não se descarta, obviamente, a possibilidade de outras espécies estarem incluídas nesta realidade, algumas delas não representadas neste estudo e ainda outras detectadas em carvão ou semente, tais como a *Erica arborea*, *Sorbus* sp. e *Polygonum* sp. (de aquénio lenticular).

Na actualidade, as margens de ribeiras ou baixios húmidos da zona envolvente do povoado e de toda a região são claramente dominadas pelo freixo. Atendendo ao facto de *Fraxinus angustifolia* ser de forma muito evidente a espécie ripícola que surge no maior número de amostras, ou seja, aquela que mais vezes se encontra representada sincronicamente na Matriz da jazida, é bastante provável que esta fosse a espécie dominante entre a vegetação ripícola em época romana, mesmo pesando o facto de ser entendida pelas comunidades rurais actuais, segundo inquirições realizadas nas aldeias junto à jazida, como uma madeira de recolha preferencial para lume (Tereso, 2007).

Embora não seja possível perceber qual o nível de conservação dos bosques ripícolas, parece pouco plausível que não tenha havido uma exploração intensa dos férteis solos que existem junto às pequenas linhas de água que ladeiam a elevação da Terronha.

A presença recorrente de *Quercus pyrenaica*, *Quercus subgenus Quercus* e *Q. faginea* poderá indicar a presença de bosques de caducifólias, ou seja, carvalhais dominados pelas espécies mencionadas. Porém, não é possível afirmar que estes se encontravam bem conservados, sendo até um pouco descabido, perante os dados paleoecológicos existentes para o NW peninsular (Muños Sobrino, et al., 2005), pressupor a exis-

tência de carvalhais extensos nas imediações de um povoado romano em pleno século IV d.C. É mais plausível que várias manchas de vegetação se tenham mantido, tal como hoje, nos locais não cultivados e nos limites de terrenos.

Com um enquadramento semelhante, mas ocupando posições diferentes, encontrar-se-iam manchas de sobreirais e azinhalas (possivelmente mistos), com medronheiros. *Quercus suber* é mesmo um dos tipos xilotómicos representado em mais amostras.

A distribuição da vegetação actual permite distinguir duas realidades com algumas diferenças importantes. No topo das elevações e metade superior das encostas encontram-se *Quercus pyrenaica*, *Q. faginea* acompanhados por *Pinus pinaster* (sub-espontâneo) e *Q. suber*, para além da presença minoritária de *Q. ilex*. Nas encostas mais baixas e nas posições edafo-xerófilas, dominam os sobreiros e azinheiras. Os medronheiros só são encontrados nas encostas Sul e Sudoeste da própria elevação da Terronha de Pinhovelo.

O facto de, segundo modelos actuais, neste local se delimitarem as Terras Frias e as Terras de Transição testemunha a convergência de duas realidades bioclimáticas distintas com diferentes disponibilidades de recursos. No entanto, face ao nível de antropização da paisagem na actualidade, que parece ter conduzido, por exemplo à sub-representatividade de *Q. pyrenaica*, não é possível fazer uma analogia muito directa para tempos passados. Só é possível afirmar a presença de formações perenifólias e caducifólias na paisagem envolvente da Terronha de Pinhovelo no período romano.

Nas amostras estudadas *Pinus pinaster* surge associado a todas as espécies e somente está ausente de uma U.E. Ainda que seja hoje claro que esta espécie é efectivamente autóctone do território português e era-o certamente em Terronha de Pinhovelo no período romano, não é possível perceber que preponderância teria na paisagem neste local e nesta época. As pequenas áreas de pinhal actualmente detectadas na zona são na sua totalidade plantações recentes. De resto, o pinheiro-bravo surge amiúde de forma sub-espontânea na encosta e topo da serra de Pinhovelo, entre carvalhos-negral e carvalhos-cerquinho.

As formações arbustivas que surgem representadas num maior número de amostras são os estevais (*Cistus* sp.) e os urzais (*Erica* spp.). As giestas (*Cytisus/Genista/Ulex*) encontram-se representadas em menor quantidade de amostras. Tal contrasta com a realidade actual na qual as urzes não parecem ter um papel muito significativo na caracterização da paisagem, enquanto que vastas áreas de giestais são encontradas na paisagem envolvente da Terronha de Pinhovelo. A esteva é abundante no território, frequentemente acompanhando as giestas, e só raramente formando verdadeiros estevais.

O predomínio das espécies cerealíferas, presentes mesmo em depósitos dispersos, indica-nos o nível de modelação da paisagem que se deveria verificar nesta época. Na verdade a presença de espécies ruderais, ou mesmo de plantas de contextos nitrificados e eutrofizados, assim como de infestantes de culturas, e as próprias culturas cerealíferas documentam um território Próximo (campo) profundamente moldado e adequado à sua exploração e usufruto quotidiano pelas comunidades humanas (Tereso, 2007).

Em diálogos com os habitantes das aldeias circundantes da Terronha de Pinhovelo foi fácil perceber a importância que até há cerca de 40 anos a produção cerealífera, em especial do trigo, tinha para a economia das populações. De tal forma, que se cultivava cereal em quase todos os terrenos, inclusive em algumas das encostas mais altas e topo de elevações. Contudo, todos os inquiridos mencionaram que o trigo exigia as melhores terras (embora a necessidade fizesse com que fosse plantado em quase todos os locais), por oposição ao centeio que poderia ser plantado em solos menos profundos e mais pobres.

Ainda assim, é evidente que o topo de algumas elevações foi menos desflorestado. Segundo habitantes locais, nesses sítios recolhia-se alguma lenha, embora também aí escasseasse. Práticas de recolha de lenha deste tipo poderão ter sido uma realidade em tempos mais antigos. Na verdade, como foi já

apontado, conjugam-se com alguns dos dados obtidos, nomeadamente a frequência de amostras com *Pinus pinaster*, *Quercus pyrenaica* e *Quercus subgenus Quercus*. A associação de carvalho-cerquinho, azinheira e sobreiro às espécies acima mencionadas verifica-se hoje em dia nessas mesmas elevações, nomeadamente a Oeste da Terronha de Pinhovelo na serra de Palas (ou serra de Pinhovelo), mas também a Norte, nas Raposeiras.

Por fim, embora não se pretenda fazer reconstituições paisagísticas com este estudo, deseja-se vincular uma imagética de base etnográfica, na qual sobressaem espaços construídos e escavados, ou seja moldados; com muros e vedações que delimitam espaços e propriedades; com pontes, caminhos e trilhos; com estruturas de apoio aos trabalhos agrícolas ou ao pasto de animais.

Não se trata de uma Fig. que se possa, na maioria dos casos, pormenorizar e atestar, mas não significa por isso que não se possa colocar a hipótese da sua existência dadas as características tecnológicas e sociais das comunidades em questão e tendo em conta a composição dos registos arqueobotânicos estudados.

5. CONCLUSÃO

O estudo dos macro-fosseis vegetais da Terronha de Pinhovelo permitiu aceder a um conjunto de dados de particular relevância para a compreensão da jazida e das comunidades que a habitaram durante a fase final da sua ocupação plena, o Baixo-império. Estes dados remetem para a vertente agrícola da economia deste grupo humano, para a funcionalidade de determinadas estruturas arqueológicas, assim como para a recolha e utilização de elementos lenhosos como combustível de estruturas domésticas.

Deste modo, a Terronha de Pinhovelo terá sido habitada em pleno Baixo-império por uma comunidade agro-pastoril, cuja componente agrícola seria pautada por explorações destinadas principalmente ao consumo no povoado, nas quais dominavam os cereais e a fava. Os trigos *Triticum aestivum/durum*, *T. compactum* e *T. spelta*, assim como a cevada (*Hordeum vulgare*), foram os cereais mais consumidos, seguidos de *T. dicoccum* e, em quantidade reduzida, *T. monococcum*, *Panicum miliaceum* e *Setaria italica*.

Estes vestígios carpológicos foram identificados em contextos arqueológicos específicos e passíveis de diferentes interpretações. De um modo geral, e apesar das significativas dificuldades interpretativas, as evidências arqueobotânicas das estruturas de combustão estudadas sugerem a sua utilização nas fases de processamento de alimentos previamente à sua confecção. Ainda assim, existem diferenças significativas no que respeita à composição florística de cada estrutura.

A análise antracológica permitiu inferir a exploração de diferentes unidades de vegetação como fonte de combustível para fins domésticos. Foram explorados os azinhais, os sobreirais e outros bosques e matagais de perenifólias (representados principalmente por *Quercus ilex*, *Q. suber* e *Arbutus unedo*), as matas de caducifólias (com *Q. pyrenaica* e *Q. faginea*), os pinhais e os bosques higrófilos ribeirinhos (representados principalmente por *Fraxinus angustifolia*, e por ocorrências pontuais de *Alnus glutinosa*, *Corylus avellana* e *Ulmus minor*). Está também documentada a utilização de lenha proveniente de formações arbustivas, de maior grau de eco-artefactualidade, nomeadamente os estevais, urzais e giestais.

Deve-se salientar, por fim, que a actual área intervencionada na Terronha de Pinhovelo não apresenta dimensões suficientemente grandes (proporcionalmente à dimensão da jazida e face ao tipo e cronologia do povoado) para se conseguir uma amostragem totalmente fiável da economia agrícola e das estratégias de exploração de combustível das comunidades romanas que aqui habitaram. Espera-se que as próximas campanhas venham a enriquecer o estudo suprimindo esta escassez de dados.

Agradeço à Dra. Paula Queiroz e ao Prof. Dr. José Pissarra a orientação na tese que serviu de base a este estudo. Um agra-

decimento também a toda a equipa da Associação Terras Quentes, onde estive inserido durante parte deste estudo; à Cristiana Vieira pela ajuda no tratamento estatístico dos dados; à Helena Barranhão e à Lúcia Miguel. À Rita Gaspar.

7. REFERÊNCIAS

- AKERET, Ö.** (2005)
Plant remains from a Bell Beaker site in Switzerland, and the beginnings of *Triticum spelta* (spelt) cultivation in Europe. *Vegetation History and Archaeobotany*. 14, p. 279-286.
- BADAL, E.; CARRIÓN, Y.; RIVERA, D.; UZQUIANO, P.** (2003)
La Arqueobotánica en cuevas y abrigos: objetivos y métodos de muestreo. In Buxó, R. e Piqué, R., dir., *La recogida de muestras en arqueobotánica: objetivos y propuestas metodológicas. La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo occidental*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya, p.19-29.
- BARRANHÃO, H.; TERESO, J.** (2006)
A Terronha de Pinhovelo na ciuitas zoelorum: primeira síntese. *Cadernos «Terras Quentes»* 3. Associação Terras Quentes/Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, p. 7-26.
- BERGGREN, G.** (1981)
Atlas of seeds and small fruits of Northwest-European plant species with morphological descriptions. Vol. 3. *Salicaceae-Cruciferae*. Swedish Museum of Natural History.
- BUXÓ, R.** (1997)
Arqueologia de las plantas. Barcelona: Crítica.
- BUXÓ, R.** (2005)
L'agricultura d'època romana: estudis arqueobotànics i evolució dels cultius a Catalunya. *Cota Zero*, 20, 108-120.
- BUXÓ, R.; ALONSO, N.; CANAL, D.; CATALÀ, M.; ECHAVE, C.; GONZÁLEZ, I.** (1995)
Estudios recientes sobre agricultura y alimentación vegetal a partir de semillas y frutos en Catalunya (Neolítico-2ª Edad del Hierro). Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35, 1: 467-483.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.** (1998)
Las comunidades campesinas en la cultura castreña. *Trabajos de Prehistoria*. 55 (2), p.127-150.
- GUERRA, A.** (1995)
«Plínio-o-Velho e a Lusitânia», Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri.
- JACOMET, S.** and collaborators (2006)
Identification of cereal remains from archaeological sites. 2nd edition. <http://pages.unibas.ch/arch/archbot/pdf/index.html>
- MARINVAL, P.** (1992)
Archaeobotanical data on millets (*Panicum miliaceum* and *Setaria italica*) in France. *Review of Palaeobotany and Palynology*. 73, p. 259-270.
- MARTÍNEZ, N.; JUAN-TRESSERRAS, J.; RODRÍGUEZ-ARIZA, M.; BUENDÍA, N.** (2003)
Muestreo arqueobotánico de yacimientos al aire libre y en medio seco. In Buxó, R. e Piqué, R., dir., *La recogida de muestras en arqueobotánica: objetivos y propuestas metodológicas. La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo occidental*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya, p. 31-48.
- MATEUS, J.** (1990)
A teoria da zonação do ecossistema territorial. In Gamito, T., ed., *Arqueologia Hoje I. Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, p.196-219.
- MATEUS, J.** (2004)
Território Antigo. *Património. Estudos*. 7. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p.36-44.
- MUÑOS SOBRINO, C.; RAMIL-REGO, P.; GOMEZ-ORELLANA** (2004)
Vegetation of the Lago de Sanabria area (nw Iberia) since the end of the Pleistocene: a palaeological reconstruction on the basis of two new pollen sequences. *Vegetation History and Archaeobotany*. 13, p.1-22.
- MURPHY, P.** (1989)
Carbonised neolithic plant remains from the Stumble, an intertidal site in the Blackwater Estuary, Essex, England. *Circaea*. 6 (1), p.21-38.
- PREVOSTI I MONCLÚS, M.; GUITART I DURAN, J.** (2005)
Els estudis del món agrari romà a Catalunya: un estat de la qüestió. *Cota Zero*. 20, p.41-52.
- PEÑA-CHOCARRO, L.** (1999)
Prehistoric Agriculture in Southern Spain during the Neolithic and the Bronze Age. The application of ethnographic models. (BAR International Series 818).
- QUEIROZ, P.; VAN DER BURGH** (1989)
Wood Anatomy of Iberian Ericales. *Revista de Biologia*. 14. Lisboa, p. 95-134.
- RAMIL-REGO, P.; DOPAZO MARTINEZ, A.; FERNÁNDEZ ROGRI-GUEZ, C.** (1996)
Cambios en las estrategias de explotación de los recursos vegetales en el Norte de la Península Ibérica. *Férvedes*. 3, p.169-187.
- RENFREW, J.M.** (1973)
Palaeoethnobotany. The prehistoric food plants of the Near East and Europe. New York: Columbia University Press.
- RODRIGUEZ LOPEZ, C.; FERNANDEZ RODRIGUEZ, C.; RAMIL REGO, P.** (1993)
El aprovechamiento del Medio Natural en la cultura castreña del Noroeste Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33 (1-2). Porto, p.285-305.
- SCHWEINGRUBER, F.H.** (1990)
Anatomy of European woods. Paul Haupt and Stuttgart Publishers
- SCHWEINGRUBER, F.H.** (1990b)
Microscopic Wood Anatomy. Swiss Federal Institute for Forest, Snow and Landscape Research.
- SILVA, A.** (2007)
A Terra Sigillata Hispânica Tardia de Terronha de Pinhovelo: o comércio e o povoamento. *Cadernos Terras Quentes*, 4. Associação Terras Quentes, p.6-50.
- TERESO, J.** (2007)
Paleoetnobotânica do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE transmontano). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre.
- TERESO, J.** (2007b)
Economia agrícola das comunidades romanas do NW peninsular: dados carpológicos da Terronha de Pinhovelo (Bragança, Portugal). *Recursos Rurais*. Vol. 1, Nº 3, p. 13-21.
- TERESO, J.** (2008)
Estudo arqueobotânico das estruturas romanas da Terronha de Pinhovelo (NE Portugal). *Férvedes*, 5, Actas de 1 Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba, p. 69-78.
- TERESO, J.** (2008b)
A região de Macedo de Cavaleiros na Civitas Zoelorum: dados de investigações recentes. *Férvedes*. 5, Actas de 1 Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba, p. 431-440.
- TERESO, J.** (no prelo)
As estruturas domésticas do povoado romano da Terronha de Pinhovelo (NE Portugal) e o processamento de alimentos vegetais: abordagem paleoetnobotânica. *Oppidum*.
- VAN DER VEEN, M.** (1987)
The plant remains. In Heslop, D., *The Excavation of an Iron Age Settlement at Thorpe Thewles, Cleveland, 1980-1982*. (CBA Research Report, 65). London, p.93-99.
- VERNET, J-L.; OGGEREAU, P.; FIGUEIRAL, I.; MACHADO YANES, C.; UZQUIANO, P.** (2001)
Guide d'identification des charbons de bois préhistoriques et récents. Sud-Ouest de l'Europe: France, Péninsule ibérique et îles Canaries. Paris: CNRS Editions.
- ZOHARY, D.; HOPF, M.** (2000). *Domestication of Plants in the Old World. The origin and spread of cultivated plants in West Asia, Europe and the Nile Valley*. 3rd Edition. Oxford University Press.

Xaires (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Pré-História Recente em Trás-os-Montes Oriental. A Sondagem (2008)

Helder Alexandre Carvalho¹, José Manuel Quintã Ventura² e Patrícia Andreia Pinheiro³

1. Localização e Ambiente

O arqueosítio de Xaires localiza-se numa elevação de suave declive, com o topo aplanado onde se encontra o marco geodésico de Xaires, a cerca de 1,5 Km a SSE da povoação de Talhas (cf. Figura 1).



Fig. 1 – Localização de Xaires na CMP 1/25000, Folha 79

O local apesar de não apresentar, aparentemente, condições naturais de defesa, possui um bom domínio visual da paisagem. Parte da elevação encontrava-se lavrada, nomeadamente devido ao plantio de oliveiras e de searas (cf. Fotografia 1).



Fotografia 1 – Vista do arqueosítio em Fevereiro de 2006

Os solos são constituídos maioritariamente por xistos anfibolíticos, situando-se o sítio na bacia hidrográfica do rio Sabor, que se situa a cerca de 1,5 Km a Este em linha recta. Situa-se administrativamente na freguesia de Talhas, concelho de Macedo de Cavaleiros. As suas coordenadas são 6° 40' 42'' W e 41° 28' 54'' N, folha 79 da CMP 1:25000.

O sítio foi identificado pela primeira vez em 2004, no âmbito dos trabalhos de Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, por uma equipa liderada pelo primeiro dos signatários (cf. Mendes, 2005: 48).

Foram então recolhidos, sobretudo na área aplanada a Leste do marco geodésico, muitos fragmentos de cerâmica manual, elementos de moagem, percutores em quartzo, entre outros.

Posteriormente entre 2005 e 2007 foi o arqueosítio revisitado para se depreender do seu estado de conservação e potencial arqueológico, tendo sido então recolhidos mais alguns artefactos, dos quais salientamos: uma goiva, um machado e uma enxó todos eles em anfibolito polido, para além de vários fragmentos de cerâmica manual entre os quais vários bojós decorados e bordos.

Assim, tendo em conta os dados obtidos durante as diversas prospecções locais, foi agendada uma sondagem a efectuar no Verão de 2008, integrada no âmbito do Projecto Terras Quentes.

2. Os Trabalhos

Os trabalhos de sondagem referentes a este relatório decorreram entre 18 e 28 de Agosto, tendo como objectivo detectar e identificar possíveis estruturas, que nos permitissem determinar o grau de conservação e, eventualmente, a inserção dos materiais recolhidos durante as prospecções⁴.

Desta forma, foi seleccionado um sector de 15 m², situado na zona central do olival, onde anteriormente tinha sido recolhida uma grande concentração de cerâmica, durante as prospecções (cf. Estampa I).

Foi assim, após limpeza superficial do terreno, implantado um referencial base, com 1m de lado, montado numa área de 5 m por 3 m, que identificámos como quadrados A-D, no sentido W-E e 26 a 30, sentido N-S5. Procedeu-se à implantação do sítio à rede topográfica nacional e após levantamento topográfico de superfície (cf. Figura 2), optou-se por apenas se intervir numa linha de 1 metro de lado por 5 metros de comprimento (A-26 a A-30), ao qual foi depois adicionado o quadrado B-26 (cf. Estampa II-Po).

Todas as terras removidas da área escavada durante a sondagem foram devidamente crivadas num crivo com uma malha metálica de 3mm.

¹ Licenciado em História, Variante de Arqueologia pela F.L.U.L., Mestrando em Arqueologia, F.L.U.L., Investigador do Projecto Terras Quentes. helder@lfx4.ist.utl.pt

² Mestre em Pré-História e Arqueologia pela F.L.U.L., Investigador do PEABMAM – Paisagens e Investigador Exterior do Instituto «Alexandre Herkulano» de Estudos Regionais e do Municipalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Projecto Terras Quentes. jmqtvventura@yahoo.com

³ Licenciada em Arqueologia e História, pela F.L.U.L., Mestranda em Arqueologia, F.L.U.L., Investigadora do Projecto Terras Quentes. patricia.pinheiro@ist.utl.pt

⁴ Participaram nos trabalhos arqueológicos para além dos signatários o Sr. Manuel Sebastião Rodrigues, da freguesia de Talhas, João Nunes e Raquel Henriques, Lic. em Arqueologia e História, pela FLUL, Mestrandos em Arqueologia na FLUL, aos quais agradecemos.

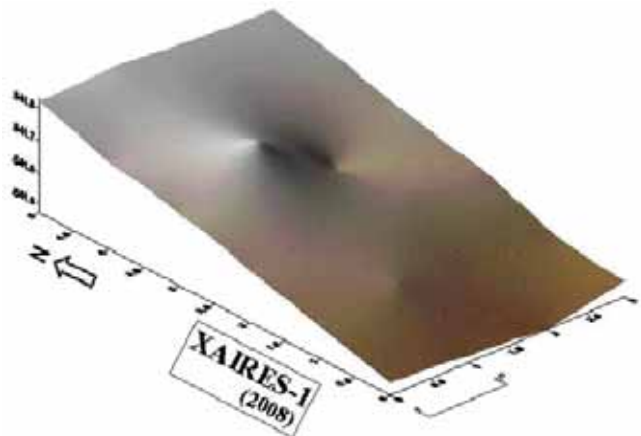
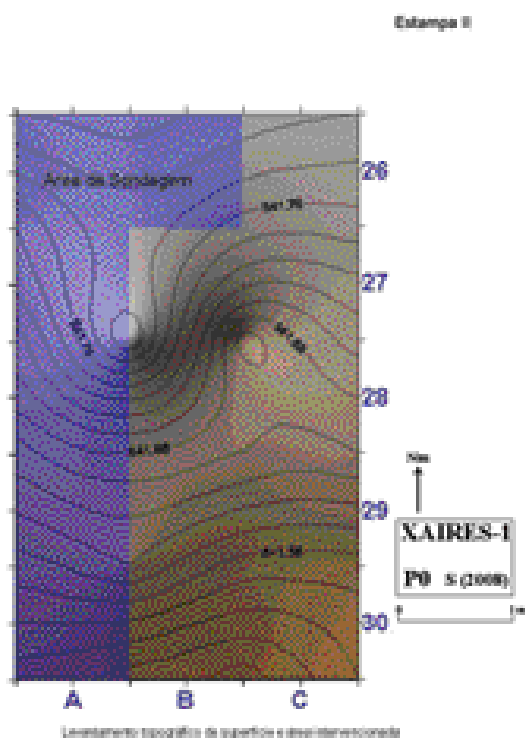


Figura 2 – Levantamento topográfico do sector da Sondagem-2008



Localização da Sondagem



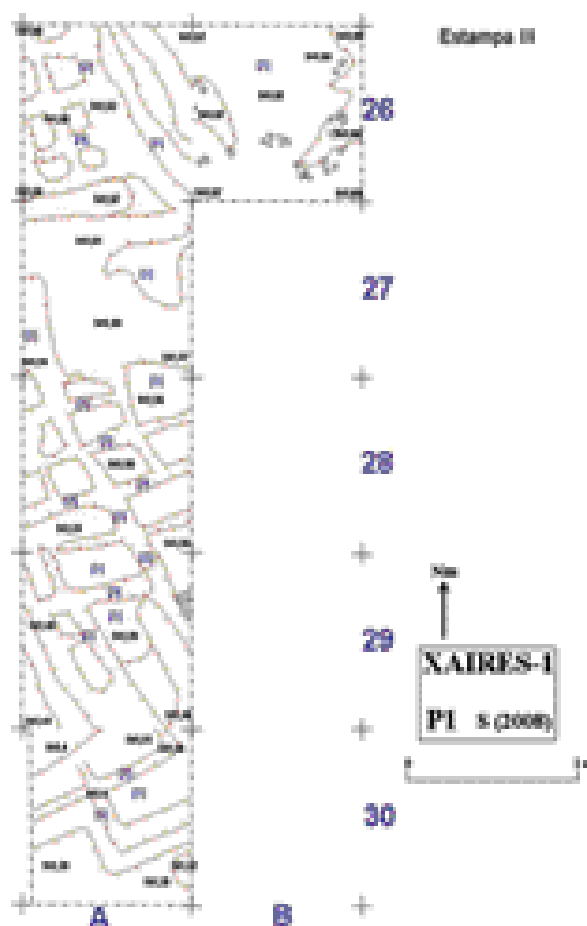
Levantamento topográfico da superfície e da área interveniçã

2.1. A Intervenção

Iniciámos os trabalhos pela decapagem da camada de superfície em toda a área interveniçã. A camada superficial [UE.o] constituída por terras soltas, numa matriz castanhas-avermelhadas (Munsell 5YR 4/4), configurava-se como sendo o resultado de lavras mecânicas para a preparação do olival.

Durante a decapagem da UE.o, foram recolhidos vários artefactos dos quais salientamos (cf. Anexo I) de B-26: um fragmento de lamela em quartzo leitoso [XAIRES-1 32/o8] e um fragmento de bojo decorado com triângulos incisos preenchidos com decoração incisa a «pente lateral» [XAIRES-1 27/o8], de A-26 um fragmento de «barro de cabana» (XAIRES-1 43/o8), também do mesmo quadrado um fragmento de bojo de cerâmica com decoração a punção (XAIRES-1 40/o8), de A-28 um fragmento de bojo cerâmico decorado com «pente a topo» (XAIRES-1 45/o8) para além de um outro fragmento de bojo com decoração a punção (XAIRES-1 48/o8) e de A-30 um fragmento de debitagem em ágata (XAIRES-1 9/o8).

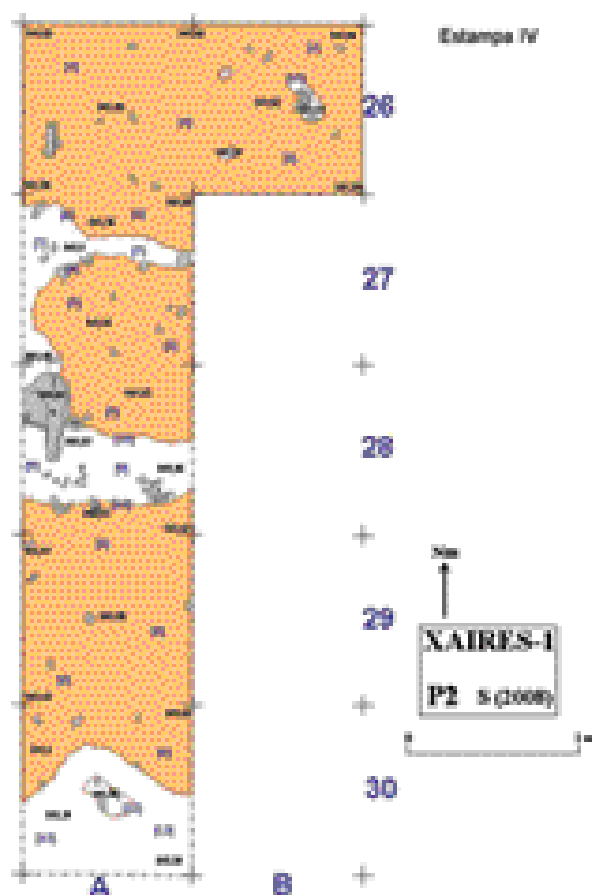
Sob a UE.o encontrava-se visível uma matriz de terras castanhas (7.5YR 5/4) de consistência média, onde eram visíveis diversos sulcos, em média com 3-5cm de profundidade: uns no sentido SW-NE [UE.2] e outros de NW-SE [UE.3] (cf. Estampa III-P1).



Tudo parece indicar que estes sulcos são o resultado da acção de um arado mecânico aquando do plantio do olival, que terá «decapitado» o topo dos níveis ainda conservados no arqueosítio.

Após o registo gráfico e fotográfico, procedemos à desmontagem das UE.1, 2 e 3 na totalidade da área interveniçã. Durante a desmontagem da UE.1 foi possível recuperar vários artefactos, dos quais destacamos: de A-27 um furador sobre lasca de quartzo leitoso (XAIRES-1 6/o8) e um fragmento de lamela, também em quartzo leitoso (XAIRES-1 3/o8), de A-28 foi recuperado um outro furador, também sobre lasca de quartzo leitoso (XAIRES-1 14/o8).

Sob estas Unidades, eram visíveis as seguintes realidades (cf. Estampa IV-P2):



Em A/B-26 identificamos uma matriz de terras compactas [UE.4] de coloração vermelho-amareladas (5YR 5/6). Tendo em conta, a realidade que detectámos para o Abrigo 2 da Fraga dos Corvos, Vilar do Monte (cf. Martinez, Ventura e Carvalho, 2005, 2006 e 2007), julgamos estar perante o topo de um piso de habitação conservado. Em B-26, identificámos uma pequena depressão [UE.15] preenchida por terras de consistência média [UE.14] de matriz de terras castanhas (7.5YR 5/4). Tudo parece indicar, que estas UEs correspondem a um negativo de buraco de poste, notando-se ainda alguns elementos pétreos no seu interior, presumivelmente calços de fixação, situação que tentaremos apurar numa futura intervenção;

No sector sul de A-27 e prolongando-se por A-28, detectámos uma outra matriz de terras compactas [UE.5], castanhas-avermelhadas (5YR 5/4) que julgamos constituir o topo de um piso de ocupação;

No quadrante sul de A-28 e prolongando-se até o sector norte de A-30, uma outra matriz de terras compactas [UE.6], vermelhas-amareladas (5YR 5/6), em tudo idênticas às da UE.4, pelo que também as considerámos como sendo a interface superior de um piso de habitat.

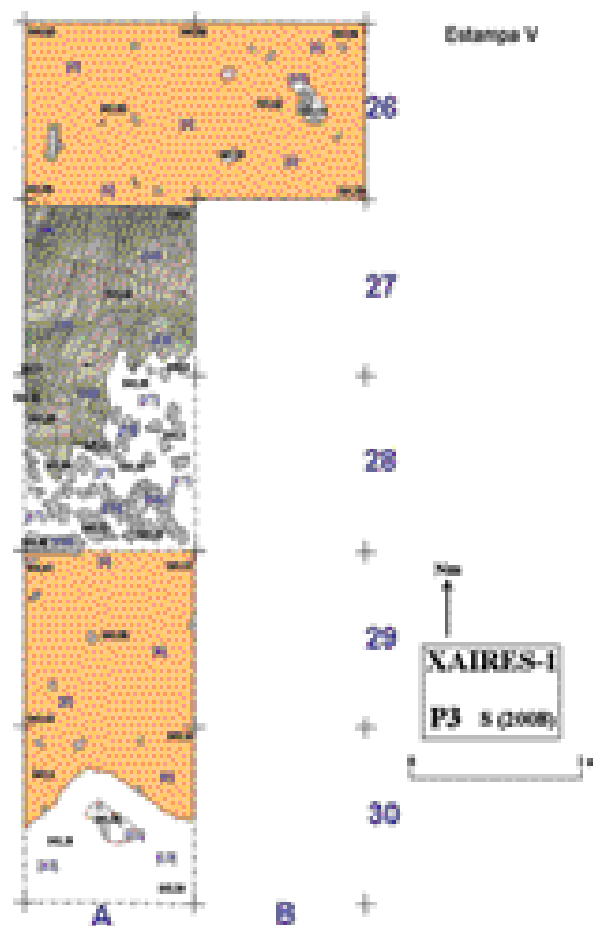
Separando a UE.4 da UE.5, em A-27, identificámos uma fossa [UE.8] com cerca de 14cm de profundidade, preenchida pela UE.7, de matriz de terras de consistência média, castanhas-claras (7.5YR 6/4);

Uma fossa similar [UE.10] foi detectada, em A-28, separando a UE.5 da UE.6. Era preenchida pela UE.9, constituída por terras médias, castanhas-avermelhadas (5YR 5/4);

No sector sul de A-30, identificámos uma camada de terras exteriores à UE.6 [UE.13], de matriz vermelho-amarelado (5YR 5/6) de consistência média. Esta unidade era cortada, na zona central de A-30, por uma depressão [UE.12] preenchida por terras de consistência média [UE.11] e coloração acastanhada (7.5YR 5/4). Durante a decapagem da UE.11 foi possível recuperar um fragmento

de bojo cerâmico com uma decoração a punção a topo (XAIRES-1 37/08);

Tendo em conta as estruturas identificadas, nomeadamente os Pisos UE.4, 5 e 6, decidimos proceder à sua desmontagem, apenas nos quadrados A-27 e 28, de forma a determinar a sua potência estratigráfica e se estas se sobrepunham as outras subjacentes (cf. Estampa V-P3).



Procedemos então à desmontagem da UE.5, durante a qual foi possível recuperar dois elementos líticos, nomeadamente uma lasca de debitage em quartzo leitoso (XAIRES-1 36/08) e um fragmento de pequena lâmina de crista, também em quartzo leitoso (XAIRES-1 35/08).

Após a decapagem da UE.5 e das unidades presentes nos quadrados A-27 e 28 (UE.8, 10, parte sul da UE.4 e quadrante norte da UE.6) verificou-se que estas assentavam directamente e em descontinuidade sobre:

Em A-28, uma matriz de terras [UE.17] duras, castanhas vivas (7.5YR 5/8) na qual se encontravam integrados elementos pétreos de xisto, de pequenas e médias dimensões [UE.16]. Julgamos que estamos perante uma das fases de preparação prévia do solo, para a criação do piso de habitat, sendo este «empedrado» similar ao detectado na Cabana 5 da Fraga dos Corvos (cf. Martinez, Ventura e Carvalho 2007: 87, Fig. 4).

Em A-27, a realidade era outra, já que sob as UEs.4, 5 e 8 detectaram-se os elementos geológicos de base [UE.18].

Demos por concluídos os nossos trabalhos, pelo que toda a área intervencionada foi coberta por geotêxtil, sendo depois preenchida por pedra e terra de crivo.

Os materiais recolhidos na presente sondagem, bem como os resultantes das recolhas de superfície, encontram-se depositados provisoriamente no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, prevendo-se a sua integração após estudo, na Sala de Arqueologia do Museu Municipal de Macedo de Cavaleiros, instalada no Complexo do Parque Natureza do Azibo.

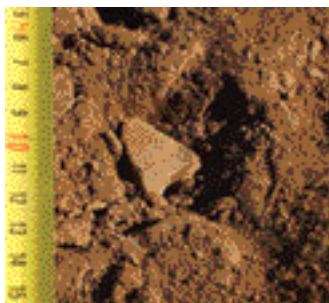
3. Considerações finais

Tendo em conta os resultados desta sondagem aos quais aduziremos os referentes às recolhas de superfície, podemos considerar que:

Em termos estruturais foram detectados pisos de habitat, um dos quais possivelmente associado a um negativo de buraco de poste;

Estas estruturas assentavam — pelo menos no que diz respeito à área intervencionada — em parte directamente sobre os xistos de base, ou então sobre um «empedrado», o que denota desde já uma preparação prévia do solo;

Infelizmente não foi possível determinar se estamos perante um único momento de ocupação, ou se existiram vários níveis de ocupação;



Fotografia 2 – Fragmento de bojo decorado (XAIRES-1 37/08) recuperado da UE.11

É assim, indubitável estarmos perante um espaço habitacional, com estruturas perenes baseadas em pisos de terra batida, e paredes e tectos de ramagens, consubstanciada pela recuperação de fragmentos de «barro de cabana».

As áreas de recolha de materiais espalham-se por todo o topo aplanado da elevação. Mesmo considerando acções antrópicas recentes, julgamos que o espaço de ocupação efectivo é bastante alargado, podendo rondar os 20 000 m².

Tendo em conta a análise artefactual, como sempre preliminar, considerando as condições de recolha — escavação e prospecção — os dados apontam para a seguinte realidade:

Entre as cerâmicas recuperadas parecem dominar os elementos lisos sobre os decorados, ainda que a área intervencionada seja muito limitada;

Em termos de técnicas decorativas identificadas até ao momento, prevalece o punctionamento simples, com matrizes variadas e em menor número, a incisão. Dominam as organizações decorativas complexas com base em triângulos preenchidos utilizando, muitas vezes punção a topo ou lateral;

Em termos de gramáticas organizativas, surgiram — ainda que de prospecção — alguns elementos «metopados»;

Encontram-se totalmente ausentes do espectro, as cerâmicas com motivos «penteados» e elementos plásticos como asas, cordões e botões. Até ao momento não foi recuperado um único fundo plano.

Pelo que vai dito, encontramos alguns paralelismos formais com as gramáticas decorativas das cerâmicas recuperadas do nível II do Buraco da Pala e eventualmente com algumas do nível III (cf. Sanches, 1997), estando ausentes elementos definidores dos mundos mais tardios, como os que detectámos na Fraga dos Corvos, atribuídos por nós a uma Primeira Idade do Bronze (cf. Martinez, Ventura e Carvalho, 2004, 2005, 2006 e 2007).

Assim, se considerarmos as datações C14 existentes para o Nível II do Buraco da Pala, podemos provisoriamente considerar que uma datação entre os 2800 e 2400 cal AC não estaria muito desfasada para a realidade até ao momento detectada para o Habitat de Xaires.

Tudo parece indicar estarmos perante um povoado aberto sem estruturas artificiais de defesa, o que não sendo inédito

no Nordeste Português (cf. Jorge, 1986 e Sanches, 1997) não deixa no entanto de ser um caso raro para o período cronocultural por nós avançado.

Perante os dados recolhidos no decorrer da sondagem, consideramos que:

O arqueosítio encontra-se relativamente bem conservado, em termos estruturais;

Tendo em conta a nossa inserção cronocultural provisória, e o contexto regional, julgamos prioritário a sua escavação, visto que possíveis lavras e plantios poderão afectá-lo irremediavelmente.

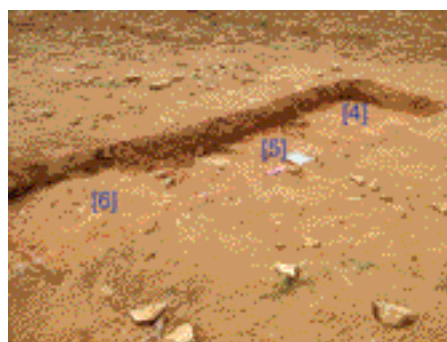
Aspectos da escavação



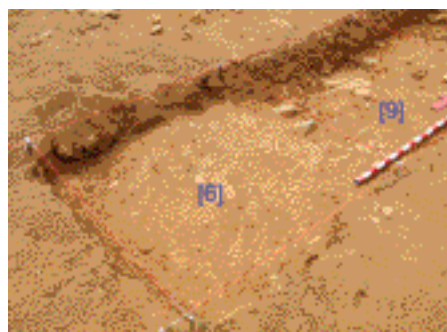
Fot. 3 – Vista da área intervencionada, após limpeza de superfície



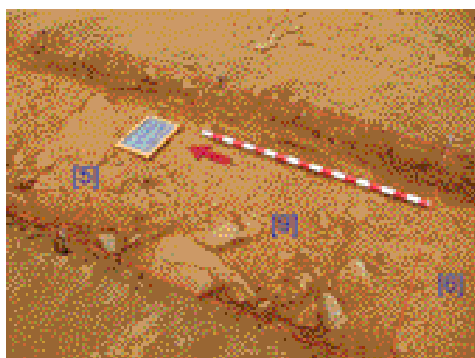
Fot. 4 – Vista da sondagem, após decapagem da UE.0



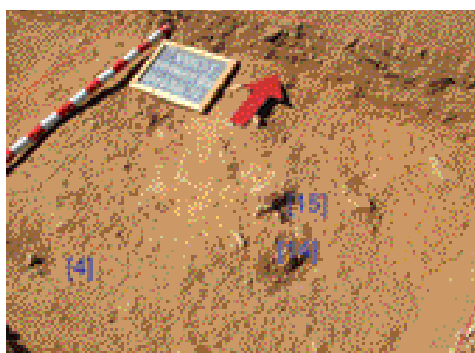
Fot. 5 – Vista geral dos quadrados A-26 a A-29, após decapagem das UE.1, 2 e 3, sendo visíveis as interfaces superiores dos pisos UE.4, 5 e 6



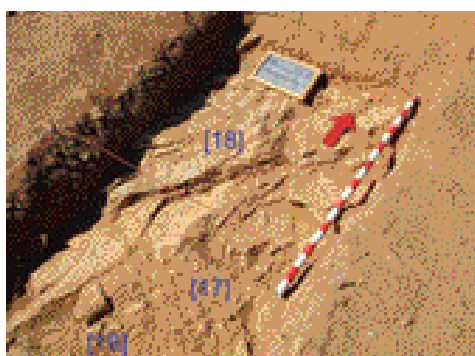
Fot. 6 – Pormenor da UE.6, em A-29



Fot. 7 – Pormenor da P2 em A-28



Fot. 8 – Presumível buraco de poste, em B-26



Fot. 9 – Situação no final dos trabalhos



Fot. 10 – Situação após preenchimento da área intervencionada com geotêxtil e antes do enchimento com terra de crivo

Materiais recolhidos



Fot. 11 – Fragmento de bojo decorado da UE.o (XAIRES-1 40/08)



Fot. 12 – Fragmento de «Barro de Cabana» da UE.o (XAIRES-1 43/08)



Fot. 13 – Fragmento de bojo decorado da UE.o (XAIRES-1 45/08)



Fot. 14 – Fragmento de bojo decorado da UE.11 (XAIRES-1 37/08)

Bibliografia:

- BOTELHO, I. J. (1997) — «Dos cacos e dos vasos. O «Castelo Velho» de Freixo de Numão, na charneira do III^o - II^o mil. a.C.», in: II Congresso de Arqueología Peninsular, II. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, p. 401-416
- CARVALHO, A.F. (2004) — «O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa)», in: Revista Portuguesa de Arqueologia, 7(1), pp.185-219
- JORGE, S. O. (1986) — Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 3 Vols.
- MENDES, C. A. S. (Coord.) (2005) — «Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Campanha 1/2004», in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.5-49
- SANCHES, M.J. (1997) — Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 Vols.

- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2004) — «A Fraga dos Corvos : Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros», in: Cadernos «Terras Quentes», 1, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.32-58
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2005) — «A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do «Mundo Carrapatos» da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental», in: Cadernos «Terras Quentes», 2, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.61-81
- SENNA-MARTINEZ, J.C. et alii. (2006) — A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). Cadernos Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Edições ATQ/CMMC. 3, pp.60-85
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J. M. Q. & CARVALHO, H. A. (2007) — «A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 4 (2006)», in: Cadernos «Terras Quentes», 4, Macedo de Cavaleiros, Edições ATQ/CMMC, pp.84-110

Amadora, 31 de Janeiro de 2009

A Conservação Preventiva do Património

Bárbara Campos Maia¹ e Tiago Oliveira²

«*Conservar é tentar subtrair alguns dos efeitos reais do tempo, (...) é lutar contra o tempo.*»³

Esta noção permite-nos perceber os limites da conservação numa batalha da qual não sairemos vencedores, sob pena e risco de se perder o bem artístico.

O termo Conservação Preventiva não deve ser encarado de ânimo leve pois abarca várias acções que, quando aplicadas em conjunto com a devida orientação e coordenação, podem contribuir para que não haja necessidade de uma intervenção de restauro. Assim, conservação, preservação, manutenção e protecção antecedem qualquer operação directa sobre os objectos.

Era exclusivamente do meio envolvente que, a princípio, se ocupava a conservação preventiva — controlando a temperatura, humidade relativa, luz, entre outros agentes — sendo que, actualmente, se tem vindo a adicionar cada vez mais âmbitos de interacção — de que são exemplo o controle biológico e a acção humana, onde a negligência, o roubo e o vandalismo são os principais responsáveis pelos danos causados.

Estando em prática medidas conservativas sobre os objectos artísticos e culturais, estes terão uma vida útil mais prolongada sem que seja necessário recorrer a intervenções de restauro. Ao contrário destas últimas, a conservação preventiva deve ser uma obrigatoriedade em qualquer espaço, mais do que sobre um ou outro objecto em particular. Neste sentido, e de acordo com pensamentos vigentes: « (...) *se debe dejar de pensar en objetos y penar en colecciones, de salas en edificios, de individuo en equipos, de planes a corto plazo en planes a largo plazo, de secreto a público, y finalmente, no pensar en cómo se hace sino más bien saber porqué se hace.*»⁴

A nossa proposta encontra-se adaptada à realidade transmontana pois sabemos que, mais do que providenciar as condições ideais, é fundamental conservar as condições ambientais às quais a obra já esteja habituada, de forma a evitar qualquer mudança agressiva que possa resultar em alterações que interfiram na salvaguarda do Património. Há todo um conjunto de acções que à partida podem parecer desnecessárias mas que, quando realizadas no seu todo, constituem as bases de uma boa conservação.

Começaremos por expor os agentes de degradação inerentes a todos os materiais — orgânicos e inorgânicos — e, de seguida, algumas estratégias de conservação preventiva a adotar.

1. AGENTES DE DEGRADAÇÃO

1.1. Agentes físico-químicos

1.1.1. Humidade Relativa (HR)

A matéria orgânica é porosa, hidrófila à superfície e higroscópica. Se a humidade relativa do ar que a rodeia é maior que a do material, este tende a absorver a humidade. Já se for menor, tende a libertá-la, ou seja, reage com as mudanças de humidade relativa do ambiente porque se equilibra com este, o que pode originar ovimentação e, com isso, produzir danos físicos. Assim, quando esta é superior a 65%, causa amolecimento de adesivos naturais, favorece a biodeterioração e acelera as reacções químicas já iniciadas na matéria. Quando é inferior a 45% causa perda de flexibilidade natural.

1.1.2. Temperatura (T)

Entre os seus efeitos importa assinalar o aceleração de todos os processos de deterioração, o amolecimento de alguns adesivos e materiais, bem como deformações dos suportes orgânicos. Providencia, ainda, a alteração cromática dos vernizes aplicados para proteger as superfícies pictóricas e promove a propagação de insectos e microrganismos.

Também é importante assinalar que, em cada aumento de 10°C na temperatura, se duplicam as reacções químicas já iniciadas no material.

1.1.3. Variações entre HR e T

Originam retracções e distensões dos materiais orgânicos que se manifestam por deformações dos mesmos, causando o destacamento de estratos cromáticos e pulverização de pigmentos, devido aos diferentes coeficientes dos aglutinantes.

As prováveis flutuações na humidade relativa devem ser o mais moderadas possível, evitando alterações bruscas, de que são exemplo grandes variações de humidade e temperatura, num curto espaço de tempo.

1.1.4. Poluição

Traduz-se na corrosão dos materiais bem como em alterações químicas dos referidos constituintes do bem artístico.

1.1.5. Luz

As fontes de luz podem ser naturais, como o sol, ou artificiais, como as várias disponíveis no mercado. Cada fonte de luz emite diferentes tipos de radiações e de diferentes intensidades, o que torna preferível o emprego de umas a outras. A luz é formada por um conjunto de radiações que, além de permitirem a luminosidade, conduzem calor e acções físicas e químicas muito diversificadas sendo, por isso mesmo, uma fonte de energia que interage com o ambiente envolvente.

Em materiais orgânicos este factor de degradação é espe-

¹ Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Conservadora/ Restauradora ATQ.

² Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Conservador/ Restaurador ATQ.

³ Vd. AAVV — *Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Valência: Editorial de la Universidad Politécnica de Valência, 2003. p.24. (T. dos a.)

⁴ Idem, ibidem. p.27.

cialmente agressivo. A *luz natural* provoca o sobreaquecimento dos materiais contribuindo para a degradação da celulose, para o amarelecimento das películas protectoras e para a descoloração dos pigmentos, uma vez que activa reacções fotoquímicas e aumenta a temperatura interna da matéria.

No caso da *luz artificial*, importa reter que as lâmpadas de fluorescência emitem ultra-violetas em maior quantidade que a luz natural o que se traduz, em efeitos práticos, em radiações que desencadeiam alterações ao nível da estrutura molecular dos materiais orgânicos, especialmente, originando a destruição de pigmentos, o aumento da temperatura e reacções fotoquímicas incluindo a oxidação. Contudo, não emitem raios infravermelhos, responsáveis por produzir grande quantidade de calor, que seca as fibras de matéria orgânica e aumenta a temperatura do objecto, dando origem a movimentos mecânicos e acelerando as reacções químicas, o que favorece o desenvolvimento dos organismos responsáveis pela sua deterioração.

As alterações derivadas dos efeitos das radiações electromagnéticas são directamente proporcionais ao tempo de exposição, ao tipo e intensidade das radiações que recebe e à própria estabilidade e estado de conservação do material. São efeitos cumulativos e combinam-se entre si. Para solucionar ou minimizar os problemas provocados pela luz, há que saber escolher a fonte mais adequada. Eliminar na medida do possível as radiações provenientes do sol e reduzir a intensidade luminosa.

1.2. Agentes biológicos

1.2.1. Microrganismos

A acção dos microrganismos consiste na degradação enzimática da celulose para obter glucose providenciando, assim, fonte de alimento. Provocam alterações cromáticas e manchas levando ao enfraquecimento químico da matéria, pois degradam e transformam os seus componentes, e danos de carácter mecânico, sobre as fibras da matéria.

1.2.2. Insectos xilófagos, aracnídeos e roedores

Comparativamente ao que acontece com os fungos, os acúcares e os amidos constituem a sua base nutricional. Da propagação destes organismos resultam sujidades várias, erosão, perfurações e mutilações da matéria artística.

Alem dos xilófagos, outros animais há que se incluem no leque dos agentes de biodeterioração. As aranhas, a título exemplificativo, vivem e nidificam em fendas, arestas e outras áreas. Outros são aqueles que contribuem para a acumulação de sujidade superficial uma vez que depositam os seus excrementos nos estratos pictóricos. Também os roedores, de que são exemplo ratos e morcegos, pertencem a este grupo.

1.3. Agentes naturais ou acidentais

1.3.1. Água

Veicula o desenvolvimento de microrganismos em materiais orgânicos, alterações dimensionais em materiais higroscópicos, deterioração ou favorecimento de lacunas nos filmes superficiais, solubilização de materiais orgânicos, corrosão de objectos metálicos.

1.3.2. Fogo

Além de poder provocar a destruição total ou parcial do edifício causa, obviamente, danos irreversíveis nos objectos. Esses danos podem ser consequência quer do fumo libertado quer da água e agentes de extinção inadequados usados na extinção do incêndio.

1.4. Agentes antropológicos

1.4.1. Negligência ou ignorância

Historicamente a acção humana tem sido o maior agente de degradação e destruição do património e tem provocado o desaparecimento de uma grande quantidade de obras. Tais estragos podem dever-se, entre outros, à modificação de condições ambientais onde se conserva a obra e ainda, à inadequada manipulação do objecto.

Práticas como o manuseamento das obras com mãos sujas (contendo gorduras e outro tipo de sujidades, suor que oxida os materiais, entre outros), a movimentação de objectos de grande porte e peso sem assistência ou sem suportes adequados, técnicas de empilhamento e métodos de armazenamento inadequados podem danificar as peças e causar-lhes graves danos irreversíveis.

1.4.2. Restauros negligentes

Grande parte das pessoas pensa, ainda, que o Restauro deve «pôr novo», «pôr bonito», «repintar» para ficar brilhante notando-se, assim, que «já não é velho e sujo». Com esta realidade prende-se a necessidade urgente de sensibilizar as populações para um esforço conjunto pela preservação em detrimento de intervenções amadoras e/ou criativas.

Uma intervenção de conservação e restauro só pode ser realizada por um profissional da área, devidamente habilitado, sensibilizado e regido pelo compromisso ético de um código deontológico. Neste sentido, o restaurador pode actuar de diferentes maneiras na preservação dos bens culturais e obras de arte que lhe forem confiados, seja pela conservação preventiva, prevenção curativa ou restauro.

2. ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

2.1. Controle de humidade e temperatura

É de extrema importância que o local onde se instale a obra de arte não apresente bruscas mudanças de humidade e temperatura (locais de passagem, junto a portas ou janelas, junto a lareiras ou aquecedores) e locais excessivamente secos ou excessivamente húmidos (de que os sótãos e caves são exemplo). Um ambiente irregular provoca alterações no suporte e, consequentemente, nos estratos cromáticos. Assim, devem ser feitos esforços para que o local onde esteja o bem artístico mantenha as condições climáticas controladas e, essencialmente, estabilizadas.

Da relação entre a humidade da matéria e a temperatura ambiente, tal como a porosidade do material, vai depender o desenvolvimento dos microrganismos, cuja temperatura óptima oscila entre os 25-35°C. A temperatura pode ser medida com um termómetro comum, e deverá ser mantida entre os 18 e 22°C, de modo a que seja confortável para o ser humano e neutro para a obra.

A humidade relativa poderá ser medida por um higrómetro ou higrógrafo, existindo aparelhos capazes de fazer ambas as medições — temperatura e humidade: termohigrómetros e termohigrógrafos. Este valor deverá manter-se entre os 45-65 %. Em casos de humidade excessiva, será aconselhável a utilização de um desumidificador ou recorrer-se à ajuda de um técnico especializado.

2.2. Inspeções periódicas

O pó provoca a degradação dos objectos pois deposita-se sobre o material, criando uma capa na superfície destes que, para além de inestético, favorece a deterioração. Uma vez que é muito higroscópico, pode aumentar a humidade relativa na superfície até aos 10%. Favorece, assim, o crescimento de microrganismos (fungos, principalmente) e insectos e outros danos físicos como a dilatação da matéria. Estes danos, devido à humidade superficial, acentuam-se em presença de luz e temperatura excessivas.

Para se prevenir a acção de tais agentes de degradação seria recomendável que fossem feitas inspecções periódicas ao local, recorrendo a adequados processos de limpeza superficial, por via seca — nunca com a introdução de água e, muito menos, detergentes ou produtos utilizados na manutenção da limpeza realizada em casa —, através do uso de espanadores de plumas ou penas, o que vai beneficiar a sua vigilância e uma boa manutenção do seu estado de conservação.

2.3. Acções preventivas e curativas

Neste ponto importa referir a importância do profissional qualificado, uma vez que esta acção é efectuada directamente sobre o objecto, com a intenção de prevenir ou solucionar definitivamente qualquer tipo de deterioração sofrida.

Os tratamentos de desinfestação, podendo eles ser encarados como preventivos ou curativos, são processos que se realizam com bastante frequência em objectos das mais variadas tipologias. Os riscos de uma infestação num ou em vários objectos podem culminar em dano estrutural ou superficial dos mesmos, mas também na infestação de todo o espaço envolvente.

A conservação preventiva deve preceder a conservação curativa e esta, por sua vez, deve preceder o restauro.

2.4. Iluminação

O bem patrimonial deve permanecer num local onde não esteja exposto à acção da luz directa porque os raios UV e IV são muito nocivos para este. Assim, estas radiações podem ser controladas através de uvímetros, sendo que o valor recomendado para a generalidade das peças se situa entre os 100-150 lux. Desta forma, deve evitar-se a colocação junto a fontes de iluminação intensas, sejam de luz natural ou artificial, ou seja, perto de projectores de alta potência ou junto a janelas. A luz natural e artificial deteriora as camadas cromáticas e os vernizes. Caso o espaço possua luz natural, esta deve ser filtrada ou por meio de filtros ou de panos de linho cru, devidamente colocados nas janelas. No caso de a iluminação ser artificial, é aconselhável o uso das lâmpadas de tungsténio e não as lâmpadas incandescentes.

2.5. Os edifícios

Apesar de os objectos se encontrarem, maioritariamente, no interior dos monumentos, o exterior dos edifícios não deve ser descurado de preocupações preventivas que atenuem a degradação interna dos seus bens. Há que reconhecer problemas relacionados com a construção do edifício, localização e serviços pendentes de manutenção. Desta forma, deverão ser instituídas inspecções periódicas ao interior e recheio do edifício mas também ao seu exterior. Assim, há que ter em atenção instalações de gás, electricidade, ar condicionado, grelhas de ventilação, goteiras, canalizações e bueiros — limpeza regular de folhas, como exemplo.

Em suma, a tendência generalizada é a de que haverá sempre alguém a quem delegar as responsabilidades pela salvaguarda do património, quando este tem de ser assumido colectivamente.

Relativamente ao contexto transmontano, que encerra em si bens culturais providos de valor histórico, artístico, técnico e científico, a sensibilização das populações é um factor importantíssimo face ao estado em que se encontram muitos dos bens patrimoniais, como consequência de factores de degradação dos mesmos.

As gentes deste *Reino Maravilhoso* têm, de forma intuitiva, a noção do valor dos bens culturais da sua terra, valorizando a sua essência enquanto legados artísticos de cariz religioso.

Contudo, caso não sejam tomadas medidas preventivas de protecção do Património, a sua decadência conduzirá ao

inevitável desaparecimento da memória colectiva adquirida durante séculos. Sendo esta memória um instrumento fundamental do progresso humano, a sua destruição leva-nos a uma perda irreversível. É deste conjunto que surgem os alicerces que veiculam a construção que cada geração faz da sua história.

A conservação e restauro de bens culturais tem-se revelado um dos temas fundamentais da gestão do Património Cultural de qualquer sociedade. A existência de diversas organizações que promovem e regulam a correcta prática desta profissão, denuncia a sua importância a uma escala mundial. Assim, os profissionais desta área, actuando de diferentes maneiras na preservação dos bens artístico-culturais que lhes são confiados, intervêm quer a nível da conservação preventiva, prevenção curativa ou mesmo restauro.

Deste modo, e em jeito de síntese, pretende-se assumir o compromisso de que a profissão de conservador e restaurador se constitui como uma actividade de interesse público, uma vez que trabalha na preservação de testemunhos de interesse colectivo para a sociedade. Traça-se, assim, o nosso objectivo primordial: ajudar a preservar o que de mais valioso temos, o nosso Património que em si encerra valores preciosos da nossa cultura.

Bibliografia

- AAVV — *Una mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Valencia: Editorial de la Universidad Politécnica de Valencia, 2003.
- ABRACOR — *Materiais Empregados em Conservação-Restauração de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- NICOLAUS, Knut — *Manual de Restauración de Cuadros*. Barcelona: Könemann, 1999.



Conservação e Restauro do Retábulo Maneirista *A Adoração dos Pastores* da Igreja Matriz de Vinhas, Concelho de Macedo de Cavaleiros

Bárbara Campos Maia¹, Carolina Barata² e Tiago Oliveira³

INTRODUÇÃO

O artigo que em seguida se apresenta constitui a descrição dos trabalhos de conservação e restauro efectuados num retábulo maneirista proveniente da igreja de Vinhas, localizada no concelho de Macedo de Cavaleiros.

A intervenção teve lugar nas instalações da Associação Terras Quentes e foi desenvolvida no âmbito de uma campanha de Verão da licenciatura em Arte, Conservação e Restauro da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, em colaboração com a equipa de conservação e restauro da mesma associação, constituída por Bárbara Campos Maia, Liliana Rio e Tiago Oliveira.

A campanha, coordenada por Carolina Barata, docente da licenciatura em Arte, Conservação e Restauro, decorreu entre os dias 7 e 31 de Julho de 2008 e contou com a participação dos alunos: Ana Ricardo, Carla Matos, Frederico Matos, Joana Martins, Paula Trindade e Rita Medina.

Para a montagem final do retábulo, contou-se com o apoio do mestre carpinteiro António Matouças, residente e com ofi-

cina em Vale da Porca, a quem se encomendou a execução da grade de sustentação do conjunto.

1. IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

<i>Título</i>	Adoração dos Pastores
<i>Tipologia</i>	Retábulo
<i>Técnica</i>	Talha dourada e policromada com pintura a óleo sobre madeira
<i>Dimensões</i>	(alt. x larg. x prof.) 183 x 179 x 27 cm
<i>Autor/Atribuição</i>	Desconhecido
<i>Data /Escola</i>	Início do século XVII (?) Maneirista
<i>Proveniência</i>	Igreja de Vinhas
<i>Responsável</i>	Padre António Neto



Fig. 1 — Vista geral de frente antes da intervenção.



Fig. 2 — Vista geral do reverso antes da intervenção.

2. MATERIAIS CONSTITUINTES E TÉCNICAS DE EXECUÇÃO

2.1. Suporte

Para o suporte do retábulo e respectivo painel terá sido utilizada madeira de castanho. A sua identificação foi efectuada com base na observação das propriedades organolépticas da madeira e também através da observação ao microscópio das secções tangencial, radial e transversal de uma pequena amostra recolhida do reverso durante o tratamento⁴.

¹ Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Conservadora/ Restauradora ATQ.

² Mestre em Química Aplicada ao Património Cultural; Conservadora em escultura com Bacharel em Conservação e Restauro; docente da Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto.

³ Licenciatura em Arte, Conservação e Restauro pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto. Conservador/ Restaurador ATQ.

⁴ Após se detectarem características como a cor castanha mais ou menos escura, de contornos regulares e definidos, com camadas de crescimento distintas bem evidentes, textura média e desigual e veio ondulado, conclui-se que se trata de madeira de castanho manso. Acresce ainda o facto deste tipo de madeira ser uma matéria muito abundante e característica, principalmente, na região Norte do nosso país. Vd. CARVALHO, Albino de — Madeiras Portuguesas. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, 1997, vol.2.

A estrutura do retábulo é constituída por quatro elementos fundamentais: a predela ou banco, que é o elemento horizontal de base, com o veio orientado no mesmo sentido; duas colunas, com o veio orientado na vertical, cada uma apoiada sobre um plinto situado em cada uma das extremidades da predela; e o entablamento, elemento horizontal que remata o topo da composição, apoiado sobre as duas colunas, com o veio orientado no sentido horizontal. A ligação entre os elementos verticais e horizontais foi originalmente feita por meio de diversos cravos metálicos.

A decoração entalhada que pode ser observada na superfície frontal foi, na maior parte dos casos, executada directamente sobre os elementos que constituem a estrutura do retábulo.

No que respeita ao painel de madeira, ele é constituído por duas pranchas cortadas no sentido tangencial, com o veio orientado no sentido vertical. Inicialmente terão sido unidas por uma colagem simples, aplicada nas faces laterais. A prancha da direita, ponto de vista do observador, lado do reverso, é mais larga.

Na superfície frontal, o assunto representado é rematado por um friso entalhado e dourado, que desempenha a função de moldura, unido ao painel por meio de cravos metálicos.

A união do painel ao retábulo foi feita da seguinte maneira: o topo do painel encaixa num rasgo aberto na parte inferior do entablamento, enquanto a base se apoia directamente sobre a predela, sem que tenha sido criado qualquer encaixe. A união foi, posteriormente, reforçada pelo reverso através da aplicação de quatro réguas de madeira, fixadas com cravos metálicos. Duas ligavam o topo do painel ao entablamento e as restantes ligavam a base do painel à predela.



Fig. 3 — Pormenor do canto inferior direito visto pelo reverso. É visível uma das réguas de madeira que uniam o painel à estrutura do retábulo.

2.2. Superfície

A identificação das características das camadas de preparação, camadas pictóricas e de douramento que constituem a decoração deste conjunto foi efectuada à vista desarmada, sendo necessária a realização de análises laboratoriais para que seja possível a sua confirmação⁵.

Relativamente ao suporte de madeira da estrutura do retábulo, terá sido inicialmente aplicada uma encolagem à base de um adesivo proteico (colagénio), com a função de isolar o suporte e evitar a excessiva absorção dos aglutinantes das camadas seguintes. Seguiu-se uma camada de preparação branca, provavelmente à base de sulfato de cálcio aglutinado

no mesmo adesivo proteico utilizado anteriormente, com a função de uniformizar a superfície e minimizar os efeitos dos movimentos de contracção e dilatação da madeira.

Uma vez que a superfície se destinava a ser dourada, sobre a preparação branca foi aplicada uma outra preparação, à base de bolo arménio - de cor avermelhada -, que é uma argila de granulometria extremamente fina, rica em óxidos de ferro. O bolo terá sido aglutinado no ligante proteico já referido e tem a função de criar uma superfície ainda mais lisa e com uma cor adaptada à tonalidade quente do ouro.

A folha de ouro terá sido aplicada ainda com o mesmo adesivo identificado anteriormente. Apesar do avançado estado de degradação ter prejudicado gravemente o aspecto das camadas de decoração, é provável que a folha de ouro tenha sido brunida, com a finalidade de se criar uma superfície metálica mais brilhante e reflectora.

A policromia da face alada que se encontra na parte central do entablamento será constituída por pigmentos aglutinados num óleo secativo e terá sido aplicada directamente sobre a preparação branca.

A restante policromia, em que predominam os tons de vermelho e verde, foi aplicada sobre as superfícies já douradas de alguns elementos decorativos, tais como as asas da referida face alada, a máscara que se encontra ao centro da predela e as faces laterais dos plintos em que assentam as colunas. Dadas as características destas camadas, que revelaram fraca resistência à limpeza, é provável que sejam constituídas por lacas — corantes fixados num pigmento transparente — desconhecendo-se a natureza do aglutinante utilizado. Aliás, e tendo por base a tratadística conhecida da época (século XVII), sabe-se que este tipo de camadas que tomam o nome de *glacis* consistem na aplicação de uma pintura ou de um verniz colorido transparente sobre superfícies metálicas, normalmente constituídas por folhas de prata e também por ouro. No entanto, os *glacis* são tão bonitos como frágeis devido à degradação da folha metálica⁶. O seu enfoque reside no facto de reflectirem duas, três ou mais vezes a incidência da luz nas suas sucessivas camadas, bem como a superfície dourada⁷.

Quanto ao painel, sobre o suporte terão sido inicialmente aplicadas camadas de encolagem e de preparação branca semelhantes às descritas no caso da estrutura do retábulo.

Sobre a preparação branca terão sido aplicadas directamente as camadas cromáticas constituídas por pigmentos aglutinados num óleo secativo. As camadas são finas, de espessura e superfície regular, sem intenção de produzir quaisquer efeitos de textura.

3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

3.1. Suporte

O estado de degradação da madeira do retábulo e respectiva pintura era muito avançado. Apresentava muitos problemas de degradação que, muito mais que o envelhecimento natural inerente aos materiais que o constituem, são consequência de vários factores ligados ao imóvel a que pertence.

«O processo de degradação é, na maioria dos casos, resultante da interacção entre o edifício, as condições ambientais e a actividade humana. Todos os mecanismos físicos, químicos e biológicos estão, pois, interligados e foram factores que contribuíram para o actual estado de conservação do conjunto»⁸.

⁶ Vd. MARTINEZ, Enriqueta González-Alonso — *Tratado del dorado, platero y su policromia: Tecnología, Conservación y Restauración*. 2.ª ed. Valência: Universidade Politécnica de Valência, 1997. pp. 265-266 (T.dos a.).

⁷ A reflectividade do fundo metálico é de, aproximadamente, 95% da luz emitida. Vd. LINS, Andrew — *Basic Properties of Gold Leaf*. In AAVV — *Gilded Wood: Conservation and History*. Connecticut (U.S.A): Sound View Press, 1991. pp. 18-19.

⁸ Vd. INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO — *Igreja da Madre de Deus: história, conservação e restauro*. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2002. p.188.

⁵ Análises estratigráficas, análises estratigráficas com provas microquímicas, análises de pigmentos e cargas por EDXRF e identificação macroscópica da madeira. Estes exames podem ser feitos no Centro de Conservação e Restauro da Universidade Católica Portuguesa — Rua Diogo Botelho, 1327 — 4169-005 Porto.

Como a madeira é um material higroscópico vai haver tendência para encontrar um equilíbrio com a humidade relativa da atmosfera que a rodeia. Vai libertar humidade (das paredes celulares) ou absorvê-la da atmosfera até atingir esse equilíbrio com o ambiente (equilíbrio do teor de humidade). Os ciclos de adsorção e cedência de humidade provocam movimentos de expansão e contracção da madeira. Esses movimentos têm intensidades diferentes consoantes a direcção da madeira do suporte, uma vez que, devido ao seu comportamento anisotrópico, a madeira não sofre o mesmo grau de deformação em todos os seus planos. Estes movimentos, que se repetem continuamente ao longo do tempo, provocam um «stress» físico que acaba por resultar em deformações irreversíveis e ainda em fissuras que poderão degenerar em fendas ou mesmo fracturas visíveis à vista desarmada.

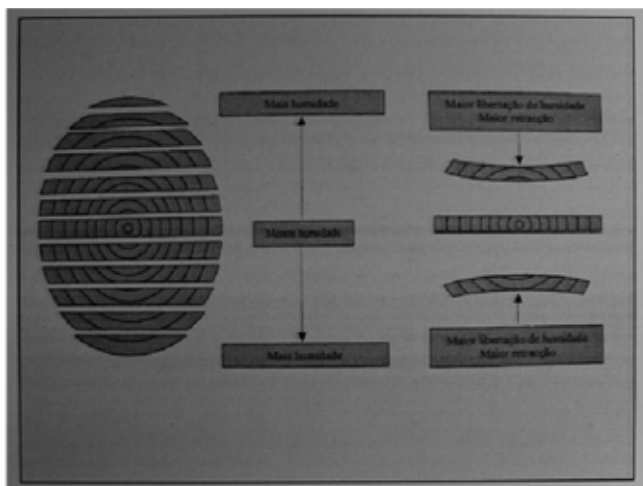


Fig. 4 — Movimentos da madeira consoante o teor de humidade⁹.

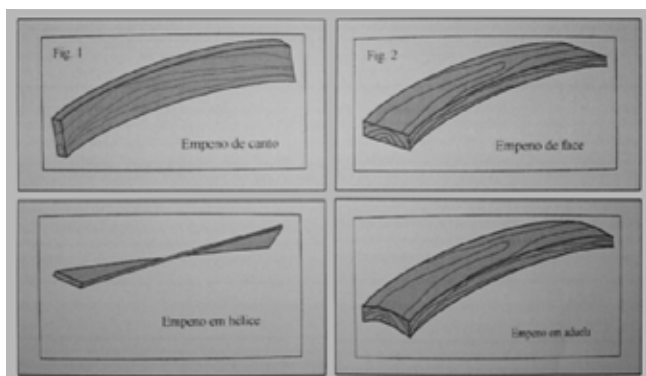


Fig. 5 — Tipos de empenos de um painel de madeira consoante o tipo de corte efectuado¹⁰.

Os processos de degradação biológicos são uma consequência do ataque de microorganismos, insectos ou ambos, que parasitam a matéria celulose, principalmente, alimentando-se dela — o que prejudica a resistência e o aspecto do material, essencialmente. A biodeterioração pode definir-se como o conjunto de danos, desgastes ou alterações produzidas por agentes biológicos na matéria orgânica natural.

Por toda a superfície da obra são evidentes marcas da acção de insectos xilófagos de ciclo larvar (que identificamos como sendo, provavelmente, *Anobium punctatum*, vulgo caruncho, tendo em conta as características das galerias e a espécie de madeira usada).

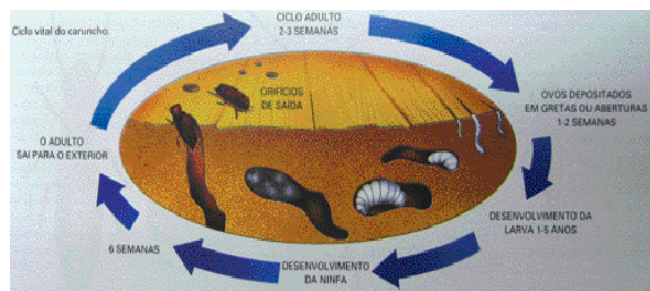


Fig. 6 — Diagrama exemplificativo do ciclo de vida dos insectos xilófagos, sendo que os orifícios gerados são resultado da saída destes, após a metamorfose¹¹.



Fig. 7 — Pormenor de marcas de insecto xilófago de ciclo larvar na superfície dourada.



Fig. 8 — Pormenor de marcas de insecto xilófago de ciclo larvar no reverso do capitel de uma das colunas.

Na predela e no painel foram ainda detectados sinais resultantes de um intenso ataque de térmitas (insectos xilófagos da ordem *Isoptera*), que deu origem a profundas lacunas. O ataque das térmitas representa, frequentemente, um sério problema para as estruturas em madeira, uma vez que deixam intacta a superfície desta e por isso são difíceis de detectar antes da degradação atingir um grau de desenvolvimento acentuado. As galerias imediatamente por baixo da superfície, assemelham-se a um minucioso trabalho de aspecto laminado, provocando a desintegração total da madeira. O aspecto rendilhado talvez esteja relacionado com a combinação destes com os coleópteros.

⁹ Vd. CARVALHO, Albino de — *Madeiras Portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, [s.d.], p.58.

¹⁰ Vd. CARVALHO, Albino de — *Madeiras Portuguesas*. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, [s.d.], p.58-59.

¹¹ Vd. PASCOAL, Eva — *Restauração de Madeira*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999 p.19.



Fig. 9 — Pormenor do reverso da predela, evidenciando o ataque de térmitas.



Fig. 10 — Pormenor do reverso da pintura, evidenciando o ataque de térmitas.



Fig. 11 — Outro pormenor do reverso da predela, evidenciando o ataque de térmitas.



Fig. 12 — Pormenor da base de um dos plintos da predela, evidenciando o ataque de térmitas.

Por toda a superfície notou-se, ainda, a acção de fungos que provocaram a chamada podridão cúbica, caracterizada pela fissuração da madeira degradada em sistema ortogona¹².



Fig. 13 — Pormenor do reverso do entablamento, evidenciando o ataque de fungos.



Fig. 14 — Pormenor do reverso da pintura, evidenciando o ataque de fungos.

A acção dos insectos e microorganismos debilitou, gravemente, a função estrutural do suporte. Os elementos que ofereceram maior resistência a esta degradação foram as colunas, provavelmente por corresponderem à parte central de um ou dois troncos de madeira - zona mais densa e onde se concentra maior quantidade de substâncias extractivas, como taninos, que inibem a colonização biológica.

No entanto, o facto de não ter sido retirado parte do cerne, pelo lado do reverso, provocou a fissuração destes elementos, como consequência das diferenças entre a retracção tangencial e radial da madeira aquando da secagem.

¹² A podridão é provocada por fungos que atacam a celulose e a hemicelulose da madeira, decompondo-as nos seus componentes básicos ou açúcares. O escurecimento característico da madeira pela acção destes fungos, juntamente com a típica fractura cúbica, dá-lhes a designação de «podridão castanha». Quando a madeira é decomposta e usada para a alimentação dos fungos, verifica-se a sua retracção, perda de peso e perda de resistência devido à fragmentação das suas cadeias poliméricas. É a retracção que provoca a típica fractura cúbica (fracturas que resultam na formação de pequenos cubos na matéria lenhosa). Na verdade, são a retracção e a fractura que constituem, frequentemente, os primeiros sinais evidentes da existência de um grave problema ao nível de um suporte de madeira.



Fig. 15 — Pormenor do reverso da coluna esquerda, evidenciando fissura motivada por contracção do suporte.



Fig. 16 — Pormenor do reverso da coluna direita, evidenciando fissura motivada por contracção do suporte.

A retracção da madeira durante a secagem provocou ainda o afastamento das duas pranchas que constituem o suporte do painel, bem como o empenamento das mesmas em aduela. O afastamento acentuado deveu-se fundamentalmente ao tipo de corte tangencial, direcção da madeira em que a retracção é mais acentuada.



Fig. 17 — Pormenor da margem inferior da superfície pictórica, evidenciando o afastamento entre as duas pranchas motivado pela contracção do suporte.

No painel é, ainda, evidente uma profunda fractura que divide a prancha de maiores dimensões em duas metades, no sentido do veio, e que terá ocorrido provavelmente devida a uma combinação da retracção durante a secagem com a eventual aplicação de excesso de esforço mecânico.



Fig. 18 — Pormenor da zona central da superfície pictórica, evidenciando a fractura que divide a prancha de maiores dimensões.

Os elementos metálicos que uniam as várias partes do suporte encontravam-se em avançado estado de corrosão, originando a contaminação da madeira com óxidos metálicos, procedendo-se à sua posterior e cuidadosa remoção e/ou estabilização.



Fig. 19 — Pormenor do reverso do entablamento, evidenciando corrosão dos elementos metálicos.



Fig. 20 — Pormenor do reverso do painel evidenciando corrosão de elementos metálicos sem função aparente.

A agravar o estado de debilitação do suporte esteve a opção de suspender o retábulo, por um período de tempo indeterminado, o que veio fragilizar acentuadamente a ligação entre os vários elementos que constituem esta obra, concebida para descarregar as suas forças no sentido descendente. A suspensão veio, pelo contrário, contrariar essa direcção e fazer incidir a força no elemento superior que deveria, simplesmente, apoiar-se na restante estrutura.



Fig. 21 — Pormenor do cravo metálico de grandes dimensões que foi aplicado no topo do entablamento para suspensão do conjunto na parede.

Além das patologias já mencionadas, que afectaram acentuadamente a função estrutural do suporte, bem como as ligações entre os vários elementos, por toda a superfície existia uma espessa camada de acumulação de poeiras e sujidades várias que favoreceram o desenvolvimento de microorganismos e serviram de abrigo a insectos.

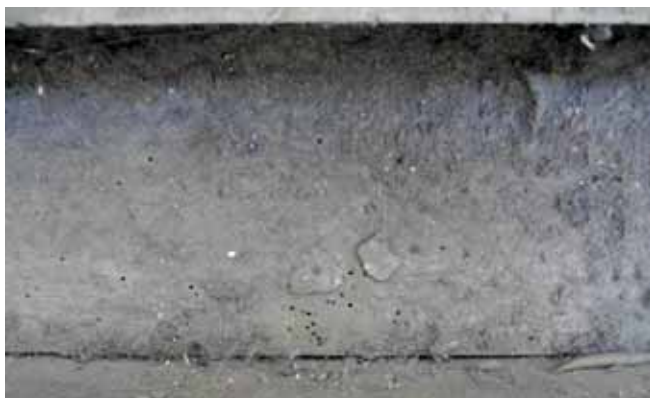


Fig. 22 — Pormenor do topo do entablamento, evidenciando acumulação de poeiras.



Fig. 23 — Pormenor do topo do entablamento, evidenciando acumulação de poeiras.

A fixação das sujidades pode ser intensificada pela fricção mecânica decorrente de operações de limpeza. A sujidade propicia ainda a fixação de humidade que é absorvida pelas partículas e que actua como aglutinante das mesmas, afectando quer o suporte quer a policromia. Desta forma, veicula-se a incrustação da sujidade superficial e favorece-se o desenvolvimento de processos de degradação biológicos e químicos.

3.2. Superfície

Era evidente um estado de desidratação e risco de destacamento generalizados, tanto na superfície do painel como do retábulo.



Fig. 24 — Vista geral da superfície do conjunto em que é evidente um certo embaciamento correspondente ao estado de desidratação e destacamento generalizados.

As galerias provocadas pela acção de insecto xilófago de ciclo larvar provocaram lacunas um pouco por toda a superfície dourada e policromada.

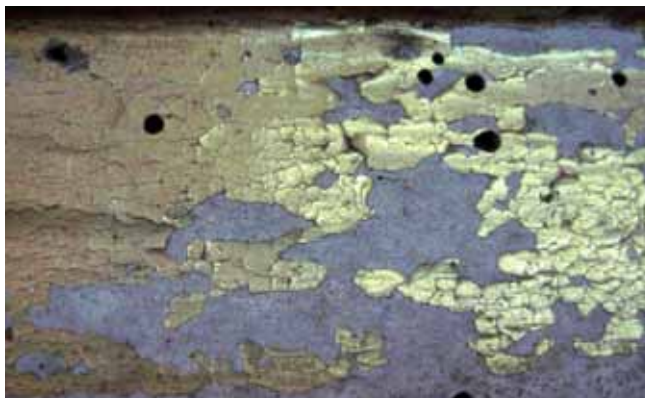


Fig. 25 — Pormenor de uma superfície dourada, evidenciando as lacunas provocadas por insecto xilófago.

As variações de humidade e temperatura que provocaram danos no suporte terão sido igualmente responsáveis pela fissuração das camadas cromáticas e de preparação que, com o tempo, deixaram de ter a capacidade de acompanhar os movimentos da madeira. As fissuras, ou redes de estalados, deram origem, por sua vez, à falta de aderência entre estas camadas e o suporte, provocando o seu destacamento e a consequente ocorrência de lacunas que deixaram a preparação, ou mesmo o suporte, à vista.



Fig. 26 — Pormenor de uma superfície dourada, evidenciando rede de estalados e lacunas que deixaram a preparação à vista.

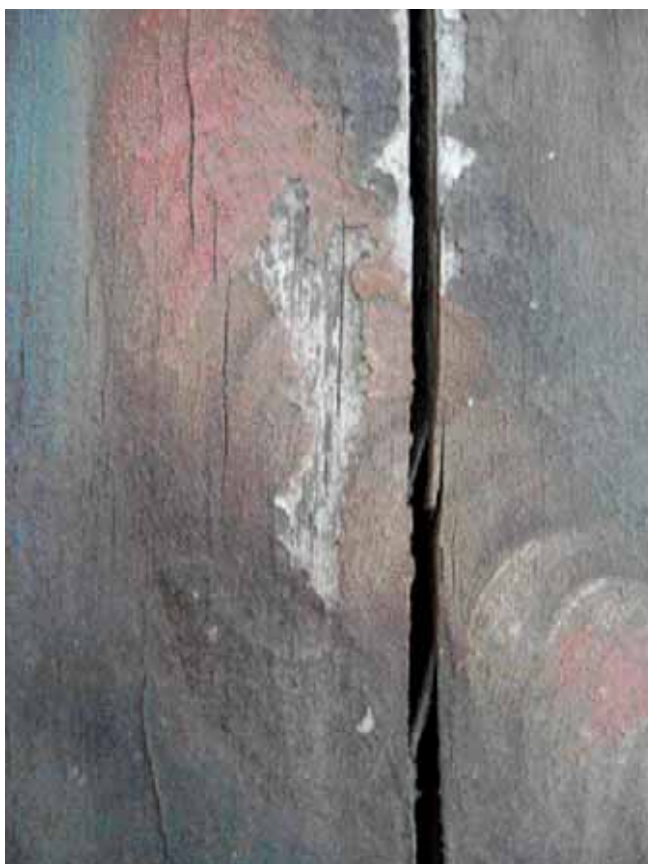


Fig. 27 — Pormenor da superfície pictórica do painel, evidenciando rede de estalados e lacunas que deixaram a preparação e o suporte à vista.

O principal problema que afectava as áreas com folha metálica, bem como a policromia adjacente, prende-se com os destacamentos que atingiam, de forma generalizada, a quase totalidade da superfície. Esta falta de aderência da folha de ouro situava-se na interface preparação-suporte, causando a perda de matéria original.

4. INTERVENÇÕES POSTERIORES À CONSTRUÇÃO ORIGINAL

Não foram detectados quaisquer vestígios que indiquem a ocorrência de intervenções de restauro posteriores à construção original.

5. TRATAMENTO REALIZADO

5.1. Critérios

Relativamente aos critérios da intervenção, estes encontram o seu fundamento no código ético sistematizado pela ECCO (Confederação Europeia das Associações de Conservadores-Restauradores), cujo objectivo primeiro é o de estabelecer os limites adequados em cada intervenção. As actuações de um conservador-restaurador devem ser regidas por uma metodologia de investigação e conhecimento profundo sobre os objectos em que vão intervir. Daí a necessidade de se documentar todos os processos registando, rigorosamente, não apenas os materiais e as técnicas utilizadas na sua execução, como também os produtos e técnicas de intervenção utilizados, com o intuito de não se adulterar a obra na sua dimensão histórica e estética.

Os critérios que regeram o tratamento efectuado basearam-se nos princípios de intervenção mínima, reversibilidade dos materiais e técnicas de intervenção seleccionados e respeito absoluto pelo original. As perturbações causadas pelas lacunas ocorridas, tanto ao nível das camadas de decoração da talha, como das camadas pictóricas do painel, levaram a optar pela sua reintegração cromática, como forma de devolver a leitura ao conjunto, ultrapassando-se deste modo os limites de uma intervenção de carácter estritamente conservativo.

5.2. Intervenção

Dado o acentuado estado de degradação, houve necessidade de alternar as operações de tratamento do suporte e da superfície para que fosse sempre garantida a estabilidade do conjunto. Deste modo, e ao contrário do que é mais comum, não serão separadas as operações relacionadas com o suporte e a superfície. Para facilitar a compreensão do trabalho realizado, as operações serão apresentadas pela ordem em que foram executadas.

O tratamento do suporte teve início com a limpeza mecânica para remoção das poeiras e sujidades acumuladas, através da utilização de trinchas suaves e aspirador. Foi tido especial cuidado nas superfícies pictóricas e de douramento, a fim de se evitar a ocorrência de lacunas adicionais nas zonas em risco de destacamento.

Durante a operação, o conjunto foi colocado na horizontal, com a superfície devidamente protegida com material amortecedor.



Fig. 28 — Pormenor durante a limpeza mecânica do reverso do entablamento.



Fig. 29 — Pormenor durante a limpeza mecânica do reverso do painel.



Fig. 30 — Pormenor durante a limpeza mecânica da superfície frontal de uma coluna.



Fig. 31 — Pormenor durante a limpeza mecânica da superfície frontal da predela.

Antes da desmontagem dos vários elementos constituintes, e tendo em conta o avançado estado de degradação da madeira, iniciou-se a consolidação do suporte lenhoso. Esta foi iniciada com um copolímero acrílico (*Paraloid® B72*) diluído num hidrocarboneto aromático (Tolueno) em concentrações crescentes de 5% até 20% de adesivo. A solução foi aplicada por injeção e pincelagem.



Fig. 32 — Pormenor durante a consolidação por pincelagem.



Fig. 33 — Pormenor durante a consolidação por pincelagem.

Terminada a primeira fase da consolidação iniciou-se a fixação das camadas pictóricas e de douramento, em risco de destacamento, com um adesivo natural orgânico à base de colagénio, compatível com os materiais originais, usando-se álcool etílico como agente tensioactivo. A fixação foi efectuada em cada área de lacuna ou fractura com seringas e pincéis de retoque.



Fig. 34 — Vista geral do retábulo durante a fixação.



Fig. 35 — Pormenor do entablamento durante a fixação.

Em seguida, pôde dar-se início à desmontagem do retábulo, que consistiu na extracção ou serragem dos elementos metálicos de ligação que já não cumpriam, eficazmente, a sua função. A desmontagem foi indispensável para o desenvolvimento do tratamento de suporte. A remoção destes elementos foi efectuada, maioritariamente, pelo reverso. Uma vez que os cravos foram quase sempre introduzidos pelo anverso, foi necessário aplicar a força mecânica no sentido contrário por

forma a soltar as cabeças, mais largas, em primeiro lugar. Toda a superfície foi convenientemente acondicionada com papel de seda, papel siliconado e espuma de polietileno, a fim de se amortecer qualquer impacto mecânico aquando da extracção dos elementos metálicos, que foi efectuada mediante o recurso a alicates, martelos, pinças, punções e turquês, através de movimentos mecânicos extremamente controlados e amparados por calços de madeira.



Fig. 36 — Conjunto dos cravos metálicos removidos do retábulo e painel de madeira durante a desmontagem.

Aos cravos que não puderam ser extraídos removeu-se mecanicamente o produto de corrosão superficial e aplicou-se um conversor de óxidos à base de ácido fosfórico, com o intuito de inibir o posterior processo de corrosão sobre a superfície metálica exposta¹³. Para maior protecção e eficiente isolamento terminou-se a operação com a aplicação de uma solução *Paraloid® B72* diluído em Tolueno a uma concentração de 20% de adesivo.



Fig. 37 — Pormenor durante a aplicação de conversor de óxidos sobre a cabeça de um dos cravos que não foram extraídos.

Só após a desmontagem do retábulo foi possível concluir-se a sua limpeza mecânica nas áreas de acesso limitado.



Fig. 38 — Pormenor da conclusão da limpeza mecânica do entablamento após a desmontagem.

¹³ Os óxidos são compostos binários formados a partir da união de um qualquer elemento com oxigénio.

O estado de debilitação do suporte nas áreas atacadas por fungos e térmitas e a necessidade de lhe devolver coesão estrutural levou à necessidade de dar continuidade ao processo de consolidação através da utilização de uma resina epóxida de impregnação (*Artifix®*) — irreversível.

Este procedimento tornou-se imperativo face à impossibilidade de consolidar eficazmente estas zonas mediante a mera impregnação com o copolímero acrílico referido anteriormente. Só assim se conseguiu devolver consistência e robustez ao trabalho de entalhe suportado pelo frágil laminado resultante do ataque biológico.

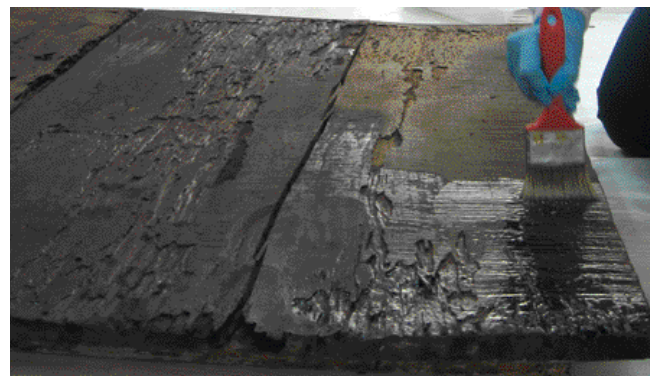


Fig. 39 — Pormenor durante a consolidação do reverso do painel com resina epóxida.

Uma vez que as funções estrutural e decorativa são, nesta obra, quase sempre desempenhadas pelas mesmas peças de madeira, não pôde ser equacionada a hipótese de substituir alguns desses elementos por madeira sã, à excepção do reverso do retábulo, tal como será exposto mais adiante.

Terminada a consolidação do suporte iniciaram-se os testes de solubilidade para remoção de poeiras, sujidades aderidas e eventuais filmes de protecção.

Após a utilização de cotonetes embebidos em água destilada, verificou-se que as camadas de sujidade saíam facilmente com esta e que não existia qualquer vestígio de filme de protecção, quer na superfície do retábulo, quer na superfície da pintura, o que terá contribuído para o seu acentuado grau de degradação.

A utilização de humidade revelou-se, no entanto, arriscada em algumas áreas, por poder provocar a dissolução de camadas cromáticas e de preparação mais degradadas. Por essa razão, foi tido especial cuidado durante esta operação, alterando-se a utilização de humidade com cotonetes embebidos num hidrocarboneto alifático (*White Spirit*) ou com simples limpeza mecânica.



Fig. 40 — Vista geral da predela durante a limpeza química.



Fig. 41 — Pormenor de um friso durante a limpeza química.



Fig. 42 — Pormenor de uma das colunas durante a limpeza química.



Fig. 43 — Pormenor da face alada do entablamento durante a limpeza química.



Fig. 44 — Pormenor da superfície cromática do painel durante a limpeza química.



Fig. 45 — Pormenor da superfície cromática do painel durante a limpeza química.

Concluída a limpeza superficial, foi aplicado um filme isolante e protector sobre todas as superfícies douradas e policromadas.

Sobre as superfícies dos elementos em talha foi aplicada uma camada de *Paraloid® B72* a 5% em Acetona. Após a evaporação do solvente, a fixação das camadas em risco de destacamento foi reforçada com a utilização de pressão e temperatura por meio da utilização de espátulas termoelectricas.



Fig. 46 — Vista geral do entablamento durante a aplicação do filme de protecção.



Fig. 47 — Pormenor do entablamento durante a aplicação do filme de protecção, evidenciado a saturação das cores na área já protegida, à esquerda.

A superfície pictórica do painel figurativo foi protegida com um verniz constituído por uma resina diterpénica (Damar) diluída em *White Spirit*. No passado, esta resina era utilizada na preparação de vernizes para pintura a óleo por ter um índice de refração semelhante ao daquele aglutinante. O resultado é a obtenção de uma maior profundidade de cor e a possibilidade de tornar evidente cada pormenor do assunto representado. Para evitar uma reacção de oxidação prematura e o seu consequente amarelecimento, ao verniz foram adicionadas umas gotas de um filtro contra a radiação ultravioleta (*Tinuvin 20*).



Fig. 48 — Vista geral da pintura durante a aplicação do filme de protecção.



Fig. 49 — Pormenor da superfície pictórica durante a aplicação do filme de protecção, evidenciado a diferença de saturação das cores na área já protegida, à esquerda.

Seguiu-se o preenchimento das lacunas ao nível do suporte de madeira. No reverso do retábulo e da pintura, as lacunas provocadas pelo ataque de xilófagos e microorganismos foram preenchidas com uma massa epóxida propositadamente concebida para suportes de madeira, constituída por uma resina (*Araldite SV427*) e um endurecedor (*Araldite HV 427*). A sua aplicação foi antecedida pelo isolamento da superfície das lacunas com uma película espessa de *Paraloid® B72* criando-se, assim, uma interface como forma de garantir a sua reversibilidade.



Fig. 50 — Pormenor durante o preenchimento de lacunas do suporte da predela com massa epóxida.



Fig. 51 — Pormenor durante o preenchimento de lacunas do suporte da predela com massa epóxida.



Fig. 52 — Vista geral durante o preenchimento de lacunas com massa epóxida.



Fig. 53 — Pormenor do reverso do entablamento durante o preenchimento de lacunas com massa epóxida.

A escolha deste material teve por base duas das suas principais características: a rigidez e a resistência. A maleabilidade deste material aquando da sua aplicação permite a sua adaptação à morfologia das áreas a preencher. Tem ainda a vantagem de não conferir peso adicional à obra, já que é bastante leve, e de possibilitar, mesmo depois de endurecida, a sua modelação e nivelamento com as ferramentas habitualmente utilizadas no trabalho da madeira. Apresenta, ainda, a resistência necessária para o desempenho de uma correcta função de suporte, ou seja, de descarga e distribuição de pesos. A sua elevada rigidez poderá ainda ser atenuada, se considerado necessário, mediante o adição de fibras sintéticas, nomeadamente de vidro ou de polietileno.



Fig. 54 — Pormenor do reverso da pintura durante o preenchimento de lacunas com massa epóxida.



Fig. 55 — Pormenor do reverso da pintura durante o nivelamento das lacunas preenchidas com massa epóxida.

Com o objectivo de se estabilizar e atenuar a propagação das fissuras ocorridas no reverso das colunas introduziu-se, nesses espaços, madeira de balsa (material de baixa densidade e praticamente inerte) fixada com um adesivo sintético à base de acetato de polivinil (PVA). Após a introdução da balsa e encaixe dos vários fragmentos por precisão, aguardou-se a secagem do adesivo. Uma vez seco o PVA, nivelaram-se os preenchimentos um pouco abaixo da superfície do suporte, uma vez que não se tratavam de lacunas mas de espaços vazios resultantes de retracção.



Fig. 56 — Pormenor do reverso de uma das colunas após o preenchimento das fissuras com madeira de balsa.

Quando se opta por reintegrar lacunas, é frequente uniformizar as diferenças tonais que possam existir entre os materiais, de forma a garantir a integração da intervenção na leitura global da obra. Deste modo, após o preenchimento de lacunas do suporte e estabilização de fendas e fissuras, foi necessário aplicar uma coloração mais aproximada ao tom envelhecido da madeira com uma anilina natural (*vieux chêne*) diluída em água.



Fig. 57 — Pormenor do reverso de uma das colunas durante a coloração.



Fig. 58 — Pormenor do reverso da pintura durante a coloração.

As lacunas ao nível dos ornatos em talha foram reconstituídas com massa celulósica aglutinada com adesivo vinílico (*DAS®*), mais adaptada à modelação de pormenores, pois é bastante flexível, reversível e permeável, tornando-se perfeitamente compatível com o original. A adição do referido adesivo aumenta o poder de aderência da pasta de celulose ao suporte.



Fig. 59 — Pormenor da predela durante a reconstituição dos ornatos com massa celulósica.



Fig. 60 — Pormenor de um dos pintos durante a reconstituição dos ornatos com massa celulósica.



Fig. 61 — Pormenor de um ornato durante a sua reconstituição com massa celulósica.

Em seguida foi necessário proceder à colagem de elementos destacados ou fracturados. A colagem foi feita com PVA em todos os casos.

Relativamente à pintura, as colagens envolveram a reaproximação das linhas de fractura e a eliminação do afastamento das duas pranchas. Para o efeito, tiveram que ser removidas as travessas que constituem o friso, através da eliminação dos seus cravos metálicos. Os cravos foram inicialmente dilatados com um ferro de soldar para facilitar a sua extracção. Após o arrefecimento, as extremidades foram batidas com punção e martelo. Aproveitou-se a ocasião para a remoção de outros cravos oxidados que não desempenhassem qualquer função ou que estivessem em avançado estado de corrosão.



Fig. 62 — Pormenor durante a dilatação de um dos cravos com ferro de soldar.



Fig. 63 — Pormenor durante a extracção de um dos cravos com punção e martelo.

As pranchas do suporte da pintura foram coladas com o auxílio de grampos, colocados perpendicularmente ao sentido do veio. A fim de se evitar a deformação do suporte, motivada pela pressão lateral, a pintura foi colocada entre vários barrotes de madeira, protegidos com espuma de polietileno e fixados com grampos, igualmente no sentido perpendicular à direcção do veio.



Fig. 64 — Pormenor durante a colagem e planificação das pranchas do suporte da pintura.

No final, as zonas de colagem foram reforçadas através da aplicação de pequenas peças de madeira de castanho, coladas com PVA, transversalmente às linhas de fractura e separação das pranchas. Na superfície inferior das pequenas peças de madeira foi colada madeira de balsa que permitiu, dada a sua baixa densidade, a adaptação das peças de madeira à irregularidade da superfície do reverso do painel.



Fig. 65 — Vista do reverso da pintura durante a colagem das peças de madeira de reforço das juntas e áreas de fissura.



Fig. 66 — Fixação da colagem das peças de madeira através do uso de barrotes e grampos.



Fig. 67 — Pormenor durante a fixação da colagem das peças de madeira de reforço. Devido às irregularidades da superfície foi necessário, não só aplicar madeira de balsa na superfície de contacto, como utilizar calços para exercer pressão nas zonas mais baixas.

As peças que constituem o entablamento encontravam-se pouco coesas, pelo que a sua união teve que ser reforçada através de colagens com PVA. No entanto, a acentuada deformação provocada pelos ciclos de contracção e dilatação da madeira não permitiu devolver os vários elementos à sua posição original, mantendo-se algumas deformações.



Fig. 68 — Vista do reverso do entablamento durante a colagem dos elementos que apresentavam falta de coesão.

No reverso do entablamento foi ainda necessário reconstituir parte da zona do encaixe destinado à colocação da pintura. Uma vez que a massa epóxida não oferecia, neste caso, a necessária resistência à tracção, removeram-se algumas partes da madeira mais afectada por insectos e fungos, de modo a introduzir enxertos de madeira de castanho — malhetes — previamente tingidos com *vieux chêne*. A madeira introduzida foi colada com PVA e a zona de união de maiores dimensões foi reforçada, através da introdução de pequenas peças de madeira colocadas no sentido diagonal, de modo a evitar a sua separação.



Fig. 69 — Preparação dos enxertos de madeira a aplicar no reverso do entablamento.



Fig. 70 — Aplicação de adesivo vinílico nas zonas de encaixe.



Fig. 71 — Aplicação de pressão com grampos durante a colagem.



Fig. 72 — Abertura de caixas para introdução de peças de madeira para reforço das juntas.



Fig. 73 — Pormenor de uma das peças de reforço das juntas.



Fig. 74 — Vista do reverso do entablamento após a aplicação dos enxertos de madeira.



Fig. 75 — Pormenor durante a aplicação de uma peça de madeira para eliminação de espaço vazio entre dois dos elementos de constituição do suporte do entablamento.



Fig. 76 — Vista geral do reverso do entablamento após a conclusão das operações de colagem e preenchimentos.

Seguidamente, recolocaram-se os frisos que constituem a moldura da pintura. Para o efeito, e uma vez que o suporte da pintura manteve um certo empenamento — que não foi possível corrigir, sob pena de se colocar em risco a estabilidade das camadas pictóricas — humedeceu-se o reverso dos frisos para facilitar a adaptação da madeira à curvatura da superfície da pintura. Para a sua fixação efectuaram-se, previamente, colagens com PVA e só, posteriormente, foram utilizados parafusos inoxidáveis para garantir a permanência da fixação. Aproveitando-se os furos resultantes da extracção dos cravos metálicos introduzidos aquando da construção original da estrutura, introduziram-se os novos parafusos e, felizmente, raros foram os casos em que foi necessária a abertura de novos orifícios.

No seguimento deste tratamento, a parte dos parafusos visível pelo lado do reverso foi cortada com um mini-berbequim com acessório de corte de metais. As extremidades foram cobertas com massa celulósica que foi tingida depois de seca.

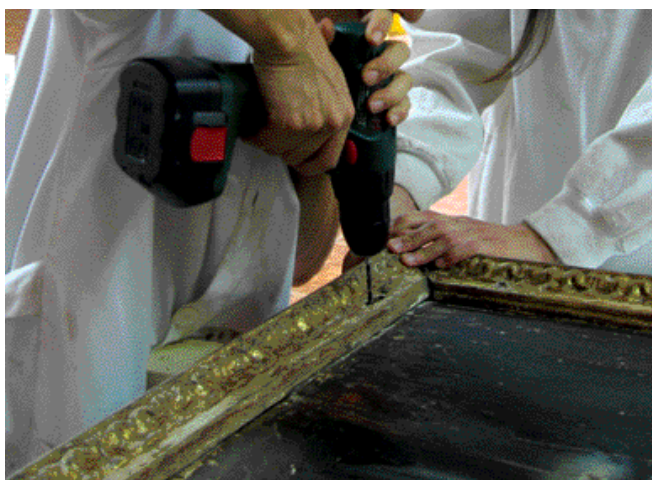


Fig. 77 — Pormenor durante a montagem do friso da pintura.



Fig. 78 — Pormenor do reverso durante a eliminação de parte dos parafusos utilizados para a montagem do friso.

Uma vez que a madeira do painel retraiu durante a secagem, no sentido da largura, foi necessário reduzir o comprimento dos frisos nesta direcção em cerca de 1 cm.

Concluídas estas etapas foi aplicada uma camada de protecção à base de cera microcristalina na superfície do reverso de todos os elementos constituintes do retábulo, incluindo a pintura, com o objectivo de hidratar a madeira e de criar uma barreira contra a humidade e o ataque biológico.

Relativamente à superfície de toda a estrutura retabular, utilizando-se como base um copolímero de metacrilato diluído em Acetona, houve também a necessidade de a isolar e prote-

ger mediante a aplicação de um filme. Este processo teve como finalidade impedir que os materiais utilizados na reintegração ficassem permanentemente associados aos originais — princípio de reversibilidade —, e auxiliar a reintegração cromática permitindo ao conservador estabelecer o jogo de brilhos, adequado a um acabamento uniforme.

A eleição desta resina sintética deveu-se ao facto de se tratar de um produto muito estável, da sua oxidação ocorrer lentamente, de ser resistente a variações de temperatura, de ter grande durabilidade, resistência à água, boa estabilidade química e boa flexibilidade.

De seguida, todas as lacunas que tinham exposta a camada de preparação primitiva, bem como todos os elementos reconstruídos com massa celulósica, foram preenchidos com bolo arménio da mesma tonalidade do original, de modo a reduzir o contraste entre as superfícies douradas e as áreas de lacuna. O bolo foi aglutinado em adesivo proteico à base de colagénio.



Fig. 79 — Pormenor durante a aplicação do bolo.



Fig. 80 — Áreas de lacunas ao nível da folha de ouro após a aplicação de bolo.

Nas áreas em que se considerou necessário a superfície de bolo foi reintegrada com micas¹⁴ aglutinadas em verniz de retoque, de forma a criar-se uma maior aproximação ao brilho do ouro sem a introdução de nova folha metálica para não se correr o risco de se criar um «falso histórico», contrário ao princípio de reconhecimento de qualquer intervenção efectuada.

Pela combinação dos efeitos de refacção e reflexão da luz conseguiu-se conferir às áreas de lacuna uma grande aproximação à tonalidade da folha original, tirando partido da diversidade de tonalidades de micas disponível.

¹⁴ Silicato de potássio e alumínio. Estes pigmentos consistem em lâminas de micas cobertas por óxidos metálicos, mediante um elaborado processo que os torna extremamente estáveis à luz e adequados a este tipo de trabalho, não oxidando em contacto com o ar e sendo resistentes à humidade. Os pigmentos resultantes mantêm o seu brilho e características iridescentes quando aglutinados em diversos aglutinantes. Vd. KREMER PIGMENT — Productos. Acedido em Janeiro de 2009, em: www.kremer-pigmente.com.



Fig. 81 — Pormenor da aplicação de micas numa coluna da estrutura retabular.



Fig. 82 — Aspecto da predela e uma coluna aquando concluída metade da reintegração cromática mediante a aplicação de minerais dispersos em verniz de retoque.

No que respeita às lacunas ao nível das camadas pictóricas do painel preencheram-se, com massa de base vinílica (*Modostuc*®), de cor branca. O preenchimento foi nivelado de forma mecânica recorrendo-se ao uso de bisturi e também de cartas abrasivas de diversas granulometrias, de maneira que as reintegrações pictóricas ficassem ao mesmo nível do estrato pictórico original. O preenchimento limitou-se rigorosamente às áreas de lacuna.

A massa de preenchimento foi seleccionada de acordo com a natureza da obra, quer dizer, do tipo de suporte, preparação e estrato cromático do painel, bem como com o seu estado de conservação. Isto porque as características materiais e ópticas do preenchimento influenciarão directamente a qualidade da reintegração pictórica.

Neste sentido, a selecção deste material deveu-se às suas características de reversibilidade e elasticidade que permitem a reprodução de texturas e relevos¹⁵ similares à superfície original.

¹⁵ O objectivo desta fase da intervenção é o de se reconstituir, na medida do possível, o discurso formal da obra, dado que este não se centra unicamente na reintegração cromática do preenchimento da lacuna, encarado isoladamente.



Fig. 83 — Pormenor de uma das áreas de lacunaem que foi conferida textura à massa de preenchimento.

Este material oferece ainda boa estabilidade química. A superfície resultante revela-se, no entanto, bastante absorvente havendo por isso necessidade de aplicar um filme isolante sintético antes da reintegração cromática.



Fig. 84 — Pormenor da aplicação da massa de base vinílica para preenchimento das lacunas ao nível da camada de preparação.



Fig. 8579 — Nivelamento da massa mediante desbaste dos excessos com bisturi.



Fig. 86 — Nivelamento das lacunas ao nível da camada de preparação mediante o uso de lixas de água.



Fig. 87 — Pormenor do painel após o nivelamento e polimento das massas de preenchimento.

A reintegração cromática foi realizada com pigmentos dispersos em resina cetónica (*Restaurarte®*), que permitiu devolver a continuidade ao assunto representado.



Fig. 88 — Aspecto geral da superfície pictórica, de uma das duas tábuas que constituem a pintura, durante a reintegração cromática.

Como diluente foi usado um hidrocarboneto alifático (*White Spirit*), reduzindo a proporção entre o aglutinante e o pigmento, de modo a controlar os brilhos do material de reintegração para se uniformizar o efeito óptico.

Foi seleccionado um método de reintegração diferenciado — *tratteggio* — por melhor se adequar ao tecido da composição e tamanho das lacunas. Este método respeita o carácter autêntico da obra de arte, conseguindo-se a cor desejada por composição aditiva mas também por composição sobreposta, isto é, aplicando-se várias camadas de cor na lacuna, sob a forma de traços até se conseguir o efeito desejado. Assim, respeita-se o princípio de reconhecimento, isto é, de diferenciação entre a obra original e as áreas intervencionadas.



Fig. 89 — Pormenor durante a reintegração cromática do painel.



Fig. 90 — Pormenor durante o retoque pictórico relativo à presente intervenção.



Fig. 91 — Pormenor após concluído o retoque pictórico realizado mediante o recurso a pigmentos dispersos em resina cetónica.



Fig. 92 — Pormenor da figura após a reintegração feita mediante método ilusionista.

Após a conclusão da reintegração cromática do painel foi necessária a aplicação de uma camada final de protecção, por aspersão. Desta forma, formou-se uma espécie de véu protector cujo objectivo foi saturar melhor as reintegrações cromáticas, homogeneizando o brilho e contribuindo para a uniformização do índice de refração do aglutinante e dos pigmentos. Simultaneamente, serviu de barreira protectora contra os agentes atmosféricos.

Finalmente, a intervenção foi concluída com a montagem de todos os elementos constituintes do retábulo (estrutura e painel).

Para o efeito foi utilizada uma grade de madeira, em pinho da Flandres, fixada com parafusos inoxidáveis, pelo lado do reverso, estabelecendo a ligação e a estabilidade entre o entablamento, colunas, predela e painel figurativo. A mesma grade, que devolveu estabilidade estrutural ao conjunto, possibilita, ainda a sua utilização para a fixação do conjunto à parede, sem interferir com a obra e possibilitando também uma caixa de ar evitando-se o contacto com eventual condensação de humidade.

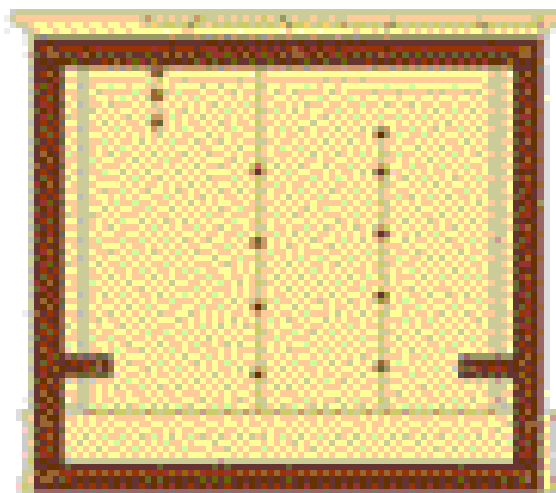


Fig. 93 — Pormenor durante a montagem da estrutura retabular com a ajuda de um mestre carpinteiro.

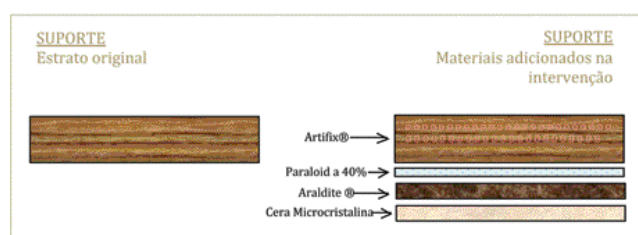


Fig. 94 — Aspecto geral da montagem da estrutura retabular.

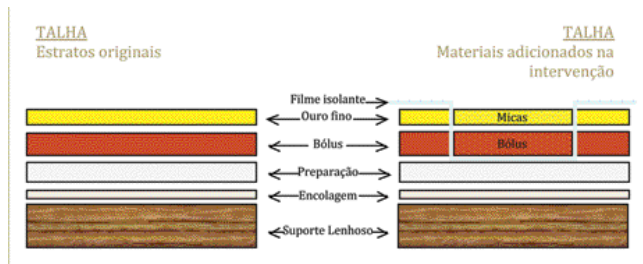
Desta forma conseguiu-se não exercer pressões localizadas, obtendo-se uma boa distribuição de forças, o que contribui para a salvaguarda e preservação da sua integridade física.



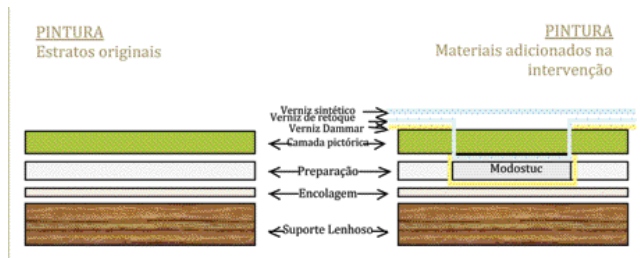
Desenho esquematizado 1 — Reverso da estrutura retabular após intervenção de Conservação e Restauro, evidenciando-se o sistema de estabilização do suporte do painel e de montagem final do conjunto.



Desenho esquematizado 2 — Secção transversal da obra.



Desenho esquematizado 3 — Secção transversal da obra.



Desenho esquematizado 3 — Secção transversal da obra.

7. RECOMENDAÇÕES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Durante o tempo de vida útil de uma obra esta é geralmente afectada, irremediavelmente, por factores externos que desencadeiam processos de deterioração que encurtam a boa fruição da mesma. Os agentes que mais frequentemente afectam as obras de arte são a agregação de partículas sólidas, de pequena e média dimensão, que resultam da deposição de poeiras na superfície. Outro factor externo que causa degradação é a variação de humidade e temperatura, dos quais resultam fenómenos de contracção e distensão — variações que podem conduzir a uma degradação biológica pelo desenvolvimento de microrganismos e insectos que se alimentam de matéria orgânica.

Estes agentes de degradação constituem um grave problema para a conservação e restauro do património cultural porque causam danos estruturais e provocam, por vezes, alterações químicas no verniz e na camada policroma. Para se prevenir a acção de tais agentes de degradação seria recomendável que fossem feitas inspecções periódicas ao local onde ela se vai encontrar.

É também de extrema importância que o local onde se instala a estrutura retabular não apresente bruscas mudanças de humidade e temperatura (locais de passagem, junto a portas ou janelas, junto a lareiras ou aquecedores) e locais excessivamente secos ou excessivamente húmidos (de que os sótãos e caves são exemplo). Um ambiente irregular provoca alterações no suporte e, consequentemente, nos estratos cromáticos. Assim, devem ser feitos esforços para que o local mantenha as condições climáticas controladas e, essencialmente, estabilizadas. A temperatura pode ser medida com um termómetro comum, e deverá ser mantida entre os 18 e 22°C, de modo a que seja confortável para o ser humano e neutro para a obra de arte. A humidade relativa poderá ser medida por um higrómetro ou higrógrafo, sendo que existem aparelhos capazes de fazer ambas as medições — temperatura e humidade: termohigrómetros e termohigrógrafos. Este valor deverá manter-se entre os 45-65%. Em casos de humidade excessiva, será aconselhável a utilização de um desumidificador ou recorrer-se à ajuda de um técnico especializado.

O retábulo deve estar num local protegido da exposição à acção da luz directa porque os raios UV e IV são muito nocivos para a obra. Assim, estas radiações podem ser controladas através de uvímetros, sendo o valor recomendado para este caso de 100 a 150 lux. Desta forma, deve-se evitar a instalação junto a fontes de iluminação intensas, sejam de luz natural ou artificial, ou seja, perto de projectores de alta potência ou junto a janelas. A luz natural e artificial deteriora as camadas cromáticas e os vernizes. Caso a sala possua luz natural, esta deve ser filtrada ou por meio de filtros ou de panos de linho cru, devidamente colocados nas janelas. No caso de a iluminação ser artificial, é aconselhável o recurso a lâmpadas de tungsténio em detrimento das incandescentes.

A parede onde for instalado o retábulo deverá estar bem isolada da humidade. Em caso de necessidade, poderá ser aplicado um painel de cortiça na zona de contacto entre o reverso do retábulo e a parede, a fim de se evitar a possibilidade de condensação de humidade.

Os diferentes elementos constituintes deverão ser fixados à parede e o peso descarregado num apoio colocado sob a predela. O conjunto nunca deverá ser suspenso.

As acumulações de sujidade favorecem a instalação de insectos e microrganismos. As mesmas deverão ser eliminadas à superfície mediante o uso de um *bouquet* de penas ou plumas. Nunca deverão ser utilizados nem panos nem produtos de limpeza.

A fim de se preservar a obra da melhor forma possível, será importante considerar que, mais do que providenciar as condições ideais, é fundamental conservar as condições ambientais às quais a obra já esteja habituada

Agradecimentos da Direcção da Associação
Terras Quentes à Dr.^a Carolina Barata e aos seus alunos
do estágio de verão de 2008.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes computadorizadas

INTERNET

BRAGA, Ana Teresa (2004) — A evolução dos critérios de intervenção de restauro de obras de arte sacra em Portugal. Acedido em Janeiro de 2009, em: www.prorestauro.com.

KREMER PIGMENT — Productos. Acedido em Janeiro de 2009, em: www.kremer-pigmente.com.

Fontes policopiadas

CARDOSO, Américo — O Culto de N.^a S.^a das Verdades. O Tripeiro. Porto: Associação Comercial do Porto. 6.^as., n.º1 (Janeiro, 1985), pp.9-11.

CARVALHO, Salomé; MAIA, Bárbara Campos — Relatório da intervenção de conservação e restauro nos painéis representando O Calvário. Porto:[s.n.], 2006, pp. 23-31; 56-72; 80-83.

MAIA, Bárbara Campos — Retábulo de São Gonçalo — Resgate de uma memória artística. Porto:[s.n.], 2006. pp.36-40; 44-64.

OLIVEIRA, Tiago — O Retábulo de Nossa Senhora do Postigo da Verdade — Proposta para uma intervenção. Porto [s.n.], 2006. pp. 71-76.

Bibliografia

ABRACOR — Materiais Empregados em Conservação-Restauração de Bens Culturais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

CANAL, Maria Fernanda (dir) — Restauración de Madera. Barcelona: Parramón Ediciones, S.A., 1998.

BOMFORD, David — Conservation of Paintings. London: National Gallery Publications Limited, 1997.

CALVO, Ana — Conservación y restauración de pintura sobre lienzo. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARVALHO, Albino de — Madeiras Portuguesas. Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, 1997, vol.2.

FUSTER LÓPEZ, Laura; CASTELL AGUSTÍ, Maria; GUEROLA BLAY, Vicente — El estuco en la restauración de pintura sobre lienzo: criterios, materiales y procesos. Valencia: Editorial de la Universidad politécnica de Valencia, 2004.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO — Igreja da Madre de Deus: história, conservação e restauro. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2002. p.188.

MARTINEZ, Enriqueta González-Alonso — Tratado del dorado, plasteado y su policromia: Tecnología, Conservación y Restauración. 2.^aed. Valência: Universidade Politécnica de Valência, 1997.

MAYER, Ralph — Manual do artista, de técnicas e materiais. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2002.

NICOLAUS, Knut — Manual de Restauración de Cuadros. Barcelona: Könemann, 1999.

PASCUAL, Eva; PATIÑO, Mireia — O Restauro de Pintura. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e — Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.



Fig. 95 — Retábulo antes da intervenção de Conservação e Restauro.



Fig. 96 — Retábulo depois da Intervenção de Conservação e Restauro.



Fig. 97 — Reverso do retábulo aquando a sua entrada e conveniente acondicionamento na Oficina de Conservação e Restauro, antes de se iniciar o tratamento.



Fig. 98 — Após conclusão da intervenção de conservação e restauro.



Fig. 99 — Plinto da predela antes da intervenção.



Fig. 100 — A mesma área depois da limpeza e durante a aplicação de massas de preenchimento.



Fig. 101 — Terminada a aplicação de bolos nas lacunas a reintegrar com micas.



Fig. 102 — Conclusão da intervenção depois da aplicação de micas e reintegração cromática dos glaciés.



Fig. 103 — Mascarão central da predela antes da intervenção de conservação e restauro.



Fig. 104 — O mesmo pormenor após as limpezas mecânica e química.



Fig. 105 — Durante a aplicação de bolos.



Fig. 106 — Mascarão depois de concluída a intervenção



Fig. 107 — Capitel antes da intervenção, notando-se uma lacuna volumétrica respeitante a uma cornucópia.



Fig. 108 — O mesmo pormenor já com a reintegração dos elementos em falta.



Fig. 109 — Face alada do entablamento antes da intervenção de conservação e restauro.



Fig. 110 — O mesmo pormenor após a limpeza química aturada a cotonete.



Fig. 111 — Depois de preenchidas volumetricamente as lacunas ao nível da carnção na face alada, bem como da aplicação de bolos nas lacunas relativas à superfície dourada.



Fig. 112 — O mesmo motivo após a conclusão da intervenção.



Imagens 113 e 114 — Colunas do retábulo após a aplicação de massas de preenchimento e colmatação de fendas e fissuras.



Fig. 115 — À esquerda uma coluna após a aplicação de bolos; à direita já com micas.



Fig. 116 — Painel pictórico antes da intervenção.



Fig. 117 — A Adoração dos Pastores aquando do término da limpeza química.



Fig. 118 — Vista da pintura depois da aplicação e nivelamento de massas de preenchimento. Uma das tábuas do painel está já reintegrada, assim como metade da moldura.



Fig. 119 — Resultado após a intervenção.

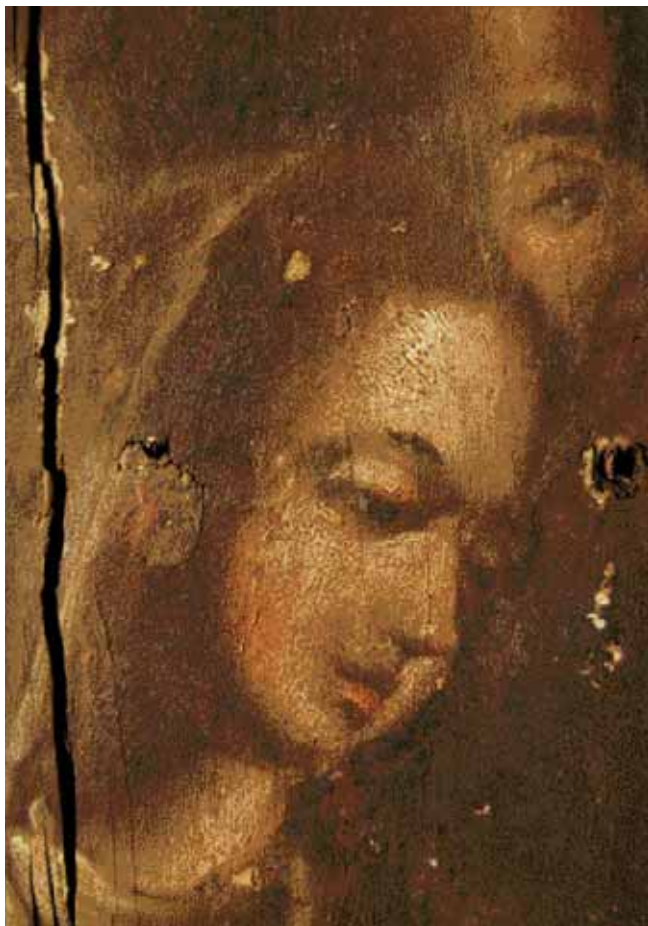


Fig. 120 — Pormenor do painel figurativo antes da intervenção.



Fig. 121 — A mesma área depois das colagens e da limpeza química.

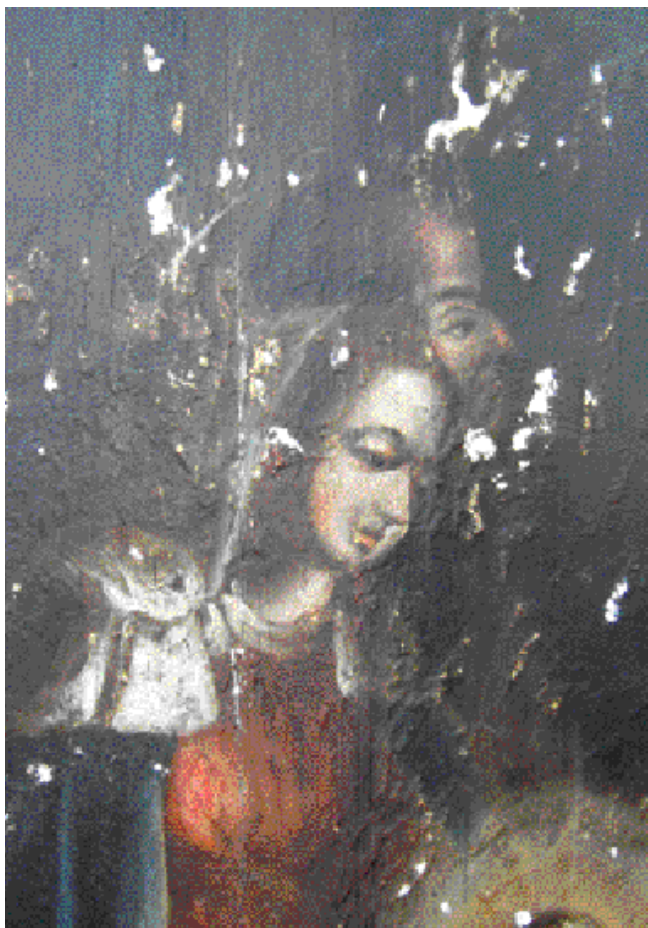


Fig. 122 — Após o nivelamento e polimento de massas de preenchimento.



Fig. 123 — O mesmo pormenor no final da intervenção, após a aplicação da camada de protecção.

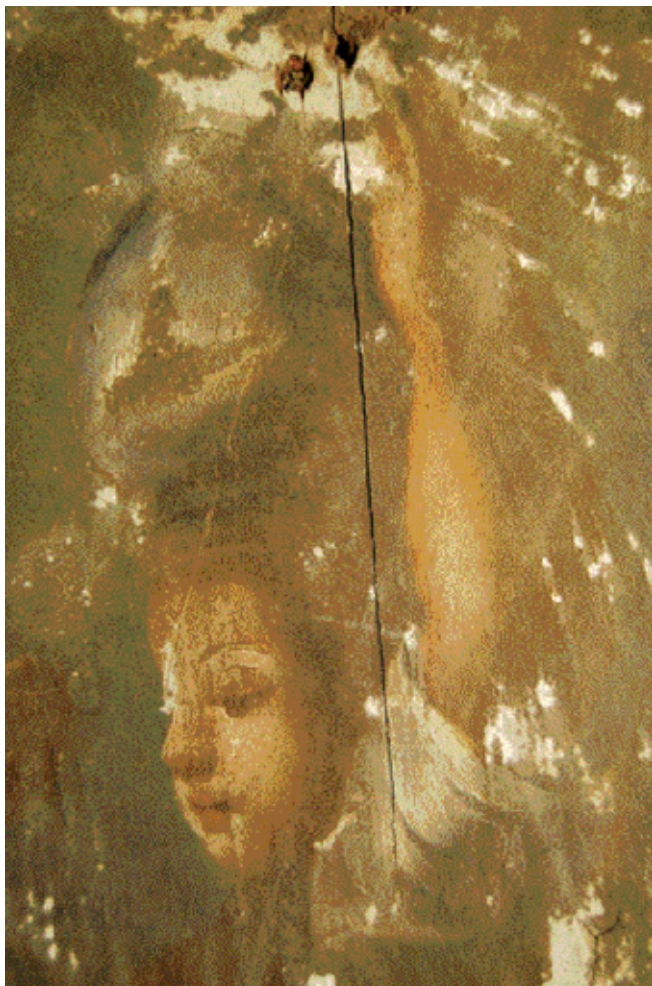


Fig. 124 — Pormenor do painel figurativo antes da intervenção.



Fig. 125 — Altura em que se iniciou a abertura de janelas de limpeza durante a execução de testes de solubilidade.



Fig. 126 — Pormenor após a limpeza total do painel.



Fig. 127 — A mesma área após a conclusão da intervenção.



Fig. 128 — Pormenor em que é visível a separação das tábuas constituintes do painel, antes da intervenção.



Fig. 129 — O mesmo pormenor depois da união das tábuas e da limpeza química.

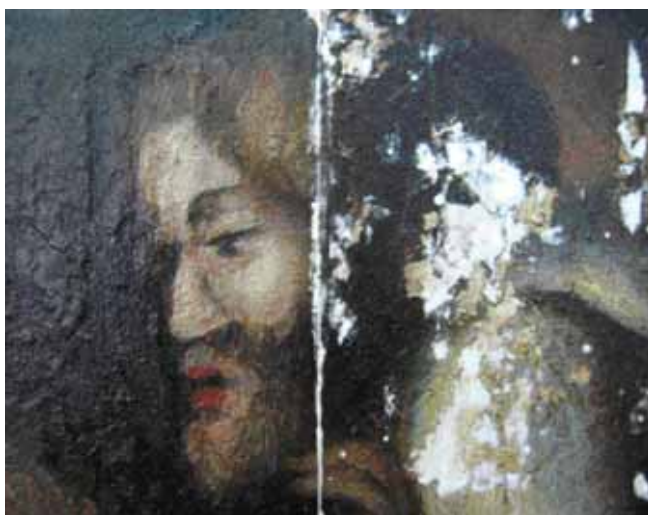


Fig. 130 — Após o nivelamento e polimento das massas iniciou-se a reintegração cromática — na figura encontra-se reintegrada a parte esquerda, correspondente a uma das tábuas.

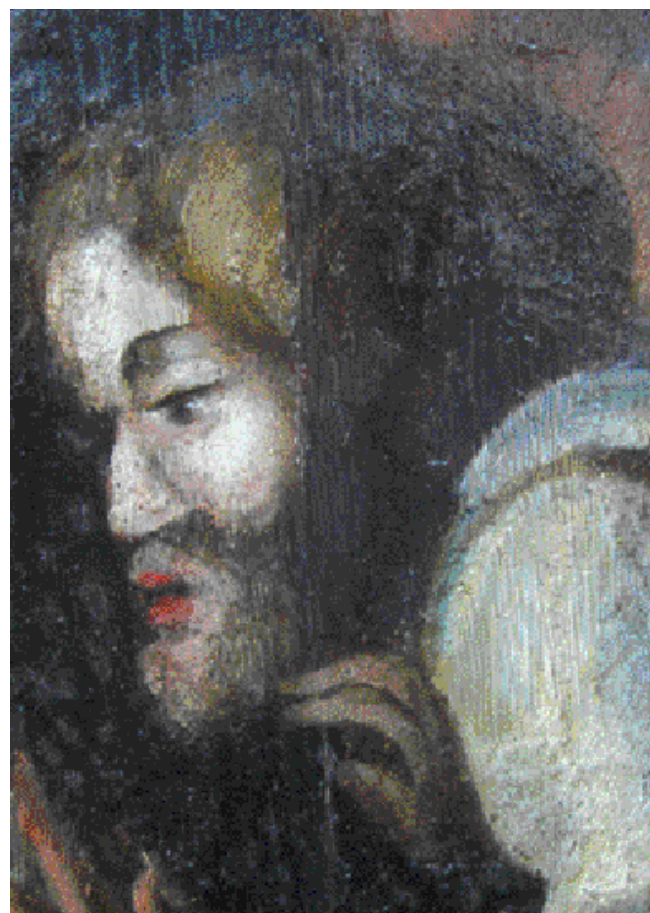


Fig. 131 — Reintegração pictórica efectuada mediante ilusionista técnica designada por *tratteggio*.



Fig. 132 — Pormenor antes da intervenção.

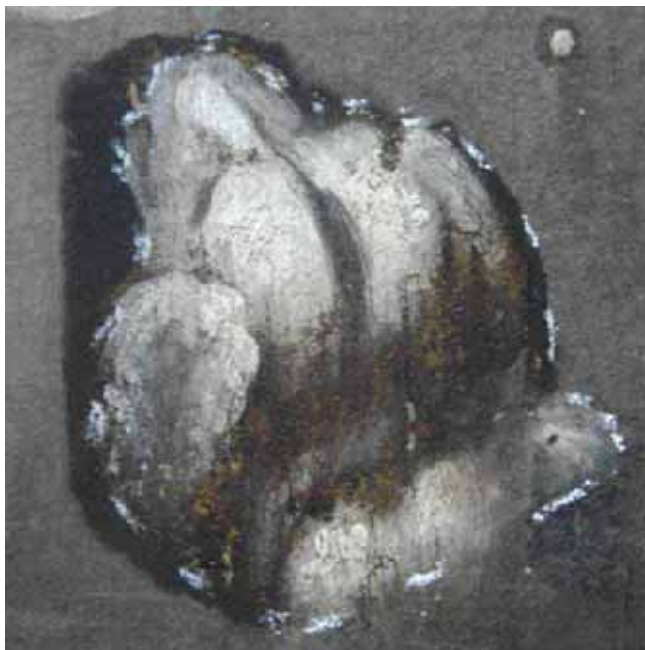


Fig. 133 — Resultado de uma janela de limpeza para eleição do solvente a ser utilizado na limpeza química.



Fig. 134 — O mesmo pormenor depois da união das tábuas e da limpeza química.



Fig. 135 — Resultado após a conclusão do tratamento.

Obras intervencionadas na Oficina de Conservação e Restauro ATQ

Bárbara Campos Maia *, Tiago Oliveira* e Liliana Rio *

O presente artigo ilustra os trabalhos realizados pela Oficina de Conservação e Restauro da Associação Terras Quentes no período compreendido entre Outubro de 2007 e Fevereiro de 2009.

Assim, além de uma breve identificação técnica acerca de cada obra, há o registo fotográfico antes e depois da intervenção efectuada.

Na Oficina de C&R realizam-se intervenções em diversos materiais orgânicos e inorgânicos. Trabalhando com instituições de ordem pública e privada, mas também com clientes particulares, destacam-se quatro áreas de intervenção mais frequentes: pintura, escultura, cerâmica e talha.



* Colaboradores da Oficina de Restauro da Associação «Terras Quentes».
www.restauro@terrasquentes.com.pt



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Decapitação de São João Baptista

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: século XVIII (?)

Proveniência: Particular, Lisboa



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Nossa Senhora da Conceição

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: Barroco, meados do século XVIII

Proveniência: Igreja de São Cristóvão, Malta, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Pedro

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: Barroco, meados do século XVIII

Proveniência: Igreja de São Cristóvão, Malta, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São João Baptista

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: Barroco, meados do século XVIII

Proveniência: Igreja de São Cristóvão, Malta, Macedo de Cavaleiros



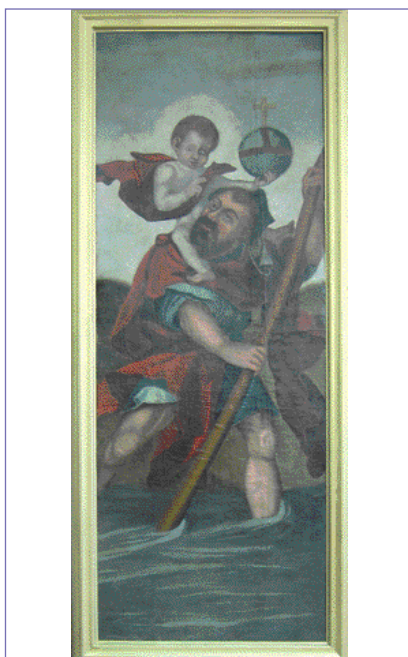
IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Jerónimo

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: Barroco, meados do século XVIII

Proveniência: Igreja de São Cristóvão, Malta, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Cristóvão

Material/Técnica: Pintura a óleo sobre tela

Data/Escola: Barroco, meados do século XVIII

Proveniência: Igreja de São Cristóvão, Malta, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Cristo Crucificado

Material/Técnica: Madeira esculpida e polí-cromada

Data/Escola: Finais do século XVII, inícios do século XVIII

Proveniência: Particular, Limãos, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Cristo Crucificado

Material/Técnica: Madeira esculpida e polí-cromada

Data/Escola: Finais do século XVIII, inícios do século XIX

Proveniência: Particular, Lisboa



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Crucifixo com Cristo em Prata

Material/Técnica: Cruz em madeira com Cristo e remates em prataria

Data/Escola: século XIX/XX (?)

Proveniência: Particular, Latões, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Santo António

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de São Vicente, Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Criados de São Vicente (par)

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de São Vicente, Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Francisco

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII (?)

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Domingos

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII (?)

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Virgem com o Menino

Material/Técnica: Madeira esculpida e policromada

Data/Escola: século XVII

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Paulo

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Pedro

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Nossa Senhora do Rosário

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII/XIX

Proveniência: Igreja de São Martinho, Lagoa, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São João Baptista

Material/Técnica: Madeira esculpida e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Santo André, Fornos de Ledra, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: São Francisco

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Lamalonga, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Santo António

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Nossa Senhora dos Reis, Lamalonga, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Santo André

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Santo André, Fornos de Ledra, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Santa Ana

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Particular, Capela de Santa Ana, Cortiços, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Virgem e o Menino

Material/Técnica: Madeira esculpida e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Castelãos, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Busto-relicário de São Zenão

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII (?)

Proveniência: Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Castelãos, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Nossa Senhora dos Prazeres

Material/Técnica: Madeira esculpida e policromada

Data/Escola: século XVIII (?)

Proveniência: Particular, Igreja de São Nicolau, Cortiços, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Virgem e o Menino

Material/Técnica: Madeira esculpida e policromada

Data/Escola: século XVI (?)

Proveniência: Igreja de São Martinho, Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Santo António

Material/Técnica: Madeira esculpida, estofada e policromada

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Igreja de Santo Estevão, Travanca, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Tapa de açucareiro

Material/Técnica: Porcelana moldada e pintada sob o vidrado

Data/Escola: século xx (?)

Proveniência: Particular, Latães, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Tapa de sopeira

Material/Técnica: Faiança moldada, estampada e pintada sob o vidrado

Data/Escola: século xx (?)

Proveniência: Particular, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Vaso *Fábrica de Santana*

Material/Técnica: Faiança modelada pintada à mão

Data/Escola: século xx — 1986, Julho

Proveniência: Particular, Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Prato de *Cantão*

Material/Técnica: Porcelana moldada e pintada sob o vidrado

Data/Escola: século XVIII

Proveniência: Particular, Lisboa



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Travessa *Fábrica de Sacavém*

Material/Técnica: Faiança estampilhada sob o vidrado

Data/Escola: século XX (?)

Proveniência: Particular, Abrantes



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Molheira com tampa *Fábrica de Sacavém*

Material/Técnica: Faiança estampilhada sob o vidrado

Data/Escola: século XX (?)

Proveniência: Particular, Abrantes



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Travessa *Fábrica D'Alcântara*

Material/Técnica: Faiança estampilhada sob o vidrado

Data/Escola: Primeiro quartel século xx

Proveniência: Particular, Leiria



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Travessa *Fábrica de Massarelos*

Material/Técnica: Faiança estampilhada sob o vidrado

Data/Escola: século xx (?)

Proveniência: Particular, Lisboa



IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

Título/Tema: Taça *Vista Alegre*

Material/Técnica: Porcelana moldada

Data/Escola: século xx (?)

Proveniência: Particular, Macedo de Cavaleiros

Notícias ATQ 2008

Carlos Mendes

O ano de 2008 decorreu de forma profícua nas diversas áreas de intervenção da Associação Terras Quentes. O Trabalho de campo do Inventário da Diocese de Bragança-Miranda, decorreu em quatro Concelhos do Distrito de Bragança. Terminou-se os trabalhos em Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Vila Flor e deu-se início no passado mês de Novembro a inventariação dos bens da Diocese no concelho de Freixo de Espada à Cinta. Esperamos terminar os trabalhos de campo desta primeira fase do projecto até ao final de 2009 com a realização do inventário nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e Torre de Moncorvo.

Devido ao curto orçamento disponível para 2008 na área de arqueologia, procedeu-se somente a campanhas de escavação em dois arqueossítios. Fraga dos Corvos, onde definitivamente se consolidou os saberes, com a recolha de um fragmento de molde de machado de talão, qual cereja em cima do bolo. A sondagem efectuada no povoado de Xaires, na freguesia de Talhas, confirmou a importância do arqueossítios, assestado na cronologia que faltava ao projecto “Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros”. Fez-se o acompanhamento da renovação do sistema de saneamento à zona antiga de Macedo de Cavaleiros “Prado de Cavaleiros”, onde se recolheram, apesar do remeximento das terras, espólio relacionado com a Idade média, conforme se suspeitava.

Em Outubro o Presidente da República inaugurou o Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, onde se inscreveu a letras de ouro “Macedo de Cavaleiros” e o seu mais insigne representante da história do País “Martim Gonçalves de Macedo”.

A Associação viu aprovado no final do ano, uma das duas candidaturas propostas a aprovação ao Qren, o “Inventário da Diocese Bragança-Miranda”

O nosso site viu ultrapassar em 2008 as 50.000 visitas em pouco mais de ano e meio de existência, o que reflecte não só a sua qualidade como o seu interesse.

A Sala-Museu de arqueologia registou em 2008 mais de 2000 visitantes.

A seguir dá-se conta mais resumidamente das principais acções levadas a cabo durante o ano de 2008 pela Associação Terras Quentes.

Janeiro de 2008. Recenseamento aos Concelhos de Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo, aos locais de culto com pintura mural, acompanhado pelo técnico Dr. Joaquim Caetano.

Janeiro 2008. Procedeu-se à inventariação das Igrejas de Santa Combinha, Santa Cruz, Capela de N.S. Fátima, no Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Fevereiro 2008, Assinatura do protocolo com a Câmara Municipal de Vila Flor para a realização do Inventário da Diocese Bragança-Miranda, ao Concelho.

Fevereiro, 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Cruz, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e a Igreja de S. Bartolomeu (Matriz) do Concelho de Vila Flor.

Fevereiro 2008. Palestra no Azibo sobre Pintura mural, orador Dr. Joaquim Caetano.

Março 2008. Continuação da inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Bartolomeu (Matriz) do Concelho de Vila Flor.

Abril 2008. Trabalhos para realização da Rota dos Cavaleiros de Malta.

Abril 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Maria Madalena e Igreja de S. Vicente, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e Capela Stº António, Capela N. Sr.ª de Lourdes, Capela S. Sebastião, Capela N. S. da Encarnação Capela de Santo Cristo, Capela Sr.ª da Lapa, Igreja de São Gens, Capela N. Sr.ª do Carrasco, Igreja N. Sr.ª da Assunção, e capela de Stª Marinha no Concelho de Vila Flor.

Maio 2008. Jornadas da Primavera e lançamento do Caderno nº 5.

Programa Jornadas da Primavera 6

31 de Maio de 2008

14,15h – Sessão de Abertura

14,30h - Concerto nº 6 em Fá M, BWV 1057 de Joham Sebastian Back

Interpretes: Fernando Miguel Jaloto, Cravo
João Nuno Rocha, Flauta de bisel
Tiago Oliveira, Flauta de Bisel

14,50h – Assinatura do protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o Departamento de Arqueologia (Uniarque) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Associação Terras Quentes.

15h20 – Estudo paleobotânico das estruturas romanas da “Terronha de Pinhovelo”. Mestre João Tereso

16h00 – A Fraga dos Corvos, um povoado da 1ª Idade do Bronze do Nordeste Transmontano. Prof. Doutor João Carlos Senna-Martinez, Mestre José Manuel Quintã Ventura e Dr. Hélder Carvalho

16h40 – Apresentação dos resultados preliminares do Inventário do Património Cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Arqueologia: Doutorando Carlos A.S. Mendes
Arquitectas, Inês Guerreiro e Maria Bacharel Oliveira
17h15 – Lançamento da revista nº 5 “Cadernos Terras Quentes”, Dr. Manuel Cardoso



Maio 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de São Vicente, no Concelho de Macedo de Cavaleiros e a Igreja de N. Sr.^a da Assunção, Capela de Santa Marinha, Igreja de Santa Justa, Igreja de São Brás, Igreja de Santa Catarina de Alexandria, Capela N. Sr.^a do Rosário, Igreja de Santa Bárbara, Igreja de São Sebastião, do Concelho de Vila Flor.

Junho, 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Sebastião, Capela N. Sr.^a da Assunção, Igreja N. Sr.^a do Castanheiro, Capela N. Sr.^a do Rosário, Igreja de São João Baptista, Igreja de Santa Maria Madalena no Concelho de Vila Flor.

Julho 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santa Maria Madalena, Capela de Santo Cristo, Capela de S. Sebastião, Igreja de São Tomé, Capela de São Luís, Igreja do Espírito Santo, Igreja de São Pedro, Igreja de São Lourenço, Igreja de Santo André, do Concelho de Vila Flor.



Julho 2008. Comunicação ACIMEC sobre a Figura de Martim Gonçalves de Macedo, com a presença de D. Duarte, Duque de Bragança.

Julho 2008. Participação da ATQ no programa Terra a Terra da TSF, sobre Macedo de Cavaleiros.

Julho 2008. Início dos Estágios de Verão da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

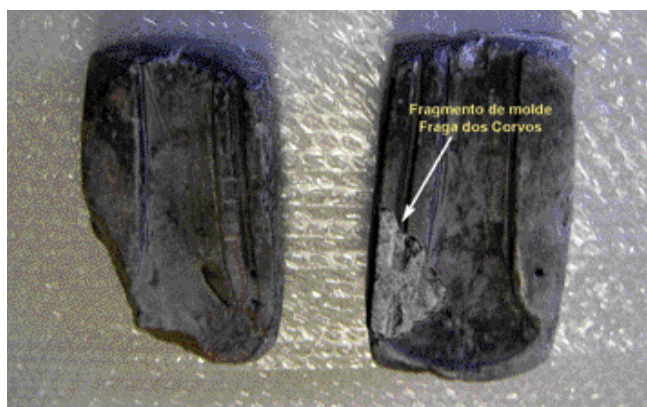


Julho 2008. Eleição da ATQ para a Comissão de Avaliação da Desteque – Associação de Desenvolvimento da Terra Quente.

Julho 2008. Comunicação de Carlos Mendes, nos 750 anos da Freguesia de Talhinhos.



Agosto 2008. Início das campanhas de escavação de 2008, Prospecção em Talhas e Talhinhos e Intervenção da Fraga dos Corvos, Prof. Doutor João Senna-Martinez, Mestre Carlos Mendes, Mestre José Ventura e Dr. Hélder Carvalho.



Agosto de 2008. Início das escavações arqueológicas no Povoado da Fraga dos Corvos e no Abrigo 2, com os arqueólogos, João Senna-Martinez, Mestre José Ventura e Dr. Hélder Carvalho.

Agosto 2008. Início dos trabalhos de Geologia, no âmbito do Protocolo com a faculdade de Ciências da UL com o Prof. Doutor Miguel Gaspar e Dr.^a Filipa Geirinhas.

Agosto 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de Santo André, Igreja de São João Batista, Capela N. Sr.^a do Rosário no Concelho de Vila Flor e Igreja de São Paulo, Igreja de São Martinho, Igreja de São Bartolomeu, Igreja de Santa Catarina, Ermida N. Sr.^a do Rosário e Ermida de Santa Marinha no Concelho de Alfândega da Fé.

Setembro 2008. Aprovação da candidatura do Qren para o Inventário da Diocese de Bragança-Miranda.

Setembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Capela de N.^a Sr.^a das Graças, Capela N. Sr.^a do Rosário, Igreja de S. Miguel, Igreja de S. Tiago, Ermida N.^a Sr.^a da Rosa, Ermida N. Sr.^a dos Remédios, Igreja da Santíssima Trindade, no Concelho de Vila Flor.

Outubro 2008. ATQ em representação do município na inauguração do CIBA/Aljubarrota.



Outubro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Ermida N. Sr.^a da Rosa no Concelho de Vila Flor e Igreja de São Vicente no Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Novembro 2008. Reunião em Vila Real entre ATQ e Dr.^a Helena Gil, Directora Regional da Cultura Norte.

Novembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Igreja de S. Pedro, Capela da Misericórdia, Capela de Santa Bárbara, Igreja de São João Baptista e capela de Nossa Senhora da Conceição no Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Dezembro 2008. Comunicação ATQ/Carlos Mendes, no fecho do Inventário da Diocese de Lamego.

Dezembro 2008. Procedeu-se à inventariação dos seguintes locais de culto: Capela N. Sr.^a da Conceição, Ermida N. Sr.^a das Dores, Capela do Espírito Santo e Igreja de Nossa Senhora do Vilar, no Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Dezembro 2008. Assinatura do Contrato com o Qren para a realização do Inventário da Diocese de Bragança-Miranda.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Ficha Técnica

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Núcleo Central da Paisagem Protegida do Azibo, apartado 110
5340-900 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278448007

Endereços electrónicos

E-mail: administração@terrasquentes.com.pt
E-mail: arqueologia@terrasquentes.com.pt
E-mail: patrimónioartístico@terrasquentes.com.pt
E-mail: restauro@terrasquentes.com.pt
E-mail: antropologia@terrasquentes.com.pt
Site: www.terrasquentes.com.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redacção

João Carlos Senna-Martinez
Carlos Alberto Santos Mendes
José Manuel Quintã Ventura
Manuel José de Sousa Cardoso
Hélder Carvalho
Belmira Mendes
Lília Silva
Lécio Leal
Vitor Veríssimo Serrão

Colaboradores

Carlos Alberto Santos Mendes
João Carlos Senna-Martinez
José Manuel Quintã Ventura
Manuel José de Sousa Cardoso
João Pedro Tereso
Hélder Carvalho
Vitor Veríssimo Serrão
António Cravo
Belmira Mendes
Lécio Leal
Pedro Barbosa
Lília Silva
Horácio Maia e Costa
Carolina Barata
Bárbara Maia
Tiago Peres
Catarina Gonçalves

Em Banner Superior (Capa e contracapa):

Dois aspectos de trabalhos na Oficina de Conservação e Restauro da
ATQ; Pote Terronha de Pinhovelo; Camafeu, Terronha de Pinhovelo;
Aspecto de escavação na Fraga dos Corvos; Anel, Terronha de
Pinhovelo; Moeda «Lenda da Fundação de Roma» Rómulo, o Remo e a
Loba Capitolina, Terronha de Pinhovelo; Iluminura da Batalha de
Aljubarrota na «Crónica de Inglaterra» de Jean de Wavrin, Século X;
Selo dos CTT de 1926. Comemorativo da Batalha de Aljubarrota.

Em Banner Inferior (Capa e contracapa): Apóstolos, Pintura
mural de 1533, inédito ATQ, da Igreja Matriz de Castro Roupal

Design e grafismo

Pedro Coelho
Manuel Cardoso
Carlos Mendes
Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Impressão

Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal

293 012/09

Edição

n.º 06, Maio 09

